

DADOS DO DOCUMENTO

TÍTULO: Relatório Figueiredo vol. 23

DATA DE PRODUÇÃO: 1968

ORIGEM DO DOCUMENTO: -

GRAU DE SIGILO:

NÚMERO DE PÁGINAS: 328

DESCRIÇÃO:

O Relatório Figueiredo é uma série de documentos produzidos a partir da investigação que apurou as irregularidades cometidas pelo Serviço de Proteção aos Índios, no período da Ditadura Militar. Comissão presidida por Jader Figueiredo.

Documentos: termo de juntada de documentos que integram o XXIII volume, constando as defesas e os anexos de cada processo de: Tubal Fialho Vianna, Atilio Mazalotti, Boanerges Fagundes de Oliveira, Waldemar Conceição Dias, Coriolano Mendonça, Salatiel Marcondes Diniz, Alberico Alves Labatut Nascimento, Isaac Antonio Bavaresco, Jurandir Marcos da Fonseca, Elita Ferreira Simões, Lourinaldo Wanderlei Rodrigues, Nilo Oliveira Vellozo, José Ramos da Mota Cabral e Itamar Zwitchev Simões.

5348
B9A

TÉRMO DE JUNTADA

De ordem do Sr. Presidente, juntei nesta data, os documentos a seguir relacionados, constantes das defesas de, TUBAL FIALHO VIANNA, ATILIO MAZALOTTI, BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, WALDEMAR CONCEIÇÃO DIAS, CORIOLANO MENDONÇA, SALATIEL MARCONDES DINIZ, ALBERICO ALVES LABATUT NASCIMENTO, ISAAC ANTONIO BAVARESCO, JURANDIR MARCOS DA FONSECA, ELITA FERREIRA SIMÕES, LOURINALDO WANDERLEI RODRIGUES, NILO OLIVEIRA VELLOZO, JOSÉ RAMOS DA MOTA CABRAL, e ITAMAR ZWITCHER SIMÕES, que ficam fazendo parte integrante dos presentes autos, constantes das fls. 5348 a 5673, vol. XXIII. E, para constar, lavrei e assino o presente têrmo. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1968.----

Beatriz Goini de Almeida

Secretária da C.I.

5349
BIB

Senhor Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo

RAZÕES DE DEFESA

Usando da faculdade outorgada pelo artigo 222 da Lei nº 1.711, de 28-10-52, — ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO — venho com o devido acatamento e respeito, dentro do prazo legal, oferecer as minhas razões de defesa sobre as referências feitas no processo administrativo (fls. 1574 e 4024) instaurado sob a vossa honrada presidência, a respeito da minha atuação à frente da administração / da 1a. Inspeção Regional do extinto Serviço de Proteção aos Índios, nos Estados do Amazonas e do Acre e do Território Federal de Roraima.

2. Notificado por essa Comissão, compareci à sua Secretaria e tive vista dos autos do processo onde no final do seu depoimento **BOANERGES FAGUNDES COSTA**, diz quasi que extemporaneamente que: "Tubal foi destituído da Chefia da IR-1, / por mau comportamento na administração do General Guedes; que melhor informação pode ser dada por Raimundo Carneiro" (sic).

3. O depoente em aprêço, pessoa aliás, a quem não tive a desventura de conhecer e muito menos de privar em trabalho, não precisou a natureza do "mau comportamento", omitindo-se da explicação sobre o que considerou mau comportamento. Esta alocação adjetiva tem sentido vago, impreciso e indefinido porque quando se pronuncia uma sentença dessa natureza vem logo a pergunta "por que?..."

4. Ora, êsse seu Fagundes cujo nome tem uma origem / etmológica infeliz, não foi ao Amazonas durante a minha gestão, logo não podia nem pode ser testemunha do meu comportamento. Portanto, é de considerar-se sua informação torpe e maliciosa, frutos do seu estado mórbido e doentio de falar / de todos e até dêle mesmo. Este energúmeno até pouco tempo "apagado" sem expressão alguma, entendeu que devia ser conhecido de qualquer maneira até mesmo como sedutor barato de inocentes índias, conforme notícia de jornais.

S. Thau

5. Não merecendo maiores apreciações a referência feita por "seu Fagundes" a meu respeito, limitar-me-ei a contradita-la não só apenas, com palavras mas com documentos e que documentos?; um deles da própria pessoa que êle apontara como meu "melhor informante", dr. Raimundo Carneiro, ex chefe da IR-4. Outro documento que contradita a alegação do acusador gratuito, são os Boletins Internos do SPI, nos. 13 e 15, nos quais às fls. 2, 3, 7 e 11; e 13 e 14 respectivamente. Ainda para contraditar a falsa referência dêsse / animal abjeto que acode por Fagundes, eu peço vênias para juntar um recorte do jornal "A GAZETA" referente às realizações da IR-1, na minha curta gestão. Junto também um recorte do "O JORNAL" noticiando a assinatura da escritura pública das terras do PI Barbosa Rodrigues, que adquiridas pelo ex-Inspector Jacobina pelo preço de trinta e cinco contos, não tinha, todavia, sido legalizada. Com a assinatura da escritura definitiva, depois de decorridos 15 anos, o imóvel valorizou-se de tal sorte que foi estimado o seu valor em treis milhões de cruzeiros antigos. Por outro lado, o funcionário de "máu comportamento" construiu uma lançã para a frota da IRL com os próprios recursos da referida unidade administrativa, conforme o recorte do "JORNAL do COMÉRCIO" de 7/7/59. Ainda / construímos um curral modelo (fotografia anexa) na Fazenda / São Marcos, com recursos da SPEVEA (documento anexo). Como amostragem da minha curta gestão, junto também dois recortes de jornais sobre a organização do Museu Indígena da IR-1.

6. A minha exoneração da chefia da IR-1, não decorreu como ficou patente dos documentos anexos, do "máu comportamento" descoberto pela imaginação doentia do meu acusador.

7. A exoneração teve outro prólogo, cuja estória / passo a contar, a bem da verdade e da alta consideração que tenho sobre o meu comportamento como funcionário, como pai de família, como amigo e como cidadão que sabe honrar e dignificar o nome que herdara dos seus pais.

J. F. Fagundes

8. Em janeiro de 1959, em um dia de domingo reserva do para a recuperação do físico e recreação do espírito, fô-ra eu, desagradavelmente, surpreendido com a indesejável visita de um "colorede" de nome Eufrásio José Soares que se dizia representante do General Guedes, ou ainda mais, a própria pessoa do General. Devo ressaltar que aquele "colorede" não era funcionário do SPI e sim Tenente R/1, que dizia prestar serviço ao seu amigo Guedes, a cujo preço eu ainda hoje desconheço.

9. Exigia êle, o colorede, naquele domingo tempestuoso quando caíam chuvas torrenciais precedidas de relâmpagos, trovões e raios na cidade de Manaus e em toda margem do Rio Negro, que o motorista acendesse o fogo e deslocasse a lancha "José Bonifácio" para com todo temporal leva-lo ao PI. Barbosa Rodrigues, no rio Autaz, afluente do rio Amazonas. Recusada a insólita e inconsequente determinação, o motorista foi à nossa casa para transmitir-me o acontecido e dar um recado do tenente no qual chamava-me à sua presença. Neguei-me a fazê-lo em virtude do temporal que impedia-me de sair de casa. Entretanto, convidei o apressado tenente a ir na sede da Inspeção no expediente normal da segunda feira, a fim de conhecer o objetivo da sua viagem e a sua qualidade de dupla / personalidade. A respeito desse entrevero, tomo a liberdade de juntar as cópias dos rádios trocados entre a Chefia da IR-1., e o Diretor Guedes que se encontrava em Belém do Pará, nos quais essa Presidência verificará que a minha exoneração não foi por "máu comportamento" como afirmara o mau comportamento Boanerges Fagundes e que não foi também por falta de exação do cumprimento do meu dever. Foi sim uma atitude independente e pessoal própria da queles que não se acomodam às injunções e às conveniências de interesses subalternos.

10. Em seguida a essa troca de rádios, eu formulei o meu pedido de exoneração ao General Guedes, porque entendi / que êle o Diretor do SPI, preferira a amizade de mais de trinta anos do seu tenente ao prestígio da autoridade e dos interesses da pública administração. Entretanto, o Sr. Diretor, inteligentemente, "cosinhou" o meu pedido até junho conforme /

S. F. F. F.

B98

Portaria nº 31 anexa, para evitar a repercussão que por certo ela provocaria em Manaus se tivesse sido aceita logo de imediato ao "affaire". Conhecida a minha dispensa quando já se pensava superado o "affaire" o Governo do Estado, a Assembleia Legislativa, Câmara Municipal e Associação Comercial se manifestaram pela minha permanência, através de telegrama ao Ministro da Agricultura, ao próprio Diretor e moções de solidariedade à minha atuação, o General Guedes forjou um inquérito para justificar a sua arbitrariedade.

11. Acredito, senhor Presidente, que diante dos fatos não há argumentos. A prova documental supera a prova oral. / Segundo o criminalista Piragibe, a prova testemunhal é a prostituta das provas. A inspiração dêsse conceito jurídico, vem muito a propósito e se ajusta perfeitamente à referência feita a mim pelo "seu Fagundes".

12. A verdade, finalmente, destruiu a mentira, porque parafraseando o escritor José Américo — É melhor falar a verdade mentindo do que mentindo à verdade — .

x x x

13. No tocante ao que informara Gilberto Pinto de Figueredo Costa, às fls. 4024, dos autos do processo, quero acreditar que houve equívoco ou desmemorização daquele funcionário que, diga-se de passagem, sempre se houve na minha gestão com dedicação e aprêço pelo serviço. Referência é de que "Tubal Fialho Vianna respondeu a processo administrativo por embriaguez e por desentendimento havido numa viagem ao Posto Ajuricaba, quando o jornalista paulista e um industrial quiseram a tirar em Tubal".

14. Admito a hipótese de equívoco ou desmemorização porque as supostas causas do inquérito administrativo instaurado por ordem ex-diretor Luiz Guedes, forem outras e não às de que se referem o Gilberto. Como se vê da Portaria nº 31 a minha dispensa da chefia se verificou no dia 22 de junho de 59 e o tal inquérito foi instaurado, se não me falha a memória, em janeiro de 1960. O presuposto da medida teve por base a suposta alegação de que eu infringira a Ordem de Serviço Interna nº 104, de 20/8/57, da Diretoria do SPI. Esta ordem proibia que

S. Thau

os chefes de Inspetoria comprassem à conta de créditos futuros. Essa infração não ocorreu conforme concluiu a Comissão de Inquérito nos termos seguintes-

" O débito contraído na firma Comercial Central de Ferragens S.A., referido no processo SPI - 2843/59, foi consequente de mercadorias diversas destinadas à manutenção dos Postos Indígenas e remetidas para os mesmos conforme se verifica de Guias de Remessa arquivadas na IR-1, cujos originais foram remetidas à SOA em nada afetando a integridade funcional do Inspetor Tubal Fialho Viana".

15. Devo esclarecer que essa Ordem de Serviço sem foi letra morta, só invocada quando para perseguir torpemente o agente responsável. As compras feitas no comércio não corriam por dotações orçamentárias e sim pelas rendas produzidas pela Inspetoria. Ademais, eu deixei produtos extrativos armazenados para fazer face aos débitos, porém, o Iridiano Amarinho que assumira a Chefia, não saiu as dívidas com o dinheiro apurado; ao contrário, deslealmente, relacionou os débitos e enviou à Diretoria de ~~qual~~ se achava nas "grças" depois de mais de quatro anos de ostracismo.

16. A despeito da conclusão da improcedência do presuposto legal, o senhor Diretor exarou o seguinte despacho: " À vista do que consta deste processo, resolvo aplicar a Tubal Fialho Viana, Inspetor referência 26, a pena de suspensão por 10 dias". A laconicidade do despacho onde se vê a ausência de CONSIDERANDOS, traduz a impertinência do ato. Foi o direito da força e não a força do direito que orientou o general Guedes, depois de haver me elogiado em Portaria e em relatório ao Senhor Ministro.

17. A guiza de esclarecimento informo que na expedição ao alto Rio Negro, consenti que o jornalista e tropicalista / Flávio de Carvalho, nos acompanhasse exigindo d'ele a condição sine-qua-non, de vir sózinho e obedecer às nossas instruções. Acontece que o autor do "saiote" veio acompanhado de um time / misto isto é, ~~duas~~ ^{mulheres} acompanhadas de artistas, um cinegrafista e um reporter fotográfico da "Ultima Hora". Inicialmente, fiz sentir-lhe o meu desagrado, salientando a importancia, a seriedade, a objetividade e o perigo da nossa missão. Mas, atenden

S. Traut

atendendo às suas promessas de obediência à nossa orientação e ainda, aos gastos por ele realizados, accedí a que ele integrasse a nossa expedição. Entretanto a promessa foi quebrada e o tropicalista Flávio, em gestos desordenados e impulsos loucos não mais quiz seguir às nossas cautelosas recomendações. Diante disso fui obrigado a desembarca-lo na cidade de Barcelos com o seu time e seus apetrechos, dizendo-lhe que não se tratava de um pic-nic e sim de uma turma de pacificação dos índios Waimiri. Aí foi que o homem do "saio te" conhecidamente até como psicopata, deu uns tiros para cima num gesto louco de revolta pelo seu fracasso. Foi isso, unicamente, o que aconteceu. Não fui alvo de tiros.

18. Quanto a referência de embriaguez, considero uma mera aleivosia como a de Boanerges, por isso, dispensa maiores comentários. Não se concebe de bom senso que um homem que exerceu várias funções no serviço público, principalmente, no SPI, em cujas unidades deixou pequenos porém profícuos marcos da sua passagem administrativa, seja um inveterado no uso de bebidas alcoólicas. Não se concebe que um homem casado há 32 anos, pai de filhos e netos, família organizada no bom sentido da sociologia, vivendo e convivendo no meio da sociedade, privando das melhores amizades no conceito moral e intelectual destas e ainda, aos 51 anos de idade, estudante universitário (bacharelado) possa ser aquele ébrio inveterado. Na conceituação do direito penal, o ébrio é uma criatura desprezível, irresponsável, por isso à margem da sociedade.

MERETÍSSIMO JULGADOR:

Examinadas as peças dos autos, apreciadas a insubsistência das alusões nos seus mínimos detalhes, discutindo o mérito da causa à luz da lógica, da razão e do direito, ofereço estas razões de defesa, convicto de que não cometi nenhum pecado capaz de entregar-me à condenação. Não cometi a displicência porque ela é o pecado dos inúteis. Não pratiquei a desonestidade porque a honestidade é o requisito elementar do homem e a desonestidade é a ambição exercerbada até a loucura. A injustiça é filha única e querida da inconsciência, a garra envenenada dos perversos. Quem comete conscientemente qualquer injustiça, comete concientemente qualquer monstruosidade.

Flávio

5353-
4. BJB

O sofrimento dos outros é o maior manjar dos malvados e não há sofrimento maior do que uma injustiça.

20. Entregando estas razões, confio na **justiça** que é a coluna vigorosa da paz e da tranquilidade social. Sem ela não se pode contar nem com a sobrevivência. Afaste-se do mundo a liberdade e ele continuará vivendo com os seus grilhões. Varra-se da face da terra a luz do pensamento e a **humanidade** se acostumará nas trevas. Mas, desapareça da face do planeta a **justiça** e tudo se afundará na voragem apocalíptica da destruição e da morte.

A **justiça** faz tremer os tiranos e faz sorrir os mártires; exalta os puros e humilha os réprobos, castiga os opulentos e protege os pequenos.

A **justiça** é a maior paixão e deve ser constituída o **nume** tutelar do julgador, para que a maldade, a inveja, o despeito, a intriga e a ambição não prevaleçam sobre os altos e nobres sentimento humanos.

Confiante pois, espero sómente

J U S T I Ç A

Rio de Janeiro (GB) em 4 de maio de 1968.

T. Fialho

Tubal Fialho Vianna

Anexos: Ofício nº 154-IR.4. (dr. Raimundo Carneiro).
Boletins nos. 13 e 15 do S.P.I.
Recorte do jornal "A Gazeta" de 24-1-59.
Recorte do "O Jornal" de 14.12.58.
Fotografia da Construção da lancha
Recorte do Jornal do Comércio de 7.7.59.
Fotografia de um angulo do Curral da Faz. S. Marcos
Cópia do Ofício à SPEVEA, remetendo a prestação de contas
Fotografia da inauguração do Museu do Índio
Recortes de jornais de Manaus (Am)
Cópias dos Rádios ns. 35 e 54 da IR-1 e respostas ns. 29 e 32 do Cel Guedes
Fotografia da Estação-Rádio instalada do Ajuricaba
Original da Portaria n. 21 de 22.6.59 (dispensa de chefia)
Recortes de Jornais sobre a minha despedida de Manaus
Recorte do Jornal do Comercio de 3.7.59.
Cópia da Portaria n.39, designando-me Assessor Administrativo da Delegacia Federal de Agricultura em Pe.
Cópia da Carta de dr. Geraldo Pinheiro, sub-Procurador Geral do Amazonas.

VIRE



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

5356
BGA

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO EM ORDEM CRONOLÓGICA

COPIA

R E S E R V A D O

AGRINDIOS CORONEL LUIZ GUEDES
DIRETOR S P I RIO (DF)

35 19 1 59 COMUNICO-VOS TENENTE EUTRÁSIO JOSÉ SOARES
CHEGANDO ÔNTEM DOMINGO ESTA CAPITAL VG RUMOU AEROPORTO DIRETAMENTE
PARA FLUTUANTE INSPETORIA EXIGINDO DESLOCAMENTO LANCHAS JOSÉ BONIFÁCIO
PARA PÔSTO BARBOSA RODRIGUES SEM NENHUM ENTENDIMENTO ESTA CHEFIA PT
NÃO PODENDO REALIZAR GESTO IMPENSADO VIRTUDE AUSÊNCIA TRIPULAÇÃO QUE
GOSAVA REPOUSO SEMANAL VG PROCUROU MOTORISTA JOSEH SAMUEL MANDANDO-O
MINHA PROCURA SEGUINTE RECAD0 BIPT ASPAS DIGA SENHOR TUBAL QUE VENHA
CÁ QUE DIRETOR ESTÁ AQUI PT CASO ÊLE NÃO QUEIRA VIR MANDE COMBUSTÍVEIS
PORQUE PESSÔA DÊLE NÃO ME INTERESSA ASPAS PT ESTRANHANDO TÃO GROSSEIRO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

5360

BJA

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO EM ORDEM CRONOLÓGICA

COPIA

CONTINUAÇÃO DO RÁDIO NÚMERO 35 -

HARMONIA REINANTES GRAÇAS VOSSA SÁBIA
ET SERENA ORIENTAÇÃO PT RESPEITOSAS SAUDAÇÕES FIALHO VIANNA CHEFE
I R 1 .---

82.01.82, 884.8.00 info



CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO EM ORDEM CRONOLÓGICA

CÓPIA

CONTINUAÇÃO DO RÁDIO NÚMERO 35 -

HARMONIA REINANTES GRACAS VOSSA SÁBIA

ET SERENA ORIENTAÇÃO PT RESPECTOSAS SAUDAÇÕES FIALHO VIANNA CHEFE

---. I R I

Lei n. 3.483, de 8.12.58.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

5361/

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO POR ASSUNTO

Agrindios Coronel Diretor
Belém - Pará

54 22 1 59 Vosso deis nove vg acato et respeito
confiança que depositais Tenente Eufrazio José Soares vg
todavia peço permissão ratificar termos meu rádio três cinco
por expressar verdade irrefutavel pt Permito-me ainda declarar-
vos que não houve humilhação quer minha quer parte chere ///

Substituto vosso representante vg muito contrário vg pois
referido Tenente Eufrazio chegando esta Capital dia domingo
altamente chuvoso vg sem entendimento prévio comigo dirigiu-se
Flutuante exigindo saída lancha imediata sem atentar perigo
estava incorrendo face temporal pt Devo acrescentar que poderei
impossibilidade et afirmei ao vosso Representante realizar
viagem no dia seguinte segunda-feira vg quando comércio aberto
poderia abastecer navegação pt Declarei ainda que lancha havia
saído estaleiro sabado dezesséis horas por isso não havia sido
preparada devidamente pt Aspas Dado modo tratar indistintamente
todos funcionários //

S. Thian



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

5362
BZ

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO POR ASSUNTO

Cont. Rádio 54.

aspas vg por vós vg lamento et sinto-me
deveras surpreso que Tenente Eufrásio não tenha vg como nós
outros vg seguido exemplo tão insigne mestre que sóis pt
Para que não perdure qualquer dúvida sobre relatado meu rádio
trinta e cinco vg permita-me encarecer vossa presença nesta
Inspeção vg para na presença de servidores et do próprio
Tenente Eufrásio esclarecido seja tão ineportuno et desagradavel
incidente pt Esta I.R. senhor Coronel Guedes sob minha gestão
estará sempre portas abertas receber qualquer emissário enviado
Diretoria vg sem qualquer constrangimento vg pois vg este. /////
propósito já vos manifestei pessoalmente pt Respeitosas saudações
Fialho Vianna - Chefe I.R.1. //////////////////////////////////////

J. F. Vianna

MINISTERIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Inspetoria Regional do Amazonas, Acre e Rio Branco

Manaus, 23 de janeiro de 1959

5363
BPA

Recebido de PP122

Dia 23/1

A's 10,55

Por gd

ENDEREÇO

Procedencia BEIEM PA N.º 153 Pls. 85 Data 23 Hora 8,30

AGRINDIOS IR-1

MANAUS AM

Nr 32 de 23/1/59 REFERENCIA VOSSO 54 DE 22 PT VOLTO INSISTIR CONHECER
TENENTE EUFRASIO HA MAIS 30 ANOS PT RELATOU-ME EIE TUDO SE PASSOU INICIAL
MENTE CHEFE SUBSTITUTO CORNELIO MELLO PT REAFIRMO ESTAREM MEU PODER CO/
PIAS RADIOS DATADOS SÃO MARCOS SOLICITANDO CONDUÇÃO PI BARBOSA RODRIGUES
PT MINHA VIAGEM ESTAH PROGRAMADA ET NÃO ME CONVENI ALTERAR PROGRAMA VG
RAZÃO PORQUE NÃO IREI MANAUS PT VOU VISITAR POSTOS ESTA IR PT PROVIDEN/
CIAI CONDUÇÃO TENENTE EUFRASIO DIA 25 PI BARBOSA RODRIGUES PT

J LUIZ GUEDES
DIRETOR SPI



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Inspetoria Regional do Amazonas, Acre e Rio Branco

5364

246

de

de 195

Procedencia

BEIEM

N.º 149 Pls.

Data 22 Hora 10.25

Recebido de

Dia

As

por

ENDEREÇO

AGRINDIOS

MANAUS

NR 29 DE 22/1/59 - CIENTE VOSSO 35 DE 19 PT ESTRANHO ET MUITO TRATAMEN
TO DISPENSADO AIH TENENTE EUFRASIO QUER POR VOHS QUER PELO CHEFE SUBSTI
TUTO PT TENENTE EUFRASIO EH PESSOA MINHA ABSOLUTA CONFIANÇA POIS CONHE
ÇO-O HA CERCA TRINTA ANOS PT TENHO MEU PODER COPIA RADIOS EXPEDIDOS POR
EIE DE SÃO MARCOS VG SOLICITANDO CONDUÇÃO PI BARBOSA RODRIGUES VG RAZÃO
PORQUE NÃO PODE TER EXIGIDO REFERIDA CONDUÇÃO PT DADO MEU MODO TRATAR
INDISTINTAMENTE TODOS FUNCIONARIOS VG SINTOME CHOCADO HUMILHAÇÃO IMPOS/
TA MEU REPRESENTANTE VG O QUE NÃO POSSO ADMITIR PT TENENTE EUFRADIC RE
QUE MANAUS INSPECIONAR MEU NOME PI BARBOSA RODRIGUES PT DEVEIS PROVLIEN
CIAR CONDUÇÃO POSTO PARTI R DIA 25 PT SDS

J L GUEDES
DIRETOR SPI



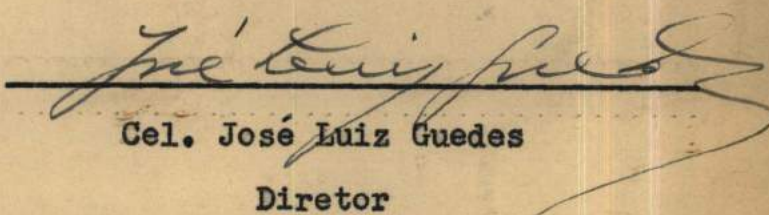


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n.º 31 de 22 de junho de 1959.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE dispensar, de acordo com o artigo 77 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, TUBAL FIALHO VIANA da função de Chefe da 1ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios.


Cel. José Luiz Guedes

Diretor

SC. 17.375/59
SPI. 1.617/59
SA/HCC.

Anotado
S. C. P.

2

7

59

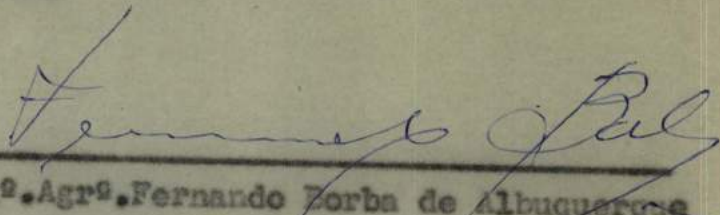
Alfaro

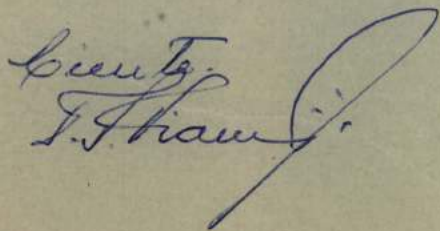
B. A.

PORTARIA Nº 39/64 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.

O Delegado Federal de Agricultura em Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento das D.F.A., Art. 14, itens III e VI, aprovado pelo Decreto nº ... 53.990, de 2 de julho de 1964, publicado no Diário Oficial de 3 do mesmo mês,

DESIGNA, de acôrdo com os artigos 145, item 1º, e 147, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, TUBAL FIALHO VIANNA, ocupante do cargo Inspetor-Índios, Código T. 1.801, - nível 14-B do QUADRO PESSOAL - PARTE PERMANENTE - do Ministério da Agricultura, lotado no Serviço de Proteção aos Índios e posto à disposição desta Delegacia Federal de Agricultura, para exercer a função gratificada 2-F, de Assessor Administrativo desta Delegacia.


Engº. Agrº. Fernando Zorba de Albuquerque
Delegado Federal de Agricultura em Pe.


T. F. Vianna

Geraldo Pinheiro

Rua 24 de Maio, 455

Manáus-Amazonas

5370
C Ó P I A

Manáus, 23 de outubro de 1.959

Meu ilústre amigo Tubal Fialho Viana

Vim a saber por pessoa amiga e digna da confiança, que procuraram denegrir o seu honrado nome, visando o seu afastamento da direção do Serviço de Proteção aos Índios no Amazonas.

Não me contenho em silêncio diante de tal fato.

Depois de uma série de realização e do novo impulso que o amigo deu aos trabalhos da velha Inspetoria, esse teria sido o prêmio burocrático às suas atividades.

Mui antes de sua vinda a Manáus, onde tive a venturad de conhece-lo, já anotara a sua dedicação pela causa de Rondon nas páginas de publicações especializadas, uma delas, a de Estevão Pinto, no seu estudo sobre os Fulni-ô.

Na crise por que passou a repartição no Amazonas, melhor nas várias crises, somente uma patriota da sua tẽmpera seria capaz de reergue-la, inclusive o bom nome das instituição de Rondon, honra e glória de um povo.

Acompanhei de perto, e através da nossa imprensa todo este programa de trabalho. Pressenti que nele havia o verdadeiro espírito de defesa do índio e da vigilância das nossas terras abandonadas.

Numa região onde tudo é difícil, contando com os mais escassos recursos, todos nós amazonenses assistimos o esforço, o carinho e a dedicação dispendidos pelo amigo na sua obra. Há nela muita coisa que lembra os trabalhos do esquecido Bento Lemos. O mal de tudo é que temos congênita uma antipatia pela história, velha mestra dos povos.

Daí não lhe ter negado louvores na Conferência que pronunciei no dia do Índio, a seu convite, na qualidade de modesto estudioso da nossa etnografia indígena.

Em todos os meus contactos pessoais com o amigo entrevi o seu entusiasmo pela causa, você mesmo criou em Manáus uma mentalidade de franca simpatia ao Serviço, depois de tantos erros e desperdícios cometidos.

O pequeno Museu, tão bem organizado, obra sua, as divulgações constantes pela imprensa, o trabalho diurno, como dirigentes de poucas dezenas de heroicos trabalhadores da selva, verdadeiros servidores párias da Nação, o interesse pelas zonas fechadas a vigilância ativa em certas penetrações suspeitas, tudo isso, meu caro Tubal, valem por credenciais de méritos, é uma prova de patriotismo tão útil à pátria, nos dias que correm.

Não desanime meu caro, se lhe destinaram agora uma zona de operação mais acanhada, onde o seu sonho de Brasileiro não pode alargar-se tome-o como repouso merecido. Não creio que a sua fibra se amoleça diante estas pequenas misérias.

Conheci e estudei a obra de um devotado sertanista no Amazonas ligado ao S.P.I. De nada valeram as víboras, tanto as de selva, como as de asfalto. Naquele tempo, Rondon estava à frente direta do Serviço. Diante tantas misérias, resistindo-as, ele porem chegou a proclamar um dia: Resta-nos um consolo. Rondon me fez justiça.

Li alhures, após a morte deste grande brasileiro, uma expressão de um etnólogo patricio em entrevista a um dos jornais do Rio, muito expressiva e oportuna. Ele alertou a Nação para a necessidade de ser mantido vivo e ideal rondoniano, sob pena de todo esse ingente esforço ir por terra.

São coisas passageiras. Você resistirá aos agulhões dos nulos.

Quero lhe transmitir, por isso, o meu apoio incondicional, o meu e dos meus colegas da lei, os quais, em gesto, espontaneamente, se aliaram à homenagem que lhe tributamos às vésperas de sua partida.

Se este depoimento, pálido, mas sincero, lhe servir, utilize-o sem reservas, e conte com a amizade e admiração das mais vivas do

ass) Geraldo Pinheiro
Sub-Procurador Geral do Estado do Amazonas

Reconheço a forma supra,
Dou fé.

Manáus, 26 de outubro de 1959
Em testemunha.... da verdade

ass) Milton Nogueira Marques
Tabelião.

selado com CR\$ 5,50.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
BOLETIM INTERNO

5376

[Handwritten signature]

ANO 2 | RIO DE JANEIRO, D.F. | MARÇO DE 1958 | Nº 13

EXPEDIENTE

Director: Cel. José Luiz Guedes
Chefe da S.A. : Dr Nelson Peres Teixeira
Chefe da S.E. : Nilo Oliveira Vellozo
Chefe da SOA : Luiz de França Pereira de Araujo (Substituto)
Secretário : Insp. Manoel Joaquim D'Avila

*César
Leia pg. 2, 3
7, 11*

SUMÁRIO

1a Parte: Noticiário
2a Parte: Assuntos administrativos
3a Parte: Justiça e disciplina

1a Parte:

REGRESSOU O NOSSO DIRETOR

Após quase dois meses de ausência do convívio com seus auxiliares da sede, regressou o coronel José Luiz Guedes, Diretor de nosso Serviço. A ausência do Chefe máximo de SPI deve-se à viagem de inspeção que empreendeu às 1a, 2a, 4a, 5a e 6a IIRR. Nessa viagem de inspeção, o nosso Diretor foi acompanhado pelo Inspetor Manoel Joaquim D'Avila, Secretário deste Serviço.

PROVAS DE "ARCO E FLECHA"

O nosso Serviço, atendendo a um convite de "O GLOBO", apresentará, no próximo dia 19 de abril - Dia do Índio - no estádio Municipal do Maracã, duas equipes constituídas de índios Xavante e Karajá, / nas grandes provas desportivas de "Arco e Flecha", promovidas pelo consórcio carioca.

Essa demonstração servirá como contribuição do SPI, às comemorações do "Dia do Índio", que será vivamente festejado, com outras grandes demonstrações artística e literária, durante uma semana.

O SPI EM FOCO

O "O JORNAL" editado na capital amazonense publicou interessante notícia sobre as atividades do coronel José Luiz Guedes, Diretor de nosso Serviço, em prol do pagamento do pessoal assalariado sediado / na la Inspetoria Regional, sediada naquela cidade.

Também, aquele órgão da imprensa baré, põe em evidência, os esforços desenvolvidos pelo Inspetor Tubal Fialho Vianna, Chefe daquela Inspetoria, no sentido de serem pagos os salários daqueles que, sem condição de funcionários, dão a sua cota de sacrifícios, para o desenvolvimento e progresso do Serviço de Proteção aos Índios. A notícia publicada pelo "O JORNAL" é longa, e desnecessário se faz transmiti-la na íntegra, pois, nós, servidores do SPI, somos testemunhas das atividades e do carinho com que nosso Diretor trata dos assuntos dos servidores e da Repartição.

UM RELATÓRIO QUE REVELA OS ESFORÇOS
DOS QUE MILITAM NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS
ÍNDIOS.

O coronel José Luiz Guedes, Diretor do SPI, acaba de regressar de sua viagem empreendida ao Centro, Norte e Nordeste do país. Nessa viagem, segundo relatório enviado ao Exm^o Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Mário Meneghetti, foi das mais proveitosas para a nossa Repartição. Destacamos do documento enviado ao Sr. Ministro o seguinte:

" Participo a V. Exa., que, numa viagem que teve a duração de 38 dias, percorri e inspecionei, nos meses de janeiro e fevereiro, as seguintes Inspetorias, bem como, alguns Postes Indígenas às mesmas subordinadas: IR5 (sul de Mato Grosso); IR6 (norte de Mato Grosso); IR1 (Amazônias, etc); IR2 (Pará e Território Federal do Amapá); e IR4 (Pernambuco, etc)

Era minha intenção inspecionar, também, a IR9 (Rondônia), porém, não me foi possível fazê-lo, por falta de lugar nos aviões que servem a-
quele Território.

De modo geral, volto bem impressionado com o que pude observar,

Continúa

pois, ao lado das falhas encontradas, há trabalho produtivo. Assim é que nas IR5 e IR6, a situação está boa, pois, pelo menos não encontrei dívidas e pude verificar o interesse dos respectivos Chefes.

A situação da IRI mudou completamente, desde que ali estive em julho do ano passado e substituí o respectivo Chefe. O atual, sr. Tubal Fialho Vianna, me surpreendeu pelo dinamismo e trabalho realizado em apenas 5 meses. Recuperou quatro lanchas, salvando para o SPI um patrimônio superior a 4 milhões de Cruzeiros, bastando dizer, que a maior delas, avaliada em um milhão e meio de Cruzeiros, esteve a ponto de ser vendida como sucata. Recuperou vários motores das estações de rádio, deu nova organização e novo aspecto à sede da Inspetoria e está desenvolvendo a produção dos postos, de modo a obter renda com que possa melhorar as condições da IR.

O trabalho de pacificação de tribos hostis, executado pelo Inspetor Francisco Meirelles tem sido admirado e louvado, por todas as autoridades, com as quais tive oportunidade de conversar, como também, pela Imprensa e povo do Pará.

Na IR4 foi realizada muita coisa após minha visita ali, em junho de 1957. O plano de trabalho elaborado para melhorar as condições de vários Postos foi concluído em dois terços e o restante está em andamento. Nesta IR, o PI "Nísia Brasileira", situado na Paraíba (baía de Traição) acha-se em ótimas condições de conforto e higiene, sendo digno de notar o trabalho realizado pelo atual Encarregado.

E, finalmente, termina o nosso Diretor, com as seguintes conclusões:

"Posso dizer a V. Exa. que, embora ainda falte muita para atingir o ideal, a situação do SPI tem melhorado bastante, sendo completamente diferente daquela em que encontrei ao assumir sua direção em janeiro do ano passado. Tal é o fruto, tão somente, da fiscalização que tenho procurado exercer pessoalmente, o que, mais uma vez, vem provar que não possível administrar à distância, isto é, não basta mandar fazer, é preciso ir ver o que está sendo feito. Esta afirmativa poderá ser facilmente comprovada, se comparado este relatório com o que apresentei a

BGA

V.Exa., em agosto de 1957, relativo à inspeção que realizei nas IIRR 1,2,3, e 4."

NÓTULAS DA SECÇÃO DE ESTUDOS

Regressou a esta capital, e apresentou-se à S.E., o Etnólogo Mário Simões. Aquele servidor do SPI esteve em viagem de estudos e pesquisas na região do Araguaia.

- Também o etnólogo Roberto Cardoso de Oliveira, deste Serviço, terminou, no sul de Mato Grosso, seus estudos entre as tribos Terena.

- O Chefe da S.E., sr. Nilo Oliveira Vellozo, inaugurou no Museu do Índio, um moderno e bem aparelhado bar. Tal medida deve-se a grande afluência de visitantes que diariamente dirigem-se àquela proprio federal, a fim de tomar contato, através de aparelhos e outros objetos indígenas, com os nossos irmãos que vivem nas matas de nosso país, e atender além dessas pessoas os servidores daquela Secção.

O " DIA DO ÍNDIO "

Os trabalhos para a Exposição que será realizada no Museu do Índio, para comemorar o "DIA DO ÍNDIO", já estão iniciados. Com o apoio decidido da direção do SPI, essa iniciativa do Chefe da SE, será uma realidade. E, para melhor brilhantismo dessa Exposição, o sr. Nilo Oliveira Vellozo instalou a secção de vendas de artefatos indígenas, e, por isso, solicita, por intermédio do B.I., aos Chefes de IIRR e Encarregados de PPII, que remetam material indígena, para revenda.

Também, avisa aos que remeterem material e objetos fabricados pelos nossos índios, que o pagamento desse material será imediato, pois, visa, com isso, a SE incrementar o artezanato entre os nossos silvícolas, e ainda mais, evitar o que está acontecendo nesta Capital, onde firmas comerciais estão expondo à venda objetos rudemente falsificados e rotulados como de fabricação indígena.

oooooooooooooooooooo

PREZADO LEITOR:

AJUDA A DIVULGAR O NOSSO BOLETIM. ELE LEVA A PALAVRA DE ORDEM E DE FÉ DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL A TODOS OS NOSSOS SERVIDORES.

oooooooooooooooooooooooo

MATERIAL RECEBIDO

A Secção de Estudos recebeu da direcção do Conselho Nacional de Protecção aos Índios, grande quantidade de material e objetos indígenas. Dito material será futuramente exposto à visitação pública, na / grande Exposição que terá lugar no Museu do Índio, no próximo dia 19 de abril, como parte das comemorações do "DIA DO ÍNDIO".

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Com o regresso do coronel José Luiz Guedes houve a seguinte movimentação no pessoal lotado na sède de nosso Serviço: o dr. Nelson Peres Teixeira, Chefe da SA, que vinha respondendo pelo expediente do Director, como director substituto, passou a desempenhar as suas funções effective. O sr. Manoel Cezar de Carvalho, passou as funções de Secretário de nosso Serviço ao detentor efectivo, Inspector Manoel Joaquim D'Avila; por sua vez a sra. Margarida Lopes Braga, deixou os cargo de Chefe da SA, que vinha exercendo em virtude do empedimento do titular.

oooooooooooooooooooooooooooo

oooooooooooooooooooo

TRABALHANDO em 14 Estados e em todos os Territórios do Brasil, através de UMA CENTENA de Postos Indígenas, o SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS é hoje uma das nossas principais instituições de assistência social e um dos serviços federais de mais ampla distribuição geográfica no território nacional.

oooooooooooooooooooooooooooo

oooooooooooooooooooo

ELOGIOS AO NOSSO BOLETIM

O sr. Joaquim de Lemos, Agente dêste Serviço, lotado na Barra do Corda, Estado do Maranhão, escreveu à Diretoria do SPI, tecendo comentários sôbre o nosso Boletim Interno. Agradecemos as palavras carinhosas daquele nosso Colega, e, ao mesmo tempo, podemos afiançar que o nosso B.I.

tende a passar por grande reforma, a qual irá agradar muito mais os servidores que vivem no "hinterland" brasileiro, dando-lhes amplo noticiário de interesse da Repartição e de seus auxiliares.

Este é o pensamento de nosso Diretor. Este é o nosso pensamento: "Dar algo para o bom nome de nosso Serviço e bem estar de nossos servidores".

CRIADA UMA UNIDADE SANITÁRIA PARA ATENDER
À POPULAÇÃO INDÍGENA EM XANXERÊ

Há meses, o Chefe do PI "Xapecó", em Santa Catarina, e subordinado à IR7, solicitou providências, no sentido de ser lotado naquele PI, um enfermeiro, a fim de atender à população indígena, ali sediada, vítima sistemática de grandes endemias.

O processo foi amplamente estudado. E, finalmente, o dr. Leão da Mota, Executor do acôrdo, entre o nosso Serviço e o Departamento Nacional de Endemias Rurais, esteve no local e constatou a necessidade de ser atendida à pretensão do sr. Nereu Moreira da Costa, Chefe do PI ali existente.

E, diante do parecer daquele facultativo, teve o seguinte desfecho o referido processo: "Ciente. O dr. Leão da Mota esteve no local e verificou a procedência e justeza da solicitação. Teve entendimentos com o dr. Mário Ferreira, Chefe da Circunscrição do D.N.E.Ru, de Santa Catarina, ficando assentado a criação de um Pôsto em Xanxerê, provido de medicamentos para tratamento das endemias existentes na região e dirigido por um guarda sanitário experiente e de muito bom conceito social na região, o sr. Inácio Martins de Lara."

E, agora, nos chegam notícias de que a Unidade Sanitária ali instalada para atender à população indígena, está em pleno funcionamento.

oooooooooooooooooooooooooooo
oooooooooooooooooooooooooooo

P R E Z A D O L E I T O R

O BOLETIM INTERNO do SPI é o meio mais fácil de levar ao teu conhecimento as decisões e a palavra de ordem da Direção. Divulga-lo é uma necessidade.

BEM IMPRESSIONADO O DIRETOR DO SPI

O diretor do Serviço de Proteção aos Índios, coronel José Luiz Guedes, realizou uma viagem de inspeção às dependências do SPI, localizadas nos Estados de Mato Grosso, Amazonas, Pará e Pernambuco, além do Território do Amapá, nos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano, havendo recebido boa impressão com o que teve oportunidade de observar.

Tendo regressado recentemente, o diretor do SPI, enviou um relatório ao ministro Mario Meghetti, descrevendo suas atividades de inspeção e elogiando trabalhos dos responsáveis por postos e inspetorias regionais do Serviço. Enalteceu, sobretudo as medidas tomadas pelo Chefe da IRL, sr. Tubal Fialho Vianna, que demonstrou capacidade de trabalho / nos cinco meses que chefia a dependência do SPI. Esse funcionário do Ministério da Agricultura providenciou inclusive a recuperação de 4 lanchas, salvando para o SPI um patrimônio superior a quatro milhões de cruzeiros.

No relatório, frisa o coronel José Luiz Guedes, que a situação do Serviço de Proteção aos Índios tem melhorado bastante, procurando-se tudo fazer para torná-lo um órgão padrão dentro do Ministério. (Transcrito do "Correio da Manhã, do dia 8.03.958).

Idênticos noticiários sobre o SPI a imprensa carioca publicou nesse mesmo dia.

F É R I A S

No corrente mês entraram em gozo de férias regulamentares, referente ao ano em curso, os seguintes funcionários:

Dalmo Esteves de Almeida, Joaquim Alves da Cunha, Glauco Soares de Souza, Germano Dalhão, Orlando Alves Carneiro, Sydá Souza Melo, Mário Rozendo da Costa, Américo Jorge e Gelson Antônio das Chagas.

POSSE DE FUNCIONÁRIO EM CHEFIA

Tomou posse, perante o Delegado Fiscal do Tesouro Nacional, no Estado do Amazonas, o Inspetor Alfredo José da Silva, designado para exercer a função gratificada, FG-4, de Chefe da IR6, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso. O referido servidor entrou imediatamente no exercício do cargo.

5383
B96

BOLETIM INTERNO
oooooooooooo

TRABALHANDO em 14 Estados e em todos os Territórios do Brasil através de UMA CENTENA de Postos Indígenas, o SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS é hoje uma das nossas principais instituições de assistência social e um dos Serviços Federais de mais ampla distribuição geográfica no território nacional.

oooooooooooooooo
oooooooooooo

2a Parte:

P O R T A R I A S

Atos do Diretor:

Nº 11, de 04.3.958:

Resolve localizar, "ex-officio", no interesse da administração, no PI "Padre Alfredo Dâmaso", município de Porto Real do Colégio, no Estado de Alagoas, onde passará a ter exercício, Mario da Silva Furtado, ocupante da função de Atendente, lotado neste Serviço, e pressntemente com exercício no PI "General Dantas Barreto", município de Aguas Belas, no Estado de Pernambuco,

Nº 12, de 04.3.958:

Resolve localizar, "ex-officio", no interesse da administração, no PI "General Dantas Barreto", município de Aguas Belas, Estado de Pernambuco, onde passará a ter exercício, Lino Alves de Oliveira, Agente, lotado neste Serviço, é presentemente com exercício no PI "Barbosa Rodrigues", no Rio Antas Açu, no Estado do Amazonas.

Nº 13, de 05.3.958:

Resolve tornar sem efeito a Portaria nº 83, de 27.8.957, que aplicou a João Batista Chuvas, Inspetor lotado neste Serviço, e com exercício no PI "Mundurucu", município de Itaituba, Estado do Pará, a pena de suspensão por 15 (quinze) dias, a ser cumprida no período de 28.8 a 11.9.957, por falta grave, de acôrdo com o art. 205, do Estatuto do Funcionário Público da União, visto, como deixou de cumprir ordem já reiterada dests Diretoria, para seguir com destino a Belem, Estado do Pará, a fim de prestar esclarecimentos ou sindicância que se processa na Séde da IR2,

Nº 14, de 10.3.958:

Resolve localizar, "ex-officio", no interesse da administração, no PI

"Guarita", município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul, onde passará a ter exercício, Silvío dos Santos, ocupante da função de Inspetor, lotado neste Serviço, e presentemente com exercício na cidade de Braúna, Estado de São Paulo.

Nº 15, de 11.3.958:

Designa João Nazareth, Auxiliar de Escritório, lotado neste Serviço e com exercício nesta Diretoria, para acompanhar os processos desta Serviço, nas seguintes Repartições: Departamento de Administração, Divisão de Material, Divisão do Pessoal, Tribunal de Contas, Contadoria Seccional junto ao Ministério da Agricultura; Departamento Administrativo do Serviço Público, e de tôdas as demais Repartições, quando necessário.

Nº 16, de 11.3.958:

Resolve localizar, "ex-officio", no interesse da administração, no PI "Caramuru", município de Itabuna, Estado da Bahia, onde passará a ter exercício, José Batista Ferreira Filho, Agente lotado neste Serviço, e presentemente com exercício na Ajudância do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Nº 17, de 11.3.958:

Resolve elogiar José Gabinio de Farias, ocupante da função de Auxiliar de Inspetor, lotado neste Serviço e com exercício no PI "Nisia Brasileira", município de Mamanguape, Estado da Paraíba, por ter, além de cumprido de forma elogiosa seus deveres, empenha em permanente atividade junto às autoridades e população daquele município, no sentido de manter a Reserva Indígena em franco progresso, quer no desenvolvimento da cultura agrícola local, quer no saneamento e higienização das casas de moradia.

Nº 18, de 11.3.958:

Resolve elogiar Sebastião Francisco da Silva, Auxiliar de Inspetor, lotado neste Serviço e com exercício no PI "Nisia Brasileira", município de Mamanguape, Estado da Paraíba, por ter, além de cumprido de forma elogiosa seus deveres, empenha em permanente atividade junto às autoridades e população daquele município, no sentido de manter a Reserva Indígena em franco progresso, quer no desenvolvimento da cultura agrícola local, quer no saneamento e higienização das casas de moradias.

Nº 19, de 13.03.958:

Resolve localizar, ex-officio, no interesse da administração, no PI "Xucuru", município de Pesqueira, Estado de Pernambuco, onde passa rá a ter exercício, Roberto Florentino de Albuquerque, ocupante da fun ção de Agente, referência 21, lotado neste Serviço, e, presentemente, com exercício no PI "Padre Alfredo Dâmaso", município de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas.

Nº 20, de 25.3. 958:

Resolve localizar, ex-officio, no interesse da administração, no PI "Irineu dos Santos", município de Palmeira dos Índios, Estado de A lagoas, onde passará a ter exercício, Cícero Cavalcanti de Albuquerque, ocupante da função de Auxiliar de Inspetor, referência 21, lotado nês te Serviço, e, presentemente, com exercício no PI "Nisia Brasileira", município de Mamanguape, Estado da Paraíba.

Nº 21, de 25.03.958:

Resolve aplicar a José Batista Ferreira Filho, Agente, referên - cia 21, lotado neste Serviço e com exercício na Ajudância do Rio Gran - de do Sul, em Porto Alegre, RGS, a pena de suspensão, por 5 (cinc) / dias, a ser cumprida no período de 25.3 a 29.3.958, por falta grave, visto, viajou para o Rio de Janeiro, sem permissão, apesar de várias recomendações em contrário que lhe foram feitas, deixando o PI "Gua - rita" abandonado.

Nº 22, de 26.03.958:

Resolve delegar competência ao Inspetor, referência 26, Tubal Fialho Viana, Chefe da 1ª IR, FG. 1, com sede em Manaus, Estado do A - mazonas, para representar o Diretor deste Serviço na lavratura da es - critura pública de compra e venda de terras dos PPII "Barbosa Rodri - gues" e "Ticunas", naquele Estado.

Nº 23, de 29.03.958:

Resolve localizar, ex-officio, no interesse da administração, no PI "Kiriri", município de Cícero Antas, Estado da Bahia, onde passa rá a ter exercício, Miguel Benjoni da Fonseca, ocupante da função de Agente, referência 20, lotado nes Serviço e presentemente com exer - cício no PI "Irineu dos Santos", município de Palmeira dos Índios, Es - tado de Alagoas.

ORDENS DE SERVIÇO INTERNO

Nº 36, de 05.03.958:

Resolve elogiar os servidores abaixo mencionados, pois além de terem cumprido de forma elogiosa seus deveres normais, exerceram com muita eficiência serviços de reparos na Frota de lanchas pertencentes à IR 1, deste Serviço: Pedro Andrade, artífice; Arruda Filho, mecânico; Pedro Coelho de Souza, Aux. de Sertão; José Samuel da Silva, motorista; Florentino Ferreira Lima, motorista; e José Lopes de Souza, trabalhador.

Nº 37, de 06.03.958:

Determina ao atual Chefe da IR 6, com sede em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, Inspetor Alfredo José da Silva, adotar as seguintes normas de serviço:

- 1) Desenvolver a produção dos Postos, de acordo com as possibilidades agrícolas de cada região, de modo a conseguir renda; 2) Dar toda assistência ao índio, empregando a verba "Auxílio aos Índios", em benefício realmente dos Postos; 3) Manter um ambiente de absoluta concordialidade entre os funcionários, tratando-os da mesma maneira, não havendo na Repartição funcionários privilegiados; 4) Entrar em entendimentos com todas as autoridades locais, procurando obter colaboração das mesmas com o Serviço; 5) Fazer relatório, circunstanciado, de como encontrou a Inspetoria, enviando-o, com a possível urgência à Diretoria, ressaltando a situação em que se encontram os PPII; 6) Lotar os PPII com Agentes, de preferência servidores menssalistas, exercendo rigorosa fiscalização das atuações dos mesmos, não só na gerência dos Patrimônios, mas também, nas relações com a população indígena, de modo a manter perfeita harmonia entre eles e civilizados; e 7) Remeter à Diretoria uma relação de todos os funcionários assalariados, com os vencimentos de cada um.

Nº 38, de 27.03.958:

Designa João Mendes Ferreira, Aux. de Inspetor, deste Serviço, servindona IR 2, em Belém do Pará, a fim de seguir para o PI "Las Casas", para apurar irregularidades.

Nº 39, de 10.03.958:

Designa os servidores Josias Ferreira de Macedo e Mário Ferreira Simões, para organizarem o Anuário do SPI, referente ao ano de 1957.

Nº 40, de 10.03.958:

Autoriza o Sr. Tubal Fialho Viana, Inspetor referência 26, deste Serviço, com exercício na IRL, em Manaus, exercendo as funções de Chefe, seguir para Ajudância São Marcos, a fim de fazer aplicação suprimimento SPVEA, estudar in loco as possibilidades de erguimento Ajudância.

Nº 41, de 10.03.958:

Autoriza o Sr. Gilberto Pinto Figueredo Costa, servente referência 19, com exercício na IR 1, em Manaus, a fim de acompanhar o Chefe da referida IR, à Ajudância São Marcos.

Nº 42, de 11.03.958:

Designa João Barreto de Souza, Artífice, admitido na forma do Decreto-lei nº 2.583, de 14/9/940, para seguir com destino a Goiânia, Estado de Goiás, para verificar e instalar a Estação de Rádio da 8ª IR naquele Estado.

Nº 43, de 12.03.958:

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e tendo em vista a petição do Sr. WALDOMIRO ARBO (SPI 1.061/58 e SC 10.270/58), e, em virtude de entendimento verbal com sua Exª, sobre o citado assunto - Autoriza o referido Sr. Waldomiro Arbo retirar do PI "Guarita" (IR 7) - RGSul a madeira de sua propriedade, que já se acha cortada.

Nº 44, de 14.03.958:

Resolve dispensar o Inspetor, 26, Silvio dos Santos da função de Chefe da Ajudância de São Paulo, com sede no PI "Curt Nimuendajú", município de Avaí, naquele Estado.

Nº 45, de 14.03.958:

Resolve extinguir a Ajudância de São Paulo, com sede no PI "Curt Nimuendajú", município de Avaí, naquele Estado, ficando os PPII "Icatú", "Curt Nimuendajú", "Vanuire" e Itanhaem subordinados diretamente à IR 5.

Nº 46, de 17.03.958:

Autoriza, o Sr. Deocleciano de Souza Nenê, Inspetor, referência 26, deste Serviço e com exercício na IR 7, em Curitiba, Estado do Paraná, seguir com destino à IR 5, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, a fim de legalizar prestação de contas.

Nº 47, de 20.03.958:

Autoriza, o Sr. Alfredo José da Silva, Inspetor referência 25, deste Serviço e com exercício na IR 6, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, onde é chefe, seguir com destino à Região de São Lourenço, a fim de inspecionar os PPII ali localizados.

Nº 48, de 20.03.958:

Autoriza, o Sr. Benamour Brandão Fontes, Auxiliar de Inspetor, referência 21, deste Serviço e com exercício na IR 2, em Belém do Pará, seguir com destino à Turma de Atração Curuá e Xingu, bem como aos PPII Nilo Peçanha e Gorotire, a fim de efetuar pagamentos e conduzir carga.

Nº 49, de 24.03.958:

Autoriza, o Sr. Antonio Cornelio de Melo, Rádio Telegrafista, referência 23, dêste Serviço e com exercício na IR 1, em Manáus, Estado do Amazonas, para seguir com destino a esta Capital, a fim de tratar de assuntos atinentes a Estação Radiotelegráfica.

Nº 50, de 27.03.958:

Resolve conceder dispensa, a partir de 1º de abril de 1958, ao Sr. Roberto Cardoso de Oliveira, assalariado, da função de Etnólogo, tendo em vista o que consta do processo SPI 1.492/58.

Nº 51, de 27.03.958:

Resolve admitir, a partir de 1º de abril de 1958, de acôrdo com o Decreto-lei nº 2.583, de 14 de setembro de 1940, na função de Etnólogo, o Sr. Geraldo Pitaguary, com o salário mensal de Cr\$ 11.000,00, (onze mil cruzeiros), vaga em virtude da dispensa de Roberto Cardoso de Oliveira.

Nº 52, de 27.03.958:

Resolve admitir, a partir de 1º de abril de 1958, de acôrdo com o Decreto-lei nº 2.583, de 14 de setembro de 1940, na função de Museologista, o Sr. Ernani Luz, com o salário mensal de cr\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos cruzeiros), vaga em virtude da admissão do Sr. Geraldo Pitaguary em outra função.

Nº 53, de 27.03.958:

Autoriza, o Sr. João Batista Chuvas, Inspetor referência 26, / dêste Serviço e com exercício na IR 3, em São Luiz do Maranhão, para seguir com destino ao PI "Capuirá", a fim de inspecioná-lo, bem como verificar a execução do enfermeiro da Ajudância, no tratamento de moléstias venéreas em diversos índios do referido Pôsto.

Nº 54, de 28.03.958:

Designa o Inspetor, referência 25, Glaucio Soares de Souza, com o exercício nesta Diretoria, para proceder a uma sindicância relativa ao que é informado pelo servidor Walter Vellozo, conforme SPI 1 433/58.

Nº 55, de 31.03.958:

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, tendo em vista esclarecer, convenientemente, os documentos em trânsito nesta Diretoria, recomenda que nos "encaminhamentos", "informações" ou "pareceres" que forem feitos sôbre qualquer documento se proceda da seguinte maneira:

- a) - a informação, encaminhamento ou parecer constará sempre de dois itens;
- b) - no item 1º, será feito um resumo do assunto em tela;
- c) - no item 2º, virá então o parecer ou informação, por exemplo:
 - 1) - Papeleta da Presidência da República tratando de tal assunto.

~~B2A~~

3. De todos os pareceres, encaminhamentos e informações, deverá, /
sempre, ficar uma cópia na Seção ou Inspetoria.

0 7 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0

ELOGIOS A SERVIDORES

Também foram elogiados pelo Sr. Diretor do S.P.I., os seguintes servidores: José Gabinio de Farias e Sebastião Francisco da Silva que além de cumprido de forma elogiosa seus deveres, empenha em permanente atividade junto às autoridades e população do município de Mamanguape, Estado da Paraíba, no sentido de manter a Reserva Indígena em franco progresso, quer no desenvolvimento da cultura agrícola local, quer no saneamento e higienização das casas de moradia.

O Diretor do S.P.I., resolve aplicar a José Batista Ferreira Filho, Agente dêste Serviço com exercício na Ajudância do RGSul, em Porto Alegre, a pena de suspensão, por 5 (cinco) dias, a ser cumprida no período de 25.03 a 29.03.958, por falta grave, visto, viajou para o Rio de Janeiro, sem permissão, apesar de várias recomendações em contrário que lhe foram feitas, deixando o PI "Gurita" abandonado.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, após examinar a exposição feita pelo Inspetor João Batista Chuvas, ex-Encarregado do Posto Indígena "Mundurucu", no processo S.P.I. 3.620/57 - S.C. nº .. 32.710/57, resolveu tornar sem efeito a Portaria nº 83, de 27 de agosto de 1957, que aplicou àquele servidor, pena de suspensão por 15 / (quinze) dias, por ato de indisciplina.

BOLETIM INTERNO

Assim, o nosso Diretor, após ler, com atenção, as razões apresentadas pelo referido servidor do S.P.I. proferiu o seguinte despacho:

"TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO ACIMA, TORNO SEM EFEITO A PUNIÇÃO IMPOSTA AO INSPETOR JOÃO BATISTA CHUVAS, POR NÃO TER FICADO PROVADO SER A MESMA JUSTA. PREFIRO ERRAR BENEFICIANDO, A ERRAR PREJUDICANDO A QUALQUER FUNCIONÁRIO".

Confere

Coronel José Luiz Guedes
Diretor do S.P.I.

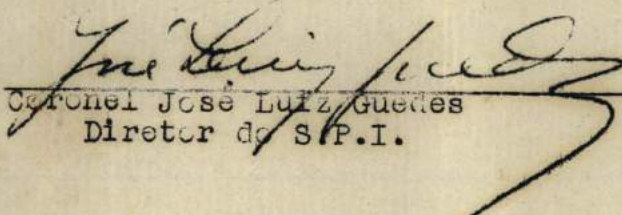
Luiz de França Pereira de Araujo
Chefe da SOA em exercício

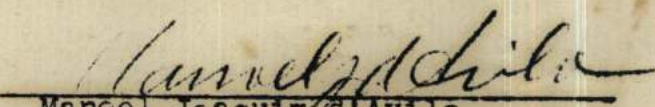
C O O P E R E para a perfeita circulação do Boletim Interno .
Ele leva o entusiasmo de nossas atividades e realizações ao Pô-
sto Indígena situado no mais longínquo rincão Brasileiro, promovendo a to-
dos o conhecimento rápido e perfeito da vida administrativa do Serviço de
Proteção aos Índios.

oooooooo

OBSERVAÇÃO: O Parecer nº 280, emitido pelo Sr. Consultor Jurídico do Mi-
nistério da Agricultura, exarado no processo - Crimes prati-
cados por silvícolas - publicado à página 6 do presente Bole-
tim, deverá ser repetidamente divulgado e comentado para os
índios de todos os Postos Indígenas do Serviço de Proteção /
aos Índios.

C O N F E R E


Coronel José Luiz Guedes
Diretor do S.P.I.


Manoel Joaquim d'Ávila
Chefe da S.O.A.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

5392
B2

BOLETIM INTERNO

ANO 2	RIO DE JANEIRO, D.F.	ABRIL DE 1958	Nº 15
-------	----------------------	---------------	-------

EXPEDIENTE

Diretor: Cel. José Luiz Guedes
Chefe da S.A.: Dr. Nelson Perez Teixeira
Chefe da S.E.: Nilo Oliveira Vellozo
Chefe da SOA.: Manoel Joaquim d'Avila
Secretário : Humberto Cesar Carvalho

13
14.

SUMÁRIO

- 1ª Parte : Noticiário
2ª Parte : Assuntos administrativos
3ª Parte : Justiça e disciplina

1ª Parte:

VIAGEM DE INSPEÇÃO DO SR. DIRETOR
AOS POSTOS INDÍGENAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Viajou o Sr. Diretor do S.P.I., na 2ª quinzena de Abril aos P. P.II. "Icatú", "Vanuire" e "Curt Nimuendajú" no Estado de S. Paulo, onde teve a oportunidade de verificar in-loco, a execução do plano de Trabalho elaborado, visando o incremento da produção agrícola.

Na mesma ocasião, atendendo ao convite do Centro Cultural Mário de Andrade, da Cidade de Tupã, assistiu as cerimônias cívicas ali realizadas em comemoração ao Dia do Índio.

O Governo da cidade declarou hóspede oficial, - o Sr. Cel. Diretor do S.P.I., nos dias que ali permaneceu.

Em várias solenidades teve ensejo de realçar as atividades do S.P.I., na atualidade.

ooooo
o

O DIA DO ÍNDIO

Cumprindo o programa de festividades alusivas à data, foi solenemente inaugurada a Exposição sobre "Índios das Florestas Tropicais", realizada no Museu do Índio, a qual compareceram centenas de pessoas - convidados especiais, inclusive autoridades civis e militares.

continua -

A inauguração foi presidida pelo Dr. Luiz Guimarães, representante do Exm^o. Sr. Ministro da Agricultura - Dr. Mário Meneghetti.

Na mesma ocasião foi inaugurado um retrato do Exm^o. Sr. Marechal - Rondon - tendo o General Jaguaribe Gomes de Matos descerrado a Bandeira Nacional.

Ainda, em dependência do Museu, teve lugar, a instalação de uma mesa receptora do D.C.T., destinada à venda do "Selo de Rondon", lançado naquele dia, em comemoração ao - DIA DO ÍNDIO.

As solenidades foram iniciadas com o discurso proferido pelo Sr. Diretor do S.P.I., cujo texto transcrevemos abaixo:

- " Exm^o. Sr. Ministro da Agricultura - Exm^{as}. Srs. Ministros - Autoridades diplomáticas - Demais autoridades presentes - Minhas Senhoras - Meus Senhores -

Ao pedir ao Exm^o. Sr. Ministro da Agricultura que dê como inaugurada a Exposição sobre objetos indígenas trabalhados pelos índios das regiões tropicais, comemorando, dessa forma, o Dia do Índio, cabe-me, antes, dizer algumas palavras, resumindo minha atuação no S.P.I., durante um ano e 4 meses.

Devo, pois, dizer, que nêsse curto período nos foi possível fazer alguma coisa em benefício dos nossos silvícolas e também dos nossos funcionários.

Tendo feito quatro viagens de inspeção, percorrendo tôdas as Inspetorias e inúmeros Postos Indígenas espalhados por quase todo o país, tendo, assim, praticamente, percorrido todo o Brasil, me foi possível aqui-latar as necessidades dos nossos irmãos das selvas e, também, daqueles que lhes prestam assistência.

Como consequência dêsse conhecimento, e procurando seguir a trilha inesquecível Marechal Rondon, pioneiro da proteção aos nossos silvícolas, tomamos várias providências que redundaram em benefícios para os índios e para os funcionários assalariados.

Quanto a êstes últimos, êsses benefícios se traduziram em melhores vencimentos, que lhes foram atribuídos em obediência a leis do Congresso, até então não cumpridas.

Com relação aos silvícolas, os benefícios redundaram não só em uma melhor assistência a êles prestada, principalmente, com relação à assistência médica, fornecimento de instrumentos de trabalho, roupas como na defesa de suas terras, problema capital do S.P.I.

Devo ressaltar que tudo que tenho podido fazer é uma consequência lógica do apôio que me tem sido dispensado pelo Exm^o. Sr. Dr. Mário Meneghetti, D.D. Ministro da Agricultura. Tudo que tenho solicitado a S. Excia., tem sido objeto de especiais cuidados e, em 90% dos casos, isto é, sempre que possível, o S.P.I. tem sido atendido em suas pretensões, por parte do Sr. Ministro.

É, portanto, um dever de justiça ressaltar a boa vontade de S. Excia.
continua-

com relação às solicitações que lhe tenho feito.

Cabe-me, ainda, focalizar a cooperação, sempre vantajosa para o S.P.I., de todos os demais órgãos do Ministério da Agricultura, em especial, da chefia do Gabinete, Divisão do Orçamento, Departamento de Administração, Serviço Florestal, Diretoria do Pessoal, Divisão de Caça e Pesca, Fomento Agrícola, Divisões de Defesa Animal e Vegetal, Departamento da Produção Mineral e Serviço de Informações Agrícola (S.I.A.).

À Sua Excia. o Sr. Ministro e a todos os chefes de serviço acima citados, os agradecimentos muito sincéros do S.P.I., através do seu Diretor.

Pego ao Exm^o. Sr. Ministro que dê como inaugurada a exposição e ap^{re}sento, também, às autoridades e pessoas presentes a êste ato, a segurança de minha gratidão.

ooooo
o o o o o

C O N C U R S O

A chefia da S.E., autorizada pelo Sr. Diretor, instituiu um Concurso, o tema - "Índios das Florestas Tropicais" - entre alunos dos ginásios desta Capital.

Ao vencedor será oferecida uma viagem a um de nossos Postos e ao segundo, será oferecido artefatos indígenas.

O concurso em questão foi estendido aos alunos das Escolas Primárias do D.F. e Estado do Rio de Janeiro.

Sobre as bases do concurso, foram distribuídas às Escolas instruções detalhadas, bem como publicada em diversos órgãos de Imprensa.

ooooo
o o o o o

S P I E M F O C O

A Imprensa Carioca em artigos e notas, comentou elogiosamente as solenidades do - DIA DO ÍNDIO.

ooooo
o o o o o

O "Boletim Indigenista" - Vol. XVIII - Num. 1 - Mexico, D.F., Marzo, 1958 - publicou o seguinte:

" Ha muerto un gran Indigenista - Sensible fallecimiento del Excmo. Sr. Mariscal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON - La prensa de todo el Continente ha informado acerca del fallecimiento del ilustre decano del indigenismo continental, Excmo. Sr. Mariscal don Cândido Mariano da Silva Rondon, Presidente del Conselho Nacional de Proteção aos Índios del Brasil, cuyo fallecimiento tuvo lugar el día 19 de enero de este año. - La irreparable pérdida del insigne indigenista brasileño, apóstol de los indios de su patria, que hizo célebre aquella frase profundamente

humanitaria "Morir si fuera preciso, nunca matar", causa sincero pesar. Su nombre será siempre un símbolo, al lado de las figuras próceres del indigenismo continental. El Brasil y todo el Continente Americano lo recordarán siempre con gratitud. De hecho, en su patria una de las entidades brasileñas, el Territorio Rondonia, lleva su nombre. - El H. Consejo Directivo del Instituto Indigenista Interamericano, el Director y Subdirector, así como todo el personal del mismo, manifiestan su sincero pesar por la desaparición del insigne indigenista y expresan de un modo particular a la nación brasileña sus más sentidas condolencias." (pág. 3)

ooooo
o
o

" A GREAT INDIANIST HAS PASSED AWAY - a DEEPLY-MOURNED DEATH OF HIS EXCELLENCY MARSHAL CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON - The press of the entire continent has reported the death of the illustrious dean of continental Indianism, His Excellency Marshal Cândido Mariano da Silva Rondon, President of the National Council for Indian Protection of Brazil, who passed away on January 19 of this year. - The irreparable loss of the renowned Brazilian Indianist, apostle of the Indians of his country, who made famous that deeply humanitarian phrase "To die if necessary; never to kill", has caused profound sorrow. His name will be forever a symbol among the ranks of the distinguished figures of continental Indianism. Brazil and the entire American continent will always remember him with gratitude. In fact, in his own country, one of the regions of Brazil, the Rondonia Territory, bears his name. - The Executive Council of the Inter American Indian Institute, its Director and Subdirector, as well as its entire personnel, express their sincere grief at the passing of the famous Indianist and extend to the Brazilian nation in particular their most profound condolences." (pág. 4)

ooooo
o
o

Na publicação S.I.A. página 3 o S.P.I. foi destacado com o seguinte: " MAIOR PROTEÇÃO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS" - "As comunidades indígenas do País tiveram voltado para elas o máximo da atenção do Serviço de Proteção aos Índios, no ano passado, através de uma série de providências tomadas pela sua direção. Essas providências abrangeram desde a melhoria de assistência e proteção até a regularização da propriedade imobiliária dos silvícolas, aí se incluindo mais intensa fiscalização dos Postos novas pacificações e atrações, assistência médica e educacional, da rede rádio telegráfica através da qual o S.P.I. pôde estar em permanente contacto com os postos mais distantes e resolver com a urgência que a circunstância requer, os mais delicados problemas do índio."

"Convênio para assistência médica"

"Um dos passos mais importantes foi o Convênio firmado entre o SPI e o Departamento Nacional de Índias Rurais, para a criação de unidades sa-
continua -

nitárias indígenas em 75 postos espalhados por todo o País. Passou então o Serviço a contar com equipes de 4 pessoas e 28 enfermeiros, para atender e distribuir medicamentos, instalar farmácias e tomar medidas de caráter sanitário, que deram os melhores resultados. Não morreu nenhum índio, por exemplo, vitimado pela "asiática", enquanto médicos do Departamento Nacional do Câncer e do DNERu, estudaram a incidência daquela enfermidade e da Doença de Chagas."

" Educação e comunicações "

"Também merecem destaque as providências tomadas para melhorar a qualidade do ensino à população indígena. Conta o SPI, atualmente, com uma rede de 55 emissoras radiotelegráficas número êsse que será elevado no corrente ano para 69 unidades. Ainda no ano passado foi iniciado o recenseamento da população indígena brasileira, trabalho êsse que deverá ficar concluído no corrente ano".

oooooooo
oooo

O "Jornal do Brasil", na sua edição do dia 19 de abril p. passado - do publicou uma nota sobre a merenda escolar com o seguinte título: - "MAIS DE 5 MIL CRIANÇAS DAS INSPETORIAS REGIONAIS DO S.P.I. VÃO RECEBER MERENDA". - "Para a execução de um programa de merenda escolar para 5.310 crianças das Inspetorias Regionais do Serviço de Proteção aos Índios, nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Pernambuco, Mato Grosso, Paraná e Rondônia, foi assinado ontem um Termo de Ajuste entre o Sr. José Salvador Julianelli, Superintendente da Campanha Nacional de Merenda Escolar, e o Coronel José Luiz Guedes, Diretor do S.P.I. - De conformidade com o convênio, a Campanha Nacional de Merenda Escolar fornecerá leite em pó destinado, além de outros gêneros alimentícios de alto valor nutritivo; exemplares da Cartilha da Merenda Escolar, mapas, fichas e outros materiais necessários ao controle do trabalho a ser executado e, finalmente, dará orientação técnica e assistência administrativa, segundo as normas em vigor. " - Quanto as atribuições do S.P.I., desnecessário se torna publicar o texto do "Termo de Ajuste", visto já ter sido remetido à todos os PP.II. impressos a esse respeito.-

ooooo
oooo

O "Correio da Manhã" na sua edição de 16 de março p. passado, publicou a seguinte nota sobre "DEVASTAÇÕES EM TERRAS DO MARANHÃO". -

" Os problemas florestais do Maranhão estão sendo estudados por técnicos do Ministério da Agricultura, em face das crescentes denúncias sobre as devastações que ocorrem naquele Estado, sem possibilidades imediatas de uma contenção eficiente. - Impressionado com o que se passa em seu Estado e com as consequências que advirão, o deputado federal Meiva Moreira procurou entendimentos com dirigentes daquele Ministério para orientá-lo, do ponto de vista técnico, nos estudos que realiza em torno de um projeto de
continua -

lei que pretende apresentar, ao exame de seus pares, criando uma grande / reserva florestal no Gurupi. Sobre o assunto, foi realizada, no Minis - tério da Agricultura, uma reunião em que tomaram parte os senhores David de Azambuja, diretor do Serviço Florestal; Coronel José Luiz Guedes, Di - retor do Serviço de Proteção aos Índios; José A. Vieira, diretor do S.I. A.; Wanderbilt Duarte de Barros, diretor-geral do D.N.P.V.; Eliéser Mo - reira, assessor da Confederação Rural Brasileira e Otávio da Silveira - Melo, diretor-substituto do Serviço Florestal, bem assim o deputado Neiva Moreira. Todos tiveram oportunidade de focalizar aspectos do problema / em foco, desde a Semana Ruralista realizada em São Luiz nos primeiros / dias de fevereiro último. - Fêz uma exposição mais longa o Sr. David de Azambuja, a fim de mostrar a urgente necessidade do novo Código Flores - tal para o país, cujo anteprojeto o Executivo submeteu, há tempo, ao Le - gislativo".

0000000
0000000
0000000
0000000

DELITOS PRATICADOS POR SILVÍCOLAS

Parecer nº 280 do Sr. Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura - exarado no processo nº (SPI) 1807/58 - SC. nº 16.481/58 -

" Situação do silvícola perante a nossa legislação penal. Autoridade / competente para decidir da sua imputabilidade ou inimputabilidade, ten - do-se em vista as diversas fases de sua evolução para a vida civilizada. Revogação tácita da Lei 5 484/1928 pelo art. 360 do Código Penal."

Senhor Ministro:

Cogita-se no presente processo de saber-se quais as medidas a serem adotadas pelo Serviço de Proteção aos Índios, com relação aos sil - vícolas, seus tutelados, que venham a praticar um fato delituoso qual - quer.

2. O assunto estava regulado pela Lei n. 5 484, de 27/6/1928, que ex - cluiu êsses silvícolas do regime da lei penal comum, para sujeitá-lo a um sistema punitivo especial, de acôrdo com as diversas fases de sua evo - lução para a vida civilizada.

3. Assim é que, por fôrça dêsse diploma legal, os gentios nômades, ar - ranchados ou aldeados ou de menos de 5 anos de estabelecimento em povo - ação indígena, foram equiparados aos menores de 18 anos e, como tais, su - jeitos ao regime do Código de Menores (art. 29).

4. Para os índios de qualquer dessas categorias, que viessem a praticar alguma infração, obrando com discernimento, a punição estabelecida era a de recolhimento em colônias correccionais ou estabelecimentos industriais disciplinares, por prazo não excedente de 5 anos, a juízo do inspetor / competente (§ 1º).

5. Para os índios que contassem mais de 5 anos de residência em povo - ação indígena, a punição prevista era a de metade da pena correspondente

a infração por eles cometidas, substituída a pena de prisão celular pela de prisão disciplinar, por tempo igual, em estabelecimentos industriais especiais.

6. Somente depois de haverem passado para os centros agrícolas previstos no Decreto n. 9 214, de 15/12/1911, é que esses índios ficavam emancipados desse regime punitivo especial, para serem reputados em pé de igualdade com qualquer cidadão e sujeitos ao regime do direito comum.

7. No projeto de Código Penal de SÁ PEREIRA, eram eles equiparados aos surdos-mudos, sendo considerados, por conseguinte, inimputáveis, salvo / quando adaptados ou instruídos, caso em que, consoante o grau de instrução ou adaptação, a sua imputabilidade poderia ser plena ou restrita - (art. 21); orientação essa também seguida pelo projeto Alcântara Machado (arts. 16 e 17).

8. O regime instituído pela Lei 5 484, que havia sido incorporada à / ~~nossa legislação penal~~ (Consolidação das Leis Penais de VICENTE PIRAGIBÉ, arts. 205 e segs.), ~~vigou até o~~ advento do Código Penal de 1940, que a revogou tacitamente, em virtude de não haver o seu art. 360 ressalvado a sua vigência, como o fizera com relação a outras leis especiais.

9. Com isso, ficaram os nossos gentios sujeitos ao regime da legislação penal comum, como qualquer cidadão civilizado.

10. Assim sendo, dúvida não poderá mais haver de que, face ao nosso / regime instituído pelo Código Penal vigente, o índio que praticar uma infração penal qualquer, terá de ser submetido a processo e julgamento das autoridades competentes, na forma de que dispõe o Código de Processo Penal, não importa a categoria a que pertença.

11. Nesse caso, cabe ao Juiz decidir, diante de cada caso concreto, da responsabilidade ou irresponsabilidade do acusado, tendo em vista o grau de seu desenvolvimento mental, a sua capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, de acordo com o que preceitua o art. 22 do Código Penal.

12. Melhor avisado andaria o legislador se, ao invés de enquadrar os nossos silvícolas na fórmula genérica do dispositivo citado, conferindo ao Juiz amplos poderes para decidir do grau de sua responsabilidade, houvesse definido expressamente a sua posição em face da nossa legislação / penal, à semelhança de que acontecia na vigência da lei por ele revogada e estava previsto nos projetos acima citados.

13. Assim, porém, não o entendeu a ilustre Comissão Revisora do projeto Alcântara Machado, que preferiu não fazer qualquer alusão expressa aos silvícolas, "para evitar que, falsamente, no estrangeiro se supusesse / que ainda somos um país infestado de gentios" (NELSON HUNGRIA, Com. ao / Cód. Penal, vol. VI, pág. 334).

14. De qualquer forma, o que está fora de dúvida é que, com a revogação da Lei 5 484/1928, pelo art. 360 do Código Penal, o gentio delinquente / ficou privado do regime especial a que estava sujeito até o advento des-

dêsse Estatuto Penal, para integrar-se, como qualquer civilizado, no regime da legislação penal vigente.

14. Nessas condições, sempre que um índio seja acusado de uma infração penal qualquer, como ocorre na hipótese versada no presente processo, não poderá o fato a êle imputado deixar de ser levado ao conhecimento da autoridade policial competente, para a instauração do Inquérito Policial e ulteriores tramitações legais, até final julgamento por quem de direito.

É o que nos parece, salvo melhor /
juízo.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1958.

(a) BENJAMIN DE CAMPOS - Consultor
Jurídico.

oooooooo
oooooooo
oooooooo
oooooooo
oooooooo

P R E Z A D O L E I T O R

O BOLETIM INTERNO do SPI é o meio mais fácil de levar ao teu conhecimento as decisões e a palavra de ordem da Direção. Divulgá-lo é uma necessidade.

F É R I A S

No corrente mês entraram em gozo de férias regulamentares, referente ao ano em curso, os seguintes funcionários:

Charlotte Sophie Baumwald, Maria Luiza Jacobina e José Maria da Gama Malcher.

REGRESSO DE FÉRIAS

Regressaram aos seus respectivos setores os seguintes funcionários:

Noemia da Cunha Siqueira e Ivan de Assis Castro.

O Sr. Chefe da SOA - Lincoln Allison Pope, após reassumir suas funções, foi pôsto a disposição do Gabinete do Sr. Ministro da Agricultura, a partir do dia 2 de abril p.passado.

LICENÇA A SERVIDOR

O Sr. José Fábio, servidor da Sa I.R. foi licenciado nos termos do artigo 104 do E.F.P.C.U. , para tratamento de saúde.

POSSE DE FUNCIONÁRIO EM CHEFIA

O Sr. Mancel Joaquim d'Avila que exercia as funções de Secretário do Sr. Diretor, foi designado pela Portaria nº 24, de 2/4/58, para exercer as funções de Chefe da Secção de Orientação e Assistência - FG3 ; entrando em exercício no dia 10 de abril em substituição ao Sr. Lincoln Allison Pope, o qual se encontra à disposição do Gabinete do Sr. Ministro da Agricultura.

5400
9

BOLETIM INTERNO

Assim sendo foi designado para substituí-lo nas funções que anteriormente exercia como Secretário (FG5) do Sr. Diretor, o - Sr. ~~-----~~ Humberto Cesar Carvalho pela Portaria nº 26 de 2/4/58.

Para substituí-los nos seus impedimentos legais, foram designados respectivamente os Srs. Luiz de França Pereira de Araujo (Portaria 33, 11/4/58) na substituição da SOA; e o Sr. Glaucio Soares de Souza - (Portaria nº 39, 2/5/58) na substituição das funções de Secretário do / Sr. Diretor do SPI.

ooooo
ooo

O Sr. João Fernandes Moreira, foi designado pela Portaria nº - 36, de 22/4/58 para substituir o Sr. Chefe da 2ª I.R., em Belém, Estado do Pará, ~~nos seus impedimentos legais, tendo em vista a dispensa do Sr. José de Melo Fiuza. - (Portaria nº 34, de 22/4/58)~~

ooooo
ooo

DISPENSA DE REPRESENTAÇÃO

O Sr. José de Melo Fiuza, Auxiliar de Inspetor deste SPI, lotado na 2ª I.R., em Belém, Pará, foi dispensado das funções de Representante do SPI junto à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com sede em Belém, naquele Estado. (Port. 31, de 7/4/58).

ooooooooo
ooooooooo
ooooo

TRABALHANDO em diversos Estados do Brasil e em todos os Territórios através de UMA CENTENA de Postos Indígenas, o SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS é hoje uma das nossas principais instituições de assistência social e um dos Serviços Federais de mais ampla distribuição geográfica no território nacional.

ooooo
ooo

2ª Parte:

P O R T A R I A S

Atos do Diretor:

Nº 24, de 2/4/58:

Designa, o Sr. Manoel Joaquim d'Avila, ocupante da função de Inspetor, ref. 25, da T.U.M, lotado neste Serviço, para exercer a função de Chefe da SOA, F.G.3, vaga em virtude da dispensa de Lincoln Allison // Pope.

Nº 25, de 2/4/58:

Resolve conceder dispensa a Lincoln Allison Pope da função de Chefe da Seção de Orientação e Assistência, F.G.3 deste Serviço.

Nº 26, de 2/4/58:

Designa, Humberto Cesar Carvalho, ocupante da função de Escrevente Datilógrafo, ref. 23, da T.U.M. deste Ministério, lotado neste Serviço, para exercer a função de Secretário, F.G.5, vaga em virtude da dispensa

de Manoel Joaquim d'Avila.

Nº 27, de 2/4/58:

Resolve conceder dispensa, a Manoel Joaquim d'Avila da função de Secretário, F.G.5 deste Serviço.

Nº 28, de 5/4/58:

Resolve elogiar Lincoln Allison Pope, ocupante da função de Técnico de Educação de Comunidades (contratado), por ter, além de cumprido de forma elogiosa seus deveres, manifestou durante o período em que esteve à frente da Seção de Orientação e Assistência, como seu Chefe, grande tirocínio administrativo, onde se revelou trabalhador incansável, leal, competente, dedicado e dotado de grande espírito de iniciativa, tudo fa^zendo em prol da melhoria da assistência ao índio.

Nº 29, de 5/4/58:

Resolve localizar, ex-offício, no interesse da administração, no P. I. "Xavantã", no rio das Mortes, Estado de Mato Grosso, onde passará a ter exercício, Alberico Soares Pereira, ocupante da função de Auxiliar de Inspetor, ref. 22, lotado neste Serviço e presentemente com exercí - cio no P.I. "Capitão Vasconcelos", no rio Coluene, no mesmo Estado.

Nº 30, de 5/4/58:

Resolve tornar sem efeito a Portaria nº 10, de 5/2/58 que localizou ex-offício, no interesse da administração, no P.I. "Capitão Vasconcelos" no rio Coluene, Estado de Mato Grosso, o Auxiliar de Inspetor, ref. 22, Alberico Soares Pereira, da T.U.M. deste Ministério, lotado neste Serviço e presentemente com exercício no P.I. "Tocantinia", mun. de Pedro // Afonso, Estado de Goiás.

Nº 31, de 7/4/58:

Resolve conceder dispensa a José de Melo Fiuza, Auxiliar de Inspe - tor, ref. 21, da T.U.M. lotado neste Serviço e com exercício na Sede da 2ª I.R., em Belém, Estado do Pará, das funções de Representante do Serviço de Proteção aos Índios junto à Superintendência do Plano de Valori - zação Econômica da Amazônia, com sede em Belém, naquele Estado.

Nº 32, de 10/4/58:

Resolve designar Auxiliar Administrativo, ref. 24, Felício Fiori de Magalhães Costa, da T.U.M. lotado neste Serviço e com exercício nesta Diretoria, para seguir com destino aos PP.II. do Estado de São Paulo e os subordinados à 7ª I.R., a fim de orientá-los e fiscalizá-los, de a - côrdo com as instruções que lhes foram dadas por esta Diretoria. Tratan - do-se de incumbência de prazo superior a trinta dias, cncedo e arbitro em um mês de salário, de ajuda de custo, artigo 130 - Lei nº 1.711, de 28/10/52.

Nº 33, de 11/4/58:

Designa, Luiz de França Pereira de Araujo, Técnico em Organização Pa - trimonial (contratado), lotado neste Serviço e com exercício nesta Dire - toria, para exercer, como substituto automático, a função de Chefe da /

Secção de Orientação e Assistência, F.G.3, durante os impedimentos legais eventuais ou temporários do respectivo Chefe.

Nº 34, de 22/4/58:

Resolve conceder dispensa, a José de Melo Fiuza da função de Chefe da 2ª Inspetoria Regional, F.G.4, como substituto automático.

Nº 35, de 22/4/58:

Resolve localizar, a pedido, na Sede da 2ª I.R., em Belém, Estado do Pará, onde passará a ter exercício, JOÃO FERNANDES MOREIRA, ocupante da função de Auxiliar de Inspetor, ref. 21, da T.U.M. deste Ministério, lotado neste Serviço e, presentemente com exercício no P.I. "Maçã", município de Clevelândia, Território Federal do Amapá.

Nº 36, de 22/4/58:

Designa, João Fernandes Moreira, ocupante da função de Auxiliar de Inspetor, ref. 21, da T.U.M. deste Ministério, com exercício na Sede da 2ª I.R., em Belém, Estado do Pará, para exercer, como substituto automático, a função de Chefe da 2ª I.R., F.G.4, durante os impedimentos legais, e eventuais ou temporários do respectivo Chefe.

Nº 37, de 29/4/58:

Designa o Inspetor, ref. 26, Francisco Furtado Soares de Meireles, Chefe da 2ª I.R., em Belém, Estado do Pará, para, como representante do Serviço de Proteção aos Índios, junto à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com sede nas instalações da 2ª I.R., naquela Capital, com as seguintes atribuições: apresentar planos, justificar, diligenciar, cumprir e fazer cumprir exigências; assinar acordos e convênios; termos aditivos, receber, distribuir, pagar, prestar contas dos dinheiros recebidos, fiscalizar, orientar e assistir todos os trabalhos / realizados com verbas da referida Superintendência e de tudo informar à Diretoria, previamente, e, em relatórios mensais.

Nº 38, de 29/4/58:

Resolve aplicar a Olímpio Martins Cruz, ocupante da função de Agente, referência 22, da T.U.M. deste Ministério, lotado neste Serviço e com exercício na Ajudância de Barra do Corda, na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão, a pena de repreensão, por falta de cumprimento do dever, de acordo com o artigo 204 do mesmo Estatuto dos F.P.C.U, visto como, deixou que 3 (três) índios se ausentassem do P.I. "Capitão Uirá", sob sua // jurisdição, num período de 4 (quatro) meses, por 2 (duas) vezes, apesar / de haver ordem proibitiva nesse sentido.

ooooo
ooooo
o

ORDENS DE SERVIÇO INTERNO

Nº 56, de 20/3/58:

Autoriza, o Sr. Alfredo José da Silva, Inspetor, ref. 25, deste Serviço e com exercício na 6ª I.R., em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, onde é

Chefe, seguir com destino aos PP.II. "Simões Lopes e Coliseu", a fim de inspecioná-los.

Nº 57, de 20/3/58:

Autoriza, o Sr. Francisco Furtado Soares de Meireles, Inspetor referência 26, deste Serviço e com exercício na 2ª I.R., em Belém, Pará, onde exerce a função de Chefe, para viajar com destino a esta Capital, a fim / de tomar parte na Conferência da berracha.

Nº 58, de 20/3/58:

Autoriza, o Sr. Lourival da Mota Cabral, Inspetor refer. 26, deste Serviço, lotado na 7ª I.R., em Curitiba, Estado do Paraná, onde exerce a função de Chefe, para seguir com destino aos PP.II., subordinados aquela Inspetoria, a fim de efetuar pagamento pessoal assalariado.

Nº 59, de 9/4/58:

Resolve elogiar Raimundo Pinto de Araujo, ocupante da função de Auxiliar de Sertão, Assalariado, por ter, além, de cumprido de forma elogiosa seus deveres, pacificou o grupo "Kekraimoro", da tribo Kaiapó, tendo em vista o que consta do processo SPI 741/58.

Nº 60, de 9/4/58:

Designa o Técnico em Motores, Augusto de Souza Leão, para, até ulterior deliberação, servir na Secção de Estudos deste Serviço, a fim de fazer uma verificação "in-loco", da situação dos aparelhos existentes naquela Secção, apresentando sugestões para recuperação daquele maquinário, inclusive prestar assistência técnica aos veículos que servem a esta Diretoria.

Nº 61, de 11/4/58:

Determino que as Lanchas do SPI, nos Estados do Pará e Amazonas, atendam, sem prejuízo de nossos serviços, as requisições feitas pelos Chefes das Agências do Serviço de Economia Rural, nos respectivos Estados, ficando esclarecido que o combustível necessário correrá à conta dos requisitantes.

Nº 63, de 12/4/58:

Determina a todos os Encarregados de PP.II. deste Serviço, por onde se fizer a ação do Dr. Mirandolino Caldas, seja prestada a esse Especialista, toda a assistência necessária, inclusive transporte, desde que pertencente ao Serviço de Proteção aos Índios.

Nº 64, de 14/3/58:

Designa os servidores: Dr. Nelson Perez Teixeira - Manoel Joaquim - d'Avila - Nilo de Oliveira Vellozo - Mário Ferreira Simões - Glaucio Soares de Souza - Geraldo Pitaguary e Humberto Cesar Carvalho para organizarem a Comissão de Recepção do "Dia do Índio".

Nº 65, de 16/4/58:

Autoriza, por 10 dias o Sr. Alfredo José da Silva, Inspetor ref. 25, deste Serviço e com exercício na 6ª I.R., em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, onde é Chefe, seguir com destino a esta Diretoria a fim de tratar de assuntos atinentes àquela Inspetoria.

5404

BPA

Nº 66, de 16/4/58:

Autoriza, o Sr. José de Melo Fiuza, Auxiliar de Inspetor, ref. 21, deste Serviço, lotado na 2ª I.R., em Belém, Estado do Pará, para seguir com destino ao P.I. "Tembé", a fim de inspecionar os trabalhos daquele Pôsto.

Nº 67, de 16/4/58:

Autoriza, ao Sr. Marinoni Almiro Gutemberg, Auxiliar de Inspetor, 22, deste Serviço, Chefe da 8ª I.R., em Goiânia, Estado de Goiás, para seguir com destino ao P.I. "Getúlio Vargas", Ilha do Bananal, pertencente aquela Inspetoria, a fim de fiscalizar a entrega do gado àquele Pôsto.

Nº 68, de 18/4/58:

Autoriza, o Sr. Sebastião Moacyr de Xerez, Inspetor ref. 27, deste Serviço, exercendo a função de Chefe da 3ª I.R., em São Luiz, Estado do Maranhão, para seguir com destino a Ajudância, Pôsto Indígena "Tenente Rabelo" e Escola, a fim de verificar os trabalhos executados naquelas dependências.

Nº 69, de 23/4/58:

Resolve dispensar o Snr. Heinz Foerthmann, Cinematografista, assalariado, de acordo com o Decreto-lei nº 2.583, de 14/9/40, por abandono de emprego, tendo em vista o que consta do processo SPI nº 1.743/58.

Nº 70, de 25/4/58:

Resolve designar o Auxiliar de Serviços, ref. 20 - Américo Jorge para ter exercício na Seção de Orientação e Assistência.

Nº 72, de 30/4/58:

Determina ao Snr. Chefe da 2ª I.R., com sede em Belém, Estado do Pará, seja prestada toda colaboração ao Engenheiro José Raymundo de Andrade Ramos, da Divisão de Geologia deste Ministério, inclusive fornecendo ao mesmo condução (Embarcação) e funcionários aptos.

2. Referido Engenheiro irá proceder a reconhecimentos geológicos nos rios Itacaiunas, Parauapebas e Baixo Araguaia, cujos locais necessário se torna seja o mesmo acompanhado por servidores aptos, em virtude da região ser infestada de índios hostis.

Nº 73, de 30/4/58:

Autoriza, o Sr. Tubal Fialho Viana, Inspetor, ref. 26, deste Serviço, com exercício na 1ª I.R., em Manaus, Estado do Amazonas, onde exerce a função de Chefe, seguir com destino ao P.I. "Ticunas", a fim de inspecioná-lo conforme processo SPI - 1.116/56.

oooooooo
oooooooo
oooo

3ª Parte:

ELOGIOS A SERVIDORES

Cumprindo as determinações da Diretoria do SPI, recebemos o seguinte telegrama da 1ª I.R. em Manaus, Estado do Amazonas:

" 165 de 25/4/58 - Quando se administra com o pensamento voltado para / sinceridade et com pleno conhecimento da causa publica vg os resultados são sempre promissores et positivos pt isto que acontece com esta IR vg neste momento vg sob a jovem direção do Inspetor Tubal Vianna vg acertadamente designado por essa esclarecida Diretoria vg para scerguer esta / particula do SPI vg muito mergulhado no mar dos desenganos pt Quanto começam chegar do Ajuricaba Waupes et do Jatapuh os primeiros resultados / positivos da orientação administrativa de Tubal Vianna não poderia silenciar como membro que sou desta mesma particula pt Daih a expansão do meu contentamento congratulando-me essa Diretoria fase renovadora et construtiva como muito bem diz o vosso Boletim Interno vg eh de todos conhecida pelo acerto da feliz escolha do novo dirigente da IR 1 pt SDS Cornelio Mello Chefe Subst. IRI".

o o o o o
o o o o o
o o o o o
o

Do Sr. Chefe da 4ª I.R. no Recife, Estado de Pernambuco - Sr. Reimundo Dantas Carneiro, recebemos o seguinte:

ORDEN DE SERVICO INTERNA Nº 3

O Chefe da 4ª I.R. do SPI, no uso de suas atribuições, resolve e logiar os seguintes servidores:

- 1 - Inspetor Francisco Sampaio, pela sua dedicação, honestidade e espírito de abnegação, não poupando esforços quando se trata de qualquer trabalho em benefício dos índios;
- 2 - Inspetor Leonel Carneiro de Moraes, por sua eficiente atuação à frente dos serviços de contabilidade, relações com Repartições Públicas e outros trabalhos, em tudo revelando senso de responsabilidade, dedicação e amor ao Serviço;
- 3 - Agente Coriclano Mendonça, pela sua incansável atividade nos trabalhos que lhe são confiados obedecendo à risca as instruções emanadas da Diretoria e Chefe, sempre revelando alto descontentamento em benefício dos Postos que tem dirigido e dos índios que nele habitam;
- 4 - Auxiliar de Inspetor Rui Pedro de Aquino, pela sua atuação à frente do Posto Indígena Pancarú, onde tem se revelado um funcionário à altura das responsabilidades, trabalhador incansável, leal, dedicado e dotado de grande espírito de iniciativa, praticando todos os atos em prol do melhoramento do Posto que dirige e dos índios;
- 5 - Auxiliar de Inspetor José Gabinio de Farias, que trabalhando com abnegação, demonstrando inteligência, vem muito realizando em benefício do Posto Misia Brasileira, e dos índios Potiguaros do Estado da Paraíba;
- 6 - Auxiliar de Inspetor Geraldo Vieira de Melo, responsável pelo Posto Indígena Kiriri, ao qual dedica o melhor de seus esforços, sendo um auxiliar honesto, leal, trabalhador, demonstrando vivo interesse pela causa indígena;

- 7 - Atendente Mario da Silva Furtado, que à frente do P.I. General Dantas Barreto, em Aguas Belas, revelou grande interesse pelo Serviço e Índios Fulni-ô, restaurando e recuperando o patrimônio indígena, trabalhando e colaborando com a Diretoria e Chefia para a resolução de intrincados casos. O Atendente Mario da Silva Furtado, sincero e corajoso, muito auxiliou o Serviço no setor que lhe foi confiado;
- 8 - Agente Agenor da Silva Guedes, vem revelando no Posto Indígena Aticum, grande interesse nos trabalhos, demonstrando vivo entusiasmo pela causa indígena naquele Posto;
- 9 - Agente Manoel Olímpio Navaes, pela sua dedicação e compreensão / das responsabilidades e interesse demonstrando em tudo que se relaciona com assuntos indígenas;
- 10 - Servente Jardelino Pereira de Araujo, índio Chucuru da Serra Orubá, em Pesqueira, leal, sincero, corajoso e trabalhador, sendo um servidor eficiente nos trabalhos que lhe são confiados.

oooooooo
ooooELOGIO AO EX-CHEFE DA SOA

O Diretor do SPI, achou por bem elogiar LINCOLN ALLISON POPE, ocupante da função de Técnico de Educação de Comunidades (contratado), por ter, além de cumprido de forma elogiosa seus deveres, manifestou durante o período em que esteve à frente da Seção de Orientação e Assistência, como seu Chefe, grande tirocínio administrativo, onde se revelou trabalhador incansável, leal, competente, dedicado e dotado de grande espírito de iniciativa, tudo fazendo em prol da melhoria da assistência ao índio. (Portaria nº 28, de 5/4/58)

oooooooo
ooooREPREENSÃO A SERVIDOR

O Diretor do SPI, resolve aplicar a Olímpio Martins Cruz, ocupante da função de Agente, referência 22, da T.U.M. deste Ministério, lotado neste Serviço e com exercício na Ajudância de Barra do Corda, na cidade de Barra do Corda, Estado de Maranhão, a pena de repreensão, por falta de cumprimento do dever, de acordo com o artigo 204 do mesmo Estatuto dos F.P.C.U., visto como, deixou que 3 (três) índios se ausentassem do Posto Indígena "Capitão Uirá", sob sua jurisdição, num período de 4 (quatro) meses, por 2 (duas) vezes, apesar de haver ordem proibitiva nesse sentido. (Portaria nº 38, de 29/4/58).

oooooooo
oooo

5415-
B96

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO-

Em cumprimento à notificação dessa digna Comissão de Inquérito, passo a seguir a apresentar as minhas razões de defesa dentro do prazo legal, na qualidade de indiciado no Inquérito Administrativo ora instaurado no extinto S.P.I.

I. que, realmente utilizava uma convenção adotada no Posto Indígena "Gurita", não considerando código propriamente dito, porque estes sómente são assim classificados quando aprovados pelo Departamento de Correios e Telégrafos - Alfa numérico -. Prova incontestável de que não se tratava na verdade de um código com as suas características próprias que dispensou até hoje as formalidades legais. Código nos termos empregados não passa de força de expressão;

II. que, quando referiu-se no seu depoimento de fls. a "assuntos sigilosos" pretendeu dar ênfase às comunicações, mas, que estes assuntos eram meras comunicações administrativas, de rotina, que mereciam o resguardo das indiscretas endagações dos servidores subalternos. Sabemos todos que na área média e superior da administração pública é raro encontrar a sigilosidade exigida. Muito menos, para não dizer, pior na área do semi-analfabeto, dos homens sem educação doméstica e funcional com os quais somos obrigados a privar no interior.

III. que, segundo a política indigenista adotada pela Diretoria de então, foi organizada uma Polícia Indígena, isto é, constituída exclusivamente de índios do grupo ou grupos existentes nos PP.II., sem a interferência dos servidores do SPI, na escolha dos elementos e sem a intromissão nas medidas disciplinares e punitivas adotadas pela tal Polícia Indígena, no sentido de agravar ou amenizar as penalidades. É forçoso acrescentar que estas penalidades nunca se revestiram de seviciamentos.

IV. que, a venda das 200 rezes não foi realizada com o meu concurso e sim diretamente pelo Chefe da I.R.I., MANOEL MOREIRA DE ARAÚJO, o qual foi pessoalmente, à Fazenda São Marcos para efetivar a venda com a entrega dos animais ao Governo do Território de Roraima. A respeito desta transação, dela o depoente não participou conforme prova com o Boletim Mensal nº 9 do SPI, no qual está publicada a Ordem de Serviço nº 56 dando a incumbência de tarefa

54/5.A.
2.
BA

ao Manoel Moreira de Araújo e Gilberto Pinto de Figueiredo Costa e não a mim, encarregado naquela época da Fazenda São Marcos.

Pelas razões acima expostas, vê-se senhor Presidente da Comissão de Inquérito das declarações (depoimentos de fls.) não se vislumbra a hipótese de perjúrio porque não confessei "ter vendido" e sim "Terem vendido 200 rezes", por quem estava devidamente autorizado. Por outro lado, o depoente não teve intenção de distorcer os fatos, porque tem acima de tudo o discernimento do conceito da verdade.

Isto pôsto, espero pois, que essa honrada e digna Comissão, tome na devida consideração as presente razões como / ato de inteira

j u s t i ç a

Rio de Janeiro, 04 de maio de 1968

Sylvio dos Santos

Sylvio dos Santos
Inspetor-Indios nível 14-B.

5416

VIA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVICO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

AJUDÂNCIA SÃO MARCOS

Mês: SETEMBRO

Ano: 1962

AVISO DA AJUDÂNCIA SÃO MARCOS

A) ÍNDIOS ASSISTIDOS

Homens : 52
Mulheres: 64
Menores de 12 anos Masc. 28
Fem. 31
Total: 175

B) NASCIMENTOS:

Nome	Tribo	Masc.	Fem.	Total

D)

ANEXO REMETEMOS:

Guias de remessa n.º
Ordem de Serviço n.º
Contrôle de medicamentos
Frequência escolar
Movimento de renda

C) ÓBITOS:

Tribo	Idade	Sexo
Macuxi	60	M

E)

PRODUÇÃO

ESPÉCIE	Quantidade	Distribuido aos Índios	Consumo do Posto	Saldo do mês anterior	Saldo por mês seguinte
Leite de gado Lt.Gr\$ 30,00	300	200	100	-	-
Far.mandioca Lt.Gr\$ 30,00	-	450	40	490	-

F)

BENFEITORIAS

Plantamos 9.000 pés (covas) de mandioca; 10 litros de milho; 10 litros de feijão regional e 1 litro de sementes de melancia. Limpamos o pateo e frente da sede. Limpamos as roças de mandioca. Foi acorado e aramado do aldeamento de Vista Alegre. Roçamos a parte interna do gural e suas imediações.-

xxx 1962

setembro

São Marcos, 30

Visto:

Ajudância

1962

de

xxxx

Chefe da Ajudância

[illegible]

PLANTACÕES

(Área em m²)

ROÇADOS: 9.000 pés (côves) de mandioque.

PASTAGENS: 10 litros de milho.

ÁRVORES FRUTÍFERAS: (Indique o n.º de pés)

PLANTAÇÕES: (Idem)

1 litro de sementes de melancia.

Estado sanitário dos índios: Bom. Casos de impaludismo e gripe medicados

deviam nte. Entretanto, em 200 vezes a necessidade do Bônus, de acordo com

a autorização do Senhor Cel. Diretor do S.P.I. pela Portaria nº 56, datada

de 15/9/62. Comemoraremos festivamente o "Dia da Patria", tendo a Escola

Indígena São Marcos desfilado em Boa Vista em parade, recebendo na oportunidade.

de calorosos aplausos da população e autoridades locais. Foi oferecida aos

alunos uma taça com inscrição pela colocação em 12º lugar no grupo corres-
--

pendente. O Exmo. Senhor Governador do Território e outras autoridades vi-

sitaram os alojamentos dos alunos, dedicando expressiva atenção.- Espora-

mes recursos, pois, estamos mantendo o internato com dificuldade.-

BOYDLE OF THE

de 1940 a 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi um dos poucos países da América Latina que não foi ocupado por nenhuma das potências do Eixo. No entanto, a presença dos japoneses no Brasil, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, foi significativa. Os japoneses chegaram ao Brasil em 1908, trazidos por imigrantes para trabalhar nas fazendas e minas. Com o tempo, eles estabeleceram comunidades e, durante a guerra, muitos foram internados em campos de concentração. A presença dos japoneses no Brasil foi um tema importante na história da imigração e da guerra.

~~XXXXXXXX~~ Chefe da IRI

Visto :

São Marcos, 30

setembro

xxx 1962

Ajudância

Enc. XXXX

de

195

Chefe da Ajudância

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
AJUDÂNCIA SÃO MARCOS

Ano: 1962

5417- VIA
Mês: NOVEMBRO

AVISO DA AJUDÂNCIA "SÃO MARCOS"

A) ÍNDIOS ASSISTIDOS

Homens : 52
Mulheres: 64
Menores de 12 anos
Masc. 28
Fem. 32
Total: 176

B) NASCIMENTOS:

N o m e	Tribo	Masc.	Fem.	Total

D) ANEXO REMETEMOS:

Guias de remessa n.ºs
Ordem de Serviço n.º
Contrôle de medicamentos
Frequência escolar
Movimento de renda

C) ÓBITOS:

N o m e	Tribo	Idade	Sexo

E) PRODUÇÃO

ESPÉCIE	Quantidade	Distribuído aos Índios	Consumo do Posto	Saldo do mês anterior	Saldo por mês seguinte
Leite gade vacum Lt=Cr\$30,00	500	420	80	-	-

F) BENFEITORIAS

Continuamos na limpeza das roças de mandioca, milho e feijão, e forte verão vem prejudicando as roças daqueles produtores. Fizemos a limpeza de campo de pause para aviões. Continuamos sem recursos para reparos na prédio da sede e outras necessidades, e para isto, contamos com o destaque para esta Ajudância de parte de apurado com a venda das 200 rézes entregues em setembro último à Prefeitura deste Território.

CRIAÇÃO

ESPÉCIE	Quantidade existente	Adquiridos	Vendidos ou transferidos	Nascidos	Mortos
BOVINOS:					
Machos e fêmeas	2376	-	-	-	-
EQUINOS:					
Machos e Fêmeas	179	-	-	-	-
CAPRINOS:					
Machos e fêmeas	30	-	-	-	-
OVINOS:					
Machos e fêmeas	18	-	-	-	-

PLANTACÕES

(Área em m²)

H	
ROÇADOS:	DERRUBADS:
PASTAGENS:	
ÁRVORES FRUTÍFERAS: (Indique o n.º de pés)	
PLANTACÕES: (Idem)	

I) OUTRAS OCORRÊNCIAS E NECESSIDADES DO PÔSTO:—

Estado sanitário dos índios: Bom. Isolados casos de gripe e impetigo medicados com os recursos desta Ajudância. Terminamos os trabalhos de classificação, ferragem, castração e Cadastre Animal do nosso rebanho, sob a orientação dos servidores Srs. Raimundo e Gilberto, lotados nessa IN, chegados nesta Ajudância para tal fim, tendo os trabalhos chegados aos resultados acima referidos. Calculamos que, aproximadamente, 200 rézeas não foram cadastradas, visto não termos conseguido encerrá-las por se tratar de gado matairo e difícil na pega. Encerramos o segundo período de aulas de corrente exercício, entrando os alunos da Escola Índio São Marcos em férias escolares.

Visto:

Ajudância
xxxxxxx Chefe TRI

São Marcos, 30 de novembro 195
xxx 1962
Insp. Índios Chefe da Ajudância São Marcos

Excmo. Sr. Dr. Presidente da Comissão do Inquerito Administrativo do ex-Serviço de Protecção aos Índios,
Rio de Janeiro

Contestando as denúncias procehdida no inquerito Administrativo do ex-Serviço de Protecção aos Índios, diz Atilio Mosalotti, contra os autores por esta e melhor forma de direito,

E. S. N.

Preliminarmente.

- 1º- O suplicante Atilio Mosalotti, brasileiro, casado, e residente e domiciliado em Curitiba, sito a Travessa João Nepomuceno, 85, que as denúncias é nula porque trata-se uma pessoa inocente, com idoneidade moral comprovada, tanto no exercício da função publica, como na sociedade, pelo abaixo exposto:
- 2º- Enriquecimento ilícito, fls. 1720-1721. - Não sou rico, vivo apenas uma vida controlada, com minha esposa que é funcionaria, sou filho de um operario trabalhador, honrado e honesto, em Palmas, Paraná, onde deixou diversas propriedades bem instaladas, sendo tambem industrial em fabricação de refrigerantes, que é hoje explorada por um irmão diante do falecimento de meus genitores.
- 3º- Cultivo e arrendamento ilegal de terras, em proveito proprio, fls. 1721-1721. - Jamais procedi arrendamento de terras no patrimonio Indigena, sem a devida autorização da Chefia da V.R. 7ª do S.P.I., e a necessaria prestação de contas, da applicação da renda em beneficio do Posto e dos indios, como prova o doc. n° 1; a venda de madeiras em Camisão foi apenas de (10) duricos de palanquetes imprestaveis ao Posto, em vista do cumprimento por minimo da ponte ja apoducido, pela quantia de hoje sobre 2.00, applicados de imediato na construção de casa e cozinha, de madeira

lascada, doc. n.º 2, para habitação de uma família indígena; propriedade em Palmas, adquiri antes de ingressar no S.P.I., possuo casa e terrenos urbano e aforado, doc. n.º 3; em Mangueirinha, doc. n.º 4; em Ponta Grossa, doc. n.º 5; em Curitiba, doc. n.º 6; vendi o predio e terreno urbano em Palmas e em Mangueirinha, construi uma casa n.º de madeira de pinho a n.º de filão; o depoente devia declarar que deixei da agricultura no P.F. Cacique Capanema, em virtude de terem queimado por pessoas ignoradas dois paços abarrotados de trigo, aguardando a fiação, calculado no minimo 200 sacos, sem que tivesse apoio das autoridades para punir os culpados, devia pronunciar-se que esteve na Penitenciaria do Estado, por crime de peculato em Guarapuava, quando bacterario distrital, que possui nesta capital, duas casas de madeira no bairro "Corte Branco", que quando Encarregado do P.F. ex-queimadas, vivia exclusivamente de aforamento da área indígena, que sua vida social é irregular.

4º - Venda irregular de madeiras e da produção de milho do P.F. Dr. Selistie de Campos, fls. 1764-1842-1761 - A venda de milho foi efetuada para cobertura das contas deixadas pelo meu antecessor falecido - Artur Santos, doc. n.º 7; feito a devida apresentação à Chefia da F.R. 7ª, em balancete, juntando a documentação da receita e despesas escrituradas no livro Caixa do Posto; venda de madeiras, provo a palmia n.º 5, em diante.

5º - Incuria administrativa, não prestava assistência aos indios deixando embriagar-se no P.F. Dr. Selistie de Campos, fls. 1829-1830: Admiro muito incuria administrativa, que desde a exoneração do Agente Francisco Fortes, então Encarregado do Posto, isso há mais de dezesseis anos, nunca foi recolhido um real à Chefia da F.R. 7ª, havendo todos os anos grande renda de produtos agrícolas e industriais, apenas má aplicação nos dinheiros, porque o que o Posto dispõe em

maquinários e em estado de verdadeira calamidade e em benfeitorias, nada de concreto e inabarcáveis, encontrei, debito do Posto, de regular monta, doc. n.º 7, que saldei no exercício de 1966, debito esse constatado pelo acessor do falecido - Xereu do Posto, no exercício de 1967, proveniente da venda de cereais recolhidos à chefia da 3.ª R.ª - Sr. Sebastião Lucena da Silva, 7.500 (sete mil quinhentos) cruzeiros novos e proveniente de madeira da desmatação 3.000 (três mil cruzeiros novos) mensão no item 7, além de entregar ao Sr. Ernani Coitinho 1.500 (mil e quinhentas) dúzias de taboas serradas, doc. n.º 8 e 9; assistência hospitalar, sempre atendida com satisfação, declarando que os índios desse Posto, eram felizes nesse sentido, dado ao Posto, por rico, que os índios do Paraná eram encaminhados ao hospital em caso muito grave, ou quando o Encarregado dispunha de recursos financeiros, durante minha gestão mensalmente mandei índios doentes ao hospital, felizmente não houve caso fatal no hospital, como também não deixei dívida de espécie alguma, sendo entregue ao meu sucessor um saldo inferior a 500 70 (cententa e cinquenta) cruzeiros novos. Por o que expus e que posso afirmar que fiz ótima administração.

- 6.º Quando chefe do P. I. D.ª Selistie de Campos, incompatibilizou-se com os índios, rendeiros, invasores, padre, delegado e Juiz sendo pessima sua administração, fls. 1830-1834-176.ª - Incompatibilidade foi apenas com mestiço índio - João Francisco, que costumava em sua casa, fazer baile sem ordem da autoridade indígena, a fim de cobrar a entrada de pessoas estranhas e vender cachaça e vermouth, consentindo a entrada de civilizados, para embriagados aproveitarem-se das índias e armados de revólver brigarem com os índios; aos rendeiros, que não queriam assinar contrato que é obrigatório; aos invasores, fiz todo o esforço para expulsá-los do Território Indígena, mas dada a falta de auxílio das autoridades, confesso que não foi possível, delegado de pr-

de pessimo comportamento, embriagados, briguentos e ruidos, prenderam Antonio Olimpio, que é trabalhador não em-
bria-se e de muita confiança, honesto, de respeito com
sua familia, amarraram numa arvore, bateram com chicote e varas, até duriram um pau na boca quasi arran-
cando os dentes, havendo hemorragia, fatos este de conhe-
cimento do Wismar, que depois de maltratarem dessa
forma, mandou solta-lo dizendo "voce era do Stilio agu-
ente," Antonio Olimpio em liberdade evadiu-se da área,
vendendo sua boa roca e suínos, por valor minimo, sen-
do amparado por um agricultor que conhece seus meritos,
escute outro caso lamentavel, Antonio Olimpio, possui um casal
de filhos e o indio mestico Yesuino Ribas, tambem possui um
casal de filhos, ambos em idade de matrimonio, como eram
namorados foi celebrado os casamentos, termos lavrados
em livro especial, houve grande festa, acontece que dian-
te do espancamento separaram-se, dado os filhos de
Yesuino, não querem residir fora do matrimonio, ambos
os casais já possuem um filhinho, as mulheres que não po-
dem mais casar-se pelo facto, estão sujeitas a cair na vi-
da alegre, enfeitando outros lares. Outro caso que merece
registro, o indio puro Domingos Oliveira, veio com sua mulher
Ambrosina, do P.V. Baiao de Antonina, cerca de 12 anos, Do-
mingos apesar de trabalhador embriaga-se quando vai
ao comercio, briga com a mulher e separam-se, por di-
versas vezes harmonizei, mas Wismar que não espirito
harmonioso, separou-os e fez Ambrosina que tem 10 anos,
casar-se com o indio mestico Tomaz Correia, por termo
no livro especial, depois de comerem os suínos e galinhas
que Ambrosina levou, numa madrugada fugiu e foi ma-
is de 6 kilometros, no paiol onde estava Domingos, a fim
de juntar-se novamente. Os pinheiros do P.V. do Il. Telemaco
Borba, foram vendidos pelo então chefe da V.R. 7ª, já falecido

Hospital de Caridade de Palmas

90

Ilmo. Sr^a India Maria Siqueira de Oliveira

Nº 1

Entrada em 14 / 9 / 1948
às 0 horas

5424

Quarto N. 10

DEVE

23 1/2 Diarias

Cr.\$ 940,00

Diarias do acompanhante

Cr.\$

Injeções aplicadas

Cr.\$ 140,00

Curativos

Cr.\$

Sala de operações

Cr.\$

Anestesia geral

Cr.\$

Medicamentos

Cr.\$ 20,00

Cr.\$

Cr.\$

Cr.\$

Cr.\$

Soma

Cr.\$ 1.100,00

Recebi

Palmas, 25 de

dezembro

de 1948

Selo Rosalina Macedo

Maciel



5425 / Nº 2 -
B2A

Cr\$ 2.000,00

RECEBI do Snr. Atilio Masalotti, Agente do S.P.I. e Encarregado do Posto Indígena de Criação de "Mangueirinha", a importância supra de DOIS MIL CRUZEIROS (Cr\$. 2.000,00) pela construção de uma casa de 7 X 6 metros e uma cosinha de 3,1/2 X 2,1/2 metros, ambas de madeiras lascadas, com exceção das ferragens e serviço do corte de terras e ainda extração de cem (100) dúzias de lascas de pinho, de 14 palmos. E para cõfereza firmo o presente, devidamente selado, para que produza os efeitos legais.

Campinas dos Índios, 8 de Abril de 1948

Luciano P. P.



[Large red wavy line]



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Palmas

Exercicio de 1946

Nº 002164

Imposto Cr. \$ 104,90
Multa Cr. \$
Total Cr. \$ 104,90

Nº 3

5426

O Snr. Atílio Masalotti

pagou a quantia acima de: cento e quatro cruzados

e 90 centavos proveniente do imposto de: Propriedades

e Propriedades de sua Ubal. Floriano - cr. \$ 38,50

870 m. ter. de sua Ubal. Floriano - cr. \$ 26,00

1681 - de sua 7 de Setembro - cr. \$ 13,00 - diaria

cartas de aparelho - cr. \$ 8,80 - Taxas Muls.

Publicas e hoys. Escolares cr. \$ 35,00

relativo ao exercicio atual

Palmas, 19 de março de 1946

Carlos Saldaña

Tesoureiro

ESTADO DO PARANÁ



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA
DIRETORIA DA RECEITA

Exercício de 194

3a. Série

Nº 314160

Exatoria de Rendas de

LIVRO N.º _____

FLS. N.

Cr\$

Cr\$

Cr\$

Cr\$

Cr\$

CFS

Total a pagar

CFS

O Snr.

paga a importância de

(Cr\$

proveniente do imposto ou taxa

TERRITORIAL

NOTA — O presente recibo deverá ser exibido aos funcionários da fiscalização, quando solicitado. — Para efeito de pagamento de imposto ou taxa lançados, é necessário a apresentação deste recibo.

Exator

República dos Estados Unidos do Brasil

Registro de Imóveis

ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA

Eurides Darcy da Cunha

OFICIAL

Talão N°. 127

Transcrição

CERTIFICO que a fls. 298 e sob n°. 23.660.

do livro 39-1. de TRANSCRICAO DAS TRANSAÇÕES. foi

*efetuada a transcrição seguinte: -Consta de dois (2) lotes de terrenos sob
Nºs vinte e dois (22) e vinte e três (23), medindo quatorze (14) metros
de frente por trinta e três (33) metros de fundos, cada lote, situados
na Vila Daisy, no bairro Uvaranas, desta cidade.*

NOME DOMICILIO E PROFISSAO DO ADQUIRENTE
ATILIO MAZALOTE e AVELINO MAZALOTE, residentes nesta cidade.

NOME DOMICILIO E PROFISSAO DO TRANSMITENTE
PEDRO LUIS DE SOUZA e sua mulher, brasileiros, residentes nesta cidade.

TITULO: COMPRA E VENDA

FORMA DO TITULO DATA E SERVENTUARIO
Escritura particular passadas nesta cidade em 9 de Abril de 1.934.

VALOR DO CONTRATO
UM MIL CRUZEIROS (CR\$ 1.000,00).

CONDICÖES DO CONTRATO
PURO E SIMPLES.

Observações: Transc. Antª Nº 3.863 fls 81 Lº 39-nº1.

O referido é verdade e dou fé.

Ponta Grossa, 11 de MARÇO de 1948.

OFICIAL

10.º OFÍCIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
MARQUES
Tabelião Vitalício
José Paulo da Rocha Marques
Rachid Mendry
Cláudia Soares de Oliveira
escritores juramentados
Galeria Tijucas, 9
Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, na data
Curitiba, 11 de fev de 1991

5429 Nº 6

República dos Estados



Unidos do Brasil

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 4.^a CIRCUNSCRIÇÃO
DA COMARCA DA CAPITAL

— FONE 4-0047 —

RUA CRUZ MACHADO, 19 (EDIFÍCIO PIRES)
CURITIBA — ESTADO DO PARANÁ

Talão N. 590
BEATRIZ F. MACIEL
Serventuária

Página 16
ZAMIA P. F. DO AMARAL
Oficial Maior

Certifico que a fls. 80 do livro 4-F foi inscrito hoje
sob n.º 4.589, o seguinte compromisso de compra e venda—
DATA DO REGISTRO— 5 de Abril de 1962.

CIRCUNSCRIÇÃO— Curitiba.

SITUAÇÃO DO IMÓVEL—Travessa Urbano .

CARACTERISTICOS E CONFRONTAÇÕES

Terreno constituido pelo lote numero 7, da respectiva planta, medindo
12mts. de frente para a Travessa Urbano, por 23,50mts. de extensão
da frente ao fundo, por um lado e 24,10m. por outro, perfazendo uma área
de duzentos e oitenta e cinco metros quadrados e sessenta decime-
tros de forma irregular, confinando por um lado com João Vanin, por
outro com João Scorcini e pelo fundo com quem de direito, contendo uma
casa de madeira, coberta de telhas de barro, propria para moradia sob
nº 87, transcrição anterior 29.397 livro 3-AD deste Ofício.

PROMETIDO COMPRADOR—Attilio Mazalotti, brasileiro, casado, residente em
Mangueirinha, n/Estado.

PROMITENTES VENDEDORES—Sezefredo Fecci e s/m Maria Aparecida Cescon
Fecci, brasileiros, aqui residentes.

TITULO—Compra e venda.

DATA DO TITULO—Escrutina lavrada pelo 8º Tab.d/Capital, em 31 de Ago-
to de 1955.

VALOR—Cr.\$110.000,00, pagos em 44 prestações mensais, sucessivas e
constantes de Cr.\$2.500,00 cada uma, vencendo-se a primeira
dessas prestações em 10 de Junho de 1956.

CONDIÇÕES—As previstas na citada escritura.

Observações:

O referido é verdade e dou fé.

Registro.....Cr.\$800,00
S.Apos.....Cr.\$ 40,00
S.Red.....Cr.\$ 3,00
Total.....Cr.\$843,00

Curitiba, 5 de Abril de 1962.

Zamia P. F. do Amaral

Oficial Maior



786,130

460,000

6500

39.000

1.291,630

2.229,526

1.291,630

2.157,896

4.000

O Chefe da 7ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, usando das atribuições que lhe confere o Art. 14, item III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 52.668, de 11 de outubro de 1.963,

RESOLVE, tendo em vista o que consta - do despacho do Sr. Cel. HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO, Diretor - deste Serviço, proferido no Processo I.R.-7, nº 382/67, autorizar ao Sr. ATILIO MAZALOTTI, ocupante do cargo de Agente de Proteção aos Índios, classe B, nível 6 (P 1802-6.B), do Quadro de Pessoal Parte-Permanente do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço, localizado e presentemente exercendo a função de Encarregado do Posto "Dr. SELISTRE DE CAMPOS", situado no Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, a entregar ao Sr. Ernani Coitinho, ou a quem pelo mesmo fôr autorizado, o total de 1.500 (uma mil e quinhentas) dúzias de madeira de pinho serrada e estocada na serraria do citado Posto.

Ficando outrossim, o Encarregado ora autorizado, com a incumbência de manter rigorosa fiscalização na retirada dessa madeira, devendo comunicar a esta Chefia, tão logo sejam concluídos aqueles trabalhos.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPA-SE

Curitiba, Pr. I.R.-7 - SPI - EM 8 DE 10 DE 1967
Sebastião Lucena da Silva
SEBASTIAO LUCENA DA SILVA
Chefe da Inspeção

SLS/ff.

OFÍCIO DE NOTAS
JOSE BENTO
MARQUES
Tabelião Vitalício
Rua do Povo da Rocha Marques
Rocha Mandry
Cica Soares de Oliveira
advogados juramentados
Galeria Tijucas, 9
Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, n/ data.

Curitiba, 25/04/1995

[Handwritten signature]

19

- DECLARAÇÃO -

Pela presente declaração, feita nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, eu, abaixo assinado, na qualidade de sócio gerente da firma Madeireira Imá Ltda. venho esclarecer o seguinte:

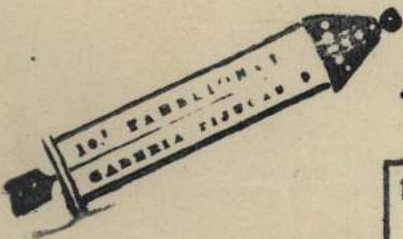
- 1.- Que, na qualidade de gerente da Madeireira Imá Ltda. adquiri do Serviço de Proteção aos Índios a quantia - de 1.500 dúzias (mil e quinhentas dúzias) de táboas de madeira de pinho.
- 2.- Que, esta madeira foi oferecida por edital, publicado na imprensa de Xanxerê, e afixado, ainda, em repartições públicas, tendo a compra, ainda, sido ratificada pelo - Cel. Hamilton de Oliveira Castro.
- 3.- Que, o preço foi pago à vista, e a madeira entregue - pelo sr. Atílio Mazalotti que, na época, era o encarregado do posto, evidentemente cumprindo ordens da chefia;

Declaramos mais, também, que o citado funcionário sempre se houve com toda correção, tendo tido conosco contato em virtude desta transação.

A Moradores da região a forma correta como eram dirigidos os negócios do Posto, não era segredo.

Não conhecemos um fato que desabone sua conduta funcional, naquele Posto Indígena.

Curitiba, 27 de abril de 1.968.



10.º OFÍCIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
MARQUES
Tabelião Vitalício
José Paulo da Rocha Marques
R. S. M. de
S. M. de Oliveira
Av. N. S. do Carmo, 100
C. P. 10.000

Reconheço verdadeira a firma Imá Ltda.
Emami Taitiulio
do que dou fé
Curitiba, 29 de abril de 1968
em testº [assinatura] da verdade.

O Chefe da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, usando das atribuições que lhe confere o art. 14, item III, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.668, de 11 de outubro de 1.963,

R E S O L V E tendo em vista a autorização contida na Ordem de Serviço Interna nº 47, de 3/5/67, expedida pelo Sr. Cel. Hamilton de Oliveira Castro, Diretor do S. P. I., determinar a **ATILIO MASALOTTI**, Encarregado do Poiná "Dr. CELISTRE DE CAMPOS", situado no Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, a proceder à venda, mediante oferta pública, de 60 (sessenta) toros de madeira de pinho, abatidas à margem direita do rio Chapecozinho e mais 30 (trinta) pinheiros e demais madeiras derrubadas em virtude da desmatagem executada para a abertura de uma estrada ligando o Município de Xaxim ao de Abelardo Luz, no suprarreferido Estado.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE

Curitiba, 24 DE 7 DE 1967

Sebastião Lucena da Silva
SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA
Chefe da Inspeção

SLS/ff.

10.º OFÍCIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
ARQUES
Advogado
Escritório
Galeria Tijucas, 9
Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, em data.
Curitiba, 19

[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Alvino de Carvalho
5434 N.º 11

N.º

Recebi do Snr. PÔSTO INDÍGENA CIL. TELIAGUÁ

a quantia de Cr\$ 1.825.000(HUM MILHÃO, OITOCENTOS E VINTE E CINCO MIL CRUZEIROS),
proveniente de n/venda de 1(um) cavalo Cr. 60.000; venda de 1(um) cavalo Cr. 25.000; Cr. 25.000; Cr. 25.000; Cr. 25.000 e 13 bovinos Cr. 1.625.000.

importancia que será lançada no Livro "Caixa" deste Posto.

IR-7, Curitiba, em 23 de junho de 1965

ento de selo, de acordo com o Art. 34
do Decreto n.º 5.484, de 27 de junho de
1928.

Jose Fernando da Cruz
~~XXXXXXXXXX~~
José Fernando da Cruz - Chefe da Inspetoria

10.º OFÍCIO DE NOTAS

JOSÉ BENTO
MARQUES

Tabelião Vitalício

José Paulo da Rocha Marques

Rachel Mendry

Cléia Soares de Oliveira

escreventes juramentados

Galeria Tijucas, 9

Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, a/ data.

Curitiba

19

5435-

Nº 12



SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Recebi do ~~XX~~ POSTO INDIGENA BARÃO DE ANTONINA.

 a quantia de ~~XX~~ Cr\$.118.600- (CENTO E DEZOITO MIL E SEISCENTOS CRUZEI-
 ROS)
 proveniente de saldo em dinheiro existente no caixa do referido Posto.

 importancia que será lançada no Livro "Caixa" desta ~~XX~~ ESPETORIA.

~~XXXXXXXXXXXX~~

Curitiba, 30

dia

de

dezembro

de

1965

~~XXXXXXXXXX~~
 SAMUEL BRASIL-Responsavel pelo expediente
 da I.R. 7

10.º OFÍCIO DE NOTAS

JOSÉ BENTO
MARQUES

Tabelião Vitalício

José Paulo da Rocha Marques

Rochel Mendry

Cleá Soares de Oliveira

escreventes juramentados

Galeria Tijucas, 9

Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, a data.

Curitiba, 15 de Abril de 1971



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
7.º I. R.

5436 / Nº 13
B

Em

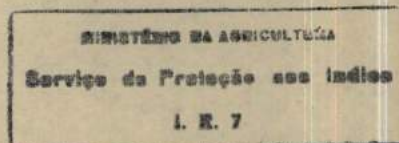
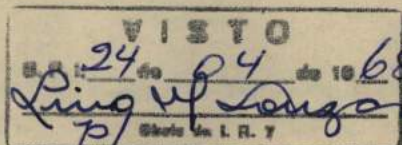
Do

Ao

Assunto:

C E R T I D ã O

C E R T I F I C O que, a pedido do Senhor ATILIO MAZALOTTI, filho de Jacob Mazalotti e Angelina Mazalotti, nascido na cidade de Palmas, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de fevereiro de mil e novecentos, ingressou no Serviço de Proteção aos Índios, em primeiro de outubro de mil novecentos e quarenta e quatro até a presente data, tendo por tanto vinte e três anos, sete meses e quatro dias, contando mais quatro anos em outra Repartição Pública, totalizando por tanto vinte e sete anos, sete meses e vinte e quatro dias, do que para constar eu, *Rivaldo*
de Souza, Auxiliar de Portaria classe A-nível sete, do Serviço de Proteção aos Índios, com exercício na Sétima Inspeção Regional em Curitiba, Capital do Estado do Paraná, passei a presente certidão aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e oito. /



5439-
~~81~~

EXMO. SR. DR. JÁDER DE FIGUEIREDO CORREIA, DD. PRESIDENTE DA
COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE S.P.I.

BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, funcionário público federal - escriturário, nível 8-A, lotado no SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, DO MINISTÉRIO DO INTERIOR, residente em Brasília, - QGD 403/4 - Bloco 17, apartamento nº 104, por seu advogado infra-assinado - procuração anêxa - nos autos do Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria Ministerial 239/67, publicada no D.O. de 5/10/67, em que é acusado do seguinte:

- " 1ª) Seduzir a índia Cuxixara quando presidia uma Comissão de Inquérito Administrativo na Ilha do Bananal (fls. 894, 899, 910, 918, 925, 940 e 1519).
- 2ª) Responsável pela tentativa de suicídio da funcionária Maria Dantas Pimentel, por lhe ter imputado responsabilidade pelo desvio de pneus (fls. 899, 916, 918).
- 3ª) Conivente na venda de 10 rêsas da IR - 4 gastando o dinheiro em farras e bebedeiras, em Palmeira dos Índios (fls. 910, 1546).
- 4ª) Subtrair dinheiro do cofre do SPI (fls. 910, 918, 1537).
- 5ª) Embriagou-se na Ilha de Bananal (fls. 916).
- 6ª) Irresponsabilidade funcional: não trabalha na SPI, apesar de receber função gratificada de assessor (fls. 916, 923).
- 7ª) Dilapidação dolosa de verbas em viagens confessadamente desnecessárias (fls. 922).

- 82) Subtração de dinheiro da renda indígena para suas despesas pessoais em viagens (fls. 1544, 1546, 918).
- 92) Recebimento de Cr\$70.000 de gratificação mensal pela renda indígena, além da FG-11, quando Secretário (fls. 1547).
- 102) Participação na venda irregular de gado na IR-5 (fls. 926, 1544) "

vem, dentro do prazo legal, apresentar sua defesa, na forma que passa a expor, solicitando vênia, para dizer

I N I C I A L M E N T E

Examinando-se os autos deste inquérito administrativo, forçoso é reconhecer-se, que, a par do ingente trabalho da operosa e douta Comissão que o preside, - quanto as acusações assacadas contra a pessoa do defendente, na verdade, o que se constata é a total imprestabilidade dos testemunhos evidentemente suspeitos, vagos e imprecisos que jamais poderão servir como prova incriminatória.

Mostraremos abaixo, quando analisarmos os depoimentos colhidos pela digna Comissão, a manifesta precariedade e a visível inanidade dos elementos incriminatórios em que se baseam as imputações assacadas contra o defendente.

Impõe-se, ilustre Presidente fixarmos o aspecto legal e doutrinário da prova, assim, permissa vênia, socorrendo-nos das mais límpidas definições e precisas análises, notadamente, no que tange a prova testemunhal, salientamos:

"PROVA É O MEIO JURÍDICO PELO QUAL SE OBTEM CERTEZA DA EXISTÊNCIA DO DELITO.

A OUVIDA VAGA OU A VOZ PÚBLICA, CONFORME O DIREITO, NENHUMA FORÇA TEM."

Estas lúcidas lições constam da PROVA - Capítulo VII - da notável obra "AS ATRIBUIÇÕES DO PROMOTOR PÚBLICO NA REPÚBLICA" - às págs. 335/336, do inesquecível autor JOSÉ TAVARES BASTOS.

BORDEAUX define a prova como o meio de estabelecer a existência do fato alegado e ROMAGNOSI, sobre o mesmo assunto, assim se expressou: "soccorsi somministrati esternamente per esquire il procedimento col quale la mente nostra tenta di attenere lo cognizione certa di un fatto."

A testemunha, segundo FILANGIERI, deve depôr de uma maneira certa, determinada, **sem equívoco; não basta que a testemunha diga, que crê, mas que sabe, e do modo porque o sabe: "debet reddere rationem scientiae suae, (vide Liv. 3, D. de Testibus).**

"Testemunha é a pessoa que estava presente quando se fez ou disse alguma coisa, que a viu ou ouviu e é intimada para em juízo **certificar a verdade por seu depoimento.**"

Eis, outro ensinamento do mestre tratadista acima citado, às págs. 344 do seu sempre compulsado livro supra mencionado.

JOUSSE recorda a sentença latina:

"TESTIS DEBET DEPONERE DE EO QUOD NOVIT ET PROESENS FUIT ET SIC PER PRÓPRIUM SENSUM, NON AUTEM PER SENSUM ALTERIUS", - em síntese:

A CONDIÇÃO ESSENCIAL É QUE A TESTEMUNHA DEPONHA DO QUE HÁ PASSADO NA SUA PRESENÇA, O TENDO VISTO OU OUVIDO.

EVARISTO DE MORAES, em o "TESTEMUNHO PERANTE A JUSTIÇA PENAL", magnífico ensaio de psicologia judiciária, tratando das "SE-
CULARES PRECAUÇÕES ACERCA DO TESTEMUNHO", esclareceu que:

"NAS MAIS ANTIGAS LEGISLAÇÕES SE ENCONTRAM NORMAS REGULADORAS DO TESTEMUNHO.

PREVENIAM-SE, NÃO SÓ OS PERIGOS DO TESTEMUNHO QUANDO DERIVADOS DA MENTIRA, COMO OS RESULTANTES DE ERROS E FALHAS A QUE FOSSE ESTRANHA A VONTADE DO DEPOENTE. **EXCLUÍAM-SE OS DEPOÍMENTOS FALSOS DE SUS**

SUSPEIÇÃO POR MOTIVOS DE ORDEM MORAL E OS ORIUNDOS DE PESSOAS QUE, EMBORA PRETENDENDO FALAR VERDADE, **REFERIAM O QUE NÃO OCORRERA.**"

(Ob. cit. págs. 15)

Os romanos com sua clássica e tradicional sabedoria jurídica condensaram em máximas lapídeas, as cautelas indispensáveis e a norma a ser seguida acerca do testemunho.

Assim advertindo, diziam:

"TĒSTIBUS NON TESTIMONIIS FIDEM ADHIBERE."

"TESTIBUS SUNT PERSONÆ FIDEDIGBÆ, HUNC IN FINEM PRODUTÆ, UT EO QUOD PROBANDUM EST, FIDEM FACIANT."

O Professor BINET em seu estudo "IDÉES MODERNES SUR LES ENFANTS", 1909, às págs. 188/189, explica que a prova testemunhal, não constitui "prova absoluta, mas, sim, simples presunção moral, cujo valor carece contrastado por provas de outra espécie."

RUIZ MAYA, partilhando o pensamento do mestre gaulês, sintetiza com precisão o assunto, observando que:

"TAL É O NÚMERO DE CIRCUNSTÂNCIAS QUE PODEM **INFLUIR** NA DETURPAÇÃO DO TESTEMUNHO QUE, EM TODO CASO, TEM-SE DE DUVIDAR DA SUA JUSTEZA.

PODE UM HOMEM, SI BEM QUE EQUANIME E SERENO, ERRAR NA INTERPRETAÇÃO DOS FATOS, EM VIRTUDE DE MUITAS CIRCUNSTÂNCIAS INTRINSECAS, DAS QUAIS NÃO SE PODE LIVRAR, E, TAMBÉM, POR CIRCUNSTÂNCIAS EXTERNAS, NUMEROSAS, IMPREVISTAS, ESTRANHAS AO SEU DOMÍNIO, QUE SE LHE IMPÕE, NECESSÁRIAMENTE."

Outro grande mestre, o Professor C. E. MARIANI, sublinha que a percepção está subordinada ao estado de espírito e pode ser falseada "nos estados de moléstia, de intoxicação, **de emoção deprimente.**"

É inquestionável que a história judiciária registra numerosas condenações injustas, o que, infelizmente, continua acontecer, como se nota facilmente, lendo-se os inquéritos, meditando-se nas palavras, pesando-as, analisando-as à luz da lógica e guiados pe-

5441


pela observação serena, fria e desapaixorada.

Confrontemos, pois, tudo que acima foi ressaltado com os depoimentos prestados pelas testemunhas que abaixo nomeamos no presente inquérito administrativo e ter-se-á a prova eloquente da sua imprestabilidade total e absoluta, para lastrear a acusação que se abre, como um léque, abrangendo as mais descabidas e mesmo, pueris imputações contra o defendente.

ÊI-LOS, MUITO EMÉRITO PRESIDENTE:

ZENYR DE CASTRO BORGES - (Térmo de Inquirição de fls. 894):

"QUE CONFIRMA A NOTICIA DA TENTATIVA DE SUICÍDIO DE DONA MARIA DANTAS PIMENTEL FUNCIONÁRIA ACUSADA POR BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA DO DESVIO DE CERTA QUANTIDADE DE PNEUS; QUE NÃO SABE DIZER SE REALMENTE HOVE TAL DESVIO; QUE OUVIU FALAR QUE UM CERTO MOTORISTA MUITO INGENUO, CUJO NOME NÃO RECORDA, TERIA SIDO LEVADO À ASSINAR RECIBOS DESSES PNEUS SEM RECEBÊ-LOS, FAZENDO-O DE BÔA FÉ; QUE CORRIA UM BOATO, DIGO, O BOATO DE QUE HAVIA MUITOS CASOS AMOROSOS AO TEMPO DA ADMINISTRAÇÃO VINHAS NEVES; QUE NILO VELOSO DENUNCIOU BOANERGES DE OLIVEIRA DE TER SEDUZIDO UMA INDIA QUANDO PRESIDIU CERTO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO NA ILHA DE BANANAL MAS NÃO CONSEGUIU PROVAR AS ACUSAÇÕES."

Todo o depoimento desta testemunha está vazado na mesma imprecisão de que damos a amostra acima, acreditando ser bastante, para evidenciar a sua fragilidade e a sua inconsistência, em resumo, a sua imprestabilidade.

Ao fim deste trabalho, como corolário, mostraremos e provaremos ainda, o que não fazemos agora, para não nos desviarmos do que pretendemos demonstrar, à sociedade, a pouca validade da denúncia do denunciante NILO VELOSO, pela sua suspeição notória, eis que, é desafeto do defendente, por motivos que serão devidamente esplanados, "in fine".

NEUZA MARIA DOS SANTOS - (Termo de Inquirição de fls. 898/
899) :

As declarações prestadas por esta depoente possuem profunda significação e são de extraordinária relevância, para desmoralizar inteiramente a acusação feita contra o defendente de ser responsável pela tentativa de suicídio da funcionária do SPI MARIA DANTAS PIMENTEL, pois a depoente assim afirmou perante esta honrada e esforçada Comissão:

"QUE A QUASE SUICIDA SE QUEIXA DO ASSESSOR BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA POR LHE TER IMPUTADO A RESPONSABILIDADE PELO DESVIO DE ALGUNS PNEUS; QUE A DEPOENTE NÃO ACREDITA TER SIDO ESSE O MOTIVO, PORQUE NÃO É O PRIMEIRO ATENTADO;"

Diante desta afirmativa da depoente não há como possa subsistir a acusação assacada contra o defendente de ser responsável por tal ato de descontrole emocional da quase suicida, a qual certamente padece (ou padecia então) de enfermidade mental ou grave distúrbio nervoso, desde data anterior ao lamentável episódio ao cujo é estranho e alheio o defendente.

O defendente esclarece que não é verdade ter imputado à pretensa suicida o desvio de pneus, porque o que ocorreu foi ter o mesmo quando da reunião da Diretoria do SPI solicitado verbalmente, fôsse por ela determinado o levantamento no "stock" de pneus existente no almoxarifado, a fim de ser apurado o excessivo consumo dêste material que vinha observando há algum tempo.

Devido ao incêndio que irrompeu no Bloco 8 da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, no mês de Junho de 1967, destruindo quase tudo que existia no Ministério da Agricultura que ali funcionava e ao qual pertencia o SPI, não pode o defendente agora trazer à apreciação desta culta Comissão a Ata da aludida reunião da Diretoria do SPI onde constava o pedido de levantamento do "stock" de pneus existente no almoxarifado que então fizera.

É ainda de ser realçado que o almoxarifado estava subordinado à seção de administração da qual era chefe o maior e princi-

5443
Bf

principal acusador do defendente, o Sr. BENEDITO PIMENTEL, **marido da quase suicida MARIA DANTAS PIMENTEL.**

A simples constatação dêsses fatos aponta o móvel das imputações infamantes articuladas contra o defendente que é vítima, êle sim, de uma trama organizada por desafetos e inimigos se quiosos de vingança. Nêste mesmo depoimento de NEUZA MARIA DOS SANTOS tem-se a prova indiciadora do conlúio perverso dos inimigos e desafetos do defendente, pois, ela ao finalizar as suas declarações disse o que segue:

"QUE É VERDADE HAVER BOANERGES OLIVEIRA SIDO DENUNCIADO PELO CHEFE DO POSTO DA ILHA DE BANANAL, DE TER DESENCAMINHADO UMA INDIA, EM SUA VIDA VIRTUOSA, HAVENDO O SR. NILO VELOSO ENCAMINHADO A DENÚNCIA ÀS AUTORIDADES."

Esta acusação foi fulminada pelos depoimentos que foram tomados pelo Delegado de Polícia CARL GROBMAN e que os documentos ns. 1, 2 e 3 que acompanham a presente, demonstram e provam.

O documento nº 1, é o ofício RESERVADO, do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, assinado pelo Sr. HILTON BRANDÃO, do DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE REPRESSÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS que diz o seguinte:

"TOMO A LIBERDADE DE ENCAMINHAR A V.S. O EXPEDIENTE ANEXO E QUE DIZ RESPEITO A SINDICÂNCIA INSTAURADA NESTE SERVIÇO CONCERNENTE A POSSÍVEIS DELITOS PRATICADOS PELO FUNCIONÁRIO DÊSSE ORGÃO SR. BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA, QUANDO DE SUA ESTADA NA ILHA DO BANANAL, NO PÔSTO INDIGENA "GETÚLIO VARGAS", CONFORME DENÚNCIA CHEGADA AO CONHECIMENTO DÊSTE SERVIÇO. - CONFORME V.S. PODERÁ CONSTATAR DO RELATÓRIO DO DELEGADO CARL GROBMAN, APÓS AS DILIGÊNCIAS DE PRAXE, CONCLUIU PELA NÃO CARACTERIZAÇÃO DE QUALQUER FORMA DE DELITO, VISTO QUE, AS POSSÍVEIS VÍTIMAS JÁ ERAM CONSIDERADAS PROSTITUÍDAS DE HÁ MUITO TEMPO, O QUE VEM DESFIGURAR A CARACTERIZAÇÃO DE QUALQUER ES-

ESPECIE DE ATO ANTI-JURÍDICO CAPITULADO NO CÓDIGO PENAL OU NAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS QUE PROTEGEM OS SILVICOLAS BRASILEIROS.... "

O documento nº 2, é o depoimento de WOLFGANG DANKMAR GUNTHER, onde destacamos os seguintes trechos:

"QUE CONHECE A INDIA MARIA CARAJÁ COMO PROSTITUTA DESDE 1958, VIVENDO EM BORDEL E ESPORADICAMENTE VIVENDO EM COMPANHIA DE BRANCOS; QUE CONHECE TAMBÉM A INDIA CUXIXARO TABÉ. DIGO TAMBÉM PROSTITUTA DESDE O ANO DE 1960 ÉPOCA DA OPERAÇÃO BANANAL, TENDO OPORTUNIDADE DIGO ÉPOCA EM QUE A MESMA INDIA TEVE RELAÇÕES COM VÁRIOS HOMENS INTEGRADOS NESSA OPERAÇÃO, MANTENDO VIDA IRREGULAR ATÉ OS DIAS DE HOJE. QUE MARIA CUXIXARO VIVE ATÉ O MOMENTO NO ALDEIAMENTO, FAZENDO VIDA COM UM INDIO, ENTRETANTO, NUNCA DEIXOU DE ACEITAR RELAÇÕES SEXUAIS COM BRANCOS.."

O documento nº 3, é o RELATÓRIO do Delegado CARL GROBMAN, onde esta autoridade policial constatou o seguinte:

"... ERAM ÍNDIAS HÁ MUITO JÁ PROSTITUIDAS, UMA DELAS CONHECIDA PELO NOME DE MARIA CARAJÁ É AVÓ E FREQUENTA UM PROSTITUTO NA CIDADE PRÓXIMA CHAMADA SÃO FÉLIX, NÃO VIVENDO NO ALDEAMENTO E A OUTRA, DE NOME CUXIXARO É MAIS NOVA E SE PROSTITUIU DESDE A OPERAÇÃO BANANAL, EM 1960..

ASSIM SENDO, ESTA AUTORIDADE NÃO VÊ CRIME PRATICADO PELO INVESTIGADO, POIS AS ÍNDIAS HÁ MUITO JÁ ERAM PROSTITUIDAS.... "

Como se verifica por estes documentos insuspeitos e verazes, não pode prevalecer a acusação de sedução que é feita injusta e injustificadamente contra o defendente, visto que, como está demonstrado e provado a índia CUXIXARA não foi desencaminhada pelo mesmo e tampouco levava vida virtuosa.

O defendente não teve relações sexuais com nenhuma índia e a acusação sem apóio em prova merecedora de fé e credibilidade é obra de seus incansáveis e perversos inimigos e desafetos, sendo

pulverizadas pelas declarações prestadas pelas próprias índias MARIA CARAJÁ e CUXIXARA, conforme se constata pelo documento nº 5 que anexamos à presente.

Vê-se neste documento que a índia MARIA CARAJÁ sendo inquirida se tivera relações sexuais com o defendente, respondeu firmemente:

"NÃO, TUDO ISSO NÃO PASSA DE MENTIRA DO SR. SALIM."

Em seguida ao ser interrogada a índia CUXIXARA sobre se soubera da denúncia do Sr. SALIM COSTA OLIVEIRA de haver o defendente tido relações sexuais com ela, assim respondeu:

"SOUBE, TUDO É MENTIRA DO SR. SALIM."

Lendo-se neste documento nº 5, as perguntas e as respostas que não transcrevemos para não roubar o preciso tempo desta dedicação da Comissão que terá todavia em mãos o aludido documento e poderá certificar-se, de visu, do que afirmamos, esborôam-se as acusações desfechadas contra o defendente, vendo-se nitidamente a total inveracidade que as revestem.

O defendente solicita vênias para focalizar o trecho final do depoimento da depoente NEUZA MARIA DOS SANTOS, quando precisa que a denúncia de ter o defendente desencaminhado uma índia, foi feita pelo Chefe do Posto da Ilha de Bananal a qual foi encaminhada às autoridades pelo Sr. NILO VELOSO, - para mostrar a esta nobre Comissão a seguinte circunstância que explica a origem da falsa denúncia, que é uma represália do referido Chefe do Posto da Ilha de Bananal, que é o Sr. SALIM COSTA OLIVEIRA:

O DEFENDENTE PEDE A JUNTADA DO DOCUMENTO NÚMERO 4, QUE É A PROVA CONCLUDENTE DO DESEJO DE VINDITA DO DENUNCIANTE, EIS QUE, - ANTES DE HAVER O CITADO SALIM COSTA OLIVEIRA DENUNCIADO O DEFENDENTE, ESTE, REPRESENTARA CONTRA AQUELE, ANOTANDO EM SUA REPRESENTAÇÃO, CONFORME SE OBSERVA PELA LEITURA DA MESMA, VERDADEIRO MARTÍRIO QUE SALIM COSTA OLIVEIRA IMPUNHA AOS INDIOS, QUE SÓ RECEBIAM CARNE UMA VEZ POR MÊS ENQUANTO OS TRABALHADORES RECEBIAM-NA DIARIAMENTE, OBRIGANDO-OS A CARREGAR NAS COSTAS MAIS DE 60 QUILOS DE MANTIMENTOS EM UMA DISTÂNCIA DE 18 QUILOMETROS. São gritantes as falhas e o descaso do Sr. SALIM COSTA OLIVEIRA que não fiscalizava o

5446
BFA

o trabalho dos trabalhadores, não respeitando os horários e as normas, não dando a mínima atenção aos índios doentes, nem se preocupando com os que se embriagavam, havendo tido um caso amoroso com uma índia de nome "DIEDIUE".

Lendo-se atentamente este documento nº 4, nota-se que o denunciante SALIM COSTA OLIVEIRA PROCUROU REVIDAR AS ACUSAÇÕES QUE O DEFENDENTE LHE FIZERA, ATRIBUINDO AO MESMO OS ERROS, DESLISES, FALTAS, DELITOS e TUDO O MAIS DE ERRADO E ILICITO QUE COMETERA, E QUE FÔRA OBJETO DA REPRESENTAÇÃO FEITA PELO DEFENDENTE, QUE AS ANOTARA DEVIDAMENTE.

BENEDITO PIMENTEL - (Termo de Inquirição de fls. 910):

Este depoente prênhe de ódio e desejo de vingança produziu um depoimento que é uma peça delirante de acusações infundadas, as quais foram completamente desmoralizadas e ruíram por terra, fazendo inanes, tôrvas, aguardando o momento de serem sepultadas, definitivamente.

Fêz questão de frisar a sua condição de demitido pelo ATO INSTITUCIONAL nº 2, porém não declinou que o fôra POR CORRUPÇÃO, DEVIDAMENTE PROVADA, conforme poderá certificar-se inteiramente esta erudita Comissão.

Não aludiu, tampouco, a sua inimizade com o defendente, originária de várias causas, notadamente, a de ter sua mulher MARIA DANTAS PIMENTEL ter tentado o suicídio em uma de suas crises de nêrvos, imputando ao defendente o seu ato de desequilíbrio por supôr ter êle considerado ser sua a responsabilidade pelo desvio de alguns pneus, quando, em absoluto tal não ocorrera.

Todavia, talvez devido a estar possuído de ódio incontrôlável e sedento de vingança, procurou enfeixar tôdas as acusações possíveis e mesmo impossíveis, a fim de incriminar, o mais que pudesse o defendente.

E cheio de rancor afirmou peremptoriamente a clamorosa INVERDADE JÁ ACIMA EXAMINADA E COMPROVADA INTEGRALMENTE A SUA FALSIDADE, dizendo que:

"O SERVIDOR BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA NA ILHA

DO BANANAL MANTEVE RELAÇÕES ÍNTIMAS COM UMA INDIA CUXIXARA; QUE O SR. BOANERGES CONHECE A LEGISLAÇÃO QUE CONSIDERA CRIME ESSAS RELAÇÕES; QUE BOANERGES ÉBRIO CONTUMAZ E NA COMPANHIA DOS SERVIDORES MARIO DA SILVA FURTADO, PEDRO JOAQUIM DE LEMOS VENDEU 10 (DEZ) REZES, CUJO PRODUTO FOI APLICADO EM FARRAS E BEBEBEIRAS NA CIDADE DE PALMEIRA DOS INDIOS, ESTADO DE ALAGOAS; QUE O SERVIDOR DA CODEBRÁS, ALCIDES VELOSO JUNIOR, CERTA FEITA, DENUNCIOU O SR. BOANERGES DE RETIRAR DINHEIRO DO COFRE DO SPI SEM DAR SATISFAÇÃO A ELE QUE NA OCASIÃO RESPONDIA PELA CHEFIA DA SEÇÃO; QUE ESSE FATO OCORREU ESSE ANO, NA GESTÃO DO CEL HAMILTON; QUE EM INQUÉRITO POLICIAL FICOU CONSTATADO A FRAUDE OU TENTATIVA DE FRAUDE POR PARTE DO SR. BOANERGES... "

Ora, em primeiro lugar, sua inidoneidade seria, sem dúvida alguma, condição suficiente, para invalidar seu depoimento, - eis que, UM CORRUPTO DEMITIDO DEPOIS DE PROVADA A SUA CORRUPÇÃO, - NÃO TEM QUALIDADE PARA ACUSAR E SUA PALAVRA NÃO PODE MERECER FÉ, - MAS, FALSEIA A VERDADE, AFIRMANDO PEREMPTÓRIAMENTE TER O DEFENDENTE MANTIDO RELAÇÕES SEXUAIS COM A INDIA CUXIXARA, O QUE, AO CONTRÁRIO DESSA AFIRMATIVA, EM INQUÉRITO POLICIAL, FICOU PROVADO NÃO TER OCORRIDO, como prova cabalmente o documento nº 3. - o RELATÓRIO DO DELEGADO. Procurou a "testemunha" ainda agravar a imputação invocando a circunstância de sendo o defendente funcionário do SPI, conhecer a legislação pertinente a situação dos indios nascidos em território nacional - precisamente, o DECRETO N. 5.484 - DE 27 DE JUNHO DE 1928.

Não foi feliz, todavia, porque, como frisamos acima, NÃO FICOU PROVADA TAL ACUSAÇÃO e, segundo, mesmo que verdadeira, - só admitindo, para argumentar, mesmo assim, INEXISTIRIA O CRIME, dado que, o supra citado decreto, na "classificação, prerogativas e restrições", no ítem 4º refere-se aos indios pertencentes a centros agrícolas ou que vivem promiscuamente com civilizados, e, no caso vertente, a india CUXIXARA DE HÁ MUITO PROSTITUIDA VIVIA E VIVE EM PROMISCUIDADE COM TRABALHADORES E OUTROS HOMENS DE DIVER-

5448
98
B2A

DIVERSAS CONDIÇÕES SOCIAIS AOS QUAIS ENTREGA SEU CORPO, MERCADE-
JANDO-O.

A cópia autenticada do OF nº 22/SRTP - **RESERVADO** - (Docu-
mento nº 1), que a seguir transcrevemos, destrói inteiramente a
acusação de que trata o ítem 1º do que foi articulado contra o de-
fendente neste inquérito administrativo:

"TOMO A LIBERDADE DE ENCAMINHAR A V.S. O EXPEDIENTE ANE-
XO E QUE DIZ RESPEITO A SINDICÂNCIA INSTAURADA NESTE **SER-
VIÇO** CONCERNENTE A POSSÍVEIS DELITOS PRATICADOS PELO FUN-
CIONÁRIO DESSE ORGÃO SR. BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA,
QUANDO DE SUA ESTADA NA ILHA DO BANANAL, NO PÔSTO INDI-
GENA "GETÚLIO VARGAS", CONFORME DENÚNCIA CHEGADA AO CO-
NHECIMENTO DESSE **SERVIÇO**. - CONFORME V.S. PODERÁ CONSTA-
TAR DO RELATÓRIO DO DELEGADO CARL GROBMAN, APÓS AS DILI-
GÊNCIAS DE PRAXE, **CONCLUIU PELA NÃO CARACTERIZAÇÃO DE**
QUALQUER FORMA DE DELITO, VISTO, QUE, AS POSSÍVEIS VÍTI-
MAS JÁ ERAM CONSIDERADAS PROSTITUÍDAS DE HÁ MUITO TEM-
PO, O QUE VEM DESFIGURAR A CARACTERIZAÇÃO DE QUALQUER
ESPÉCIE DE ATO ANTI-JURÍDICO CAPITULADO NO CÓDIGO PENAL
OU NAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS QUE PROTEGEM OS SILVICOLAS
BRASILEIROS."

Diante desta prova cabal e fulminante que pulverizou a acu-
sação contida no ítem 1º feita contra o defendente, não há como,
possa merecer a menor guarida o depoimento do inimigo acérrimo do
mesmo, BENEDITO PIMENTEL, cujas palavras tressandando o ódio que
o domina e tolda sua razão, classificam o defendente como ébrio
contumaz e peculatório, a quem acusa de retirar dinheiro do cofre
do SPI, apropriar-se do produto da venda de dez (10) rezes e de
ter tido relações sexuais com a índia CUXIXARA, para culminar na
afirmativa de que em um inquérito policial que disse ter sido ins-
taurado para apurar a retirada de dinheiro do cofre do SPI, pelo
defendente, **"FICOU CONSTATADO A FARUDE OU TENTATIVA DE FRAUDE"** (!?)
do mesmo, o que absolutamente não ocorreu.

A constatação dêste fato, caracteriza o crime de FALSO TESTEMUNHO, capitulado no Art. 342 do Código Penal, que diz:

" - FAZER **AFIRMAÇÃO FALSA**, OU NEGAR OU CALAR A VERDADE, **COMO TESTEMUNHA**, PERITO, TRADUTOR OU INTÉRPRETE **EM PROCESSO JUDICIAL, POLÍCIAL OU ADMINISTRATIVO**, OU EM JUIZO ARBITRAL:

PENA - RECLUSÃO, DE UM A TRÊS ANOS, E MULTA DE MIL CRUZEIROS A TRÊS MIL CRUZEIROS."

O defendente ao contrário daquêles que o acusam, não trazem do nenhuma prova convincente e idônea, possui farta e abundantíssima prova, firme, clara e precisa, como a do ofício reservado, (Documento nº 1) **que fulminou o item 1ª das acusações que lhe são feitas neste inquérito administrativo.**

Assim, o depoimento do Sr. WOLFGANG DANKMAR GUNTHER, (Documento nº 2) que se junta à presente, prova que a índia CUXIXARA, é "PROSTITUTA DESDE O ANO DE 1960" e "TEVE RELAÇÕES COM VARIOS HOMENS", **"MANTENDO VIDA IRREGULAR ATÉ OS DIAS DE HOJE."**

CIDALGINA LAGE DE MORAES - (Termo de Inquirição de fls. 916):

"QUE SABE POR COMENTÁRIOS QUE O SR. BOANERGES SE EMBRIAGOU NA ILHA DO BANANAL; QUE QUANTO AO ABUSO PRATICADO PELO SR. BOANERGES CONTRA INDIAS A DEPOENTE TOMOU CONHECIMENTO" - "ATRAVEZ DA IMPRENSA..."

O depoimento desta depoente é uma narração imprecisa e vaga, referindo a fatos que se ilícitos ou condenáveis, jamais poderiam ser classificados como de responsabilidade do defendente, como é a estranha acusação de não desenvolver o mesmo **"NENHUMA TAREFA NO SPI, MAS QUE, RECEBE OS PROVENTOS DE SUA FUNÇÃO GRATIFICADA DE ASSESSOR"**, o que é de véras impertinente à sua pessoa, mesmo se fôsse verdadeira tal situação, o que não sucede, todavia, porque sempre trabalhou, não o fazendo, porém naquela ocasião, em virtude de ter havido incêndio no edifício onde funcionava o SPI, que teve, durante alguns meses paralizou os serviços do referido órgão e, ainda, quando o defendente não estava em exercício de suas funções no gabinete do Diretor do SPI, encontrava-se viajando em serviço.

Esta depoente CIDADALGINA LAGE DE MORAES, além desta imputação que fez ao defendente, de não trabalhando no SPI perceber gratificação de assessor, faz alusão também ao caso das rezes vendidas e a farras e bebedeiras em que estaria o mesmo envolvido, sem que, nada disto tivesse presenciado, referindo-se aos mesmos, talvez, - por ouvir dizer, o que acontece igualmente quando aludiu a tentativa de suicídio da funcionária MARIA PIMENTEL e a causa que a mesma se suicida apresentou como justificativa do seu ato impensado de neurotica vítima de constantes crises emocionais e nervosas que antes já a levaram a outras tentativas de auto-extermínio, um desvio de alguns pneus que em absoluto o defendente responsabilizou a pretensa suicida, pois, na verdade, limitou-se a pedir à Diretoria do SPI que determinasse fôsse procedido o levantamento do "stock" de pneus existente no Almoxarifado, por vir notando excessivo consumo dos mesmos.

NILO OLIVEIRA VELOSO - (Termo de Inquirição de fls. 918):

Repete o depoente o caso da relação sexual do defendente com a índia CUXIXARA, a tentativa de suicídio de MARIA DANTAS PIMENTEL, emprestando à frustrada tentativa de suicídio desta senhora uma outra versão que é a seguinte:

"QUE EM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E SEIS (1966) O SERVIDOR BOANERGES ACUSOU GRACIOSAMENTE A SRA. MARIA PIMENTEL DE PNEUS; QUE ESSE FATO FOI DEVIDO A UMA INTRIGA QUE EXISTIA ENTRE O SR. BOANERGES E O SR. BENEDITO PIMENTEL; QUE SABE, POR OUVIR DIZER, QUE O SR. ALCIDES VELOSO ACUSOU O SR. BOANERGES DE RETIRAR DINHEIRO DOS COFRES DO SPI, INDEVIDAMENTE."

É de notar-se, d'igna Comissão, que mais um depoente nada viu e o que disse, - fê-lo por ouvir dizer!

JOSÉ FERNANDO DA CRUZ - (Termo de Inquirição de fls. 925):

O depoente, também nada viu e o que sabe:

"... TOMOU CONHECIMENTO ATRAVÉS DE JORNAIS DA IMPRENSA QUE O SENHOR BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA HAVIA PRATICADO CRIMES CONTRA A HONRA E HONESTIDADE DE ÍNDIAS..."

O depoente que como se observa não presenciou nada e pouco

ou nada sabe, mesmo, a respeito das Índias, aludiu, também, a irregularidades que existiam (ou ainda existem) no SPI que não são evidentemente de responsabilidade do defendente.

JOSIAS FERREIRA DE MACÊDO - (Termo de inquirição de fls. 946):

Este depoente declarou simplesmente:

"QUE ENCONTRAVA-SE NO RIO QUANDO TOMOU CONHECIMENTO PELOS JORNAIS DO ATENTADO QUE O FUNCIONÁRIO BOANERGES FAGUNDES HAVIA PRATICADO CONTRA A HONRA E HONESTIDADE DE ÍNDIAS..."

Observa-se que outra constante com que se defronta sempre nos depoimentos tomados por esta esforçada Comissão de Inquérito, surge de novo, que é a circunstância do depoente dizer ter tomado conhecimento dos fatos através da imprensa, dos jornais, o que bem demonstra a imprestabilidade de suas palavras como prova acusatória.

ALCIDES VELOSO JUNIOR - (Termo de inquirição de fls. 1537):

O depoimento deste senhor revela a desordem e a balbúrdia administrativa que segundo ele afirma, havia no SPI, fatos que se verdadeiros não são de responsabilidade do defendente.

Eis o que afirmou:

"NÃO FOI FEITO O CORRESPONDENTE E IMPRECINDIVEL TERMO DE TOMADA DE CONTAS E CONFERÊNCIA DE VALORES (TTCCV); QUE NÃO SABE E JAMAIS SOUBE QUANTO EXISTIA NO COFRE POR QUANTO NÃO HAVIA LIVRO CAIXA REGULARMENTE ESCRITURADO; QUE TAMBÉM JAMAIS HOUE INVENTÁRIO PATRIMINIAL QUE PERMITISSE SABER O MONTANTE DO "PATRIMONIO INDIGENA."

O depoente ALCIDES VELOSO JUNIOR não acusa propriamente o defendente, pois, referindo-se a ter o mesmo aberto o cofre, observou que ele fazia movimentação de valores, o que, de maneira alguma é de se estranhar, visto que, o defendente, exercendo o cargo de assessor da Diretoria do SPI, - ERA A SEGUNDA PESSOA DO ENTÃO DIRETOR CEL. HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO.

É por demais evidente que o defendente agiu lisamente, desempenhando suas funções às claras, pois, caso contrário, se estivesse procedendo criminosamente, não teria agido como fez, retirando

5452
[Handwritten signature]

retirando a importância de CR\$1.200.000 (Hum milhão de duzentos mil cruzeiros antigos) que o seu superior hierárquico, CEL. HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO lhe mandara que retirasse do cofre, porque da mesma necessitava, para efetuar o pagamento de despesas de viagens, de funcionários do SPI e aquisição de mantimentos para os índios MACHACALIS, na pequena cidade do mesmo nome, MACHACALIS, no Estado de Minas Gerais.

O defendente, como mostraremos quando analisarmos as declarações que prestou, nas vezes (quatro) que foi chamado a presença desta douta Comissão, explicou que entregou a importância acima referida ao CEL. HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO, o qual, por sua vez, lhe forneceu o recibo correspondente, o cujo foi entregue ao SR. LUIZ ARAUJO pelo defendente, o que certamente será confirmado pelo mencionado senhor LUIZ ARAUJO e pelo CEL. HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO, caso esta operosa Comissão ache por bem ouvi-los, a fim de certificar-se da veracidade deste fato.

WALTER SAMARI PRADO - (Termo de Inquirição de fls. 1544):

Este depoente informou neste seu depoimento que quando designado pela Portaria nº 45, de 10/04/62 - SPI - 1.652/62, para juntamente com o defendente e o Sr. JOSÉ MONGENOR, para proceder a venda de quinhentas rezes:

"PROCEDEU A VENDA DE 500 CABEÇAS DE GADO NAS IR 5 E 6 PUBLICOU EDITAIS DE CONCORRÊNCIA SENDO QUE EM CUIABÁ PUBLICOU O REFERIDO EDITAL NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E EM CAMPO GRANDE O PUBLICOU EM JORNAIS DA IMPRENSA LOCAL; QUE SÓ FORAM VENDIDAS AS 500 CABEÇAS AUTORIZADAS PELO DIRETOR QUE NÃO PODE RECORDAR DO VALOR EXATO DAS DUAS VENDAS MAS CALCULA EM TÔRNO DE CR\$7.000.000 (SETE MILHÕES DE CRUZEIROS ANTIGOS); QUE REMETEU O DINHEIRO PELAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL DE CUIABÁ E DE CAMPO GRANDE PARA O SPI EM BRASÍLIA, RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA; QUE NÃO RECEBRAM ABONO DOS COMPRADORES MAS RETIRARAM DE CADA UMA DAS VENDAS UMA QUANTIA QUE NÃO RECORDA A FIM DE ACORRER A DESPESAS MENCIONADAS NOS TELEGRAMAS DE AVISO DE TRANSFERÊNCIA."

Item 2º - O defendente não pode ser responsabilizado pela tentativa de suicídio da funcionária MARIA DANTAS PIMENTEL, pois não há nenhuma prova nos autos deste inquérito administrativo que possa fundamentar a acusação.

MARIA DANTAS PIMENTEL ANTERIORMENTE A TENTATIVA DE SUICIDIO DE QUE É ACUSADO O DEFENDENTE, JÁ HAVIA TENTADO SUICIDAR-SE, CONFORME AFIRMOU PERANTE ESTA HONRADA COMISSÃO, A DEPOENTE NEUZA MARIA DOS SANTOS, conforme PROVA O TERMO DE INQUIRIÇÃO DE FLS. 898/899.

O defendente não imputou responsabilidade à quase suicida pela desvio de alguns pneus e unicamente, em uma reunião da Diretoria do SPI, solicitou fôsse procedido o levantamento no "stock" de pneus, no almoxarifado, em virtude de vir observando excessivo consumo de pneus.

Acrésce ainda que o almoxarifado estava subordinado à Seção de Administração da qual o marido da pretensa suicida BENEDITO PIMENTEL era chefe.

Evidentemente a quase suicida é portadora de grave distúrbio nervoso ou sofre de outra enfermidade mental, eis que, insiste em auto-exterminar-se.

Item 3 - Não há nos autos do presente inquérito administrativo qualquer prova que possa alicerçar a acusação onçada neste item 3º.

A única suposta prova consiste no depoimento de BENEDITO PIMENTEL, marido da funcionária quase suicida MARIA DANTAS PIMENTEL, que, possuído de ódio e desejo de vingança, procurou incriminar, "à outrance" o defendente, sem apresentar nenhuma prova, cingindo-se o seu depoimento a AFIRMAR SEM PROVA ter o mesmo vendido dez rezes junto com MÁRIO DA SILVA FURTADO E PEDRO JOAQUIM DE LEMOS e GASTADO O DINHEIRO EM FARRAS E BEBEDEIRAS.

5454
910

reservado nº 22/SRTP/ Del. - 2, - cópia autenticada das declarações prestadas por WOLFGANG DAKMAR GUNTHER, - 3, - cópia autenticada do relatório do Delegado de Polícia CARL GROBMAN, do Serviço de Repressão ao Tráfico de Pessoas, em Brasília e, - 5, - cópia autenticada das declarações feitas na sindicância procedida pelo Sr. JOSÉ EMIR QUEIROZ OLIVEIRA, do Ministério da Agricultura, pelas índias MARIA KARAJÁ e CUXIXARA e o índio ANGELO KAROVINA e o próprio denunciante Sr. SALIM COSTA OLIVEIRA.

Lendo-se estas peças, que PROVAM a total improcedência da acusação de sedução (e mesmo de relações sexuais do defendente com qualquer índia), não há como deixar-se de proclamar a sua inocência .

ESTÁ PROVADO DOCUMENTAL E EXUBERANTEMENTE QUE NÃO É VERDADE QUE O DEFENDENTE TIVESSE TIDO QUALQUER RELAÇÃO SEXUAL COM ÍNDIAS E, NOTADAMENTE, A CONHECIDA POR CUXIXARA, SENDO QUE, TAMBÉM ESTÁ PROVADO, SER ESTA UMA MULHER QUE SE DEDICA À PROSTITUIÇÃO DESDE O ANO DE 1960..

O defendente acrescenta a circunstância, igualmente provada, de que a denúncia contra a sua pessoa, partida do Sr. SALIM COSTA OLIVEIRA, de haver seduzido a índia CUXIXARA, nada mais é, do que, uma represália deste senhor, em virtude de haver o defendente apresentado representação contra o mesmo, - por vários atos e fatos condenáveis e censuráveis, entre os quais, ter tido êle relações sexuais com a índia "DIEDIUE", conforme se verifica pelo documento nº 4.

Face a exuberância e robustez das provas acima referidas, a acusação contida no item 1º do index acusatório, não pode prevalecer, devendo ser reconhecida a sua total improcedência.

O seu depoimento que se acha à fls. 910 - Termo de Inquirição - não tem nenhuma consistência e a sua palavra inidônea, de funcionário demitido por corrupção devidamente comprovada, não pode mecer mínima fé.

ALCIDES VELOSO JUNIOR - inquirido no Termo de Inquirição de fls. 1537, não acusou o defendente, estranhando que o mesmo abrisse o cofre PARA FAZER MOVIMENTAÇÃO DE VALORES, CONFORME PRECISOU.

Porém, o defendente limitara-se ao cumprimento de ordem dada pelo CEL. HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO, DIRETOR DO SPI, que necessitava de dinheiro para pagamento das despesas de funcionários que tinham de viajar para o Estado de Minas Gerais e de abastecimento de gêneros alimentícios para os índios Machacalis, na pequena cidade do mesmo nome, no citado estado.

Todavia, o defendente recebera o competente recibo da importância de um milhão e duzentos mil cruzeiros antigos, recibo que posteriormente foi entregue pelo defendente ao Sr. LUIZ ARAUJO, o que poderá ser confirmado pelo CEL. HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO e pelo Sr. LUIZ ARAUJO.

Aliás, seria absurdo supôr-se que alguém fôsse subtrair dinheiro às claras, à vista de todos os funcionários ali presentes e que assistiram a abertura do cofre e viram o defendente apanhar a importância que o mesmo continha, para entregá-la, como fez ao seu superior hierárquico já mencionado.

ONDE POIS O CRIME ?

SIMPLESMENTE NÃO EXISTIU.

Assim, improcede inteiramente a acusação deste item 4º do index acusatório.

5457-
~~5457~~

Item nº 5 - Improcede de todo a acusação de haver o defendente se embriagado na Ilha do Bananal, quando lá se achava presidindo uma comissão de inquérito.

Sómente a depoente CIDADALGINA LAGE DE MORAES, como se verifica das fls. 916 dos autos d'este inquérito administrativo - Termo de Inquirição - declarou que "**SABE POR COMENTÁRIOS**" do fato constante d'este ítem acusatório.

Conforme se vê, **NÃO É UMA PROVA ESTE SIMPLES SABER POR COMENTÁRIOS**.

O defendente repele a acusação SEM COMENTÁRIOS.

Item nº 6 - Não é verdade o que diz este ítem acusatório, dado que o defendente trabalhava, EFETIVAMENTE, - COMO ASSESSOR E SE NA OCASIÃO NÃO PÔDE EXERCER A SUA FUNÇÃO, COMO SEMPRE FEZ, FOI DEVIDO AO INCÊNDIO QUE DESTRUÍU O EDIFÍCIO ONDE FUNCIONAVA O SPI. - DIRETORIA - LOCAL ONDE O DEFENDENTE ESTAVA LOTADO, - O QUE É FÁCIL SER CONSTATADO PELO EXAME DE SUA FOLHA FUNCIONAL E REGISTROS DO SPI.

Esta acusação é a mais bisonha, pois, é óbvio não ser o defendente quem se empregava e se pagava a si mesmo, e, portanto, impossível seria até a prática de tal ilicitude por parte d'ele, defendente.

ONDE O CRIME, A FALTA, OU QUEJANDOS ?

Não existem.

Item 7 - Esta acusação diz respeito ao fato de havendo sido o defendente designado para promover a venda de quinhentas rezes, em Mato Grosso, ter recebido uma passagem de avião, via RIO DE JANEIRO AO **INVÉS DE VIA SÃO PAULO !**

Note a douda Comissão que o defendente ignorava o itinerário a ser seguido e recebendo a pas-

passagem, seguiu viagem.

Assim, que responsabilidade pode ser imputada ao defendente por tal fato, aliás banal e, "data-vênia", desmerecedor das atenções desta lúcida Comissão ? Esta acusação é manifestamente pueríl e não tem, "permissa vênia", nenhuma expressão.

Item nº 8 - O defendente afirma com firmeza que, em absoluto, subtraíu dinheiro da Renda Indígena, para suas despesas pessoais, quando em viagens, pois, era praxe fornecerem os Diretores do SPI, as importâncias que os servidores necessitassem, fazendo-lhes adiantamentos, - os quais eram resgatados, posteriormente, após a prestação de contas, o que poderá ser confirmado pela palavra dos ex-Diretores do SPI.

O defendente, conforme prova o documento nº 28, que anexa à presente, sempre prestou contas das importâncias que fôra forçado a dispendar, devolvendo até diárias que recebera por ordem do Diretor do SPI.

Lógicamente uma acusação tão grave como esta constante deste item 8º, necessita ser apresentada claramente, formulada em termos precisos e instruída com documento (ou documentos) hábil (s) e contábil (eis), para ensejar a natural defesa do acusado, como é de direito e inteira Justiça.

Assim, como foi feita esta acusação aérea, vazia e sem estar firmada em prova hábil e documental, sem estar especificada e vazada em termos imprecisos, torna-se difícil contestá-la, na forma jurídica imperativa do nosso direito.

O defendente trouxe este documento (nº 28), mas poderia trazer outros, vários, caso não houvesse ocorrido o incêndio que destruiu o edifício onde trabalhava, consumindo o fogo provas valiosíssimas.

Assim o defendente sempre que lograr encontrar uma prova, - se apressará, em solicitar à esta justa Comissão

Comissão a juntada da mesma aos autos dêste inquérito administrativo.

Item nº 9-A acusação não prevalece, porque, não consistiu o recebimento da importância de setenta mil cruzeiros antigos pelo defendente, uma exceção, um privilégio ou ato protectionista da direção do SPI para a sua pessoa, pois, a gratificação era fruto da vontade do Diretor Maj. VINHAS NEVES de gratificar os servidores que ganhavam pouco, incluindo-se entre os que a recebiam, além do defendente, os seguintes: ALCIDES VELOSO, RACHID SIMÃO HELU, CERRISE MACHADO, WALTER PRADO, LUIZ ALVES DE MELO, MANOEL PINTO, HERMANO SAMPAIO e JOSÉ RODRIGUES.

O defendente prestando suas declarações que constam do Termo de Inquirição, à fls. 1547, perante esta dedicada Comissão, esclareceu com precisão o fato que não foi obra sua.

Realmente, que responsabilidade poderá caber a um funcionário, se o seu chefe resolve conceder-lhe uma gratificação, para compensar-lhe o pouco que ganha ??

Claro que nenhuma.

Os latinos diziam, com muita sabedoria que:

" SUMMUM JUS, SUMMA INJURIA."

É o caso em tela desta acusação sem lógica e sem amparo em nenhuma lei, pois, é notório que não era o defendente quem se gratificava a si próprio e, tampouco se pagava, recebendo seus vencimentos. Frente a esta evidência de esplendor solar, meridiano, não há como admitir-se possa manter-se em pé, sem ruir por terra, esta ilógica e absurda acusação.

Face a esta situação, de conformidade com o pensamento jurídico latino supra citado, não é lícito querer-se que a Justiça se converta em Injustiça, por excesso de uma severidade absurda e ile

ilegal.

Ítem nº 10 - Esta acusação é estarrecer, porquanto, na realidade, o defendente, não somente teve participação na forma ilícita em que se pretende fazer crêr ter ocorrido.

Os dedicados servidores do SPI que foram encarregados de promover a venda do gado, tinham necessidade de numerário para o bem exito das negociações e, assim, dispunham das importâncias necessárias que foram, depois, integralmente contabilizadas, porque não consistiram nunca em despesas pessoais e sim, gastos inerentes ao próprio negócio.

O defendente não tem ciência de irregularidades nesta venda de gado, si bem saiba que elas existiram em outros casos.

No em referência, de modo algum, visto que houve concorrência pública, publicação de editais e depois de efetuada a venda, com exibição de recibos competentes, foram prestadas as contas de praxe.

O defendente se a acusação de que trata este derradeiro ítem se apresentasse claramente, mostraria que as importâncias da venda foram devidamente recolhidas nas agências do Banco de Brasil e creditadas ao Patrimonio Indigena, o que alías teve oportunidade de esclarecer a esta retilínea Comissão, quando prestou as declarações que se encontram à fls. 922/923 dos autos dêste inquérito - Termo de Inquirição.

O defendente sublinha que tôdas as acusações referentes ao desempenho de suas funções, em cumprimento das ordens recebidas pelos seus chefes, poderão ser esclarecidas pelos mesmos, mostrando a sua correção e honestidade, o que espera se digne

determinar seja feito por esta nobre Comissão.

F I N A L M E N T E

O defendente, preclara Comissão, é o funcionário dedicado que a farta documentação que apresentou delinea em sua verdadeira expressão, - honesto, probo, eficiente, merecedor dos elogios dos seus superiores hierárquicos que souberam sempre reconhecer os seus esforços.

É o cidadão honrado, de existência límpida, de passado ilibado, sem mácula, que merece o respeito e a consideração de seus concidadãos, como prova o ABAIXO-ASSINADO de fls. 23, firmado por nomes respeitáveis de antigos moradores em Brasília, que o sabem digno sobre todos os aspectos.

É o homem casado, de responsabilidade, marido modêlar e pai exemplar de três filhos que estudam, vivendo todos em tranquila paz, honrando as tradições cristãs da família brasileira.

ERICH FROMM o festejado autor de tantas obras admiráveis, em sua "ANÁLISE DO HOMEM", estudando às páginas 58 v. o "CARÁTER", "A SUA CONCEPÇÃO DINÂMICA" analisando a teoria de FREUD sobre a natureza volitiva dos traços de caráter, observa que ele reconheceu o que os grandes dramaturgos e novelistas sempre souberam, ou seja: "QUE O DESTINO DO HOMEM É O SEU CARÁTER".

Indubitavelmente, se incontestável esta lição do grande psicólogo supra mencionado, o destino do defendente, deve ser o do reconhecimento de sua honra, de sua capacidade profissional, da sua dedicação ao lar e ao trabalho, - que não poderá conduzi-lo, de maneira alguma a situação de indiciado pela autoria de crimes infamantes e atos torpes e imorais.

O defendente foi vítima de um conluio sinistro, obra de um funcionário desidiioso e que tivera uma aventura amorosa com uma fria, SALIM COSTA OLIVEIRA, contra quem o defendente representou e outro, um marido enraivecido e vingativo, por acreditar que sua mulher fôra responsabilizada pelo defendente, por um desvio de pneus

que a levava a tentar suicidar-se, quando, na verdade, o defendente tal não fizera e sómente, por notar excessivo consumo de pneus, solicitara à Diretoria do SPI, que se achava reunida, mandasse que fosse procedido ao levantamento do "stock" de pneus existente no almoxarifado do SPI.

A rigor não existe prova hábil e prestável nos autos deste inquérito administrativo contra o defendente.

Os depoimentos são prênes de ódio, eivados de suspeição ou então, vagos, imprecisos, esvoaçantes, baseados em ouvi dizer, em conhecimento através de jornais, - enfim, tudo imprestável como elemento jurídico e probante.

Provas materiais, passíveis de exame, não foram exibidas e nenhum documento foi oferecido para ser contestado.

O defendente sente-se, portanto, possuído de perplexidade, como que vivendo um pesadelo, atacado por sombras, por fantasmas que se diluem ao albôr da claridade ou ao contâto com a realidade.

Escuda-o, contudo a sua paz interior, a certeza do seu caráter bem estruturado, na fé cristã e na solidariedade humana e no ideal superior que o anima, de ser digno do nome que herdou dos seus maiores, nome limpo e honrado que constitui a melhor herança que espera poder legar aos seus filhos.

Ante o exposto e fundamentado, o defendente confia e espera que esta digna e culta Comissão, reconhecendo a precariedade e a fragilidade da prova incriminatória, e a sua inocência que sobrepaira o nebuloso conteúdo dos autos, e ainda, a total inexistência de outras provas técnicas e jurídicas, o exclua deste inquérito, para que possa continuar servindo ao seu País e à sua família, como sempre fez, pois, só assim, terá sido feito boa, salutar e perfeita

J U S T I Ç A !

O defendente protesta por todo gênero de provas admitido em direito e na esfera administrativa, notadamente, inquirição de testemunhas, exames, perícias e juntada de documentos.

Rio de Janeiro, GB., 3 de Maio de 1968.

Percebeu-se a assinatura

Adv. Insc. 2.132 O.A.B.-GB.

5463
[Handwritten signature]

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de procuração, BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, funcionário público federal e residente em Brasília, - QGD 403/4 - Bloco 17, apartamento 104, nomeia e constitui seu bastante procurador e advogado, o Dr. GERALDO DE CAMARGO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - seção do Estado da Guanabara, sob o nº 2.132 e com escritório na rua México, nº 74, 11ª andar, sala 1.102, nesta Cidade, com amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, poderes "AD JUDICIA", perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, em qualquer ação em que fôr autor ou réu, notadamente, para fazer a defesa do outorgante nos autos do processo administrativo, instaurado no Ministério do Interior pela Portaria Ministerial, nº 239/67, publicada no D.O. de 5/10/67, podendo usar dos poderes especiais definidos no C.P.C., podendo requerer tudo que fôr necessário à defesa do outorgante, perante qualquer órgão da administração pública federal ou estadual, para o fiel desempenho do presente mandato, podendo ainda substabelecer.

Rio de Janeiro, GB., 29 de Abril de 1968.

Boanerges Fagundes de Oliveira

13.º OFÍCIO
RUA DO ROSÁRIO, 148
RIO DE JANEIRO
TABELIÃO
ARMANDO VEIGA
Edmundo Teixeira da Silva
SUBSTITUTO
Paulo Nei da Silva Costa
Manoel Fernandes
Escritores Autorizados

Reconheço a *firma* de
Boanerges Fagundes de Oliveira
Rio de Janeiro, 30 de abril de 1968
Em test. [assinatura] da verdade
[assinatura]
TAB. VIII - Nº IV - ATO 8

M.F. 101-560/67

Doc. nº 1

5464

CÓPIA AUTÊNTICA: ARMAS DA REPÚBLICA - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES - DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE REPRESSÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS - RESERVADO - Of nº 22/SRTP/Del- Em, 2 de fevereiro de 1967 - Assunto: Documentos (encaminha) Ref. Relatório e Termo de Declarações - Boanerges Fagundes de Oliveira - Senhor Diretor, - To mo a liberdade de encaminhar a V. S. o expediente anexo e que diz respeito a sindicância instaurada neste Serviço concernente a possíveis delitos praticados pelo funcionário desse órgão Sr. BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA, quando de sua estada na Ilha do Bananal, no Posto Indígena "GETÚLIO VARGAS", conforme denúncia chegada ao conhecimento deste Serviço. - Conforme V.S. poderá constatar do relatório do Delegado Carl Grobman, após as diligências de praxe, concluiu pela não caracterização de qualquer forma de delito, visto, que, as possíveis vítimas já eram consideradas prostituídas de há muito tempo, o que vem desfigurar a caracterização de qualquer espécie de ato anti-jurídico capitulado no Código Penal ou nas disposições especiais que protegem os silvícolas brasileiros. - O procedimento do Sr. Boanerges Fagundes de Oliveira, pelos depoimentos tomados a Termo, pode ser considerado grave face as funções que ocupa nesse órgão e principalmente pelo fato de ter se dirigido ao Posto "Getúlio Vargas" na qualidade de Presidente de uma comissão de inquérito enviada para averiguar possíveis irregularidades naquele Posto. - Desta forma caracterizando-se o fato apenas uma irregularidade administrativa, encaminho para os devidos fins cópias de depoimentos e relatório concluído, digo, conclusivo do Delegado deste Serviço. - Sirvo-me da oportunidade para reiterar a V.S os protestos da mais elevada consideração e estima, firmo-me - Ass Hilton Brandão - Diretor do S R T P.

CONFERE COM O ORIGINAL

177 de 177
Ass. Hilton Brandão
Secret. 117

VISTO	
Em 10 de	19 67
DIRETOR DO S. P. I.	

o senhor WOLFGANG DANKMAR GUNTHER

30 (trinta) =====

novembro =====

sessenta e

seis (1966) =====XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX-Ilha de Bananal -

-Sede da Fundação Brasil Central - //////////////////////////////////////

presente se encontrava

CARL GROEMAN

de Polícia do

Serviço de Repressão ao Tráfico de Pessoas do DFSP////////

WOLFGANG

de seu cargo

DANKMAR GUNTHER, brasileiro, natural de São Paulo, nascido 2 de fevereiro de 1929, casado, funcionário público da Fundação Brasil Central, filho de Roll Hornschuch e de Aracy Hornschuel, residente nesta Ilha do Bananal, sabendo ler e escrever. Ouvido pela autoridade, respondeu o seguinte: QUE o declarante encontra-se nesta ilha desde dois idos do ano de 1949; que trabalhou por conta própria nesta região até 1958 quando então, passou ao Serviço da Fundação Brasil Central; que conhece todos os moradores, tanto da Ilha, quanto da cidade próxima de nome São Felix; que conhece a índia Maria Carajá como prostituta desde 1958, vivendo em bordel e esporadicamente vivendo em companhia de brancos; que conhece também a índia Cuxixaro tabé. Digo também prostituta desde o ano de 1960, época da Operação Bananal, tendo oportunidade digo, é época em que a mesma índia teve relações com vários homens integrantes dessa operação, mantendo vida irregular até os dias de hoje. QUE. QUE Maria Cuxixaro vive até o momento no aldeamento, fazendo vida com um índio, entretanto, nunca deixou de aceitar relações sexuais com brancos; Nada mais disse nem lhe foi perguntado mandou a autoridade encerrar o presente que li-do e achado conforme vai assinado pela autoridade, pelo declarante e por mim. _____

CARL GROEMAN . Declarante WOLFGANG ROLL-----

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 10 de março de 1967
Wolfgang Gunther Filho
Folhet 117

VISTO	
Em 10 de	do 15 67
DIRETOR DO S. P. I.	

Serviço de Repressão ao Tráfico de Pessoas

RELATÓRIO

Senhor Chefe do S RTP

Atendendo determinação de V.Sa., a fim de realizar investigações sobre as acusações feitas contra a pessoa de BOANER FAGUNDEZ, funcionário do Serviço de Proteção aos Índios, por ter mantido contato sexual com índias da ILHA DO BANANAL, quando de sua estada presidindo comissão de inquérito administrativo, in forme que estive na ILHA, tendo ouvido várias pessoas sobre o assunto.

Tôdas as pessoas ouvidas, conforme Termo de Declaração anexo, disseram que tomaram conhecimento de que Boanerges havia mantido relações sexuais com duas índias, sendo que o chefe do Posto, senhor Salim declarou que por pouco, numa determinada noite, deixou de flagrar a concretização do ato.

Procurando informações de outras fontes, soube que realmente as duas índias com quem Boanerges Fagúndez manteve relações sexuais eram índias há muito já prostituídas, uma delas conhecida pelo nome de MARIA CARAJÁ é avó e frequenta um postibulo na cidade próxima chamada SÃO FÉLIX, não vivendo no aldeamento e a outra, de nome CUXIXARO é mais nova e se prostituiu desde a Operação Bananal, em 1960.

Assim sendo, esta autoridade não vê crime praticado pelo investigado, pois as índias há muito já eram prostituídas, portanto o senhor Boanerges merece mais uma punição administrativa, por não ter se comportado devidamente como funcionário do SPI e estando ainda, na presidência de uma Comissão de Inquerito.

É O QUE TINHAMOS A RELATAR.

Brasília DF. 10 de dezembro de 1966.

as. CARL GROBMAN
CARL GROBMAN
Delegado de Polícia.

CONFERE COM O ORIGINAL

10 de Março de 1967
João Paulo Lunkin Silva
Secret. 117

VISTO	
Em 10 de	10 de 1967
DIRETOR DO S. P. I.	

MA/01-2758/66
Doc. n.º 4 5462
[assinatura]

Senhor Diretor,

Indo à Ilha do Bananal, com a missão de presidir a uma Comissão de Inquérito, e após poucos dias de permanência, pude verificar sérias deficiências, na administração do Pôsto, a ponto de julgar de meu dever, na qualidade de Assessor, tomar certas medidas de ordem administrativa, embora, superficialmente. Foi-me dado constatar, a incapacidade administrativa do atual Encarregado, Sr. Salim Costa de Oliveira. Criou problema com a Fundação Brasil Central, sem necessidade, e que graças à minha interferência, foi solucionado, o que não o agradou. Desde então procurou entrar em atrito constante comigo, assim fiz, cumprindo ordens superiores, como também, tomei a iniciativa de fazer distribuir leite na aldeia para os índios. A carne era distribuída, diariamente, para os trabalhadores, enquanto os índios só comiam uma vez por mês. Isto também não agradou o Sr. Encarregado. Mandei que o trator fôsse uma vez por semana na roça dos índios, o que não estava sendo feito, obrigando êsses índios, a um esforço descomunal, de carregar nas costas mais de 60 quilos de seus mantimentos, a uma distância de 18 quilômetros. Mais uma vez caí no desagrado do Sr. Encarregado, por ter tomado essas providências e que julguei necessárias. Não é obedecido pelos trabalhadores; não fiscaliza o trabalho dos mesmos; não respeita às normas de trabalho, regidas por regulamento que mandam o funcionalismo trabalhar 6 1/2 horas; mantém um regime escravo de 8 horas diárias, e, para alguns, inclui o sábado e domingo. Mas êle só costuma levantar às 10 horas da manhã, de camisa de nailon e calça vincada. Os índios não o obedecem, pois êle não liga para os problemas da tribo. Não liga para os índios doentes, nem para os problemas criados por índios embriagados. Não providencia junto as autoridades, a fiscalização dos comerciantes que vendem bebidas alcoolicas a índios, embora saiba o nome dêsses comerciantes. Segundo informação de um índio, êle quando passou por êsse Pôsto, a tempos atrás, teve um caso amoroso com uma índia de nome "DIEDIUE". Depois de ter uma discussão comigo, colocou o rádio em pane, para que eu não mantivesse contacto com a Diretoria, prejudicando assim o meu trabalho.

Após ter discutido comigo, prometeu desmoralizar-me, não sei baseado em que, pois minha conduta, como funcionário, nada tem de desabonador. Tenho, de outras administrações, duas portarias de elogios, e sobre minha conduta na Ilha, aponto, como testemunhas, os vogais, o secretário e os funcionários locais.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

O Sr. Salim Costa de Oliveira não tem gabarito para administrar um Posto da envergadura do Posto "Getulio Vargas", que é a sala de visita do S.P.I., onde, diariamente, afluem dezenas de turistas e jornalistas. Nos dois meses de sua administração, só conseguiu fazer rogado, frente ao Posto, e preparar o terreno para uma pequena horta. Apesar de ter o Posto 16 trabalhadores. E é um homem desses, que ameaça de desmoralizar funcionário com dez anos de exercício no S.P.I., com uma folha de serviço irrepreensível, como se esse, como administrador, já não estivesse desmoralizado.

Brasília, 12 de agosto de 1966

Boanerges Fagundes de Oliveira
Boanerges Fagundes de Oliveira
Assessor do S.P.I.

Doc. n.º 5 5469
BJS

Brasília,
30/1/1.967

Encarregado da Sindicância na Ilha do Bananal
Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios
encaminha relatório

Senhor Diretor

Cumprindo determinação de V.S., no sentido de apurar irregularidades atribuídas ao Sr. Boanerges Fagundes de Oliveira, durante sua estada na Ilha do Bananal na qualidade de Presidente da Comissão de Inquerito, encaminho-lhe anexos os depoimentos dos elementos citados na denuncia. Devo esclarecer que, para melhor apurar a veracidade dos fatos, ouvi, ainda, outras pessoas que não tinham sido citadas na denuncia.

Os depoimentos, em folhas separadas, numeradas de 1 a 5, foram todas por mim rubricadas.

São os seguintes os depoentes:

Doc. nº 1 - Índia Maria Karajá

Doc. nº 2 - Índia Cuxixara

Doc. nº 3 - Índio Ângelo Karovina

Doc. nº 4 - Manoel Gomes dos Santos


Doc. nº 5 - Salim Costa Oliveira

Doc. nº 6 - Maria Mendes

Tendo em vista o que foi dito nos depoimentos, e ainda, em conversas ouvidas aqui e ali, a CONCLUSÃO é de que a denuncia é inverídica, inconsistente, tôrpe e teve por fim, unicamente, desmoralizar o Presidente da Comissão de Inquerito, Sr. Boanerges Fagundes Oliveira.

Assim me pareceu.

Atenciosas Saudações


JOSE EMIR QUEIROZ DIRETOR

DECLARAÇÕES PRESTADAS PELA ÍNDIA MARIA KARAJÁ, NA CIDADE DE
SÃO FELIX - MATO GROSSO.

- P) Conheceu o Sr. Boanerges Fagundes Oliveira, durante sua estada na ilha do Bananal ?
- R) Sim.
- P) É verdade que vive em um bordel de sua propriedade aqui em São Felix?
- R) Não, aqui em São Felix tenho uma casa onde moro .
- P) Por que motivo não mora na ilha com os outros índios ?
- R) A vida que levo é mais tranquila e tenho o que quero.
- P) É verdade que o Sr. Boanerges Fagundes Oliveira, esteve certo dia aqui em sua casa ?
- R) Sim, é verdade.
- P) O Que veio ele fazer aqui ?
- R) Saber o motivo de não merar na ilha.
- P) É verdade que o Sr. Boanerges Fagundes Oliveira, chegou completamente embriagado em sua casa ?
- R) Não, eu nunca vi o Sr. Boanerges embriagado.
- P) É verdade que o Sr. Boanerges Fagundes Oliveira manteve relações sexuais com você ?
- R) Não, tudo isso não passa de mentira do Sr. Salim.
- P) Você já foi proprietária de um bordel aqui em São Felix ?
- R) Não, em 1946, tive um em Goiás Velho.
- P) Alguma vez esteve o sr. Boanerges Fagundes Oliveira bebendo aqui em São Felix ?
- R) Sim, uma vez ele estava tomando uma cerveja em um bar.
- P) Pode informar se o mesmo estava embriagado ?
- R) Não.

JOSE EMIR QUEIROZ OLIVEIRA

José Emir Queiroz Oliveira
JOSÉ EMIR QUEIROZ OLIVEIRA

5471

DECLARAÇÕES PRESTADAS PELA ÍNDIA CUXIXARÁ, NA ILHA DO BANANAL.

P - Você é a esposa do índio Bobocí ?

R - Sim.

P - Vive com seu esposo ?

R - Sim.

P - Já separou d'ele alguma vez ?

R - Não.

P - Conheceu o Sr. Boanerges Fagundes Oliveira ?

R - Sim.

P - É verdade que seu esposo separou-se de você por causa do Sr. Boanerges ?

R - Não, vivo com Bobocí e nunca tive nada com o Sr. Boanerges.

P - Tive conhecimento que o Sr. Salim Costa Oliveira, denunciou o Sr. Boanerges, por ter tido relações sexuais com você ?

R - Soube, tudo é mentira do Sr. Salim.

P - É verdade que o Sr. Salim surpreendeu o Sr. Boanerges espreitando-a quando você se abrigava sob a escuridão de uma mangueira ?

R - Não, eu estava aqui em baixo dessa mangueira e o Sr. Boanerges, lá junto ao depósito, o Sr. Salim veio e passaram a discutir dizendo que ele estava me esperando, porém tudo é mentira.

P - O seu esposo encontra-se aqui na ilha .

R - Sim, mas está na roça.

P - Você nega que tenha estado com o Sr. Boanerges, como é que confirmou ao Sr. Nilo Veloso ?

R - Não é verdade, eu não disse nada ao Sr. Nilo Veloso.

José Emir Queiroz Oliveira
JOSÉ EMIR QUEIROZ OLIVEIRA

DECLARAÇÕES PRESTADAS PELO ÍNDIO ÂNGELO KAROVINA, REFERENTES
AS DENÚNCIAS DO SR. SALIM COSTA OLIVEIRA.

P - É verdade que o Sr. Boanerges Fagundes Oliveira,
tinha encontros com índias em sua casa ?

R - Não o Sr. Boanerges nunca esteve em minha casa
com qualquer índia.

P - Sabe informar se o Sr. Boanerges teve encontros
com a índia Maria Karajá, em São Felix.

R - Não sei informar.

P - Sabe informar se o Sr. Boanerges vivia embriagado
aqui na Ilha do Bananal ou em São Felix ?

R - Nunca encontrei o Sr. Boanerges embriagado.

P - O Senhor presenciou algum encontro do Sr. Boanerges
com a índia Cuxixara?

R - Não.

P - Tem alguma declaração a fazer a respeito do procedimento
do Sr. Boanerges ?

R - O Senhor Boanerges sempre tratou a todos muito bem,
não sei o motivo dessas mentiras todas.

JOSE EMIR QUEIROZ OLIVEIRA

5473

DECLARAÇÕES DO VAQUEIRO MANOEL GOMES DA SILVA .

Declara nunca ter visto o Sr. Boanerges Fagundes de Oliveira embriagado. Diz que certo dia o Sr. Boanerges promoveu uma marcação de gado do S.P.I. onde foram marcados perto de 1.000 cabeças e que durante os trabalhos o Sr. Boanerges comprou duas garrafas de aguardente para que o pessoal em número de oito pudessem trabalhar devido as chuvas. As declarações acima citada foram confirmadas pelos Srs. José Adelson, Waldemar Lima e Francisco Tomaz dos Santos.

JOSE EMIR QUEIROZ OLIVEIRA

DECLARAÇÕES PRESTADAS PELO SR. SALIM COSTA OLIVEIRA, NA ILHA DO BANANAL, A RESPEITO DE SUA DENUNCIA CONTRA O SR. BOANERGES FAGUNDES OLIVEIRA.

P - São verdadeiras as acusações contidas em seu relatório, datado de 13/8/66, e encaminhado ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios ?

R - Sim.

P - Então o Sr. afirma ter visto o Sr. Boanerges durante sua estada aqui na ilha do Bananal, completamente em briagado?

R - Não, eu nunca vi o Sr. Boanerges embriagado aqui na ilha ?

P - O Senhor acaba de declarar serem verdadeiras as suas denúncias ?

R - A minha denuncia foi a de que ele vivia embriagado em São Felix.

P - Então o Sr. afirma ter visto o Sr. Boanerges embriagado em São Felix ?

R - As informações foram prestadas pelos índios.

P - Quer dizer que o senhor nunca encontrou o Sr. Boanerges embriagado ?

R - Não.

P - Os índios costumam beber sempre, ou foi somente com a presença do Sr. Boanerges ?

R - Sempre os índios beberam, principalmente os mais jovens.

P - É verdade que sua empregada Marlene, fez escandalo com o Sr. Boanerges quando tomava banho ?

P - Sim.

P - Poderia interrogar a sua empregada ?

R - Ela não encontra-se marando digo é la não mora mais na Ilha.

P - O Senhor presenciou o escândalo ?

Doc. nº 6

JOSE EMIL QUEIROZ OLIVEIRA

5475-
B26

- R - Não, encontrava-me em São Felix com minha esposa.
- P - Quer dizer que nem o Senhor nem sua esposa presenciaram o ocorrido ?
- R - Não, o fato foi relatado pela Marlene.
- P - Desejava interrogar a filha do servidor Victor do Nascimento ?
- R - Ela juntamente com sua família já não mora mais aqui.
- P - O Senhor pode afirmar que o Sr. Boanerges estava espreitando uma índia que se abrigava na mangueira ?
- R - Tirei a conclusão.
- P - O que fazia o Senhor aquelas horas, naquele local ?
- R - Fazia Bonda noturna .
- P - Poderia informar que horas eram ?
- R - Perto das 21 horas.
- P - Qual o motivo do Senhor tirar a conclusão de que os dois estavam de encontro marcado ?
- R - O que poderia o Sr. Boanerges estar fazendo ali .
- P - As denúncias referentes a índia Maria Karajá, também foram colhidas por informações prestadas pelos índios ?
- R - Sim.
- P - Quer dizer que o Senhor não presenciou nada ?
- R - Não.
- P - As denúncias apresentadas no relatório datado de 13 de agosto do ano passado, foram de sua autoria ?
- R - Eu assinei o relatório feito pelo Sr. Nilo Veloso ?

JOSE EMIL QUEIROZ OLIVEIRA

Doc. n.º 6
5476
JOSÉ EMIR QUEIROZ OLIVEIRA

**DECLARAÇÕES PRESTADAS PELA SENHORA MARIA MENDES EX-ENFERMEI
RA NA ILHA DO BANANAL.**

**P - É verdade que o Sr. Boanerges Fagundes Oliveira,
promoveu a sua substituição por uma outra enfer
meira ?**

R - Sim, é verdade.

P - Sabe qual o motivo de sua substituição ?

**R - Não, ouvi dizer que a outra enfermeira tinha um
curso qualquer e eu não.**

**P - É verdade que o Senhor Boanerges, fez varios ga
lhanteios a senhora.**

**R - Não, o Sr. Boanerges sempre me tratou com respei
to, nunca fez galhanteios. (Essas declarações
foram feitas na presença do Sr. Waldemar Lima
servidor do S.P.I.).**

JOSÉ EMIR QUEIROZ OLIVEIRA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

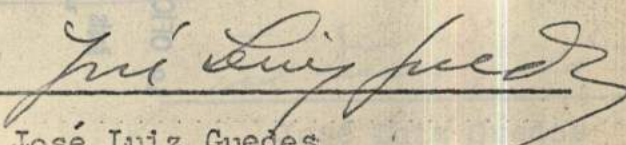
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

RIO DE JANEIRO, D. F.

Portaria n. 100 de 27 de setembro de 1957.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE elogiar BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA, Operador Rádio, referência 24, da T.U.M. deste Ministério, lotado neste Serviço e com exercício nesta Diretoria, por ter, além de cumprir de forma elogiosa seus deveres, exercido com muita eficiência serviços outros fora de suas atribuições, trabalhando além do horário regulamentar, sem que isso lhe trouxesse vantagens pecuniárias.


José Luiz Guedes
Diretor

SC. 36.272/57
SPI. 4.553/57
SA/HCC.

Doc. n.º 7

Doc. n.º 8

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Serviço de Proteção aos Índios

2472

100

ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 104

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar uma COMISSÃO composta de
Chefe da S.O.A., Sr. LUIZ DE FRANÇA FERREIRA DE ARAÚJO, WALTER DE
OLIVEIRA VELOSO, ROBERTO FAGUNDES DE OLIVEIRA e JOÃO BARRETO
DE SOUZA, para sob a Presidência do Chefe da S.O.A., elaborar o
parte de regimento da S.P.I., na nova estrutura do Ministério da
Agricultura, referente à sua Seção (SCA) e apresentá-la à Dire
toria da S.P.I., dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a partir
desta data.

BRASILIA, 14 de novembro de 1968.

De acordo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º
2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta
fotocópia, a qual é cópia fiel do documento ori-
ginal que me foi exibido para conferência.
E por ser verdade, dou fé assinando este certificado em público
e caso de 10 de 10
Brasília, 14 de novembro de 1968
Em testemunho

1.º OFÍCIO DE NOTAS

BRASILIA
Assis Maria Assunção
TAB. SUBST.º
INTERINO

BRASILIA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

BRASÍLIA - D.F.

RIO DE JANEIRO/DXA

Doc. n.º 9

5480

2/6

Portaria n.º

39 de 24 de junho de 1966

O Diretor DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, usando da atribuição que lhe confere o artigo 218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União,

R E S O L V E - Designar, de acordo com o artigo 217, parágrafo 1º do mesmo Estatuto, BOANERGES FAGUNDEZ OLIVEIRA, - VIRGILIO GONÇALVES OLIVEIRA VELLOZO e JONAS FERREIRA BONFIM, respectivamente, Assessor 3-F, Laboratorista P-1.602-9-B e Agente de Proteção aos Índios P.1.802-6-B, para, sob a presidência do primeiro, constituir a Comissão de Inquérito incumbida de apuração de irregularidades - apontadas no processo MA-101-1853/66, no Pôsto "Getulio Vargas" - Ilha do Bananal, jurisdição da 8ª Inspeção Regional, no Estado de Goiás.

Hamilton de Oliveira Castro
Cel. Hamilton de Oliveira Castro
Diretor do S.P.I. Du.

NOS TERMOS DA LEI N.º 4965/66-D. O. 10-5-66-O PRESENTE

EXPEDIENTE FOI PUBLICADO NO COLETIM DO

PUBLIC. L. N.º 26, DE 30, 6, 19 66

Lailia Barus

SETOR PUBLICAÇÃO - DP. - MA.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

RIO DE JANEIRO, R. P.

de 12 de

JUNHO

de 7

Portaria n.º

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

DESIGNA, de acordo com os arts. 12 e 13, parágrafos 1.º e 2.º, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinados com o art. 13, alínea "a", do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 10.652, de 16.10.42 e modificado pelos Decretos nºs 12.318, de 27/11/43 e 17.684, de 26/1/45, BOMMEZ VALU - DET. ORÇAMENTO, responsável no cargo de Operador Radiológico, P. 2.003-7, de Cui - Rio de Janeiro, - para fornecer ao Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço, os dados estatísticos, com subitmo estatístico, e função estatística - de acordo com o art. 2.º do Decreto-Lei nº 2148 de 25 de Abril de 1949, autêntico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibida para conferência.

De acordo com o art. 2.º do Decreto-Lei nº 2148 de 25 de Abril de 1949, autêntico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibida para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público e rasado _____ de 19 ____
Brasília, _____ da verdade
Em testemunho _____

1.º OFÍCIO DE NOTAS
BRASILIA
Assis Aladja Assunção
TAB. SUBST.º
INTERINO

22 MAI 1968



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

BRASÍLIA - D.F.

~~MINISTÉRIO DA AGRICULTURA~~

Doc. n.º 14

5485

B2B

Portaria n.º *137* de *2* de dezembro de 1964

O Diretor DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS,

R E S O L V E: designar, de acordo com os artigos 72 e 73, §§ 1º e 2º, da Lei nº 1 711, de 28.10.52, combinados com os itens 17 e 171 do art. 13, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 52 668, de 11 de outubro de 1 963, BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Operador Radiofônico, P. 2003-7, do // Quadro de Pessoal, Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço e com exercício na Seção do Patrimônio Indígena, para exercer, como substituto automático, a função gratificada de Chefe da supracitada Seção, símbolo 3-F, durante os impedimentos legais, eventuais ou temporários do respectivo Chefe.

Luís Vinhas Neves
Luís Vinhas Neves - Maj. Av.
- Diretor -

nms*

1º OFÍCIO DE NOTAS

BRASILIA

Assis Aluáda Assunção

TAB. SUBST.º

INTERINO

De acôrdo com o art. 2.º do Decreto-Lei no 2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé assinando este certificado em público e raso..... de 19.....
Brasília,..... de..... da verdade
Em testemunho.....

02 MAI 1968



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

~~REPRODUÇÃO PROIBIDA~~

Brasília - D.F.

Portaria n.º 23 de 25 de 03 de 1965.

O Diretor de Serviço de Proteção aos Índios,

DESIGNAR, de acôrdo com os artigos 145, item I e 147 da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1 952, combinado com o artigo 13, item XXI - do Decreto nº 52 668, de 11 de outubro de 1 963, BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Operador Radiofônico P-2.003-7, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente dêste Ministério, lotado neste Serviço, para exercer a função gratificada de Secretário, símbolo 11-F, em virtude da dispensa de Walter Samari Prado.

Luis Vinhas Neves
Luis Vinhas Neves - Maj.Av.

- Diretor -

MLV* *

1º OFÍCIO DE NOTAS

BRASILIA

Assis Aladina Mesquita

TAB. SUBST.º

INTERNO

De acôrdo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º 2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público

e caso, de 02 MAI 1968 de 19

Em testemunho da verdade

Doc. n.º 16

5487
B916

ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 56

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso / /
das atribuições que lhe confere a Lei vigente,

D E S I G N A o servidor BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA, Operador Radiofônico, P.2003-7, do Quadro do Pessoal, Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço, ocupando a função gratificada de Secretário, símbolo 11-F, para proceder sindicâncias na sede e dependências da 4ª Inspeção Regional, em Recife, Estado de Pernambuco tendo em vista o que consta do Processo nº 101-1.445/65.

Outrossim, o servidor sindicante, deverá afastar até ulterior deliberação, o Chefe titular, PEDRO JOAQUIM DE LEMOS, devendo assumir a Chefia da Inspeção, o Substituto legal, LEONEL CARNEIRO DE MORAIS.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Brasília, 10 de junho de 1965

Luís Vinhas Neves
LUIS VINHAS NEVES - Maj Av
Diretor do S.P.I.

1.º OFÍCIO DE NOTAS

BRASILIA

Assis. Abadia Assunção

TAB. SUBST.º

INTERINO

De acôrdo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º 2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, do 1.º, assinando este certificado em público e raso.

Brasília, de 02 MAI 1968 de 19

Em testemunho da verdade

5488 ~~5489~~
B26 ~~B26~~

Doc n.º 17

ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 83

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das atribuições que lhe confere a lei vigente,

D E S I G N A o servidor BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA, Operador Radiofônico, P. 2003-7, do Quadro do Pessoal, Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço, ocupando a função gratificada de Secretário, símbolo 11-F, para viajar com destino a Recife, Estado de Pernambuco, e, na Quarta Inspetoria Regional, com sede naquela Capital, executar as seguintes tarefas:

- a) - entregar, na sede da Inspetoria, a camionete Rural Willys, chapa 40-70 - DF;
- b) - inventariar, em todos os Postos e sede regional, os bens do Patrimônio Indígena;
- c) - organizar, em todos os Postos, o Cadastro Animal;
- d) - examinar, em cada Pôsto, as atividades agrícolas e pecuárias;
- e) - examinar a possibilidade de produção, ou seu incremento, face às condições agrícolas e pecuárias da região;
- f) - verificar, em todos os Postos e sede regional, o mecanismo administrativo, apurando irregularidades, corrigindo falhas e dando, acima de tudo, orientação consequente, onde se fizer necessária.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Brasília, 14 de julho de 1965

Luis Vinhas Neves
Luis Vinhas Neves - Maj Av

Diretor

2488
189
2003-7

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 8

O Diretor do Serviço de Inspeção dos Índios, no uso das atribuições que lhe confere a lei vigente,

DESEIEN, o servidor DOMENEGES FACINDES DE OLIVEIRA, Operador Radiotelegráfico, P. 2003-7, do Quadro de Pessoal, desta Pasta, nomeado desta Ministério, lotado neste Serviço, ocupo a função de Oficial de Secretariado, símbolo 11-2, para viajar com destino a Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a, na Gerente Inspeção Nacional, com sede na Rua da Capital, executar as seguintes tarefas:

- a) - acompanhar, na sede da Inspeção, o comitê de Hotel...
- b) - acompanhar, em todos os locais de trabalho e sede regional...

De acordo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º 2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

Eu, por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público e fado, em 02 de Maio de 1968.

Em testemunha da verdade

1º OFÍCIO DE NOTAS
EXASUBA
Ass. Maria Assunção
TAB. SUBST.º
INTERNO

Brasília, 1 de Maio de 1968.

Luiz Viana Neves - Maj. Av.
Diretor

ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 118

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das atribuições que lhe confere a Lei vigente,

RESOLVE subordinar o Serviço de Transporte do S.P.I., na Diretoria, ao servidor BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA, Operador / Radiofônico, P.2003-7, do Quadro do Pessoal, Parte Permanente deste Ministério, lotado nesta Repartição, ocupando a função gratificada de Secretário, símbolo 11-F, que ficará responsável pela manutenção, abastecimento, controle, organização de escala de serviço e transporte de funcionários.

Outrossim, para regularidade e eficiência dos serviços, os carros sómente se ausentarão dos seus estacionamentos com // ciência antecipada do responsável. A desobediência das normas estabelecidas pela presente Ordem de Serviço, será considerada indisciplina, cabendo portanto, punição ao motorista infrator.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Brasília, 29 de setembro de 1965.

Luis Vinhas Neves
Luis Vinhas Neves - Maj Av
Diretor

1º OFÍCIO DE NOTAS

BRASILIA

Assis Maria Assunção

TAB. SUBST.º

INTERNO

De acordo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º 2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público e rasado, de 02 MAI 1968 de 19.....

Brasília, de de 19.....

Em testemunho.....



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

BRASÍLIA - D.F.

RIO DE JANEIRO, D.F.

Portaria n.º 31 de 17 de maio de 1966

O Diretor DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, no uso das atribuições que lhe conferê a Lei vigente,

D E S I G N A - de acôrdo com os arts. 145, -
item I e 147, da Lei nº 1.711, de 28.10.1952, combinados com o art.
13, item XXI, do Decreto nº 52.668, de 11.10.1963, BOANERGES FAGUN-
DEZ OLIVEIRA, ocupante do cargo de Escriturário, AF-202-8-A, do Qua-
dro do Pessoal, Parte Permanente dêste Ministério, lotado neste Ser-
viço e, com exercício nesta Diretoria do S.P.I. em Brasília-DF, pa-
ra exercer a função gratificada de Assessor, símbolo 3-F, vago em -
virtude da dispensa de BENEDITO PIMENTEL.

Hamilton de Oliveira Castro
Cel. HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO
Diretor do S.P.I. Dir.

clm.-

1.º OFÍCIO DE NOTAS

BRASILIA

Assis Abadia Assunção

TAB. SUBST.º

INTERINO

De acordo com o art. 2.º do Decreto-Lei nº 2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público

e raso..... de 19.....

Brasília..... da verdade

Em testemunho

02 MAI 1968

Doc. nº 20

5491

BJA

~~5492~~

BJA

ORDEM DE SERVIÇO INTERNO Nº 109

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

DESIGNA o Operador Rádio, referência 24, BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA, para responder pelo expediente da Secção de Orientação e Assistência, até ulterior deliberação.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1957.

Nelson Perez Teixeira

Nelson Perez Teixeira
Diretor substituto

SA/HCC.

1º OFÍCIO DE NOTAS

BRASILIA

Assis Maria Assunção

TAB. SUBST.º
INTERNO

De acordo com o art. 2.º do Decreto-Lei nº 2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.
E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público e rasô.....
Brasília..... de 19.....
Em testemunho..... de verdade.....

02 MAI 1968



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Doc. nº 21

5492 ~~5493~~
BPA ~~BPA~~

Portaria n. 117 de 1 de março de 1957

O Diretor DA DIVISÃO DO PESSOAL

RESOLVE, de acôrdo com o § 1º do art. 3º do Decreto nº 40 785, de 21 de janeiro de 1957, expedir a presente portaria a BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA, Operador de Rádio, referência "24", da Parte Suplementar da Tabela Única de Mensalistas dêste Ministério.

Silva Lollho

SC.

/CTCM.

5491 ✓

Lotado no Serviço de Proteção aos Índios
Entrou em exercício em 24 / 1 /
1957
Em 9 / 3 / 1957 *Infante*
CHEFE DA SMP.

Anotado

S.C.P. 14 / 3 / 57

in: expediente

ANOTADO no F. P. 1
Em 2 / 4 / 57
MC

APOSTILA: O servidor a quem se refere a presente Portaria esta equiparado ao funcionário efetivo, para todos os efeitos, ex-vi, do disposto no artigo 1º da Lei nº 2284, de 9 de agosto de 1954, a partir de 24-1-1957.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1958.

José Luiz Guedes
Cel. José Luiz Guedes
Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

1º OFÍCIO DE NOTAS
BRASILIA
Assis. Madia Assunção
TAB. SUBST.º
INTERNO

De acordo com o art. 2º do Decreto-Lei nº 2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.
E por ser verdade, dou fe, assinando este certificado em público
e faco... de 19...
de... da verdade
Em testemunho...

02 MAI 1968



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

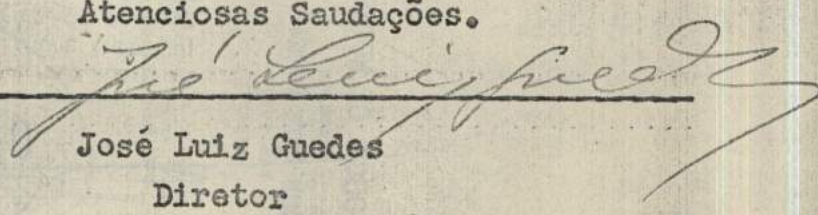
RIO DE JANEIRO, D. F.

Portaria n. 20 de 6 de fevereiro de 1957.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar nesta Diretoria, BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA, Operador de Rádio, referência 24, da T.U.M. dêste Ministério, lotado neste Serviço, conforme Ofício s/nº, de 25 de janeiro de 1957.

Atenciosas Saudações.


José Luiz Guedes
Diretor

SA/HCC.

2º OFÍCIO DE NOTAS

BRASILIA

Ass's Abadia Assunção

TAB. SUBST. O

INTERINO

De acôrdo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º 2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fe, assinando este certificado em público e rasgo. 02 MAI 1968

Em testemunho _____ de 19 _____ da verdade

23
Doc. nº 23

ABAIXO - ASSINADO

3494
B96

~~5495~~
B96

Nós, abaixo assinados, moradores e residentes em Brasília, vimos pelo presente, declarar, a bem da verdade para os devidos fins de direito, que, sabemos, de ciência própria, que, o Sr. BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA é pessoa de todo o respeito, bem quisto e por todos considerado, eis que, é casado há muitos anos, sendo pai de tres (3) filhos que estudam, não possuindo o mesmo qualquer vicio e vivendo inteiramente dedicado ao seu trabalho, como funcionário Publico Federal e à sua familia, sendo por todas as razões tido como cidadão exemplar e digno sobre todos os aspectos.

Outrossim, não nos consta qualquer ato que possa desabonar o bom nome e a respeitabilidade do Sr. BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA.

Brasília, 2 de maio de 1968

Flora Fernandes, Funcionário do Ministério da Justiça
Dona Maria de Abacado Paes Doméstica
Lea Palermes Lams - Funcionária do P. S. Malto
Waldemar Alves do Nascimento - M.E.C.
Luiz Alves de Melo - Ministério Agr.
Dona Carlos de São J. Triunfal de Santa Maria
Eduardo Lucas dos Reis - D.S.C.
Roberto José dos Reis - D.A.S.
Roberto José dos Reis - G.M. de P.R.
Roberto Quirino do Nascimento - S.H.I.S.
Jandira de Azevedo Lira - Funcionária
Joviano Celso da Luz - Funcionário I.B.G.E.



REGISTRO CIVIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CIDADE DE NOVA IGUAÇU

1.ª CIRCUNSCRIÇÃO

CASAMENTO N.º 20.290

Getulio Macedo de Azeredo

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Certifico que a fls. 333 do livro n.º 80 do registro de casamento foi feito hoje o assentamento

do matrimônio de Boanerges Fagundes de Oliveira e

Ana da Conceição

contraído perante o Juiz de Direito Dr. Jansen Gonçalves da Costa

e as testemunhas

Maurício da Conceição de Oliveira e

Ele, nascido em Niterói do Rio Grande do Sul, aos 26 de Outubro de 1923.

Profissão radista técnico, domiciliado em rua Commercial

e residente em rua Commercial filho

de Carlos de Oliveira

nascido em , domiciliado em

e residente em

Fagundes de Oliveira e de Julieta

nascida em , domiciliada em

e residente em

Ela, nascida em Portugal, aos 16 de Agosto de 1929

profissão doméstica, domiciliada em rua Commercial

e residente em rua Commercial filha

de José Monteiro de Almeida

nascida em , domiciliada em

e residente em

de Conceição de Jesus

nascida em , domiciliada em

e residente em

a qual passa a assinar: Ana da Conceição de Oliveira

Foram apresentados os documentos a que se refere o art. 180 n.º 1.º do Código Civil.

Observações: O casamento foi realizado pelo registro

em da comunidade de Niterói.

O referido é verdade e dou fé.

Nova Iguaçu, 17 de Maio de 1947

O OFICIAL

Eduardo de Oliveira

1º OFÍCIO DE NOTAS

BRASILIA

Assis Maria Assunção

TAB. SUBST.O

INTERNO

De acordo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º 2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé assinando este certificado em público e rasgo,.....

Brasília,.....de 19.....

Em testemunho.....da verdade

02 MAI 1968

Doc. n.º 25

llo 3
1898

5497 B/B

REPÚBLICA DOS ESTADOS



UNIDOS DO BRASIL

5498

B/B

QUARTA CIRCUNSCRIÇÃO DO REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS NATURAIS
DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Cartório: FRANCA JÚNIOR
OFICIAL DO REGISTRO

CERTIFICO que no livro n.º 271 de registro de nascimentos, a
fls. 749 sob o n.º 5544 consta o de

Carlos de Oliveira
Sexo *masculino* de cor *branca* nascido às *20*
horas e *15* minutos

de *Quinta* de *Janeiro* de *1950*
na casa n.º *13* quadra *13*

d *a Rua Figueiredo, nº 13, quadra 13*

Filho *de* *Francisco de Paula de Oliveira*

e de *Antônia de Oliveira*

São avós paternos *Carlos de Oliveira, falecido*

e *Antônia de Oliveira*

maternos *Francisco de Oliveira*

e *Antônia de Oliveira*

Foi declarante *o próprio pai*

Testemunhas *Francisco de Oliveira*

e *Antônia de Oliveira*

O referido é verdade e ao próprio livro me reporto e dou fé.

Capital Federal, *19 de Janeiro* de 1950

O Oficial do Registro Civil *me Franco*

FIRMA NO TABELÃO

GUARANA

SÃO JOSÉ. 11 - RIO

Auto em 14-1-50.

1950
11-1-50
11-1-50

2º OFFÍCIO
Bul. das Pioneiras Unidas
S/ 5 e 6 - Brasília - D.F.
GOV. N.º 10 - BORGES
LEIX-194
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interno

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fidel do documento que me foi apre-
sentado, (Dec. lei 2.148, de 25 de abril
de 1940).
Brasília, 02 de 05 de 1962

FOTO PEDRO DE PAIVA
TACELIAO SUBSTITUTO

48-927-57.

Doc. n.º 26

4498

~~4499~~

B96

B96

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

5.ª CIRCUNSCRIÇÃO: LAGÔA E GAVEA

RIO DE JANEIRO, D. F.

NASCIMENTO N.º 44.106

O Bacharel em Direito Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da 5.ª Circunscrição: Lagôa e Gavea.

CERTIFICO que a fls. 183^v do Livro n.º 327 do registro de nascimentos

foi hoje registrado o assentamento de Roberto de Oliveira

scid. 0^o ap. 1^o de Outubro de 1951
às 19 horas e 45 minutos

na Casa de Saúde e Maternidade de São Clemente
do sexo masculino de cor branca filho

de Boanerges Fagundes de Oliveira

e de Ana da Conceição de Oliveira

sendo avós paternos Carlos de Oliveira e Julieta

Fagundes de Oliveira

e maternos Antonio Monteiro Saavedra e

Conceição de Jesus

Foi declarante o próprio pai

e serviram de testemunhas Guilherme Prigio de Oliveira

e Jorge Carvalho de Branna

Observações

Isenta de sêlo ex-vi do Dec. n.º 4.857 de 9-11-1939 art. 31.

O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 9 de Outubro de 1951

OFICIAL Oscar Freire Tanzi

Reconheça a FIRMA no Tabelião
CAIO TAVARES
Rua da Assembléia n.º 15
RIO DE JANEIRO

1º OFÍCIO DE NOTAS

BRASILIA

Assis Maria Assunção

TAB. SUBST.º

INTERINO

De acôrdo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º 2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público e raso, de 02 MAI 1968 de 19...

Brasília, de ... da verdade

Em testemunho

TALÃO N.

Doc. n.º 27 . PAG. 11 5498
5499 5500
BPA BPA

República dos Estados



Unidos do Brasil

REGISTRO CIVIL
TERCEIRA CIRCUNSCRIÇÃO -- SEGUNDA ZONA
Freguesia de Santo Antonio

NASCIMENTO N.º 71.073

Bacharel Ernesto Babo Filho, Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da Terceira Circunscrição, Freguesia de Santo Antonio do Distrito Federal.

CERTIFICO que a fls. 109 do livro N.º A281 de registro de nascimentos foi lavrado hoje o assentamento de ANA LUCIA DE OLIVEIRA

nascido aos 13 de SETEMBRO de 1955 às 7 horas e 40 minutos na casa

N.º HOSPITAL GERSON PAULA LIMA, D. FEDERAL

do sexo FEMININO de cor BRANCA filh. A

de BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA

e de ANA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

neto paterno de CARLOS DE OLIVEIRA E JULIETA FAGUNDEZ DE OLIVEIRA

e materno ANTONIO MONTEIRO SAAVEDRA E CONCEIÇÃO DE JESUS.

Foi declarante O PAI

e serviram de testemunhas CELIO SEBASTIAO MARTINS E PAULO GRAZIOLI.

Observações :

O referido é verdade e dou fé.

FIRMA À
RUA DO ROSÁRIO, 134
Tabelião JOÃO MASSOT

Rio de Janeiro, 16 de SETEMBRO de 1955.

PEL O OFICIAL

Sylvia Goulart de Miranda
Escrivão Juramentada

1º OFÍCIO DE NOTAS

BRASILIA

Assis Maria Assunção

TAB. SUBST.º

INTERINO

De acordo com o art. 2º do Decreto-Lei n.º 2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fe, assinando este certificado em pública e lido, _____ de 19____

Brasília, _____ de _____ da verdade

Em testemunho _____

02 MAI 1968

Doc. n.º 28 5500
12/6

~~5499~~

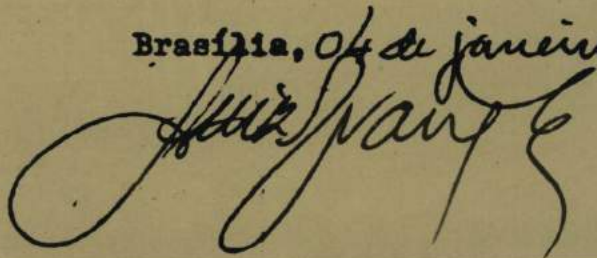
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Cr\$554.000-

Recebi do Sr. BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA, a devolução da importância de Cr\$554.000- (QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL CRUZEIROS) referente as diárias por ele recebida na 5ª Inspetoria Regional, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, a conta da Renda Indígena, decorrente da Ordem de Serviço Interna nº 56 de 11 de maio de 1966.

Justifica a presente devolução, ter o mesmo recebido novamente as referidas diárias, a conta da Verba de Pessoal.

Brasília, 04 de janeiro de 1967.



5501 ~~5502~~
B9b B9b

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE FAZEM PARTE E ACOMPANHAM A DEFESA ESCRITA DE WALDEMAR CONCEIÇÃO DIAS, SOBRE O INQUÉRITO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO EX-SERVIÇO DE / PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, SOB A PRESIDÊNCIA DO ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR JADER DE FIGUEREDO CORREIA, DE ACÓRDO COM PORTARIA DO EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, DE NÚMERO 78 DE 22/03/68, PUBLICADA NO D.O. DE 1/4/68.

- A) - DEFESA ESCRITA COM SETE (7) PÁGINAS COM VINTE E QUATRO (24) ÍTENS E SEUS RESPECTIVOS PARÁGRAFOS. DOC-1
- B) - ORDEM DE SERVIÇO INTERNA 70 DE 18/06/65 DO SR. DIRETOR DO EX-S.P.I., MAJ. AV. LUIS VINHAS NEVES. DOC-2
- C) - ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 16 DE 21/06/65 DO SENHOR JOSÉ FERNANDO DA CRUZ, ENTÃO RESP. P/EXP. DA IR7. DOC-3
- D) - CÓPIA DO TELEX Nº 2198 DE 21.11.67 SR. CHEFE DA GABINETE DO EXMO. SR. MINISTRO DO INTERIOR, AVISANDO SOBRE O ANDAMENTO DO PROCESSO 9533/67. DOC.4
- E) - PÁGINA DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Nº 5566 DE 25/5/66 ONDE PUBLICA O PR.3.740/66 SOBRE ISENÇÃO DE CONCORRÊNCIAS PÚBLICAS E COLETAS DE PREÇOS DA APLICAÇÃO DE ADIANTAMENTO RECEBIDO PELO CEL. HAMILTON OLIVEIRA CASTRO, DO QUAL APLIQUEI CR\$ 22.000.000,00 - DOC.5
- F) - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS AO EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, DATADA DE 23.10.1967 (23.10.1967), QUE ENCAMINHOU SUA PRESTAÇÃO DE CONTAS. DOC-6
- G) - ESPELHO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS QUE ACOMPANHOU A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, ACIMA MENCIONADA. DOC.-7
- H) - DECLARAÇÃO DA FIRMA TRANSPORTADORA "RODOVIÁRIO GOYAZ LTDA" DATADA (BRASÍLIA-DF-19 DE OUTUBRO DE 1967) DOC. 8 REPITO DOC-8
- I) - CONHECIMENTO AÉREO DA VARIG Nº 829775 DE 15.06.1966 DOC.-9
- J) - CONHECIMENTO AÉREO DA VARIG NºS. 299734 E 256643 DATA DOS DE 01.03.1967 ET 18.05.1967-DOC.- 10
- K) - MEMORANDO DE Nº 118/67-1.R.-1 DATADO DE 28.06.1967 DO SR. CHEFE DA PRIMEIRA INSPETORIA REGIONAL DO S.P.I. DOC.-11
- L) - GUIA DE REMESSA Nº 002/67-SELEC DOC.-12
- M) - ÚLTIMA PÁGINA DA GUIA DE REMESSA Nº 002/67-SELEC DOC.13 REPITO DOC.13.
- N) - GUIA DE REMESSA Nº 003/67-SELEC, QUE ENCAMINHOU MATERIAL DE RÁDIO A IR-2 BELEM-PA. DOC.14
- O) - ÚLTIMA PÁGINA DA GUIA DE REMESSA Nº 003/67-SELEC DOC.15
- P) - CÓPIA DO OF. 569 DE 11.10.67 DO SR CHEFE DA IR-7 ACUSANDO RECEBIMENTO DE MATERIAL RÁDIO. DOC.16
- Q) - GUIA DE REMESSA 001/67-SELEC. DOC.17
- R) - ORDEM DE SERVIÇO INTERNA 83 DE 26/07/1966 DOC.18

CONTINUA.....

5502 ~~5503~~
CONT..... BJA BJA
WV

- S) - DECLARAÇÃO DA VASP, VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S.A.
CITANDO OS CONHECIMENTOS AEREO NUMEROS
482765/J E 482766/J DATADOS 01.03.67. CUJA DECLARAÇÃO É DATADA DE 19/10/67. DOC.19.
- T) - GUIA DE REMESSA Nº 008/67-SELEC DOC.-20.
- U) - MEMORANDO Nº 343/67 DE 11/10/67 DO SR. CHEFE DA
IR-5 EM CAMPO GRANDE DATADO DE 11/10/67. DOC-21.
- V) - GUIA DE REMESSA Nº 007/67-SELEC DOC.-22
- W) - COPIA DA ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DA DIRETORIA DO
EX-S.P.I. DATADA DE 25.07.1966. DOC.-23
- X) - SEGUNDA E ÚLTIMA PÁGINA DA ATA ACIMA CITADA DOC-24
- Y) - GUIA DE REMESSA Nº 006/67-SELEC. DOC.-25
- Z) - CONHECIMENTOS AÉREOS DA VARIG Nº 256644 E 256645
DATADOS RESPECTIVAMENTE DE 01.03.1967. DOC-26.

DECLARO PARA OS FINS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS QUE
CONFERÍ, OS DOCUMENTOS ACIMA MENCIONADOS NUMERACAMENTE DE 1 (UM)
A 26 (VINTE E SEIS), E PARA, DIGO, E POR SER VERDADE ASSINO A
PRESENTE RELAÇÃO.

RIO DE JANEIRO, GB, 6 DE MAIO DE 1968.

Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Inquérito que apura irregularidades no SPI.

Tendo presente a citação para apresentação de defesa no processo acima referido e dos itens em que cifram as acusações a mim atribuídas, de possíveis irregularidades por ^{MIM}praticadas, desejo esquematizar de início as acusações que foram feitas a minha pessoa, não só na qualidade de funcionário daquele Serviço, mas também na Chefia da SELEC e, quando também prestava serviços na 7a. Inspeção Regional, do S.P.I., em Curitiba, Estado do Paraná, a fim de refutá-las e destruí-las, demonstrando como são frutos de um exame menos acurado da matéria, como se segue:

2. Da citação acima referida, constam 8(oito) itens, tais como recebimento indévidos de importâncias, venda de materiais, emissão de cheques sem fundo e aplicação indevida ou não prestação de contas de verba orçamentária de que foi suprido, e em síntese, o seguinte:

- 1 - CONVIVÊNCIA NA INCLUSÃO DO NOME DE ALCIDES VELOSO JUNIOR, NO TELEGRAMA QUE SOLICITAVA A PERMANÊNCIA DO CORONEL HAMILTON OLIVEIRA CASTRO, À FRENTE DO SPI, SEM O MESMO TER CONHECIMENTO, DIGO TER TOMADO CONHECIMENTO, DO TEXTO DO CITADO TELEGRAMA, fls. 1.538;
- 2 - VENDEU VÁLVULAS PARA O SPI, APESAR DE FUNCIONÁRIO, E SEM OBSERVAR OUTROS REQUISITOS LEGAIS, fls. 1.538;
- 3 - RECEBEU EM 8 DE JULHO DE 1965, CR\$ 200.000,00 PELA RENDA INDÍGENA PARA AQUISIÇÃO DE UMA PASSAGEM CURITIBA/BRASILIA/CURITIBA, NÃO PRESTANDO CONTAS, REPOS. fls. 4.325;
- 4 - RECEBEU CR\$ 765.000,00 PARA PAGAMENTOS DE DIÁRIAS PELA RENDA INDÍGENA QUE DEVERÁ REPOR, POIS SENDO FUNCIONÁRIO DO QUADRO, AS DIÁRIAS SÃO PAGAS PELA VERBA ORÇAMENTÁRIA, ALÉM DISSO, SE RECEBEU DINHEIRO PARA COMPRAR PASSAGEM EM 8 DE JULHO DE 1965, NÃO PODERIA COBRAR DIÁRIAS A PARTIR DE 19 DE JULHO DE 1965. ALÉM DE QUE CR\$ 100.000,00 DE ADIANTAMENTOS FORAM RECEBIDOS A 1º DE SETEMBRO DE 1965, JÁ APÓS SUA CHEGADA E TAMBÉM DEPOIS DO RECEBIMENTO DE CR\$ 665.000,00 VALOR DE 35 DIÁRIAS, fls. 4.326 e 4.383;
- 5 - SUA ESPOSA RECEBEU POR ORDEM DE FERNANDO CRUZ, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 150.000,00 DEBITANDO NA I.R. 7, A IMPORTÂNCIA SUPRA, fls. 2.159;
- 6 - PEDIU CR\$ 300.000,00 AO FERNANDO CRUZ, fls. 4.277;
- 7 - EMISSÃO DE DOIS CHEQUES SEM FUNDO, fls. 4.277;

5504
EJB

8 - RESPONSÁVEL PELA NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ADIANTAMENTO
DE CR\$ 22.000.000,00 AO TRIBUNAL DE CONTAS, PROC. nº T.
C. 23.018/67, fls. 4.696.

.....oooOooo.....

3. Com referência ao item 1, do presente processo, isto, é, relativo a convivência que teria havido por parte do peticionário, para inclusão do nome de Alcides Veloso Junior, solicitando permanência do Cel. Hamilton de Oliveira Castro, na Direção do S.P.I., sem a aquiescência e permissão do mesmo, nem mesmo tendo tomado conhecimento do texto, informa o seguinte:

- 1 - Que, apesar da menção desse fato, nem foi conivente, como também não assinou referido telegrama, se de fato existiu;
- 2 - Na qualidade de Chefe da SELEC (Seção de Telecomunicações), também pode afirmar não lhe ter fornecido texto dessa natureza, bem como não foi transmitida mensagem pelo nosso serviço de rádio.

.....oooOooo.....

2

4. No que tange a suposta venda de válvulas para o SPI, apesar de funcionário, e sem observar outros requisitos legais, esclarece pela seguinte forma:

- 1 - Com referência ao item acima, declaro a bem da verdade que jamais transacionei com qualquer material dessa natureza, com a repartição a que pertecia. Para tanto, poderia e poderá ainda, essa Comissão de Inquérito, ficar com maiores esclarecimentos, dentro do Espírito de Justiça, ouvindo o pronunciamento do então Chefe da SELEC, Sr. Augusto de Souza Leão, que também, face as acusações seria envolvido, se verdadeira a denúncia.
- 2 - Na realidade e a bem da verdade, quando Chefe da SELEC, o Sr. Augusto de Souza Leão e eu, trabalhando sob as suas ordens, fui pelo mesmo incumbido de relacionar material necessário para reparos e consertos, substituições de peças, não só para a sede da Diretoria, mas também, para atendimento das demais unidades do Serviço. Assim procedi, relacionando, então o material que deveríamos ter em estoque, que foi por mim assinado, em forma de pedido e entregue ao titular da Seção.
- 3 - Segundo me consta, o Sr. Augusto de Souza Leão, Chefe da SELEC, adquiriu esse material, na Casa "A. CAMARÃO & CIA. LTDA." sita à rua Acre, nº 88, tel. 23.63.87, na praça do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, cuja 5ª. Via da nota Fiscal, da referida compra poderá ser examinada por essa MD. Comissão, a fim de comprovar a veracidade do alegado, que virá, então, aquilatar da inocência do peticionário, no que se refere a

a falsa e infundada acusação.

4 - Não somente essa compra foi feita pelo Chefe da SELEC, de então, Sr. Augusto de Souza Leão, mas também outra, de outros materiais, na firma "INDELETRON S/A, para manutenção técnica da Estação de Rádio da Di retoria.

5. Assim, verá essa Comissão até onde vai a ousadia de elementos menos categorizados e inescrupulosos, para assacar inverdades como essas e outras, ferindo a moral e o caracter impoluto de que sou possuidor.

.....oooOooo.....

3

6. Haver recebido em 8 de julho de 1965, CR\$ 200.000,00 pela renda indígena para aquisição de uma passagem Curitiba/Brasilia/Curitiba, não prestando contas.

A presente implicação, ou não está bem redigida ou o fornecedor do documento em aprêço, teve a intenção adrede preparada para incriminar o peticionário, sabendo, como sabe e sabia, do emprêgo da importância, que foi reposta, deduzidas das diárias que fez jús, de acôrdo e por ordem expressa do Diretoria do S.P.I., que para tanto tinha competência, conforme faz certa a Ordem de Serviço Interna, nº 70, de 18/06/65. (doc. junto nº 2).

7 Acresce a circunstancia e essa douta Comissão sabe perfeitamente que a aquisição do bilhete somente comprova a despesa, não fornecendo nenhuma Companhia Aérea, outro documento para fins de prestação de contas. -

8. Além do mais, tendo sido descontada, pelo então Chefe da IR.7 que efetuou o pagamento das diárias acima autorizadas, a este foi entregue o bilhete correpondente a passagem, que assim correu exclusivamente por sua conta mencionada despesa. Assim, não haveria e não houve e nem deverá haver prestação de contas, porquanto a referida importância me foi descontada das diárias.

.....oooOooo.....

4

9. Na verdade, recebeu o peticionário a importância de CR\$. 765.000.00 e cujo recibo consta apenas CR\$ 665.000,00, visto como já havia recebido um adiantamento, digo CR\$ 665.000,00, em 24.07.65 e CR\$ 100.000,00 em 12.09.65, que perfazem aquele primeiro total. Decorreu esse recebimento, tendo em vista a Ordem de Serviço Interna, nº 70, já citada acima, e ainda pela prestação de serviços, na IR-7, de acôrdo com a Ordem de Serviço Interna, nº 16, do então Chefe da Inspetoria, Sr. José Fernando da Cruz, datada de 21.06.1965.

10. O seu pagamento de diárias o foi apenas pela Renda Indigena, autorizada pelo então Diretor do S.P.I., Major Aviador Luis Vinhas Neves, de acôrdo com o telegrama nº 998, de 23 de julho de 1965, vez que, não dispondo a Diretoria de saldo da Verba própria, recorreu ao recurso disponível, o da Renda Indigena, que é da competência do Diretor, a sua movimentação e emprego.

Min

5505
BPA

11. A minha permanência na IR- 7, prestando serviços, teve início em 19 de junho de 1965 até 3 de setembro de 1965, com pequena interrupção, para atendimento particular e de seu interesse, sem entretanto assumir o exercício na Diretoria, vez que, a sua ausência daquela dependência, deu-se no período de 9 a 12 de julho de 1965, em virtude de doença em pessoa da família.

12. Não houve duplicidade de recebimento e nem o peticionário se apoderou daquilo que não lhe pertencia para que se caracterizasse crime, apenas recebeu o que de direito lhe cabia, autorizado o pagamento, pela autoridade competente para aplicação da renda indígena. (PR.nº 9.298/65, E.M. nº 215-H, de 19 de julho de 1965, publicado no D.O. de 24.08.1965, a fls. 8562, do Exmo. Sr. Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, Consultor Geral da República, e aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, em 13 de agosto de 1965, no qual se esclarece, para fixar dentre as demais obrigações atribuídas ao Serviço de Proteção aos Índios, o de GERIR O PATRIMÔNIO INDIGENA, interpretando o Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928).

13. E ainda, de acordo com o Decreto nº 52.668, de 11.10.63, publicado no D.O. de 24.10.63, que regulamentou o S.P.I.

.....oooOooo.....

14. Haver sua esposa recebido por ordem de Fernando Cruz, a importância de CR\$ 150.000,00, debitando na I.R. 7, a importância supra, fls. 2.159.

15. Não procede a alegação e nem faz fé o documento apresentado a essa Comissão, muito embora, sendo um telegrama oficial, original e verdadeiro, vez que, na oportunidade, houve resposta do então Chefe da SINDI, recusando o fornecimento da importância, alegando não haver recursos na Diretoria. Prova mais concludente é que, se de fato houvesse sido fornecida a importância haveria o vale correspondente, na Diretoria ou então na Inspetoria, da parte do solicitante, o que não aconteceu. Não nega, em absoluto, haver solicitado o favor em referência, que infelizmente não foi atendido e nem mesmo o fornecedor do documento, afirmará o contrário.

.....oooOooo.....

16. Haver pedido a importância de CR\$ 300.000,00 ao Sr. Fernando Cruz, fls. 4.277.

17. Reconhece como verdadeira, como de fato o é, a carta em apêço, protestando, entretanto, pelo recebimento da referida importância, pois que, nem resposta recebeu e nem foi autorizado o então Assessor, Benedito Pimentel, que respondia pelo expediente, pagamento ou fornecimento de qualquer importância, mesmo porque, se tal empréstimo o tivesse sido concedido, seria em caráter particular, e isto está mais do que provado, pelos termos em que foram escrita a mencionada missiva.

.....oooOooo.....

7

18. Haver emitido cheque sem fundos, fls. 4.277.

19. A título de esclarecimento e, podendo ser verificado em qualquer

5504
Wm
EJB

qualquer tempo, em sua conta no Banco do Brasil, Agência Tribunal, em Brasília, conta sob nº 302.434/2, por onde recebo meus vencimentos, não ter constatado e nem constar, nenhuma apresentação de cheques sem cobertura.

20. Posso, entretanto, esclarecer que a alegação de emissão dos cheques pré-datados, ocorreu como argumento para conseguir o empréstimo ali referido.

.....oooOooo.....

8

21. Ser responsável pela não prestação de contas do adiantamento de CR\$ 22.000.000, ao Tribunal de Contas, proc. n. TC.23.018/67, fls.4695.

22. Na verdade, recebi do então Diretor do S.P.I. Hamilton de Oliveira Castro, não como adiantamento e sim, como suprimento, a importância de CR\$ 22.000.000 (vinte e dois milhões de cruzeiros), para aplicação de acordo com determinação do mesmo Diretor, conforme consta da Ata da Reunião Plenária da Diretoria do SPI, realizada em 25.07.1966. (doc. nº 23.24).

23. A aplicação foi feita em obediência aquela determinação, o que segue, com os esclarecimentos e documentos junto, pela seguinte forma:

- a) - Em virtude da Ordem de Serviço Interna, nº 83, de 26 de julho de 1966, do então Diretor do S.P.I., viajei com destino a cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, não só para recebimento do cheque em meu nome emitido, mas também, para a respectiva aplicação (doc. nº 8);
- b) - Em data de 28 do mesmo mês de julho, do referido ano de 1966, de posse do numerário respectivo, procedi as primeiras compras, feitas na firma A. Camarão & Cia. Ltda. no total de CR\$ 5.827.228, representado pelas notas fiscais de nºs. 6.033, 6.034, 6.035 e 6.036, datadas de 04 de agosto de 1966;
- c) - Na data de 28 de julho de 1966, apliquei a importância de CR\$ 596.772, na firma Rádio Cristal do Brasil S/A, conforme nota fiscal nº 22.700, datada de 18 de agosto do referido ano, constante do Recibo 0136, desta última data, digo de 28 de julho de 1966;
- d) - No dia 2 de agosto de 1966, e de conformidade com encomenda anteriormente feita verbalmente, paguei a importância de CR\$ 15.576.000 a firma PRODUTOS ELETRICOS BRASILEIROS S/A, Indústria e Comércio, Avenida do Estado, nº 4667, em São Paulo, Capital, conforme pedido n. 5.070, de 1/8/66 e concernente a nota Fiscal n. 1932, referente a aquisição de 6(seis) Unidades Receptores de Rádio Comunicação, especialmente fabricados para o S.P.I., nas frequências 6.767,5, 8.167 e 13.970 khz, cujas frequências pertencem ao S.P.I, de acordo com o Contel;
- e) - os documentos referentes aos itens b, c e d, do presente item, constituem na comprovação de sua prestação de contas,

5508
B96

contas, encaminhada ao Exmo. Sr. Ministro do Interior, onde formou o processo n. 9533/67, de 13 de novembro, do referido ano, tendo sido encaminhada a douta Consultoria Jurídica e essa, após minucioso exame, fez o devido encaminhamento a Inspetoria de Finanças, para posterior remessa ao Egrégio Tribunal de Contas da União, conforme Aviso Ministerial n. do Gabinete do Ministro do Interior, n.1.093/67;

- f)- A aplicação referida, na sua totalidade de CR\$ 22.000.000, foi feita sem concorrência pública ou colêta de prêços, de acôrdo com o PR. nº 3.740/66, E.M. nº 91, de 28/04/1966, do Sr. Ministro da Agricultura, e aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República, em 13.05.1966, publicada no D.O. de 25.05.1966, pag. 5566(doc. anexo nº 5);
- g) - Convém acrescentar que, apesar de haver prestado suas contas no devido tempo, por desleixo e irresponsabilidade da administração anterior, não foi encaminhada, não somente a sua, mas de outros servidores, que, em virtude do incêndio, foram totalmente destruídas, razão porque, se valeu na reconstituição das 4as. Vias e cópias fotostáticas, devidamente autenticadas;
- h) - Os materiais em questão, foram recebidos em Brasília, D.F. nas datas de 03.02.1967 e 23.08.1966, respectivamente transportados pelo Rodoviário Goyaz Ltda, conforme seu conhecimento nº 114.953 e pela VARIG, conforme conhecimento aéreo nº 829.775, sendo que o material Cristal do Brasil, por ser apenas trinta Cristais Osciladores, foram entregues ao Museu do Índios, a pessoa do Sr. João Bezerra de Melo, representante do S.P.I., na Guanabara, vindo para Brasília, pelo portador, Sr. João Fernandes Moreira, Chefe da 3a. I.R;
- i)- A remessa do material para as dependências do S.P.I. nos Estados, constaram do processo MA-101- 221/67 com a seguinte distribuição e respectivo recebimento, nas Inspetorias:
- I - Para Manaus - Conhecimento Aéreo da VARIG, n.299.734, de 18.05.67, cujo recebimento consta do Mem. 118/67, do Chefe daquela Inspetoria;
 - II - Belém - Conhecimento aéreo n. 256.643, de 01.03.67, recebido em Belém, pelo Chefe da Inspetoria;
 - III - São Luiz - Conhecimento aéreo n. 256.645, da Varig, de 01.03.67, recebido naquela Inspetoria, pelo respectivo Chefe;
 - IV - Recife - Conhecimento Aéreo n. 256.644, da Varig, datado de 01.03.67, cujo recebimento foi feito pelo Chefe daquela Inspetoria;

5508
min 5509
B916

- V - Conhecimento aéreo n; 482.765-J e 482.766-J, para Campo Grande e Guiabá, respectivamente, pela VASP, datdos de 01.03.67, entregue em Guiabá em 25.04.67 e em Campo Grande, em 06.03.67, aos Srs. Hélio Jorge Bucker e Alberico Soares Ferreira;
- VI - Curitiba - Conforme Ofício n. 569/67, de 11.10.67, recebido pelo Sr. Sebastião Lucena da Silva, em 24.02.67; o transporte desse material, foi feito por condução própria, do Serviço, caminhoneta n. 5.989;
- VII - Goiania - Transportada por condução própria daquela Inspeção e recebida, em Brasília, pelo respectivo Ismael da Silva Leitão. A documentação referente ao recebimento, foi extraviada, o que entretanto fez com que a SELEC solicitasse remessa de nova via de recebimento, conforme faz certo, o Rádio-Circular n. 295, de 11 de outubro de 1967, citado no Of. nº 569, da mesma data, do Chefe da I.R.7.

24. Com a explanação acima, em resposta aos itens formulados por essa M.D. Comissão de Inquérito, onde lhe eram imputadas faltas, que agora, numa demonstração de que não houve, não há e jamais haverá qualquer intenção de fugir a responsabilidade, assim procedendo, V. Sa. poderá aquilatar da veracidade de suas alegações, sobejamente provadas com a documentação oficial e devidamente autenticada, referente, não só a sua comprovação na Prestação de Contas, emprego e destino do Material, mas também das infundadas suspeitas de recebimentos indevidos de pequenas importâncias que lhe eram devidas por direito.

Na certeza de que, V.Sa. apreciando com a devida Justiça, verificará a Justeza de seus atos, fazendo constar de seu Relatório final a improcedência das acusações que lhe foram imputadas, excluindo o peticionário de qualquer implicação funcional.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Sa. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Rio de Janeiro, (GB), em 06 de maio de 1968.

Waldemar Conceição Dias
WALDEMAR CONCEIÇÃO DIAS
Telegrafista, 12

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Serviço de Proteção aos Índios.-

Doc-2

Wjv

~~5509~~
5510

B96

ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 70

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das atribuições que lhe confere a Lei vigente,

R E S O L V E designar o servidor WALDEMAR CONCEIÇÃO DIAS, Telegrafista, nível 12-A, do Quadro de Pessoal - Parte / Permanente dêste Ministério, lotado neste Serviço, para viajar com destino à 7a. Inspeção Regional, em Curitiba, Estado do Paraná, a fim de prestar serviços de rádio naquela Inspeção.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Brasília, 18 de junho de 1965.

Luis Vinhas Neves
Luis Vinhas Neves - Maj Av

Diretor do S.P.I.

5510
5511
916

ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 16

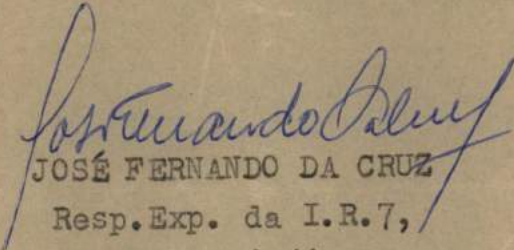
Doc. 3

O Chefe da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das atribuições que lhe confere a Ordem de Serviço Interna, nº 65/65, do Sr. Diretor do S.P.I.,

D E S I G N A, o servidor, WALDEMAR CONCEIÇÃO DIAS, Telegrafista, CT-207 - 12-A, do Quadro do Pessoal, Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço e, pôsto à disposição desta Inspetoria, pela Diretoria, para Encarregado e Supervisor do Setor Rádio da nossa Rede de Comunicações.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Curitiba, 21 de junho de 1965.


JOSÉ FERNANDO DA CRUZ

Resp. Exp. da I.R.7,

OSI nº 65/65.

Doc. 6

5513

5514

mm

396

Térmo de prestação de contas que faz o Servidor WALDEMAR CONCEIÇÃO DIAS, Telegrafista Nível 12-A do Ministério da Agricultura lotado no Serviço de Proteção aos Índios, relativo ao SUPRIMENTO DE NR\$22.000,00 recebido do Senhor Coronel Hamilton Oliveira Castro, ex-Diretor do S.P.I.

Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior,

Na qualidade de funcionário público federal, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Ministério da Agricultura, lotado no Serviço de Proteção aos Índios, recebi do seu ex-Diretor Senhor Coronel Hamilton Oliveira Castro, no dia 28 de julho de 1966, o SUPRIMENTO DE NR\$22.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros novos), da Verba Categoria Econômica 3.1.4.0 - Encargos Diversos 10.00 - Assistência Social, constante do Orçamento da União, Lei 4.900 4.0526, digo, /// 4.05.26 relativo ao exercício de 1966.

De acôrdo portanto, com a Ordem de Serviço Interna nº 83 de 26 de julho de 1966, efetuei a aplicação do suprimento, e, em tempo hábil, dei entrada de minha prestação de contas na Repartição (S.P.I.), para as necessárias providências de formalização e remessa ao Egrégio Tribunal de Contas da União. Com o incêndio do dia 16 de junho dêste ano, no edifício do Ministério da Agricultura, o que é público e notório, minha PRESTAÇÃO DE CONTAS, como tôdas outras, que se encontravam nas dependências daquele Ministério, foi destruída pelo fogo. E, em face de tal situação, o Senhor Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, dias depois, fêz competente comunicação ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Interior, e a Segunda Diretoria de Tomadas de Contas, no sentido de obter instruções, para saldar essas responsabilidades perante o Egrégio Tribunal de Contas da União, o que se estava aguardando.

Agora, numa demonstração de que não há qualquer intenção de fugir à responsabilidade, tomei a iniciativa de reconstituir os documentos comprobatórios da referida aplicação, sob o fito de saldar oficialmente, êsse compromisso. Assim procedendo, estou encaminhando a Vossa Excelência, quadro demonstrativo da aplicação, e quinze documentos representados por duas declarações e treze cópias fotostáticas devidamente autenticadas em Cartórios, que bem caracterizam a perfeita, e, legal aplicação dêsse dinheiro público por mim recebido, por determinação de ordem superior da autoridade competente.

Na certeza de que estou procedendo corretamente, por força de equilibrado senso de responsabilidade funcional, apresento a Vossa Excelência, protestos da mais elevada consideração.

Brasília, DF, 23 de outubro de 1.967

Waldemar Conceição Dias

A Sua Excelência

O Gen. Div. Afonso Augusto de Albuquerque Lima

DD Ministro de Estado do Interior

Brasília, Distrito Federal.

WD/.

c/cópia (1).

De acôrdo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º
2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta
fotocópia, a qual é cópia fiel do documento ori-
ginal que me foi exhibido para conferência.
E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público
e ramo de 19.....
Brasília de da verdade
Em testemunho.....



5514
5515
B96

doe-7
mm

QUADRO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DO SUPRIMENTO DE NR\$22.000,00 (VINTE E DOIS MIL CRUZEIROS NOVOS), DA VERBA CATEGORIA ECONÔMICA 3.1.4.0 - EN CARGOS DIVERSOS 10.00 - ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1966, DE RESPONSABILIDADE DE WALDEMAR CONCEIÇÃO DIAS

Compra de seis receptores especiais, para radiocomunicação, conforme nota fiscal nº 1.932, de 30 de dezembro de 1966, da firma Produtos Elétricos Brasileiros S. A. - Indústria e Comércio	NR\$ 15.576,00
Compra de trinta cristais osciladores, conforme nota fiscal nº 22.700, de 18 de agosto de 1966, da firma Rádio Cristais do Brasil S. A.	NR\$ 590,80
Compra de acessórios de radiocomunicação, conforme nota fiscal nº 6.033, de 4 de agosto de 1966, da firma A. Camarão & Cia. Ltda.	NR\$ 3.783,50
Idem idem, nota fiscal nº 6.034, da mesma data	NR\$ 848,80
Idem idem, nota fiscal nº 6.035, da mesma data	NR\$ 1.180,20
Idem idem, nota fiscal nº 6.036, da mesma data	NR\$ 14,70
Total da aplicação	NR\$ 22.000,00

De acôrdo com o art. 2º do Decreto-Lei n.º
2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta
fotocópia, a qual é cópia fiel do documento ori-
ginal que me foi exibido para conferência.
E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público
e raço _____ de 19 ____
Brasília, _____ de _____
Em testemunho _____ de verdade





Rodoviário "GOYAZ" Ltda.

TRANSPORTES DE CARGAS E ENCOMENDAS

Matriz: GOIÂNIA - Avenida Anhanguera, 198 - Fones 6.0837 e 6.2467 (Prédio Próprio)

SEGURANÇA — IDONEIDADE — RAPIDEZ

Cadastro Geral de Contribuintes
Inscrição Número
01-537-083

FILIAIS

RIO

Rua José Eugênio, 12-A
Fone 54-3827

SÃO PAULO

Rua Anhanguera, 667
Fones 51-0084 - 51-7646
e 52-6448

UBERLÂNDIA

Av. Cezário Alvim, 1371
Fone 25-01

ANÁPOLIS

Rua 14 de Julho, 1371
Fone 21-31

BRASÍLIA - D. F.

S. I. A. Trecho 2
Lotes Nrs. 595/605
Fones 2-6164 e 2-3720
(PRÉDIO PRÓPRIO)

E.T.C. 74

DECLARAÇÃO:

Declaramos para os devidos fins, que transportamos da firma PRODUTOS ELÉTRICOS BRASILEIROS S/A. - Estabelecidos a Av: do Estado 4.667-S. Paulo-SP. (6) volumes pesando 204-Kilos no valor de Cr\$-15.576,00 (QUINZE MIL QUINHENTOS E SETENTA E SEIS CRUZEIROS NOVOS) conforme nota fiscal de nº 1932- n/ conhecimento nº / 114.953- destinados ao SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS em Brasília-DF:

Declaramos outrossim que, entregamos a mercadorias no valor acima mencionado, no dia 3/2/67 na esplanada dos Ministérios Bloco-8 - 4º andar-DF., e informamos ainda que, os referidos volumes continham em caixas Materiais Elétricos, conforme manifesto, Nota fiscal e conhecimento em nosso poder, numerados.

Sem mais, assino a presente declaração pondo termo da entrega.

Brasília, 19 de Outubro de 1.967

RECONHEÇO A FIRMA

da verdade

De acordo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º
2148 de 25 de Abril de 1949, autêntico esta
fotocópia, a qual é cópia fiel do documento ori-
ginal que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público
e rubro

Brasília, _____ de _____ de 19____

Em testilhado _____ da verdade



De acôrdo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º
2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta
fotocópia, a qual é cópia fiel do documento ori-
ginal que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público
e raso

Brasília, 18 de Julho de 1951

Em testemunho da verdade



VARIG

REDE AÉREA NACIONAL

SÉRIE "E"
Conhecimento Aéreo

Nº 299734

S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense "VARIG" - Aeroporto Congonhas - S. PAULO

REMETENTE:

RUA e N.º

DESTINATÁRIO

ENDEREÇO: RUA E N.º

PORTO DESTINO:

PORTO DE
EMBARQUE:

DATA:

Volumes	Conteúdo e valor declarados pelo remetente	Peso em kg.
3	EQUIPAMENTO/RÁDIO	71
Nota Fiscal N.º	Valor da mercadoria Cr\$	

Pela Transportadora

frete Cr\$ por kg.

frete Cr\$ por kg.

71 kg. Cr\$ 222 por kg. N Cr\$ 159,75

Previdencia Cr\$

Transporte terrestre Cr\$ 4,68

Redespacho Cr\$

Cr\$

Ad - valorem Cr\$

TOTAL Cr\$ 164,43

1.ª VIA

DO TRANSPORTADOR
(ARQUIVO AGENCIA EMISSORA)

FRETE A PAGAR

Este conhecimento foi emitido em 6 vias para um só efeito. O trajeto a seguir é o constante dos horários da transportadora. O remetente declara expressamente que os volumes não contêm valores, cartas ou missivas abertas ou fechadas, responsabilizando-se por qualquer transgressão ao monopólio postal.

As mercadorias constantes do presente conhecimento, devem ser retiradas pelo(s) sr(s) destinatário(s), no prazo de destino, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da emissão deste conhecimento. Caso contrário, serão as mesmas automaticamente devolvidas ao porto de procedência, correndo as despesas dos fretes de ida e volta das mercadorias por conta do(s) embarcador(es).

É considerado totalmente concluído o contrato de transporte constante do presente conhecimento, para todos os efeitos legais, a partir do momento em que foi efetuado o redespacho pelo meio indicado no conhecimento ou outro qualquer, a critério da Transportadora.

O ressarcimento de qualquer prejuízo somente poderá ser pleiteado de acordo com as condições do transportador ou transportadores, cujo trecho ocorrer o dano, extravio ou roubo.

VARIG

REDE AÉREA NACIONAL

SÉRIE "E"
Conhecimento Aéreo

Nº 256643

S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense "VARIG" - Aeroporto Congonhas - S. PAULO

REMETENTE:

RUA e N.º

DESTINATÁRIO

ENDEREÇO: RUA E N.º

PORTO DESTINO:

PORTO DE
EMBARQUE:

DATA:

Volumes	Conteúdo e valor declarados pelo remetente	Peso em kg.
3	APARELHOS DE TRANSMISSÃO	84.000
Nota Fiscal N.º	Valor da mercadoria Cr\$	SVD

- EURÓPIAS -

Pela Transportadora

frete Cr\$ por kg.

frete Cr\$ por kg.

84.000 kg. Cr\$ 1,67 por kg. N Cr\$ 140,28

Previdencia Cr\$

Transporte terrestre Cr\$ 1,63

Redespacho Cr\$

Cr\$

Ad - valorem Cr\$

TOTAL Cr\$ 141,91

6.ª VIA

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

FRETE A PAGAR

[illegible]

De acordo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º 2148 de 25 de Abril de 1948, autêntico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público e raso.

19/02/2017

Em testemunha da verdade

OFÍCIO DE NOTAS
BRASÍLIA
Assis Abadio Assunção
TAB. SUBST.º
INTERINO

Assis Abadia Assunção
TAB. SUBST.º
INTERINO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
1.ª INSPETORIA REGIONAL

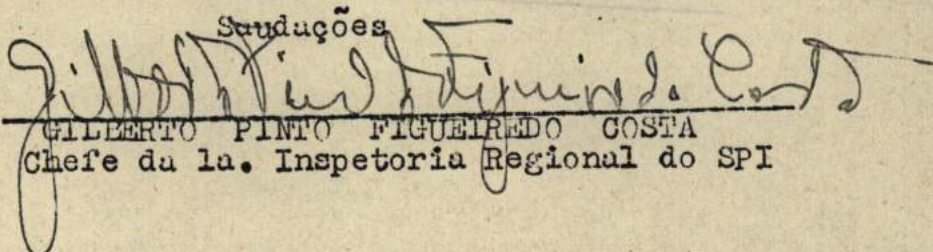
Mem. nr. 118/67-I.R.1

Do: Chefe da 1.ª Inspetoria Regional do S.P.I.
Ao: Senhor Chefe da SELEC
Assunto: Encaminha (relação)

Senhor Chefe:

Anexo, encaminho a Vossa Senhoria, a Guia de Remessa nr 002/67 SELEC, que se destina ao setor de rádio da Sede da 1.ª Inspetoria Regional do S.P.I., em Manaus, Estado do Amazonas.

Saudações


GILBERTO PINTO FIGUEIREDO COSTA
Chefe da 1.ª Inspetoria Regional do SPI

55-19
B96
1 B

DOE. 11

mm

Em, 28 de junho de 1967

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
PROTOCOLO SOB Nº MI-SPI 527

EM 19 1071 19 67

DLP.-



De acordo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º
2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta
fotocópia, a qual é cópia fiel do documento ori-
ginal que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público

e rasgo _____ de 19. 68

Brasília _____ de _____

Em testemunho _____ da verdade

Ministério da Agricultura
Serviço de Proteção aos Índios
Seção de Telecomunicações

MIS. Nº 527/67
FLS. Nº 2

Doc 12
Wm

5520

GUIA DE REMESSA nº 002/67/SELEC

Relação de material eletrônico de consumo e permanente que se destina ao setor de rádio da sede da PRIMEIRA INSPECTORIA REGIONAL DO S.P.I., em Manaus, Estado do Amazonas, que abaixo fica discriminado, conforme autorização do Senhor Diretor do S.P.I., constante no Processo NA-101-0.221/67 datado de 16 de janeiro de 1.967.

Parte Permanente

- 1-(um)- receptor especial para radiocomunicação, modelo BY-R46F014/3, com 3 canais, frequência fixa a cristal, completo com alto-falante embutido e caixa. Número de fabricação 2788.
- 1-(um)-transformador de 1.500 watts marca R.E.B.
- 1-(um)-manipulador marca Ason, tipo profissional
- 1-(um)-par de fone p/telegrafia marca Agena.
- 1-(um)-ferro de soldar marca Mussi, 120-V, 200-Watts.

Parte de Consumo (válvulas)

- 1-(uma)-813
- 2-(duas)-866
- 2-(duas)-805
- 2-(duas)-6Y6
- 2-(duas)-6AG7
- 4-(quatro)-6F6
- 2-(duas)-5Z3
- 2-(duas)-6V6
- 2-(duas)-6H6
- 4-(quatro)-6SG7
- 2-(duas)-6SA7
- 2-(duas)-6SK7
- 2-(duas)-6C5
- 3-(três)-6SJ7
- 2-(duas)-6SL7
- 2-(duas)-6AC7
- 2-(duas)-6J5
- 3-(três)-OD-3 (VR-150)
- 2-(duas)-25L6

Materiais Diversos

- 1-(um)-cristal osc. para frequência de 6985 Kc/s.
- 3-(três)-cristais osc. para frequência de 4083,50 Kcs.

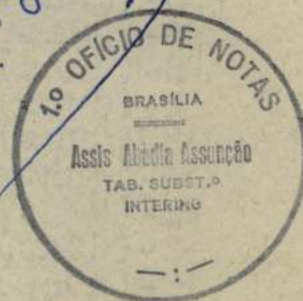
Cont.....

De acôrdo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º
2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta
fotocópia, a qual é cópia fiel do documento ori-
ginal que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé assinando este certificado em público
e raso

Brasília, de 19 de 1968

Em testemunho da verdade



Ministério da Agricultura
Serviço de Proteção aos Índios

Cont.....

MI SP/ 527/67
FLS. Nº 3

PB

DOC 13

5521

8/6

- 1-(uma)-peça de fita isolante p/uso diverso.
- 1-(uma)-lata de solda para rádio, digo 1-(uma)-lata de pasta para soldar.
- 30-(trinta)-metros de cabo coaxial 75 Ohms p/antena.
- 30-(trinta)-metros de fio TW nº 12 para cordoalha de antena de transmissão.
- 25-(vinte cinco)-metros de fio 2x14 para inst. divers.
- 250-(duzentas e cinquenta)-gramas de solda para rádio.
- 2-(dois)-conectores marca Ason, para centro de antena capacidade, sendo 1-(um)- de 250 watts e 1-(um)- de 500 watts.
- x-

Declaro para os fins que se fizerem necessários, que recebi o material acima relacionado.

Manaus, AM, 20 de Junho de 1.967

[Handwritten Signature]

Chefe da Primeira Insp. Regional
do Serviço de Proteção aos Índios

MA-101-O.221/67
WD/Selec*

Guia de Remessa nº 003/67/SELEC

Releção de material eletrônico, de consumo e permanente que se destina ao setor de rádio da sede da SEGUNDA INSPETORIA REGIONAL DO S.P.I., em Belém, Estado do Pará, que abaixo fica discriminado, conforme autorização do Senhor Diretor do S.P.I., constante no Processo MA-101 0221/67 datado de 16 de Janeiro de 1.967.

Parte Permanente

1-(um)-receptor especial para radiocomunicação, modelo BY-R46 F014/3, com 3 canais, frequência fixa a cristal, completo com alto-falante embutido e caixa. Número da fabricação, no chassi, nº 2789.

1-(um)-receptor de radiocomunicação, reconicionado em perfeito estado de funcionamento. Marca BC-224-H.

2-(dois)-manipuladores marca Asen, tipo profissional.

2-(dois)-pares de fone p/telegrafica marca Agena.

Parte de consumo - Valvulas

3-(tres)-807

1-(uma) -813

1-(uma) -872A

4-(quatro)6K7

4-(quatro)-6K8

2-(duas)-6L6

2-(duas)-6Y6

2-(duas)-5R4

4-(quatro)-6F6

2-(duas)-6SN7

2-(duas)-5Z3

3-(tres)-0D3-(VR-150)-

2-(duas)-6X4

2-(duas)-6X5

2-(duas)-5U4

2-(duas)-5Y3

2-(duas)-6J5

2-(duas)-6J6. digo 3-(tres)- 6J6

3-(três)-6J7

2-(duas)-6SG7

2-(duas)-6AC7

2-(duas)-6H6

2-(duas)-6SA7

6-(seis)-6SJ7

2-(duas)-6SK7

Cont.....



De acordo com o art. 2º do Decreto-Lei n.º 2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé fazendo este certidão em público e rasgo

Brasília, de 1968

Em testemunho da verdade



Cont.....

5523

96

2-(duas)-6C5

2-(duas)-6V6

Materiais Diversos

DOC. 15
mm

- 1-(um)-cristal oscilador p/freq. de 6985 Kc/s.
- 4-(quatro)-cristais osciladores p/freq. de 4083,50
- 50-(cincoenta)-metros de cabo coaxial p/desc. antena
- 25-(vinte e cinco)-metros de fio TWnº 12 para cordealha de antena.
- 25-(vinte e cinco)-metros de fio nº 2x14 p/inst. diversas.
- 2-(dois)-conectores p/centro de antena, sendo 1-(um)- de 250 watts e 1-(um)- de 500 watts de capacidade.
- 1-(uma)-lata de pasta para soldar radio.
- 1-(uma)-peça de fita isolante p/diversos fins.
- 3-(tres)-condens. eletrol. 32x32 450x600 volts.
- 2-(dois)-condens. eletrol. 16x450 volts
- 2-(duas)-resist. fixa de 5K-x-25 wts.
- 2-(duas)-resist. ajust. de 5K-x-50 wts
- 2-(duas)-resist. ajust. de 10K-x50 wts
- 2-(duas)-condens. tub. de 25-x-400volts.
- 2-(dois)-condens. eletrol. 16-x-450 volts.
- 2-(dois)-condens. eletrol. 10x30/35 volts.
- 5-(cinco)-condens. tub. cap. 002-x-1000 volts.
- 5-(cinco)-condens. tub. capac. . 005-x-1000 volts.
- 1-(um)-transformador de saída simples, marca Willkassen, nº4035

Declare para os devidos fins, que recebi o material constante desta relação.

Belém, PA,

de

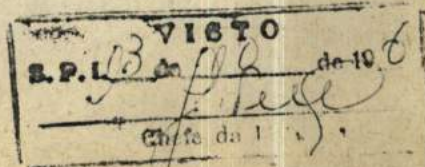
de 1967

Francisco Mineiro

Chefe da Segunda Insp. Regional do S.P.I.

MA-101-0.221/67

WD/Seleç.



De acôrdo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º
2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta
fotocópia, a qual é cópia fiel do documento ori-
ginal que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público

e raro

Brasília, _____ de 19____

Em testemunho, _____ da verdade





MINISTÉRIO DO ~~INTERIO~~ INTERIOR
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
7.º I. R.

CURITIBA, PR.

Of. Nº 569

Em 11 DE OUTUBRO DE 1967.

Do CHEFE DA 7ª. INSPETORIA REGIONAL DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
Ao SR. CHEFE DA SELEC DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Assunto: RELAÇÃO (ENCAMINHA)

doc 16
mm

SENHOR CHEFE,

ATENDENDO SOLICITAÇÃO CONTIDA EM RÁDIO-CIRCULAR Nº 295, DE
HOJE, ENCAMINHO A V.Sª. PARA OS DEVIDOS FINS, UMA RELAÇÃO DO MATERIAL REMETIDO
POR ESSA SEÇÃO À ESTA INSPETORIA, CONFORME A GUIA DE REMESSA Nº 001/67-SELEC.

VALHO-ME DA OPORTUNIDADE PARA REITERAR A V.Sª. MEUS PROTES
TOS DE ALTA ESTIMA E DISTINTA CONSIDERAÇÃO. /

Sebastião Lucena da Silva
SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA
CHEFE DA INSPETORIA

IR.7-1009/67

vs. /

De acôrdo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º
2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta
fotocópia, a qual é cópia fiel do documento ori-
ginal que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fe, assinando este certificado em público

e rasgo _____ de 19. 68

Brasília, _____ de _____ da verdade

Em testemunho



De acôrdo com o art. 2º do Decreto-Lei n.º
2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta
fotocópia, a qual é cópia fiel do documento ori-
ginal que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público
e raso _____ de 19____
Brasília _____ de _____ da verdade
Em _____



Doc 18

5526-

B9/6

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS *min*

ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº

83

O DIRETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei vigente,

R E S O L V E - designar o servidor WALDEMAR DA CONCEIÇÃO DIAS, Chefe da Seção de Telecomunicações, do Quadro de Pessoal, - Parte Permanente dêste Ministério, lotado neste Serviço, para viajar com destino ao Rio de Janeiro e São Paulo, a fim de adquirir material permanente e consumo para recuperação da Estação de Rádio desta Diretoria.

Dê-se ciência e cumpra-se

Brasília, 26 de julho de 1966.

Hamilton de Oliveira Castro

Cel. HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO

Diretor do S.P.I. *Dr.*



VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S.A.
EDIFÍCIO SÉDE - AEROPORTO CONGONHAS - TEL. 61-1141 - SÃO PAULO

5527
Bib

2ª via

DECLARAÇÃO

Doc. 19

Declaramos para todos os efeitos legais, que recebemos do Serviço de Proteção aos Índios, em Brasília, na pessoa do Sr. Waldemar Conceição Dias, para / transportar de Brasília para Campo Grande e Cuiabá - com frete a pagar no destino, o material que abaixo / fica discriminado, conforme conhecimentos aéreos de nºs 482.765/J e 482.766/J datados de 01/03/67:

1 (hum) volume pesando 15 (quinze) quilos contendo - material de rádio comunicação, entregue em Cuiabá na sede da Inspetoria do S.P.I. em 25/04/67.

2 (dois) volumes pesando 50 (cincoenta) quilos, contendo material de rádio comunicação, entregue em Campo Grande na sede da Inspetoria do S.P.I. em 06/03/67.

Outrossim, os referidos elementos acima citados constam nos documentos de nossos arquivos desta / agência.

Brasília, 19 de outubro de 1967

Anteógenes Soares Leite
Chefe Div. de Cargas/BSB

De acordo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º
2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta
fotocópia, a qual é cópia fiel do documento ori-
ginal que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público
e caso

Brasília, de 18 de Outubro de 1968

Em testemunho da verdade



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
Seção de Telecomunicações

Cópia autêntica.

5528

BPA

Doc 20

GUIA DE REMESSA Nº 008/67/SELEC

Relação de material eletrônico, de consumo, que se destina ao setor de rádio da Séde da SEXTA INSPETORIA REGIONAL DO S.P.I. em Cuiabá, Mato Grosso, que fica abaixo discriminado, conforme autorização do Sr. Diretor do S.P.I., constante no Processo MA-101-0221/67 de 16/01/67,

PARTE DE CONSUMO - VÁLVULAS

- 2 - (duas) - 866A
- 1 - (uma) - 6L6
- 1 - (uma) - 812
- 1 - (uma) - 809
- 1 - (uma) - 6V6
- 1 - (uma) - 5U4
- 1 - (uma) - 6H6
- 1 - (uma) - 6SA7
- 1 - (uma) - 6SG7, digo 2 - (duas) - 6SG7
- 1 - (uma) - OD-3 (VR-150)

MATERIAIS DIVERSOS

- 20 - (vinte) - metros de cabo coaxial p/desc.de antena.
- 1 - (um) - conector para centro de antena, marca Ason.
- 25 - (vinte e cinco) - metros fio TW nº 12 para cordoalha de antena de transmissão.
- 25 - (vinte e cinco) - metros de fio 2-x - 16 para instalação diversas.

Declaro para os fins que se fizerem necessários, que recebi o material constante na presente Guia.

Cuiabá, MT., 25 de 4 de 1967

As) Alberico Soares Pereira
Chefe da Sexta ININD do SPI

MA-101-0221/67
WD/Selec

M.A. - S.P.I. - S. ININD
Confere com o original
Em 12 de X de 1967
Luiz Modesto
CA-207-12

De acôrdo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º
2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta
fotocópia, a qual é cópia fiel do documento ori-
ginal que me foi exhibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público

e rasgo _____ de 19 _____

Brasília _____ de _____ da verdade

Em testemunho





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Campo Grande, Mt.

Em 11 de outubro de 1967

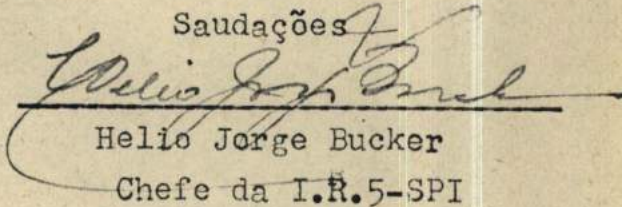
M/m nº 343/67

Ao Sr. Waldemar Dias

Chefe Selec- BRASÍLIA (DF)

Em atendimento ao vosso telegrama circular nº 259
desta data, junto vos remeto uma relação em três vias do material
de radio recebido por esta Regional.

Saudações


Helio Jorge Bucker

Chefe da I.R.5-SPI

De acôrdo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º
2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta
fotocópia, a qual é cópia fiel do documento ori-
ginal que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou-lo, assinando este certificado em público

e rubro

Brasília,

de 19

Em testemunho

da verdade



SECAO DE TELECOMUNICAÇÕES

doc 22

6530 ~~5529~~
B/b

Guia de Remessa nº 007/67/SELEC.

Relação de material eletrônico, de consumo e permanente, que se destina ao setor de rádio da QUINTA INSPETORIA REGIONAL DO S.P.I., em Campo Grande, MT, conforme autorização do Sr. Diretor do SPI, constante no Processo MA-101-0221/67 de 16 de janeiro de 1967.

Parte Permanente

- 1-(um)- receptor especial para radiocomunicação, modelo BY-R46F014-3, com 3 canais, frequência fixa a cristal, completo com alto-falante embutido e caixa. Numero de fabricação 2791.
- 1-(um)-microfone Dinâmico marca Aiwa, japonês.
- 1-(um)- manipulador marca Ason, tipo profissional.

Parte de Consumo - Valvulas

- 1-(uma)- 807
- 1-(uma)- 6AG7
- 1-(uma)- 6Y6
- 2-(duas)-EL34
- 1-(uma)- 6V6
- 1-(uma)- 6SA7
- 2-(duas)- 6AC7
- 2-(duas)- 6SG7
- 1-(uma)- 5Y3
- 1-(uma)- 5U4
- 2-(duas)- 6SJ7
- 1-(uma)- 6H6
- 1-(uma)- 6J5
- 2-(duas)-6SK7
- 2-(duas)-6J6
- 2-(duas)-6J7
- 2-(duas)-6X4
- 1-(uma)- OD3 (VR-150)

Materiais Diversos

- 2-(dois)- cristais osciladores p/freq. de 6767,50.
- 40-(quarenta)-metros de fio 2X16 p/ inst. diversas.
- 50-(cincoenta)-metros cabo coaxial para desc, antena.

Declaro para os devidos fins que recebi o material constante nesta Guia de Remessa.

Campo Grande, MT, 12 de ~~Setembro~~ de 1967.

Waldemar B. B. B.
Chefe da Quinta Inspetoria Regional

MA-101-0221/67.

WDZ



De acordo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º
21/8 de 25 de Abril de 1949, autentico esta
fotocópia, a qual é cópia fiel do documento ori-
ginal que me foi exibido para conferência.
E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público
e trazo
Brasília, de 19.....
Em testemunho da verdade

58.504

Doc 23
mn

CÓPIA

5530

5531

BN

ATA DA REUNIÃO PLENARIA DA DIRETORIA DO SPI, REALIZADA AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E SESENTA E SEIS, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL.

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e seis, na sede da Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, em Brasília, Distrito Federal, sob a Presidência do Senhor Diretor do SPI, Senhor Coronel Hamilton de Oliveira Castro, e dos Senhores Luiz de França Pereira de Araujo, Chefe da SINDI, Nilo de Oliveira Vellozo, Chefe da SASSI, Waldemar Conceição Dias, Chefe da SELEG, Benedito Pimentel, Chefe da Seção de Administração e de mim, Marim A. Pinheiro da Silva, Secretária, foi aberta a presente sessão, para discussão, aprovação e distribuição da Verba de Assistência Social, na importância de DUZENTOS E TRINTA E CINCO MILHÕES E DUZENTOS MIL CRUZEIROS (CR\$ 235.200.000), da qual é detentor o Senhor Coronel Hamilton de Oliveira Castro, Diretor do S.P.I. Abordados os diversos aspectos e necessidades de cada Inspeção Regional, e, ainda as Ajudâncias e Postos Indígenas ficou deliberado e aprovado a aplicação seguinte: Para a 1a. Inspeção Regional, com sede em Manaus, Estado do Amazonas, ao seu respectivo Chefe, Gilberto Pinto de Figueiredo Costa, CR\$ 1.500.000, para Material de Consumo e CR\$ 6.000.000, para Encargos Diversos, totalizando a importância de CR\$ 7.500.000. Para a 2a. Inspeção Regional, com sede em Belém, Estado do Pará, ao seu respectivo Chefe, Francisco Furtado Soares de Meirelles, CR\$ 1.500.000, para material de consumo e CR\$ 10.000.000, para Encargos Diversos, totalizando a importância de CR\$ 11.500.000; - Para a 3a. Inspeção Regional, com sede em São Luiz, Estado do Maranhão, ao seu respectivo Chefe, João Fernandes Moreira, CR\$ 1.000.000 para material de consumo, e CR\$ 10.000.000, para Encargos Diversos, totalizando a importância de CR\$ 11.000.000; - Para a 4a. Inspeção Regional, com sede em Recife, Estado de Pernambuco, ao seu respectivo Chefe, Mario da Silva Furtado, CR\$ 1.000.000 para material de Consumo, e CR\$ 10.000.000 para Encargos Diversos, totalizando a importância de CR\$ 11.000.000; - Para a 5a. Inspeção Regional, com sede em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, ao seu respectivo Chefe Substituto, Maria de Lourdes Castro Maia, CR\$ 1.000.000 para material de consumo e CR\$ 6.000.000 para Encargos Diversos, totalizando a importância de CR\$ 7.000.000; - Para a 6a. Inspeção Regional, com sede em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, ao seu respectivo Chefe, Helio Jorge Bucker, CR\$ 1.000.000 para material de consumo e CR\$ 10.000.000, para Encargos Diversos, totalizando a importância de CR\$ 11.000.000; - Para a 7a. Inspeção Regional, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, ao seu respectivo Chefe, Dival Jose de Souza, CR\$ 3.500.000 para Material de Consumo e CR\$ 10.000.000 para Encargos Diversos, totalizando a importância de CR\$ 13.500.000; - Para a 8a. Inspeção Regional, com sede em - Goiânia, Estado de Goiás, ao seu respectivo Chefe, Ismael da Silva Leitão, - CR\$ 2.500.000 para material de consumo e CR\$ 14.000.000 para Encargos Diversos, totalizando a importância de CR\$ 16.500.000; - Para a 9a. Inspeção Regional, com sede em Porto Velho, Território Federal de Rondonia, ao Sr. Nilo de Oliveira Vellozo, Chefe da SASSI, CR\$ 1.500.000 para material de Consumo e CR\$ 5.000.000, para Encargos Diversos, totalizando a importância de CR\$ 6.500.000; - Para a Ajudância de São Paulo, com sede em Tupã, Estado de São Paulo, ao seu respectivo Chefe, Itamar Zwicker Simões, CR\$ 1.000.000, para material de Consumo e CR\$ 4.000.000, para Encargos Diversos, totalizando a importância de CR\$ 5.000.000; - Para a Ajudância Minas-Bahia, com sede em Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, ao seu respectivo Chefe, Augusto de Souza Leão, CR\$ 1.000.000 para material de consumo e CR\$ 6.000.000 para Encargos Diversos, totalizando a importância de CR\$ 7.000.000; - Para a representação do S.P.I., no Estado da Guanabara, João Bezerra de Melo, CR\$ 1.000.000 para Material de consumo e CR\$ 5.000.000, para Encargos Diversos, totalizando a importância de CR\$ 6.000.000; - Para a Seção de Telecomunicações, ao seu respectivo Chefe, Waldemar Conceição Dias, CR\$ 2.000.000 para material de consumo e CR\$ 20.000.000, para Material Permanente, totalizando a importância de CR\$ 22.000.000; - Para o Chefe da Seção do Patrimônio Indígena (SINDI) Luiz de França Pereira de Araujo, CR\$ 20.000.000 da Reserva Técnica do Plano de Aplicação e CR\$ 19.200.000 de Encargos Diversos, totalizando a importância de CR\$ 39.200.000; - Ao Chefe da Seção de Administração, Benedito Pi-

De acôrdo com o art. 2.º do Decreto-Lei n.º
2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta
fotocópia, a qual é cópia fiel do documento ori-
ginal que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público
e raso _____

Brasília, _____ de _____ de 19 _____

Em testemunho _____ da verdade



Doc 24
BPM

5532
BPM

Pimentel, a importância de CR\$ 55.000.000, para aquisição de Material de Consumo e Permanente, destinados a Diretoria do SPI, bem assim as Inspetorias Regionais, localizadas em varios Estados da União; ao Sr. Chefe da Seção de Proteção e Assistência (SASSI), Nilo Oliveira Vellozo, para aplicação no PI Getúlio Vargas, na Ilha do Bananal, CR\$ 1.000.000 para material de consumo e CR\$ 4.000.000 para Encargos Diversos, totalizando a importância de CR\$ 5.000.000;- ficou ainda deliberado e aprovado pelo Sr. Diretor do SPI, Coronel Hamilton de Oliveira Castro, do emprego da importância suprida ao Sr. Chefe da Seção de Administração, Benedito Pimentel, para atendimento das seguintes importâncias e seus respectivos beneficiarios, com aquisição de materiais ja devidamente especificados pelos respectivos Chefes de Dependências, da seguinte forma: Para a 2a. Inspetoria Regional, CR\$ 18.851.900; - Para a 5a. Inspetoria Regional, CR\$..... 8.333.470;- Para a 7a. Inspetoria Regional, CR\$ 4.701.960; - Para a 8a. Inspetoria Regional, CR\$ 32.000; - Para a 9a. Inspetoria Regional, CR\$ 18.837.660; - Para a representação do SPI na Guanabara CR\$ 150.800; - para outros materiais da Diretoria do SPI, CR\$ 4.092.210.- Por unanimidade dos Senhores Chefes de Seção, o Senhor Diretor, Coronel Hamilton de Oliveira Castro, aprovou que, da Verba de Encargos Diversos, atribuida a cada suprido, Inspetoria Regional e Ajudância, até 30% (trinta por cento), com aplicação de acordo com o item VII, letra A, alínea 1-Despesas de Pessoal: a) pessoal temporário; b) alimentação e pousada e c) tarefas ocasionais mediante recibo. Ficou finalmente aprovado, tambem por unanimidade de todos os Chefes Presentes, dentro de um prazo relativamente escolhido pelo Sr. Diretor, para nas Inspetorias Regionais, Ajudâncias e Postos Indigenas, procederem a fiscalização do bom e real emprego das importâncias atribuidas aos respectivos supridos. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Diretor do SPI, deu por encerrada a presente reunião, determinando ainda que, a Secretaria, providencie, com a devida urgência, copias da presente ata, a serem enviadas as Inspetorias Regionais e Ajudancias, para conhecimento e observância. Do que para constar, eu, MARIN ARAUJO P. DA SILVA, Secretaria - 11F, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada, e, rubricada pelo Senhor Diretor e todos os Chefes presentes.

ass - Diretor, Coronel Hamilton de O. Castro.
Luiz de França Pereira de Araujo.
Waldemar Conceição Dias.
Nilo de Oliveira Vellozo.
Benedito Pimentel.

SEÇÃO DE TELECOMUNICAÇÃO

Guia de Remessa nº006/67/SELEC

Relação de material eletrônico, de consumo e permanente, que se destina ao setor de rádio da sede da QUARTA INSPETORIA REGIONAL DO S.P.I., em Recife, Pernambuco, que abaixo fica discriminado, conforme autorização do Sr. Diretor do S.P.I., constante no Processo MA-101-0221/67 datado de 16 de janeiro de 1967.

Parte Permanente

1-(um)-par de fone marca Agena, para telegrafia.

Parte de Consumo - válvulas

- 1-(uma)-813
- 2-(duas)-866 A
- 1-(uma)-6 AG 7
- 1-(uma)-6 L 6
- 1-(uma)-6 V 6
- 3-(três)-6SG7
- 2-(Duas)-6A67
- 1-(uma)-6J5
- 1-(uma)-6SA7
- 1-(uma)-6H6
- 1-(uma)-5U4
- 1-(uma)-OD-3 (VR-150)

Material Diversos

- 1-(um)-cristal oscilador para freq. de 6985 Kc/s
- 1-(um)-conector marca Ason, para centro de antena
- 20-(Vinte)-metros de cabo coaxial para desc antena.
- 15-(quinze)-metros de fio tw nº 12 para cordoalha de antena de transmissão.
- 2-(dois)-isoladores de porcelana par sustent. antena.

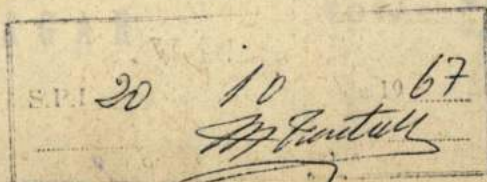
Declaro para os devidos fins que recebi o material acima relacionado.

Recife, PE, 25 de 04 de 1967

ASS. Mário da Silva Furtado
Chefe da IR4 do S.P.I.

MA-101-0221/67

WD/Selec



CONFERE COM O ORIGINAL
EM, 20 de outubro de 1967

Paulo Rufino de Melo e Silva
Inspetor Nivel 12-A do S.P.I.

Doc 22
Nº 256844

VARIG
Linha Aérea Nacional

SERIE "E"
Contratamento Aéreo

BRASILIA - PORTO DE
EMBARQUE

BRASILIA - PORTO DE
DESTINO

DATA: 01.03.61

VALOR: 25.000

Ad. valoram: 25.000

TOTAL: 25.000

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

PRET A PAGAR

Doc 22
Nº 256845

VARIG
Linha Aérea Nacional

SERIE "E"
Contratamento Aéreo

BRASILIA - PORTO DE
EMBARQUE

BRASILIA - PORTO DE
DESTINO

DATA: 01.03.61

VALOR: 25.000

Ad. valoram: 25.000

TOTAL: 25.000

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

PRET A PAGAR

De acordo com o art. 2.º de Decreto-Lei n.º 2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado em público e rasgo

Brasília, de 19 de 1961

Em testemunho da verdade



ILM². SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 78, DE 22 DE MARÇO DE 1968;

Em cumprimento aos termos da notificação da Secretaria dessa Comissão, datada de 10 de abril de 1968, apresento a essa d^gna Comissão, as alegações que se seguem em defesa da acusação que me é imputada no Processo Administrativo a que respondo no Ministério do Interior, na forma do art. 222 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União;

- a) -- que, encontrando-me no Pôsto Indígena que dirijo, na cidade de Águas Belas em Pernambuco, recebi em data de 20/12/62, / um telegrama da chefia da I.R. 4 do extinto S.P.I., determinando que eu viajasse a Recife, a fim de receber instruções e seguir com destino a esta Capital, para receber Suprimento;
- b) -- que, aqui chegando, apresentei-me ao Sr. Cel. Moacir Ribeiro Coêlho, então Diretor do S.P.I., no Museu do Índio, de / onde fui encaminhado ao Ministério da Fazenda, s onde recebi um cheque no valor de três milhões de cruzeiros antigos, / que descontei no Banco do Brasil;
- c) -- que, o Sr. Diretor, através da Ordem de Serviço nº 40, data da de 26/12/62, determinou que eu passasse o suprimento recebido ao inspetor Francisco Furtado Soares de Meireles, o que fiz mediante recibo;
- d) -- que, uma vez desincumbido da missão que me trouxera ao Rio / naquela época, solicitei passagem aérea ao Sr. Cel. Diretor para regressar a Pernambuco, pois era de meu desejo passar as festas de Ano Bom com minha família;
- e) -- que, nessa ocasião, o Sr. Diretor, declarou-me que ia me incumbir de outra missão, agora no Amazonas;

II

- f) -- que, fiquei surpreso e contrariado com a declaração do Sr. Coronel Diretor, pedindo-lhe então, para designar para essa missão, outro funcionário que conhecesse o Amazonas;
- g) -- que, o Sr. Cel. Diretor, disse-me então que queria se acercar de pessoas trabalhadoras e honestas, mas que me pedia um serviço e eu recusava. Adiantei então que não estava recusando e sim apenas ponderando uma vez que era um soldado do S.P.I. e que estava á sua disposição;
- h) -- que o Sr. Cel. Diretor, determinou nessa ocasião ao servidor Ely Carvalho de Fernandes Távora, que me passasse o suprimen- to de dois milhões de cruzeiros antigos, de que era detentor e designou-me pelo Ordem de Serviço nº 43, de 27/12/62, para fazer aplicação deste recurso em Sena Madureira, no atual Es- tado do Acre;
- i) -- que, chegando em Manaus, apresentei-me ao Sr. Manoel Moreira de Araujo, Chefe da I.R. 1, a quem solicitei meios de trans- porte para viajar a Sena Madureira, que se encontra sob a ju- risdição daquela Inspetoria;
- j) -- que, o Sr. Manoel Moreira de Araujo, declarou-me que exata- mente naquele momento havia sido destituído da chefia de I. R. e que o seu substituto já se encontrava no gabinete;
- l) -- que, me apresentei ao novo chefe da I.R. 1, Sr. José Fernan- do da Cruz, e pedi-lhe os meios de transporte de que estava a necessitar para o fiel desempenho da minha missão;
- m) -- que, o Sr. José Fernando da Cruz, disse-me que tinha mantido entendimento com o Sr. Cel. Moacir Ribeiro Coêlho, Diretor / do S.P.I. e ele determinara que eu fizesse a aplicação da / verba em lide em Manaus, para suprir as necessidades dos Pos- tos da I.R., ao que retorqui que só faria a aplicação naque- la Capital mediante nova determinação do Sr. Cel. Diretor;

5538
BLO

III

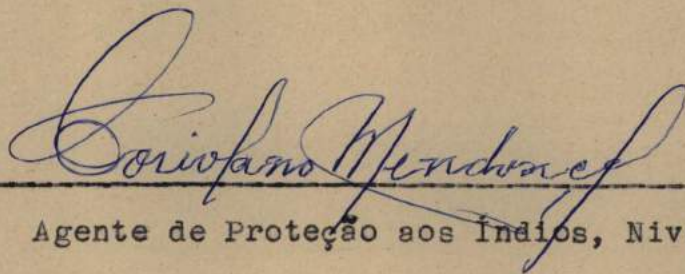
- n) -- que, o Sr. José Fernando da Cruz, entrou em novo entendimento com o Sr. Cel. Diretor, Moacir Ribeiro Coêlho, através da Rêdional em minha presença e que o mesmo Sr. Cel. Diretor Moacir Ribeiro Coêlho, chamou-me ao telefone e determinou que eu fizesse a aplicação em Manaus, alegando que, posteriormente dari a recursos ao Sr. José Fernando da Cruz, para aplicar em Sena Madureira;
- o) -- que, não obstante a reformulação da designação constante da / Ordem de Serviço nº 43, já referida, feita pelo Cel. Moacir Ribeiro Coêlho, ter sido verbal, não afasta o grau de responsabilidade e a medida da competência da autoridade emanadora do ato. Dentro desse princípio tive de concordar com a nova destinação do suprimido, até porque, não o fazendo estaria / me insubordinando contra uma determinação do meu diretor a / quem cabia a responsabilidade e a competência de fazer designação de funcionários e destinação de verbas, de acordo com as diretrizes do seu plano administrativo. Fica evidente, portanto, que o funcionário suprido era um instrumento aplicador, apenas, do suprimido, dentro das ordens emanadas do Sr. Cel. Diretor Moacir Ribeiro Coêlho. Dentro desta esfera de competência, julguei não estar incorrendo em erro por ter agido em obediência às ordens do meu superior.
- Por outro lado, se eu tivesse dado outra destinação à aplicação do suprimido em questão, por conta própria, teria fatalmente incorrido em punição por parte do Sr. Cel. Diretor. E, se ele não me puniu, foi porque inegavelmente agi em obediência às suas determinações.
- Ficam, pois, esclarecidos aqui, os motivos que me forçaram a dar nova destinação à aplicação da aludida verba.

5538-
98

IV

Eis, Sr. Presidente, o que me cumpre alegar em minha defesa, o que faço, valendo-me exclusivamente da verdade, que tem sido o lema de minha humilde existência, perante Deus, a Justiça e os homens.

Guanabara, 4 de abril de 1968



Agente de Proteção aos Índios, Nivel 6-B

a) Coriolano Mendonça

5539
B9A

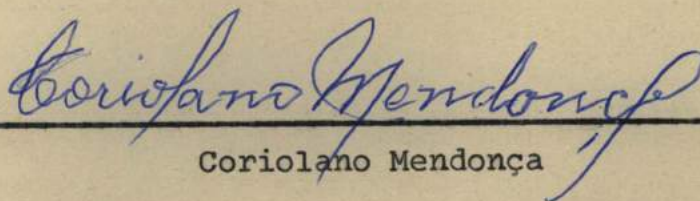
Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Inquérito A/mostrativo

Coriolano Mendonça, Agente de Indios Nivel 6B do Ministerio da Agricultura, com exercicio na Fundação Naci/onal do Indio, vem / mui respeitgsamente requerer a V. S. que se digne mandar juntar às suas razões de defesa, a declaração que junta a êste.

Nêstes Têrmos

Pede Deferimento

Guanabara, 6 de maio de 1968

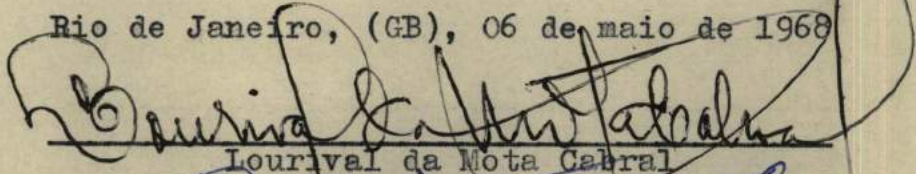

Coriolano Mendonça

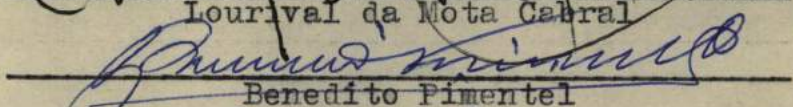
DECLARAÇÃO

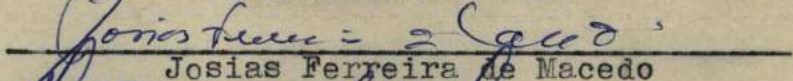
DECLARAMOS a bem da verdade, na qualidade de Diretor Substituto, Chefe da Seção de Administração, Chefe da Seção de Estudos e Chefe da 1a. Inspetoria Regional, LOURIVAL DA MOTA CABRAL, BENEDITO PIMENTEL, JOSIAS FERREIRA DE MACEDO E JOSÉ FERNANDO DA CRUZ, quando Diretor do S.P.I., o Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, de que são verdadeiras as alegações dos itens n e o, da defesa apresentada pelo Agente de Proteção aos Índios, nível 6, CORIOLANO DE MENDONÇA, quando da aplicação da verba em Sena Madureira, no Território Federal do Acre, atual Estado, podendo fazer uso da presente administrativamente ou criminal.

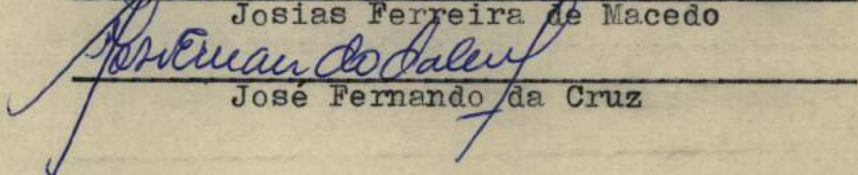
Por ser verdade assinamos a presente declaração, atendendo solicitação da parte interessada e para esclarecimento de direito e Justiça.

Rio de Janeiro, (GB), 06 de maio de 1968


Lourival da Mota Cabral


Benedito Pimentel


Josias Ferreira de Macedo


José Fernando da Cruz

5542
BPA

EX^o SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO INSTAURADA PELA PORTARIA
N^o 78/68.

SALATIEL MARCONDES DINIZ, abaixo assinado, vem, nos autos de inquérito acima mencionado, apresentar, dentro do prazo legal, sua defesa na forma estatutária.

2. Consta do processo, segundo foi dado apurar pelo defendente que duas são as acusações que se lhe imputam:

1a) diz respeito a fratura de perna do índio João Crespo, quando o suplicava no "TRONCO", em NONOAI, Estado do Rio Grande do Sul;

2a) responsabilidade pela entrega de 500 (quinhentas) - rezes, dadas por José Fernando da Cruz ao Prefeito de Bonito, de nome Homero Antunes. As imputações encontram-se às fls. 1824 e 1825, do Vol. IX, e fls. 4011, do Vol. XVI.

3. No que tange à primeira acusação, ela deflui das declarações prestadas por Alcindo Nascimento, índio KAINGANG, que esclareceu que no tempo do defendente o índio João Crespo teve a perna fraturada, em virtude da utilização do tronco (fls. 1824). Acresce mais que dito tronco fôra desmontado por determinação de uma Comissão de Inquérito que passou por aquela localidade, na gestão de Acir de Barros.

4. A segunda testemunha, José Batista Vaz, trabalhador, esclareceu que houve suplício no tronco inflingido ao índio subordinado ao posto na administração dos chefes "Castelo Branco, Francisco Vieira e Acir de Barros", sendo que nesta última administração uma comissão de inquérito exigiu a imediata demolição do "tronco". Adianta que o índio João Crespo ficou aleijado por que foi fraturada sua perna pelo instrumento da tortura.

5. Esta acusação não tem data venia a maior consistência, eis que os depoimentos se conflitam no que diz respeito à fixação da autoria. Se por um lado o índio Alcino (fls. 1824) declara que João Crespo teve a perna fraturada no tempo de Salatiel, por outro lado, o depoimento de José Batista Vaz (fls. 1825) diz que as torturas foram verificadas na administração de Castelo Branco, Francisco Vieira e Acir de Barros.

6. Como se verifica, a autoria não restou provada, o que, de logo, fulmina a acusação.

Salatiel

7. Entretanto, não quer o defendente de enfocar o fato tal qual o fato se passou. O defendente quando entrou para o serviço público e assumiu o posto de NONOAY, lá já encontrou o índio João Crespo - portador da lesão que lhe atribuem. Aliás, esta circunstância é fato notório naquela região, não podendo o defendente ser responsabilizado por ato que jamais em sua vida funcional praticou. Ora, é de se ponderar - ainda que a testemunha José Batista Vaz, índio civilizado, funcionário efetivo do Ministério, lotado no Posto de NONOAY, não afirmou, e isto é por demais significativo, que tenha sido o defendente o autor da lesão que deformara fisicamente o índio João Crespo.

8. No que concerne à segunda acusação, isto é, de ser responsável pela entrega de quinhentas rezes, dadas por José Fernando Cruz ao Prefeito Homero Antunes, da cidade de Bonito, o defendente nenhuma responsabilidade tem, porque, apenas, cumpriu ordens da autoridade competente e hierarquicamente superior. O fato da testemunha Americo Antunes de Siqueira ter se recusado, implicou, como ele mesmo salienta, em sua declaração de fls. 4011, na sua remoção para outro local. Ao defendente não parecia que a ordem emanada de autoridades superiores fôsse ilegal ou arbitrária.

9. Aliás, o Código Penal Brasileiro, em seu art. 18, estabelece que só é punível o autor da coação ou da ordem se ela fôr manifestamente ilegal. Ao ver do declarante, não se lhe afigura a ilegalidade da ordem, posto que não tinha acesso às resoluções emanadas pela Chefia, não lhe cabendo, por força de seu cargo discutir se as determinações de quem de direito estavam ou não vasadas em preceitos legais.

10. Dessa forma, se ilegalidade houve na ordem emanada, a responsabilidade cabia única e exclusivamente a José Fernando da Cruz que, ao tempo, era Chefe da 5ª Inspetoria Regional em Mato Grosso, e não ao defendente que apenas tinha que dar cumprimento às ordens emanadas da Chefia.

11. Como se vê, a segunda imputação não resiste, data venia, ao exame mais profundo, no que concerne à responsabilidade do defendente.

Por todos esses fundamentos, espera o defendente sua exclusão do processo, por ser ato de inteira e salutar

J U S T I Ç A.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 1968.

Salatiel Marcondes Diniz
SALATIEL MARCONDES DINIZ



MINISTÉRIO DO ~~INTERIORES~~ INTERIOR
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
7.º I. R.

Curitiba, Pr.

Of. nº 46

Em 26 de abril de 1968.

Do Ajudante da 7ª. Inspeção Regional da FUNAI

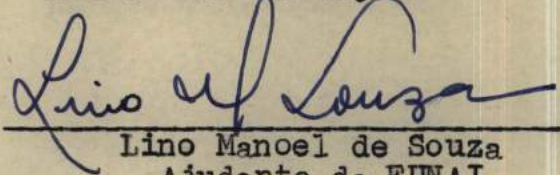
Ao Sr. Presidente da Comissão de Inquérito

Assunto: ofício s/n com defesa (Encaminha)

Senhor Presidente,

Encaminho a V.Exª. para os devidos fins, o ofício s/n, de 26 de abril de 1968, do Sr. ALBERICO ALVES LABATUT NAS CIMENTO, uma procuração, bem como sua defesa apresentada pelos Drs. Advogados Dermeval Campelli e Arberto Ferreira Chaves, /

ATENCIOSAS SAUDAÇÕES


Lino Manoel de Souza
Ajudante da FUNAI

Exmª. Sr.

Dr. JADER DE FIGUEIREDO CORREIA

DD. Presidente da Comissão de Inquérito

RIO DE JANEIRO-GB-



Ministério da Agricultura	
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS	
I. R. 7.	
Protocolado sob n.º	116
Em 26 de 04	de 1968

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
7.º I. R.

Curitiba, Pr.

Of. s/n.

Em 26 de abril de 1968.

Do Agente de Proteção aos Índios 6-B

Ao Sr. Chefe da 7ª. Inspeção Regional da Fundação Nacional do Índio

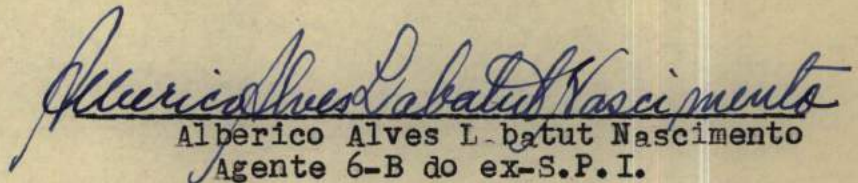
Assunto: encaminhamento de defesa (Solicita)

Senhor Chefe,

Solicito e passo as mãos de V.Sª. minha DEFESA por escrito há ser encaminhada para a "Comissão de Inquérito", que apura as irregularidades no ex-S.P.I., encontra-se instalada nas dependências do Ministério do Interior, na rua das Palmeiras nº 55, Rio de Janeiro.

Com meus respeitos apelo por urgência.

Desejando-vos Saúde e Fraternidade


Alberico Alves L. batut Nascimento
Agente 6-B do ex-S.P.I.

5549
B2A

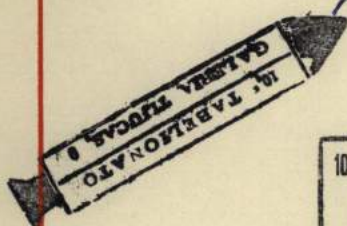
5548

= P R O C U R A Ç Ã O =

Pelo presente instrumento particular de procuração, eu, infra assinado, ALBERICO ALVES LABATUT NASCIMENTO, brasileiro, casado, funcionário público federal do ex-Serviço de Proteção aos Índios, lotado na então 7a. Inspeção Regional desta Capital, residente e domiciliado à Rua Professor João Lazaroto, 686, Capão Razo, distrito do Portão, - nomeio e constituo meus bastantes procuradores, em conjunto ou separadamente, os Srs. Drs. DEMERVAL CAMPELLI, brasileiro, solteiro, aqui residente, e ALBERTO FERREIRA CHAVES, brasileiro, casado, aqui residente, - advogados inscritos na O.A.B., Seção deste Estado, sob ns. 813 e 2793, respectivamente, com escritório à Rua Pedro Ivo, 193, 1º andar, fone 4-2161, nesta Capital, - aos quais confiro os mais amplos e ilimitados poderes, inclusive os contidos na cláusula "AD JUDICIA", para, em juízo ou administrativamente, defenderem os meus direitos e interesses, bem assim para acompanhar e oferecer defesas no Inquérito Administrativo para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, em que figuram como indicados, JOSÉ FERNANDO DA CRUZ, o outorgante e outros, - podendo, ainda, requerer o que necessário fôr, apresentar razões de defesa, requerer e oferecer provas, usar de todos os recursos, por mais especiais que sejam, impetrar mandado de segurança, praticarem enfim todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer. -

Curitiba, 25 de abril de 1.968. -

Alberico Labatut Nascimento



10.º OFÍCIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
MARQUES
Tabelião Vitalício
José Paulo da Rocha Marques
Rachel Mendry
Cléa Soares de Oliveira
escreventes juramentados
Galeria Tijucas, 9
Curitiba - Paraná

Reconheço verdadeira - a - firma Super
Alberico Labatut
Nascimento - - -
do que dou fé.
Curitiba, 25 de 2601 de 1968
Em test.º [assinatura] da verdade.

5551
B916

pois, apesar de gozar de bom conceito junto aos selvícolas e a população local, não aceitou as determinações da Inspetoria , no sentido de que fôsse feita campanha eleitoral contra os can-
didatos da Revolução.

7/ O requerente permaneceu como encarregado do Posto Indígena Manoel Ribas, Município de Laranjeira do Sul Estado do Paraná pelo espaço aproximado de 30 dias.

8/ Em 26 de janeiro de 1966, digo, fevereiro de 1966, foi designado para assumir a chefia do Posto Indígena Duque de Caxias, localizado em Ibirama, Estado de Santa Catarina, tendo exercido esta função até 16 de novembro de 1967, quando foi demitido pelo chefe da 7ª Inspetoria Regional do ex- S. P. I. Sr. Tenente João Alves Ribas.

9/ Pela citação acima referida, ve-se o re-
querente envolvido em inquérito administrativo, sendo que, des-
conhece quaisquer motivos que pudessem gerar alguma medida pu-
nitiva contra sua pessoa, uma vez que sempre procurou desempe-
nhar suas funções dentro dos princípios de honestidade e honra
des e, durante sua permanência junto ao S. P. I., em qualquer
Posto Indígena que trabalhasse, jamais constatou delapidação -
do patrimônio indígena, bem como maus tratamentos aos selvíco-
las, mas sim sempre tratando os indígenas com dedicação e cari-
nho, o que poderá ser constatado em sindicância em todos os
postos que o requerente já trabalhou.

10/ Assim, nada pesa na consciência do reque-
rente, a não ser informações ou depoimentos forjados, de pes-
soas que, na ânsia do desespero, queiram arrastar consigo o re-
querente.

11/ Ante o exposto, e dada a completa impossi-
bilidade de o requerente locomover-se até a cidade do Rio de
Janeiro, a fim de interirar-se das pressumíveis irregularida-
des, impossibilidade esta alicerçada no fato de ter sido o re-
querente afastado do ex S. P. I. em 16 de novembro de 1967, e
não possuindo qualquer fonte de renda que o capacite efetuar -
despesas de tão grande monta, qual seja a viagem ao Rio.

12/ Assim sendo, encarece os bons ofícios de
V. Exa., no sentido de que lhe seja dada a oportunidade de de-
fesa, seja através do encaminhamento de dados que possibilitem
o ter conhecimento dos fatos que o envolvem no processo admi-
nistrativo, quando então, poderia apresentar sua defesa, e que
independente de outros fatos, seja o requerente interrogado ,
para que possa assim provar a sua inocência.

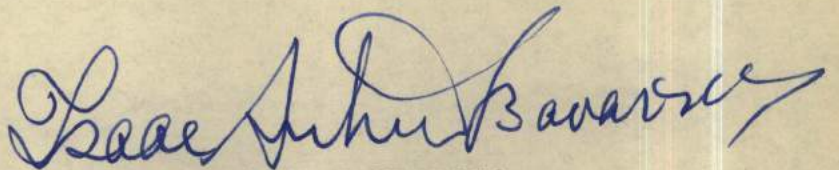
13/ Assim, na certeza de que V. Exa., no sentido de dar ao requerente a mais ampla possibilidade, no decorrer do processo administrativo em curso, e estando o requerente em situação de extrema penúria, visto que quando contratado pelo S. P. I., jamais percebeu quantia igual ou superior a NCr\$ 100,00 e encontrar-se a longo tempo desempregado, e que, se ainda não desesperou-se de sua situação, é pelo fato de ter princípios que não compactuam com quaisquer tipo de jogos, o ingerir bebidas alcólicas, bem como o fumar, o que lhe sempre possibilitou viver honestamente com o pouco que sempre ganhou.

Na certeza de que V. Exa., na qualidade de Presidente da Comissão de Inquérito, dará ao requerente a ampla possibilidade de defender-se, dentro de suas possibilidades, e, acreditando no alto sentido de justiça que vem nortear todos os princípios moralizantes do movimento que vem procurando propiciar melhores dias ao povo brasileiro,

Pede Deferimento e

J U S T I Ç A

Ibirama, 23 de abril de 1968.



ISAAC ANTONIO BAVARESCO

IBIRAMA - SANTA CATARINA

CAIXA POSTAL, 70

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDONIA

Ilustríssimo Senhor
Doutor JADER FIGUEIREDO
DD Presidente da COMISSÃO DE INQUÉRITO
Ministério do Interior - Rio-GB

Ao tomar ciência da inclusão do meu nome como indiciado no inquérito sobre o extinto S.P.I., dirijo-me a VOSSA SENHORIA no desejo de prestar alguns esclarecimentos, na certeza da compreensão / dessa Comissão. Serei breve, sobretudo para não avolumar ainda mais o processo, que segundo a imprensa, já bem grande.

1. Em novembro de 1962, em conversa informal com alguns funcionários do S.P.I., manifestei o desejo de conseguir uma passagem pela FAB, no trecho BRASILIA = RIO. Naturalmente, procurava eu, alguém que conhecesse a mecânica para tal. Momentos depois recebi uma passagem de avião comercial. Na época 1962, quando a desmoralização no serviço público era total, isso não me causou espanto. Por outro lado, por não ter / vínculo com o referido serviço, não sabia ainda do inconveniente e da irregularidade do problema. Posso garantir a essa comissão que se tivesse conhecimento do fato, como hoje, não aceitaria a passagem.
2. Na época, era eu Vereador à Câmara Municipal de Campo Grande-Mt. e por questões políticas possuíamos discreta quota de passagens, pela E.F.Noroeste do Brasil, para dentro do Estado. Fui por diversas vezes procurados por funcionários do SPI que alegavam que a Inspetoria estava acéfala e não tinham condições de viajarem. Propuz-me então a arranjar as passagens, cujos formulários, segundo os funcionários, já estavam prontos, necessitando apenas de uma assinatura. Na boa fé e na total ignorância, assinei os documentos que / mais tarde vim a saber que se tratava de requisições, num valor total de R\$ 7,19 (Sete cruzeiros novos e dezenove centavos).

Rio de Janeiro, 06 de maio de 1968

Jurandy
JURANDY MARGOS DA FONSECA

5559-
B2/b

D E C L A R A C Ã O

Declaro para os devidos fins, que lecionei durante 10a/nos em seguida, nos Bairros Olaria e Ponte Alta, localidades circunvizinhas ao "Serviço de Proteção aos Índios", Município de Tupã, e que D. Elita Ferreira Simões, sempre foi conhecida como a titular educacional dos índios.

Digo ainda, que, frequentamos juntas alguns Cursos de Férias - realizados em Tupã e que qa colega sempre colocou em prática os novos ensinamentos recebidos, dando aula com regularidade, capricho e zelo.

Afirmo isso, pois mesmo após ter fixado residência em Tupã, - em 1966, até atual data, mantivemos contacto, pois visitei de passagem diversas vezes o "Serviço de Proteção aos Índios".

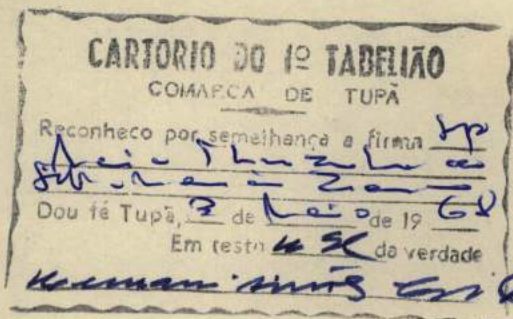
Era o que tinha a declarar.

E por ser verdade, firmo a presente.

Tupã, 3 de Maio de 1968.

Maria Therezinha da Silva Moreira Jones

Maria Therezinha da Silva Moreira Zoner



Dr. Edmundo Vieira Prado

Doc 6

C. R. M. - S. P. 4.476

Pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais

Clínica Cirúrgica - Doenças de Senhoras - Partos

Ex-interno residente 3 anos do Hospital S. Vicente da Faculdade
de U. M. G.

Ex-Monitor de Anatomia da U. M. G.

Cons. Res. Rua Caetés, 717 - Cx. Postal, 307 - Fone, 1229 - TUPA

5559

5561

BGA

Declaro, por nome E. L. T.
ferveu L. O. S., a sua
fez vista por mim e
gestão de minha fe-
lecionando no curso
de proteção ao espólio,
no Porto Alegre. G. de
tenho a fazenda.

Edmundo Vieira Prado

3/5/68.

2º TABELIONATO DAMIA

Dr. Edmundo Vieira Prado

C. R. M. - 2.ª. 4.478
Pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais
Clínica Cirúrgica - Doenças de Endócrinas - Fisiologia
Ex-interno, residente e doutor em Medicina.

2.º TABELIONATO DAMIXO

Reconheço a firma Edmundo Vieira
Prado e dou fé.

Supra, 2 de maio de 1962

Em testemunho da verdade.

[Signature]



Selo rec. firma
pago por verba



2.º TABELIONATO DAMIXO

5562 Doc 7

Teatro de Estudantes de Tupã

CAIXA POSTAL, 525 — FONE. 1390 — TUPÃ — C. P.

A T E S T A D O

ATESTO, para os devidos fins, que o TEATRO DE BONECOS DO CENTRO DO PROFESSORADO PAULISTA, por mim dirigido, apresentou, conforme programa anexo, espetáculo infantil de fantoches no Aldeamento, digo Pôsto Indígena Vanuïre, de Ponte Alta (S.P.) em comemoração à semana da criança. Tal apresentação foi levada a efeito a pedido de ELITA FERREIRA SIMÕES, aliás também integrante da equipe manejadora dos bonecos. - - - - -

ATESTO, mais, por ser expressão da verdade, o abaixo:

- a - que ELITA FERREIRA SIMÕES fez os dois cursos de Teatro de Bonecos ministrados nesta cidade (curso de feitura dos fantoches e curso subsequente de manêjo) e os fez, como sabemos, interessada em facilitar tais espetáculos aos seus alunos no Pôsto referido; - - - - -
- b - que aos integrantes do Teatro de Bonecos que realizaram o espetáculo foi, na ocasião, proporcionada a mais simpática das acolhidas, não só por parte dos responsáveis pelo Pôsto, como também pelos ali residentes; - - - - - b - - - - -
- c - que a impressão que a todos êsses integrantes foi dada é a de que ELITA FERREIRA SIMÕES demonstrava grande zelo pelos seus alunos, que demonstravam, aliás, respeitá-la e estimá-la profundamente. - - - - -

Tupã (São Paulo) , aos 3 de maio de 1968

(Altino R. da C. Martinez)

Diretor do Teatro de Bonecos

2.º TABELIONATO DANILO

Reconheço a assinatura de Altino R. da C. Martinez e dou fé.
Tupã, 3 de maio de 1968
Em testemunho da verdade.



Selo rec. firma
pago por verba

5528

4 - Que; após ter solicitado do Encarregado da Contabilidade da extinta 7a. IR. do S.P.I., uma via da prestação em foco (Doc. Nº 5), anexa ao presente, fez juntada da referida, na defesa por escrito (Doc. Nº 4), endereçada aos Ilms. - Srs. Presidente e demais membros da Comissão de Processo Administrativo, Srs. José - Rodrigues de Oliveira Engº-Agrônomo, classe B-nível 21 (TC-101-21-B), Dr. João Ballin Neto Dr. Veterinário e Professor Sebastião Fazzolari, da 4a. (quarta) via, relativa a prestação de contas, correspondente ao suprimento fornecido em 06/12/65, inclusive com as respectivas notas fiscais, a qual se encontra nos autos do Processo Administrativo Nº 605/66 do Ministério da Agricultura.

5 - Que; para melhor elucidação de Vv.Ss., anexo ao presente instrumento de defesa, a 6a. (Sexta) via da prestação em apreço (Doc. Nº 6), fotocópia-anexa (fls.4743), dos autos do Processo Administrativo M.I. Nº 78/68.

6 - Que; por ocasião da conclusão da Comissão de Processo Administrativo, instaurado pela Portaria Nº 208, de 23 de Maio de 1.966 M.A., ficou patentizada a absolvição de indiciado nos autos, nos seguintes termos:

"COM RELAÇÃO AO INDICIADO LOURINALDO VALDEREYS RODRIGUES VELOSO, ESTÃO EXCLUIDOS OS PRESSUPOSTOS DA ACUSAÇÃO, POIS À APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTES DE APLICAÇÃO DA QUANTIA RECEBIDA, É O SUFICIENTE, PARA VERIFICAÇÃO DISSO A LEITURA DOS DOCUMENTOS DE FLS. 1475 USQUE 1498".

7 - Que; à acusação imposta ao indiciado no Processo Administrativo Nº 78/68.M.I. à Fls.2.597,4.733 e 4.743, coincide com a mesma do Processo nº605/66 M.A. do qual o Servidor LOURINALDO WALDEREYS RODRIGUES VELOSO, ficou isento de Culpa-bilidade conforme parecer final daquela Comissão, mencionado no item 6, do presente instrumento de defesa - crendo o indiciado haver já comprovado com elementos concretos a prestação de contas do suprimento de R\$ 100,00 (CEM CRUZEIROS NOVOS).

Isto posto, creio haver cumprido a determinação contida no Mandato de Citação acima referido, apresentando a Vv.Ss., os meus elevados protestos de apreço, aguardando a tão merecida JUSTIÇA.

Curitiba, Pr., em 02 de Maio de 1.968

Lourinaldo Waldereys Rodrigues Veloso
LOURINALDO WALDEREYS RODRIGUES VELOSO -
ENFERMEIRO AUXILIAR-NÍVEL 14.

EM TEMPO: Faço juntada da Portaria Nº 56, de 03/12/65, do Snr. Chefe da 7a. IR para comprovar as despesas de minha viagem do Rio Grande do Sul a Santa Catarina.

Reconheço a firma

Reconheço a firma Ubrod
Comunal de
Mulderius Rodrigues
Vitor

do que dou fé.

Ciba

Iron test:

Bib. M. 1. Dm. 190. 128

500,000 - 800,000



MINISTERIO DO INTERIOR

Dpc. 1
L. Veloso
5569
B. 10

Ilmo. Sr.

LOURINALDO WALDEREZ RODRIGUES VELOSO

Rua do Comércio

Tapejara

R.G. DO SUL

De ordem do Senhor Presidente da Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria nº 78, de 22 de março de 1968, do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, publicada no Diário Oficial da União, Seção I- Parte I, fls. 2 647, de 1º de abril de 1968, fica V.Sa. citado para, no prazo de 20 (vinte) dias, apresentar defesa escrita no Processo Administrativo a que responde neste Ministério, na forma do artigo 222 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Almota na forma do citado artigo ser-lhe-á dado vista dos autos do processo, nos dias úteis, das 8:30 às 11:30 e de 14:30 às 18:30 horas, na ante-sala do Gabinete do Senhor Ministro, situada na rua das Palmeiras, 55, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. O prazo referido começará a fluir a partir do dia 18 do corrente mês, inclusive.

Rio de Janeiro, Guanabara, 10.04.68.

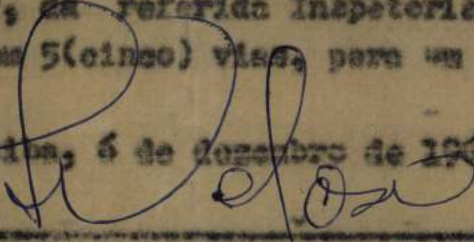
Beatriz Guimarães de Almeida
Beatriz Guimarães de Almeida
Secretaria da C.I.

Doc. No 2
5570
276
5568

Cr\$100.000

Recebi de Sr. JOSÉ FERNANDO DA CUNHA, Chefe da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios-Ministério / da Agricultura, a importância supra de Cr\$100.000(CEM MIL CRUZEROS), relativo ao suprimento que me foi fornecido à conta de RECURSOS PRÓPRIOS, fim atender necessidades de emergência no Posto Indígena "DUQUE DE CAXIAS", da referida Inspetoria. Para clareza, passo o presente recibo em 5(cinco) vias, para um só efeito.

Caritiba, 6 de dezembro de 1965


Lourinaldo W. Rodrigues Veloso
Enfermeiro auxiliar nível 3, e
Encarregado do Posto Duque de Caxias.

5571 Doc. nº 3
B92
Wefone
5569

= COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO =
= PORTARIA Nº 605/66 =

= MANDADO DE CITAÇÃO =

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO ,
ENGENHEIRO AGRÔNOMO CLASSE B-NÍVEL 21 (TC-101-21-B), JOSÉ RODRIGUES DE
OLIVEIRA, DESIGNADO PELA PORTARIA Nº 605/66 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
MINISTRO DE NEGÓCIOS DOS ESTADOS DA AGRICULTURA.-

M A N D O - AO SENHOR SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE PROCESSO AD-
MINISTRATIVO, AO QUAL ÊSTE É ENTREGUE QUE EM SEU CUMPRIMENTO, ESTANDO POR
MIM ASSINADO, C I T E, NO PÔSTO INDÍGENA "CACIQUE DOBLE", SITUADO NO MU-
NICÍPIO DE MACHADINO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, O ENFERMEIRO AUXILIAR
NÍVEL 8, LOURINALDO WALDEREYS RODRIGUES VELLOSO, PARA SOB PENA DE REVE-
LIA APRESENTAR DEFESA ESCRITA E REVOERER QUERENDO, A PRODUÇÃO DE PROVAS
QUE JULGAR NECESSÁRIAS DENTRO DO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, CONFORME DE-
TERMINA O PARÁGRAFO 1º DO ART. 222, DO ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLI-
COS CIVIS DA UNIÃO, POR TER SIDO INDICIADO ÀS PENAS DE IRREGULARIDADES/
PRATICADAS QUANDO NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES.

C U M P R A - S E, NA FORMA E SOB PENA DA LEI, CERTIFICANDO
O SECRETÁRIO, O DIA E HORA, BEM COMO O FATO DE ACEITAÇÃO OU RECUSA, POR
PARTE DO INDICIADO DA CONTRA-FÉ. DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE CURITI-
BA, NUMA DAS SALAS DA SEDE DA 7ª. INSPETORIA REGIONAL DO SERVIÇO DE PRO-
TEÇÃO AOS ÍNDIOS, ONDE ESTÁ INSTALADA A COMISSÃO, AOS VINTE DIAS DO MÊS
DE ABRIL DO ANO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E SETE, EU, Vivaldino
de Souza, SECRETÁRIO O DATILOGRAFEI E SUBSCREVI E QUE VAI AS-
SINADO PELO PRESIDENTE.

CURITIBA, 20 DE ABRIL DE 1967

José Rodrigues de Oliveira
JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA
PRESIDENTE



João Alberto Quintana
2º Tenente

A presente fotocópia e reprodução
fiel do documento apresentado neste
Cartório, nesta data,
Curitiba, 30 de abril de 1962

HEITOR STAMATO FILHO - OF. MAIOR
ELO MAINQUE - ESC. AUTORIZADO

5571

5573

Doc. 1000
Welson

Sr. Lourinaldo Waldereys Rodrigues Velloso,

Atendendo despacho contido no Processo IR7
449/67, do Sr. Chefe desta Regional, axarado em 15 do corren-
te, passo às mãos de V.S.A., a 4ª (quarta) via relativa a pre-
tação de contas na importância de NCr\$.100,00 (CEM CRUZEIROS
NOVOS), referente suprimento recebido à conta de Recursos Pró-
prios (Renda Indígena), em 06/12/65, do Ex-Chefe desta Regio-
nal, Sr. José Fernando da Cruz.-

Curitiba-Pr., em 15 de maio de 1.967.-

Elias Gonçalves da Costa

Elias Gonçalves da Costa
Encarregado da Contabilidade.-



de
Elias Gonçalves da
Costa
de que deu 2
de verificação
30 de 15 67



João Alberto Guimarães
2.º Tabelião

A presente fotocópia e reprodução fiel do documento apresentado neste Cartório, nesta data.

Curitiba, 30 de abril de 1968

HEITOR STAMATO FILHO - OF. MAIOR
ELÓ MAINGUÊ - ESC. AUTORIZADO

Gr\$ 100.000-

5574

6^a VIA

Bj6

Doc. n.º 6
L. Wilson

Prestação de contas que faz LOURNALDO WALDIRREYS RODRIGUES VELLOSO, Enfermeiro Auxiliar, nível 8 e Encarregado do Posto Indígena "DUQUE DE CAXIAS", da 7ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios-Ministério da Agricultura, relativo ao suprimento que me foi feito à conta de "RECURSOS PRÓPRIOS" (Renda Indígena), na importância de Gr\$.100.000- (Cem Mil Cruzminos), recebido em 06/12/65, a fim de custear despesas de emergência naquele Póind e mais despesas de transporte e manutenção da viatura "FORD-F1", ano 1.931, chapa oficial nº 9-12-SPF-Pr., motor nº F18X-18.501, pertencente a supracitada Inspeção, em viagem em objeto de serviço, desta Capital até o Posto Indígena "DUQUE DE CAXIAS", situado no Município de Ibirama-SC., a fim de assumir a direção do referido Posto, inclusive seguir posteriormente ao Póind "PAULINO DE ALMEIDA", Ex-LIGNEIRO, situado no Estado do Rio Grande do Sul, apenhar minha família e meus pertences, regressando ao Póind "DUQUE DE CAXIAS" via Curitiba, de conformidade com as notas abaixo discriminadas:

16-12-65-	Nota nº 9979-Pósto de gasolina Monte Carlo, de Carlos de Abreu Silva-Vassorões-Pr.Rodovia Curitiba-Joinville Km.55, ref. a 47,4 lts. de gasolina,.....	Gr\$. 7.400
16-12-65-	Nota nº 17725-Pósto de Serviços "B330", de Irmaões Corrêa Ltda., Joinville-SC, ref. a 45,2 lts. de gasolina,.....	Gr\$. 7.040
16-12-65-	Nota nº 20417- AUTO MECÂNICA, de Max Weiss, Ibirama-SC., ref. a 36,4 lts. de gasolina,.....	Gr\$. 6.450
19-12-65-	Nota nº 47334- Farmácia Müller Ltda., de Ivo Müller- Ibirama-SC., ref. a medicamentos p/o Pósto,.....	Gr\$. 5.000
19-12-65-	Nota nº 2343- Café e Bar Pérola, de Leuto Nascimento Machado-Ibirama-SC., ref. a aquisição de café p/ o Pósto,.....	Gr\$. 8.800
19-12-65-	Nota nº 31282- Comercial Campo Alto Ltda.-Campo Alto-Santa Cecília-SC., ref. a 47,8 lts. de gasolina,.....	Gr\$. 7.600
19-12-65-	Nota nº 46821,-Comercial de Veículos Rech Ltda.-Vacaria-RS., ref. a 35,4 lts. de gasolina,....	Gr\$. 5.400
22-12-65-	Nota nº 26236- Pósto B330, de Dias, Cavichioli & Cia. Ltda.- Tapejara-RS., ref. a 40,6 lts. de gasolina,.....	Gr\$. 6.700
22-12-65-	Nota nº 15716- Mecânica Tapejarense Ltda., Tapejara-RS., ref. a consertos da viatura 9-12,....	Gr\$. 3.270
22-12-65-	Nota nº 16291-Mecânica Agrícola Senanduva Ltda. Senanduva-RS., ref. a 0,30 cna. de manga p/ a viatura 9-12,.....	Gr\$. 500
	a transportar,.....	Gr\$. 58.250

5575
396

Transporte,.....	Cr\$. 58.250
23-12-65- Nota nº 0144-Oficina Mecânica, de Valério Apil- ler- Samandava-RS., ref. a consertos da vintu- ra 9-12,.....	Cr\$. 5.500
26-12-65- Nota nº 8346-Loja de Ferragens, de Alvaro Pra- taviara & Cia.-Getúlio Vargas-RS., ref. a aqui- sição de 18 mts. de corrente p/o pço de Poind "Duque de Caxias",.....	Cr\$. 2.500
29-12-65- Nota nº 189327- Posto Shell N.3, de Fátima, de C. Pessini-Vacaria-RS., ref. a 45,2 lts. de ga- solina,.....	Cr\$. 7.000
29-12-65- Nota nº 31561- Comercial Campo Alto Ltda.-Cam- po Alto-Santa Cecília-RS., ref. a 45,5 lts. de gasolina,.....	Cr\$. 7.300
29-12-65- Nota s/nº, ref. a conserto do capturador da vi- stura chapa nº 9-12, no local denominado Alto Cancinhas-RS.,.....	Cr\$. 2.610
30-12-65- Nota nº 2477-Fábrica de Molas "DUNEX" Ltda.-Cu- ritiba-Pr., ref. a 3 kgs. de aço p/ troca de molas da vistura nº 9-12,.....	Cr\$. 1.880
30-12-65- Nota nº 129- Auto Posto Pinheirinhos Ltda.-BR2 Km.8 Curitiba-Pr., ref. a mão de obra da troca de molas da vistura chapa nº 9-12,.....	Cr\$. 1.500
30-12-65- Nota nº 10124-Posto XV, de Rieke, Cabral Ltda. Curitiba-Pr., ref. a 20,1 lts. de gasolina,....	Cr\$. 3.100
30-12-65- Nota nº 10757-Posto de gasolina "MONTE CARLO" de Carlos de Abreu Silva- Vassouras-Pr. Rodo- via Curitiba-Joinville-Km. 55, ref. a 39,4 lts. de gasolina,.....	Cr\$. 6.140
07-01-66- Nota nº 2151-José Barbi-Ibirama-RS., ref. aqui- sição de 27 pedaços de cabo p/ índios de Poind "Duque de Caxias",.....	Cr\$. 3.800
SOMA TOTAL ,.....	Cr\$. 100.000

Importa a presente "Prestação de Contas", em -
Cr\$.100.000- (Cem mil cruzeiros), que dato e assine em 5 (cinco) vias
de igual teor e para um só efeito.

Posto Indígena "Duque de Caxias", 14 de janeiro de 1.966.-

Lourivaldo Waldereys Rodrigues Velloso
Lourivaldo Waldereys Rodrigues Velloso
Encarregado do Posto Indígena "Duque
de Caxias"

2º Tabelião

J. A. Guimarães

Heitor Samato F.
Esc. Aut.

Elô Mainque
Esc. Aut.

Rua Mal. Deodoro, 128
sobreloja - Fone 4-6977
Curitiba - Paraná

Reconheço a firma _____

*de Lourivaldo Wal-
dereys Rodrigues
Velloso*

do que dou fé.

Ctba., 215 / 1968

Em test.º " _____ " Verd.

5574 5576
Doc. 117
Lefor

Portaria N.º 30 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1.965

O Chefe da 7.ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei vigente,

RESOLVE, LOCALIZAR O ENFERMEIRO AUXILIAR NÍVEL C8 - LOURINALDO WALDEREIS RODRIGUES VELOSO DO QUADRO DE PESSOAL - PARTE PERMANENTE DÊSTE MINISTÉRIO, LOTADO NESTE SERVIÇO, COM EXERCÍCIO NO PÔSTO INDÍGENA "PAULINO DE ALMEIDA", SITUADO NO MUNICÍPIO DE TAPAJARA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO PÔSTO INDÍGENA "DUQUE DE CAXIAS", SITUADO NO MUNICÍPIO DE IDIRAMA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPA-SE.

João Fernando da Cruz
JOSE FERNANDO DA CRUZ
CHEFE DA INSPEÇÃO



João Alberto Guimarães
2.º Tabelião

A presente fotocópia e reprodução
fiel do documento apresentado neste
Cartório, nesta data.

Curitiba, 3 de maio de 1965

Heitor Stamato Filho

HEITOR STAMATO FILHO - OF. MAIOR
ELO MAINGUÊ - ESC. AUTORIZADO

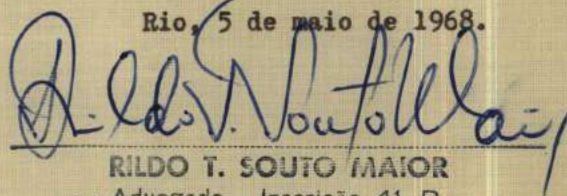
Exmo. Sr. Presidente da Comissão do Processo Administrativo Sôbre Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

NILO OLIVEIRA VELLOZO,
brasileiro, casado, funcionário público da União (cinetécnico, nível 12), por seu advogado e bastante procurador, citado que foi para responder ao Processo Administrativo em epígrafe, pede vênia para apresentar, em anexo, defesa às imputações que no mesmo lhe são formuladas, certo de que responde a tudo quanto se trouxe contra, do ponto de vista disciplinar e criminal, a longa atividade funcional de defendente, votada sempre aos superiores interesses da Administração e ao respeito à hierarquia.

REQUER, pois, a juntada das presentes razões, com seus documentos, protestando, desde já, pela apresentação de novos, assim como por todos os gêneros de prova em direito permitidos, ex-vi do artigo 103, II, da Constituição do Brasil.

P. Deferimento.

Rio, 5 de maio de 1968.



RILDO T. SOUTO MAIOR

Advogado - Inscrição 41 B

Rua Senador Dantas, 117

Conjunto 1.623 — Tel. 22-9598

Ilustrada Comissão!

A série de acusações trazidas contra o defendente após a instrução do presente processo administrativo parece buscar o enquadramento de sua conduta em limites compatíveis com as mais sérias sanções. O presente processo, sem dúvida, no que se refere ao defendente, extravasa, pela simples enunciação das imputações, a área tida stricto sensu como disciplinar, caracterizando efetivamente um processo administrativo criminal.

Esse fato traz implicações de grande importância para o próprio procedimento mandado instaurar pela Administração Pública; e, do mesmo modo, para as partes que processualmente nêle se defrontam.

É preciso encarar, antes de tudo, e acentuar, o caráter de parte, da Administração, no processo administrativo onde, segundo HERNÁNDEZ CORUJO, ela comparece "não como Poder, que corresponde ao Estado, mas como gestora dos interesses públicos", ressaltando-se, porém, que essa intervenção tem duplo caráter, pois a Administração aqui comparece também como órgão de decisão. (Cfr. PROCEDIMIENTOS ADMINISTRATIVOS, La Habana, 1955, pág. 13).

No Estado-de-direito o processo administrativo, sobretudo o processo administrativo criminal, existe para conter a discricionariedade da Administração nos limites da lei e dos princípios gerais de direito. Comparecendo como parte, ainda que igualmente como centro decisor, não pode o interesse da Administração prevalecer solitário do próprio limite que lhe impõe a legalidade.

Por isso que VILLAR Y ROMERO precisa a finalidade do processo jurídico administrativo nestes termos: "obter uma decisão concreta da Administração que individualize uma norma jurídica ou declare, reconheça ou proteja um direito, cuja afirmação se pede, quer pela pessoa interessada, quer pela própria Administração" (in Derecho Procesal Administrativo, pág. 16).

Ingressando, como o faz o presente processo em pleno regime constitucional, na faixa da imputação de atos criminosos ao defendente, forçosamente há de se informar, quanto a estes, nos princípios do direito penal, notadamente a irrefragabilidade da conduta típica — vislumbrada desde FEUERBACH com a sentença "nullum

A MATÉRIA DA ACUSAÇÃO

Contudo, a verdade é que, sendo o empenho papel com destinação caracterizada no Item 1 - Emitiu e assinou empenhos em recibos, como comprovação de despesa, os duplicatas com o mesmo número, visados por chefes diferentes (fls. 188, 189, 919).

Acrescente-se ainda que a acusação ocorrido em 1962, estaria prescrita qualquer apuração, extinta a punibilidade do

Quer-se insinuar com esta acusação ter o defendente, por algum modo, realizado aplicação irregular dos dinheiros públicos (artigo 207, VI, da Lei 1.711, de 28 de outubro de 1952), ou dado emprêgo irregular a verbas ou rendas públicas (artigo 315 do Código Penal).

O simples confronto, porém, da própria acusação, tal como enunciada, com o fato-tipo administrativo-penal, demonstra ineludivelmente que a conduta, dada como infratora, não se ajusta à espécie catalogada em lei.

Por outro lado, não há, no regime do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, regra meramente disciplinar infringida pelo defendente, face ao item acusatório.

Em verdade, empenho não pode figurar em prestações de contas como se recibo fôsse, uma vez que representa a retenção, no Tesouro Nacional, de determinada importância, para o pagamento de despesas a determinada entidade ou pessoa, quando aquelas venham a ser realizadas.

No caso, o empenho destinava-se à Estrada de Ferro Central do Brasil e tinha o valor de vinte mil cruzeiros velhos. O defendente assinou a primeira via e suas cópias. Pelos documentos deste processo, pode-se facilmente constatar ter o empenho o mesmo número, a mesma data e a mesma importância, por sua vez destinada à mesma empresa, a E.F.C.B.. Só esta poderia ser beneficiada. Não poderia, por outro lado, usufruir de maior importância, pois o empenho, como é cediço, especifica o valor exato a ser aplicado.

A prestação de contas respectiva só poderia ser realizada mediante fatura e quitação da E.F.C.B..

Quanto às assinaturas dos dois chefes da SA, na mesma data, escapam por inteiro à ~~mesma~~ ^{do defendente} responsabilidade, uma vez que o empenho é elaborado e processado pela própria SA. Solicitou o defendente acareação com os srs. Mota Cabral e Benedito Pimentel, autores dos vistos, como chefe e substituto da SA, pelo simples desejo de tudo esclarecer conveniente e amplamente.

so testemunho é absurdo, sabido que:

1º) Cildo Meireles foi realmente demitido do SPI, a bem do serviço público.

2º) A maioria dos que prestavam serviços eventuais — e a presença de Cildo Meireles era eventual e irregular no SPI — recebiam simplesmente por tais serviços, sem contrato.

De um modo ou de outro, não cabia à SASSI, a que pertencia o defendente ao tempo, saber quanto recebia e em que modalidade Cildo Meireles prestava serviços ao SPI.

Item 3 - Autorização para o recebimen
to da Granja Marta Rocha, ao
preço antigo, apesar de já
reajustado pelo próprio dire
tor (fls. 920, 3.230, 844,
896).

No pleno exercício do cargo de Diretor Substitu
to, nomeado que foi pelo então Ministro Hugo Leme (Portaria nº 128 de
18.2.65), determinou o defendente que fôsem recebidos os atrasados, e
só os atrasados, referentes ao arrendamento da Granja Marta Rocha, pro
videnciando-se, de imediato, um novo contrato, com reajustamento e a
tualização do preço do arrendamento.

Esse recebimento, entretanto, não foi realizado
ao tempo em que o defendente se encontrava no Posto. Exercia a chefia
da Inspetoria o sr. Alísio de Carvalho e o defendente, então, viajava
com ordem de serviço do Diretor, acompanhado de Walter Samari Prado.

Na verdade existia um grave problema em torno
do arrendamento da Granja Marta Rocha, exigindo solução: sem formalizar
nenhum reajustamento, o ex-Diretor, Coronel (hoje, General) Moacyr
Ribeiro Coêlho, aumentara unilateralmente o preço do arrendamento,
indicando uma data passada para início da incidência. Os tempos foram
passando, sem que o arrendatário pagasse os atrasados por um preço ou
outro nem a Inspetoria resolvesse o problema.

Determinando, como fez o defendente, o recebi
mento dos atrasados — pois, em verdade, não pode haver aumento, no
preço de arrendamento unilateral e com efeito retroativo, desde que
esse contrato é caracterizadamente bilateral e consensual — apenas
criei, objetivamente e sem demagogia, condições para um reajustamento
contratual e atualizado, como interessava à Administração.

Aqui, também, não resiste a acusação: não há im
fluência qualquer.

sar o reforçador, recurso químico empregado em tais situações, que re
duz a resistência ao uso e danifica o negativo.

5585
B/6

Diante disso, aproveitando contatos mantidos em São Paulo, durante a realização de um festival cinematográfico homenageando o Marechal Rondon, de que participou, o defendente tentou a sonorização do filme. Não encontrou, porém, ressonância o seu intento, porque "Funeral Borôro" não interessa comercialmente às empresas, nem atendia ao Decreto que disciplina os filmes nacionais de curta metragem, pelas cenas que contém.

Temendo a perda do negativo, pela deterioração natural do tempo e do uso, em 1965 o defendente providenciou uma cópia do mesmo, conforme prova documentalmente. Todo o material da filмотека do SPI foi conservado em Brasília, onde "Funeral Borôro", embora mudo, tinha grande aceitação no mundo cultural.

Para comprovar a inveracidade das denúncias, na documentação trazida pelo defendente encontra-se declaração firmada por pessoa altamente credenciada, o Professor Raimundo Nonato Pires dos Reis Eirado, da Coordenação de Ensino Médio da Prefeitura do Distrito Federal, em Brasília, onde o filme encontrava-se até 23 de abril de 1967, vindo a ser destruído no incêndio do Ministério da Agricultura, um mês e dias depois. (Docs. nos 2 e 2-A).

Todavia, no Museu do Índio do Estado da Guanabara, onde tanto tempo serviu o defendente, ficou um "copião", do qual poderá ser feito um contratipo lavander, a fim de recuperar o referido documentário.

Item 7 - Comprou, estranhamente, material de construção no Paraná e em Tupã, para empregá-lo no litoral de São Paulo, a 800 kms. de distância (fls. 941, 4.031, 1.483).

Há aqui uma insinuação de haver cometido, o defendente, ilícito administrativo-penal — aplicação irregular dos dinheiros públicos (Estatuto da União, art. 207, VIII) ou emprêgo irregular de verbas ou rendas públicas (art. 315 do Código Penal).

Mera insinuação, porém, porque no crime em questão tem o agente de dar aos fundos públicos aplicação diversa da determinada em lei.

Na construção da sede do Posto Carvalho Pinto (Serra Itariri, litoral de São Paulo), entretanto, empregou o defendente telhas da melhor qualidade, bem assim madeira adquirida em Tupã, São Paulo.

As telhas fabricadas no litoral são de péssima qualidade: seu barro deixa minar água durante as chuvas. O defendente constatou isto em diversas casas de japoneses que ali vivem. Por outro lado, a madeira comprada em Santos também vem de São Paulo ou do Paraná: a diferença é que se paga o frete ao negociante de Santos. Tendo-se, como no caso, material que dê para carregar um caminhão, madeira e telhas ficam mais baratas do que se compradas em Santos.

Aqui também ocorreria prescrição, acaso houvesse na acusação qualquer infração da parte do defendente.

Item 8 - Responsável pelo desvio de peças do Museu, no valor de Cr.\$ 280.000 e de Cr\$ 30.000, para comerciar artesanato indígena (fls. 941, 1.483).

A espécie, aqui, comporta a invocação preliminar, que se faz, da ocorrência de coisa julgada administrativa, em favor do defendente.

Com efeito, o Diretor do SPI, em 1958, mandou arquivar o processo que se instaurara para apurar tais acusações, tendo em vista a improcedência, julgada, das mesmas.

É que, em cumprimento ao disposto no artigo 8º do Decreto nº 10.652, de 16 de setembro de 1942 — antigo Regimento Interno do SPI — o defendente promoveu programas de difusão da vida indígena na TV-Tupi. Diz, realmente, o dispositivo invocado:

"A Seção de Estudos compete: i) promover a divulgação dos vários aspectos da vida indígena através de conferências ilustradas e exposições, despertando o interesse público pelo índio; j) cooperar com as universidades e colégios, fornecendo documentação e material ilustrativo para ensino.

E, naquele tempo, o defendente exercia justamente a chefia da SE.

Mais tarde, foi o defendente transferido para Brasília, sendo substituído na chefia da SE pelo sr. Josias Macedo. Recebeu, então, um expediente do Diretor do SPI, com uma relação de peças (de valor etnográfico nulo), as quais haviam ficado na TV-Tupi.

O defendente voltou imediatamente ao Rio, onde recolheu as mencionadas peças, tendo antes, no referido processo, se

5587
29/6

10

55-85-

prontificado a indenizá-las, autorizando ainda o sr. João Mello a adquirir-las na Praça Mauá, pois, como se disse, eram de valor etnográfico nulo e fabricadas pelos índios para turismo.

Diante dessas providências, da irrepreensível e ilibada conduta do defendente, o Sr. Diretor, julgando o processo, de terminou o seu arquivamento, como de direito.

As peças voltaram ao Museu, sendo certo que esses fatos, ainda que constituíssem qualquer irregularidade, também já estariam prescritos: não mais poderiam incriminar o defendente.

Assim também, a acusação referente aos Cr.\$.... 30.000, de que o defendente prestou contas há mais de dez anos atrás. A quantia foi efetivamente recebida do então Diretor do SPI, General José Luiz Guedes, quando foi criada a Seção de Vendas do Museu do Índio. Mas, como se disse, não só o defendente prestou contas da importância; deixou, na seção, valores bem maiores em material.

Na Seção de Vendas foi realizado interessante e importante trabalho, do qual se destaca o incentivo ao artesanato indígena. O defendente anexa fotos de Canelas recuperando peças da coleção do Museu do Índio em sua própria tribo. (Doc. nº 8).

Item 9 - Co-responsável com o indivíduo Santinho na exploração de índios no Pôsto Capitão Iakri, Bauru (fls. 1.565).

A essa acusação tem o defendente apenas a dizer: - esteve oficialmente no Pôsto Iakri três vezes: em 1942, filmando, e era então encarregado do referido Pôsto o sr. Érico Sampaio; em 1961, em função de uma sindicância; e em 1962, acompanhando o Diretor do SPI, ficando lá, novamente, para fazer uma sindicância. (V. docs. 9/14).

NÃO CONHECE NENHUM INDIVÍDUO COM O NOME DE SANTINHO E NÃO SABE COMO PODERIA, JUNTAMENTE COM ELE, EXPLORAR ÍNDIOS. O defendente nunca explorou índios nesse, ou em outro qualquer pôsto. ACEITA, E REQUER desde já qualquer acareação com quem quer que seja, para desmentir tamanha calúnia.

Item 10 - Retirou a Fazenda Carajá da jurisdição do Pôsto Getúlio Vargas ficando o novo Administrador subordinado diretamente a ele e colocou o sr. Idalino Luz, não funcio

-nário público, como Administrador da
mesma, pagando-lhe 3% da produção bo-
vina (fls. 1.583).

A vista de inquérito realizado no Posto Getúlio Vargas e do total abandono em que se encontrava a Fazenda Carajá, sem que ninguém tomasse providências, o defendente realmente propôs a contratação do sr. Idalino Luz, que embora não sendo servidor do SPI, é contudo merecedor de confiança e trabalhou na pacificação dos Xavantes durante oito anos.

Algumas irregularidades então existentes na Fazenda Carajá: morriam dezenas de bezerros por falta de assistência; vacas eram abatidas, até com crias; do gado abatido o melhor era tirado para os cachorros do então encarregado do Posto; 120 cabeças de gado foram vendidas irregularmente, dando origem a inquérito.

A minha proposta, limpa, honesta e, sobretudo, eficiente decorreu apenas do exato cumprimento do dever legal. Manda o Regimento do SPI (Decreto 52.668, de 11 de outubro de 1963) que o chefe da SASSI assim proceda, nestes termos:

"A Seção de Proteção e Assistência compete: V - propor a admissão de pessoal ou a contratação de serviços necessários à boa marcha dos trabalhos de proteção e assistência aos índios".

O projeto de expediente propondo ao sr. Diretor, Coronel Hamilton de Oliveira Castro, do SPI, foi elaborado pelo advogado da 8a. IR, Dr. Aroldo de Brito Guimarães, e encaminhado regularmente. Mandado pelo sr. Diretor à Seção do Patrimônio, chefiada, então, pelo sr. Luiz de França Pereira de Araújo, ficou o problema sem solução vários meses. O Diretor do SPI, entretanto, autorizou a permanência do sr. Idalino Luz na Fazenda.

Com o acidente automobilístico que vitimou o sr. Luiz Araújo, também Diretor Substituto do SPI, o defendente passou a responder pela Diretoria. Naquela oportunidade, recebeu uma correspondência do Serviço Nacional de Informações, solicitando informações sobre a presença do sr. Luiz Idalino na Fazenda Carajá. Tratando-se de assunto que dizia respeito ao defendente, preferiu este que o titular se pronunciasse a respeito. De volta do Rio, onde se encontrava, o sr. Diretor recebeu do defendente o referido expediente, endossando a escolha do sr. Idalino Luz.

5589
B9/b

12

~~5587~~

Ainda mais, o Sr. Diretor determinou ao sr. Luiz Araújo que pagasse parte dos vencimentos ao sr. Idalino Luz, em dinheiro, tendo em vista a demora na assinatura do contrato em exame. As informações aqui prestadas poderão ser confirmadas pelo Coronel Hamilton de Oliveira Castro, ex-Diretor do SPI.

Item 11 - Conivente na assinatura do contrato com a Igreja Evangélica em Tenente Portela para cessão de área sem a presença nem assinatura do contratante outorgado (fls. 4.110, 4.012).

Não houve conivência. O defendente testemunhou, e sòmente testemunhou, um contrato de cessão, assinado por Diretor do SPI, o Major Luiz Vinhas Neves — homem altamente credenciado na Casa Militar do então Presidente Castelo Branco.

Não há, in casu, qualquer infração, embora acredite o defendente que tôdas as missões pias, que possuam idoneidade e meios de ajudar os índios, moral e sanitariamente, devem ser estimuladas. Esse deve ser o papel da Seção de Assistência.

Item 12 - Construiu a casa da chefia do Posto Carvalho Pinto, em terras não pertencentes ao Patrimônio Indígena (fls. 4.110, 4.012).

A acusação é gratuita, injusta, sem provas.

A construção do Posto Carvalho Pinto é obra meritória, feita pela própria equipe do Museu do Índio — João Veríssimo, Bernardino, Victor Izidor Guedes e Ernani Luz — trabalhando das primeiras horas da manhã às 18 horas, diariamente.

Foi o Dr. Ciro Arantes, então Secretário da Agricultura do GOvêrno Carvalho Pinto, quem sugeriu o nome do Posto.

Todos êsses fatos da construção do Posto — honrosos para o defendente — não constituem infração administrativa, mas se constituíssem, estariam sob prescrição.

No litoral paulista existiam três postos indígenas: Rio Branco, Anchieta e Itariri, atual Gov. Carvalho Pinto. Existiam no papel, pois não dispunham de sede ou de qualquer outro benefi

ciamento que pudesse assinalar a presença do SPI na região. Os encarregados alugavam casa nas praias de Itariri ou Itanhaém e ali passavam a residir e perceber seus vencimentos, aguardando a aposentadoria.

Esta situação perdurou anos a fio, apesar de no Departamento de Terras de São Paulo tramitar processo, em que era solicitada a demarcação de glebas para os índios guaranis, que ali vivem imemorialmente. Esse processo registra diversos "bilhetes" do então Governador de São Paulo, Professor Jânio Quadros, apressando o seu andamento.

Enquanto isso, os exploradores de terras indígenas preparavam a marcha para a ocupação da Serra do Itariri, construindo ranchos e devastando matas para fazer carvão.

Urgia uma providência e esta me foi confiada, através de uma Ordem de Serviço Interna Reservada (nº 1), assinada pelo Coronel Tasso Vilar de Aquino, então Diretor do SPI. Em São Paulo, o defendente conseguiu do Departamento Florestal sustasse a derrubada de matas; e, depois de incidentes amplamente relatados, como a agressão a bala de um índio Maxacali, praticada por invasores, iniciou a construção da sede do Posto Carvalho Pinto, em terras indígenas, como são todas aquelas onde os mesmos habitam, de acordo com a Constituição do Brasil. (Cfr. art. 4º, IV, combinado com a art. 196).

Item 13 - Apontado por promover festas e bebedeiras no Posto Indígena Carvalho Pinto, chefiando caravanas numerosas (fls. 4.031).

A resposta se inclui no item acima (12), onde são narradas amplamente as atividades funcionais do defendente, prescritas, como se disse, para a pretensão punitiva, além do mais, seródia, atípica e desfundamentada. (V. também doc. nº 7).

Itens 14/15 - Recebeu do então Diretor do SPI a quantia de Cr.\$400.000 velhos para implantação do cultivo de bananas. Não fez o cultivo e apresentou fotografia do bananal adulto como se fôsse o próprio que deveria ser plantado no Posto Carva

lho Pinto (fls. 4.031).

.....
Com os Cr.\$ 400.000 que recebeu
no Pôsto Carvalho Pinto para a-
plicar no cultivo da banana, com
-prou quatro novilhas de vaca
para o Pôsto José Anchieta, mas
jamais estas chegaram ao desti-
no, constando haverem ficado em
poder de Itamar Simões, para
criá-las de meia em terra de in
dios (idem).

O defendente, neste caso, como em outros acima,
protesta por tôdas as provas em direito permitidas: a acareação com o
acusador, ou acusadores gratuitos, sobretudo.

Trata-se de inverdade, de calúnia. Há crime, a
qui, mas contra o defendente.

Invoca-se, particularmente, o testemunho dos
chefes do defentente, Diretores de então, no SPI: os Generais José Lu
iz Guedes e Tasso Vilar de Aquino, ambos residentes no Rio.

Item 16 - Co-responsável pelo Regis-
tro na Diretoria de Rotas
Aéreas do campo de construí
-do por aventureiros e re-
gistrado em nome do SPI, lo
-calizado no Território Ron
dônia (fls. 4.097, 4.099,
4.144).

É totalmente falsa a denúncia.

Quando o defendente estêve em Rondônia, no Igarapé Floresta, fê-lo em caráter oficial, com Ordem de Serviço assinada pelo Cel. Hamilton de Oliveira Castro, ex-Diretor do SPI. Depois de entrar em contato com o sr. Governador do Território, este determinou que o Delegado de Polícia local acompanhasse o defendente.

De volta, o defendente entregou ao Diretor do SPI minucioso relatório de viagem e inspeção, contendo tôdas as providências tomadas.

O campo de pouso de que trata a denúncia foi
construído pelo sr. Plínio Benfica, a quem conheci somente em Rondônia, sabendo então, pelo chefe da Inspetoria, existit entre o mesmo e

o SPI um convênio para a exploração de cassiterita.

Conforme informou minuciosamente à época, constatou o defendente que as terras objeto do convênio eram habitadas por índios hostís. Em três dias de incursão pela mata, acompanhado de dois índios civilizados e o servidor Cornélio, que lá se encontravam em trabalhos de atração, o defendente fotografou trinta sinais de presença de índios na região, como sejam, esperas, malocas de caça, abertura de trilhas, restos de mel com árvores caídas, etc.. Em face disso, no relatório, pediu o defendente a interdição de qualquer trabalho na região, até a pacificação total dos Araras e Paaca-Novas.

Em ordem de serviço à Inspetoria o defendente determinou que os índios fôssem recolhidos, juntamente com o servidor citado, por falta absoluta de garantias, uma vez que de um lado do Igarapé se encontravam os homens do sr. Plínio Benfica e do outro lado os mineradores do sr. Flodualdo Pontes Pinto.

Tudo fêz, o defendente, nos limites dos poderes e instruções da ordem de serviço, que o autorizava inclusive a transferir pessoal da IR.

Sobre tais problemas manteve êle contatos com o Governador do Território, o Chefe de Polícia, o Delegado de Polícia e com o Coronel Weber, Comandante do 5º BEC, a quem entregou cópia do relatório acima citado, tendo em vista o seu interesse na solução dos problemas indígenas na região.

Enfim, o defendente jamais entrou em contato em Rondônia, ou em outro qualquer local, com a Diretoria de Rotas Aéreas sobre êsse, ou outro qualquer campo de pouso.

Item 17 - Utilizava peças do Museu do Índio em propaganda de televisão (fls. 1.484).

A TV-Tupi promoveu, durante um ano e meio, programa intitulado "Aventuras no Inferno Verde". O referido programa ia ao ar independente de patrocínio, contando com um excelente elenco — Norma Blum, Paulete Silva, Carlos Copa, Artur Farias, Eduardo Sidnei, Suely Franco. Rodado em video-tape divulgava vários aspectos da vida indígena por quase todo o Brasil.

O defendente colaborou com êsse programa, cumprindo dever legal imposto pelo Decreto nº 10.652, de 16.10.42, antes citado. Mas colaborou sempre sem prejuízos para o Museu do Índio, que se deve ter em conta como um museu do índio vivo.

A simples conservação das peças do Museu, guar-

dadas, é um erro, violenta as próprias finalidades da Seção de Estudos, nos termos do Decreto 10.652.

O defendente pode indicar, ainda, a colaboração do Museu do Índio com o Ministério das Relações Exteriores para a Exposição Internacional de Bruxelas, através do Ministro Wladimir Murinho. As coleções então exibidas no Exterior voltaram completas e até acrescidas de uma Carajá, doação do Itamarati.

Item 18 - Emitiu cheque ao portador contra a Agência do Banco do Brasil S/A, em Cuiabá, quando ali se encontrava, o mesmo acontecendo em Pôrto Velho (fls. 1.551).

O defendente depôs perante a Comissão de Inquérito, através do Of. 214, de 20 de outubro de 1967, encaminhado àquela Comissão. Junta-se nova cópia do ofício, que esclarece inteiramente o assunto. (Doc. nº 4).

Item 19 - Não prestação de contas de NCr.\$ 6.500,00, recebidos do Coronel Hamilton de Oliveira Castro, que alega des-truída no incêndio (fls... 1.551, 4.692).

O ofício nº 2.743, de 22 de novembro de 1967, encaminhando a Portaria 0363, de 21 de abril de 1967, que relaxa prisão administrativa do defendente pela regular prestação de contas, esclarece totalmente o problema. Por isso, é trazido novamente a este processo. (Doc. nº 5).

Item 20 - A importância de NCr.\$.....

- Responsável pela não prestação de contas do adiantamento de NCr.\$.	A	A	11.500,00 corresponde a NCr.\$ 6.500,00, de que o de
11.500,00, correspon -	A	R	-fendente prestou contas a-
dente ao TC-23018/67	C	E	través do Gabinete do Sr.
(fls. 4.695).	U	S	Ministro do Interior (ver i
	S	P	-tem 19) e NCr.\$ 5.000,00 ,
	A	O	cuya prestação de contas foi
	C	S	feita diretamente ao Tribu-
	Ã	T	nal de Contas, dando-se ci-
	O	A	ência à Comissão de Inquéri
			to (documentos anexos).

(Docs. nºs 6 e 6A)

Doc. no 1

5592

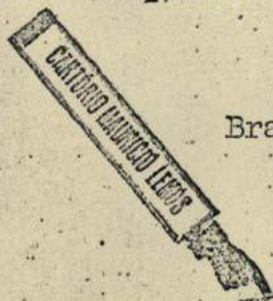
5594

B2A

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro, a bem da verdade, que durante o período em que chefei o Serviço de Repressão ao Tráfico de Pessoas do Departamento de Polícia Federal, tive a oportunidade de manter vários contatos com o Snr. Nilo Oliveira Vellozo, ex-chefe da Seção de Proteção e Assistência aos Índios, do Serviço de Proteção aos Índios, face às atividades do setor que estava sob a minha responsabilidade, mantendo o mesmo constante e efetiva colaboração com este Departamento, visando sempre trazer ao meu conhecimento as mais variadas formas de irregularidades que ocasionalmente ocorriam naquela dependência do Ministério da Agricultura, inclusive crimes praticados contra os índios, como sejam, invasões de terra de propriedades dos silvícolas, expulsão dos mesmos por alguns civilizados, crimes de homicídios, lesões, abusos contra a moral dos referidos indígenas, podendo ainda salientar que até problemas de segurança nacional foi trazido ao meu conhecimento, face à suspeita de determinadas missões religiosas estarem operando no interior do país.

Brasília, 24 de abril de 1.968



Hilton Brandão
HILTON BRANDÃO
Delegado de Polícia Federal.

Assis Abadia Assunção
da verdade

2.º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. DJÊTA MEDCROS

Deacôrdo com o art. 2.º do D. Lei 2.143, de 1954, ()
autêntico esta cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando esta

Certificado em público e raso.

Brasília, 26 de 4 de 196 R.

Em testemunho da verdade

DORIVAL NOCE
TABELIÃO SUBSTITUTO



PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

COORDENAÇÃO DE ENSINO MÉDIO

GINÁSIO DE SOBRADINHO

N.º _____

Brasília,



DECLARAÇÃO

Declaro que abtive por empréstimo do Serviço de Proteção dos Índies, através e então chefe daquele serviço, Sr. Nilo Oliveira Velloze, de janeiro a 23 de abril de 1967, para fins de utilização no Curso de Férias para Professôres de Ensino Médio, promovido pela Coordenação de Ensino Médio em fevereiro daquele ano, e no Ginásio de Sobradinho (estudo da Etnia brasileira), os filmes/seguintes:

Brasil desconhecido.

Funeral Berôre.

As mencionadas películas foram cedidas à professora Iair Eirado, membro do Corpo Docente do Ginásio, àquela época e titular da cadeira de História de Brasil, no curso de Férias citado, tendo realizado duas projeções planejadas e debatidas pelos participantes do Curso.

Na mesma ocasião, para fins de uso como material didático no curso de férias, contamos com a valiosa celebração de Sr. Nilo Velloze, que emprestou farto material etnográfico utilizado durante as aulas relativas ao Índio brasileiro. Esse material foi devolvido ao S.P.I. na mesma data, 23 de abril.

Por esse motivo, e pela fineza de trato e boa vontade com que nos atendeu, só nos resta apresentar louveres e agradecimentos ao Sr. Nilo de Oliveira Velloze que, na função de Chefe do S.P.I., àquela tempo, emprestou valiosa e instimável colaboração ao Ensino em Brasília.

Brasília, 4 de março de 1968.

Reconheço a(s) firma(s): SUPRA
N.º _____
RITRO

indicada, Em 10 de 10
Sobradinho, 27 de 9 de 68

assinatura autorizada

2.255-1



Raimundo Nenato Pires dos Reis Eirado
Diretor do Ginásio de Sobradinho

100.000/12/67

DECLARAÇÃO

Declaro que ativei por empréstimo de Serviço de Proteção das Índias, através e antes chefe daquela serviço, Sr. Nilo de Oliveira Vellozo, de Janeiro a 23 de abril de 1967, para fins de verificação no Curso de Letras para Professores de Ensino Médio, curso de Pós Graduação de Ensino Médio em fevereiro daquele ano, no Ginásio de Sobradinho (então de Ensino Primário), as filhas



De acordo com o art. 2.º do Decreto-Lei nº 2148 de 25 de Abril de 1949, autentico esta fotocópia, a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

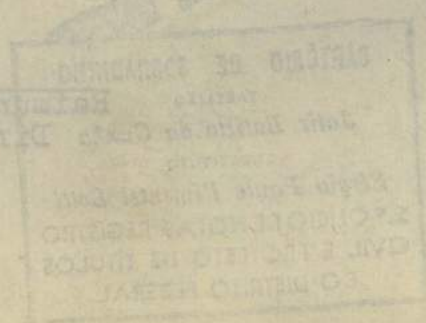
E por ser verdade, dou fé, assinando esta certidão em público

em 23 de 1967

Em testemunho da verdade

[Handwritten signature]

Brasília, 4 de março de 1968.



RUA ALVARO RAMOS, 71

TEL. 46-4080 - BOTAFOGO

Inscrição N.º 165.449

LIDER CINEMATOGRAFICA

ESTÚDIOS E LABORATÓRIOS LTDA. - MATRIZ

RIO DE JANEIRO - CB

NOTA FISCAL - 4.ª VIA
DE SERVIÇO LABORATÓRIO
EXTRAIDA EM 4 VIAS

Doc. No 2-17
N.º 31227

Remete a *Vila Olímpica* Laboratório Técnico N.º 12 A. B. R. de da Seção de Integração e Assistência de Serviço de
Estabelecido(s) à rua *Exatidão* nos *Indies*

Moda *Exatidão* da Venda Transportado por *Estado* de *dezen* de 1964 As seguintes mercadorias:

Pês	SERVIÇO	TÍTULO DO FILME	Preço Unit. CRS	TOTAL CRS
3627	Cópia	<i>Portas Desconhecidas</i>	4000	145 080,00
3207	Contratipo pauero	<i>Exatidão da Louissao Boudou</i>	10500	336 735,00
3184	Cópia		4000	127 360,00
1610	Contratipo pauero	<i>Reportagens</i>	10500	169 050,00
1604	Cópia	"	4000	64 160,00

ORDEM DE SERVIÇO N.º 2824218211

As mercadorias acima seguem nos seguintes volumes:

Marca	Números	Quant.	ESPÉCIE	BRUTO	LÍQUIDO	PÊSO
-------	---------	--------	---------	-------	---------	------

Instituto do Imposto sobre vendas e con-
signações, de acordo com o art. 6.º do
decreto n.º 789, de 28-12-61, combina-
do com o art. 3.º do decreto n.º 13.893,
de 5-5-1958.

Total desta Nota 84238500

NÃO VALE COMO RECIBO

Recebi (emos) o material constante da Nota Fiscal
Ass. *Auto Anvisa*

DECLARAÇÃO

Declaramos que a cópia enumerada como -Reportagem-, se refere ao filme " FUNERAL BORORO ", que encontrava-se em fase de montagem e copião, razão pela qual não constou seu título na Nota Fiscal Nº 31.227 de 28 de Dezembro de 1964.

Rio de Janeiro, 3 de Abril de 1968.

"LIDER CINEMATOGRAFICA"
ESTÚDIOS E LABORATÓRIOS LTDA.

Antonio Alves Ferreira

15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS)
TABELIÃO:
Dra. CARMEN COELHO
SUBSTITUTO:
ARTHUR LAVIGNE JUNIOR
AUTORIZADO:
LUIZ CAMPOS FIDELIS
MANOEL PEREIRA
Rua da Assembléia, 36
Tels.: 31-0881 - 31-0872
RIO DE JANEIRO
GUANABARA

Reconheço a firma

Augusto
Alves

Rio de Janeiro, 03/04/68

Em test.

de verdade

5.597/96 55-95-
Item 21 - Incontinência pública e escandalosa (fls. 920, 891, 894, 899, 900, 1483, 1484).

As acusações em que se baseiam o presente item são inteiramente falsas, em que pese a sua gravidade.

Gratuitamente, sem nenhuma prova, Fernando Cruz e Josias Macêdo, difamando e caluniando, referem-se a suposto flagrante de escândalo, em 1959, entre o defendente e uma certa D. Cristina.

Não há um servidor do Museu que confirme a soez acusação, de fato aliás prescrito, pois situado por seus pregoeiros nove anos atrás. O então Diretor do SPI, General José Luiz Guedes deve ser ouvido sobre o assunto.

Estranhamente, quer-se agora, também, após 26 anos de trabalho e dedicação do defendente, relacioná-lo a novelas e escândalos com D. Cerise Machado, dada como sua amante. Mais novelesco ainda é que a mesma senhora é apontada, igualmente, como amante do Major Vinhas e do Sargento Elu.

Incontinência pública e escandalosa é tipo administrativo-penal equiparável ao ultraje público ao pudor, sendo certo que o simples fato de ter² espôsa do defendente procurado a referida senhora, em face de telefonemas anônimos, não se ajusta à descrição que se insere tècnicamente na norma jurídica.

Leve-se em conta ainda que ao tempo trabalhavam na seção chefiada pelo defendente seu filho, nora, irmão e sobrinho. Seu gabinete não tinha porta, era dividido por um simples armário.

Incontinência pública e escandalosa é conduta típica, continuada, ofensiva aos costumes e à moralidade média da comunidade — incompatível com os elogios que constam da ficha funcional do defendente, como o da Portaria nº 62, de 20.5.68, do Diretor do SPI, ou com os documentos que traz na presente sobre a sua irrepreensível conduta e moral no ambiente em que vive e trabalha. (Doc. nos 15 e 16).

Por todo exposto é que se espera a absolvição do defendente, pela inexistência de infração nos fatos apontados, ou pela ausência de responsabilidade do defendente nos mesmos.

Desse modo, no despacho
fls. 313 e emendas com
hemisfério qd do
outonai

JUSTIÇA.

Rildo T. Souto Maior

RILDO T. SOUTO MAIOR

Advogado - Inscrição 41 B

Rua Senador Dantas, 117

Conjunto 1.623 — Tel. 22-9598

5598 5596
BPA

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, NILO OLIVEIRA VELLOZO, brasileiro, casado, funcionário público federal, nomeia e constitui seus bastantes procuradores aos advogados RILTO TAVARES SOUTO MAIOR, inscrição OAB-GB nº 41-B, e MARCOS HEUSI NETTO, inscrição OAB-DF nº 311, outorgando-lhes os poderes da cláusula ad judicium, para o fôro em geral, especialmente para defendê-lo em processo administrativo contra o outorgante instaurado no Serviço de Proteção aos Índios, Ministério do Interior.

Rio, 6 de maio de 1968.

Nilo Oliveira Vellozo.

MARTÓRIO BALBINO
22.º Ofício de Notas
TABELIÃO
Dr. EDVARD C. BALBINO
SUBSTITUTO
DR. NEY RIBEIRO
1.º AUTORIZADO
Pedro Joaquim da Silva
2.º AUTORIZADO
José Maria Guilherme
R. Sen. Dantas, 84 - C. Fundos e
Av. 13 de Maio, 23, Galeria de Ed. Barão
Rio - Guanabara - Brasil

Reconheço a firma

[Signature]

Rio de Janeiro, 6 MAI, 68

Em test.: *[Signature]* da verdade.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Doc. nº 3 5599
5597

Em, 17 de agosto de 1967

r. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

Considerando que nossos índios encontram-se em extrema precária
ade de assistência, centenas portadores de tuberculose, e outras molé-
cias muitas vezes provenientes da sua nutrição.

Considerando que recebemos quase que diariamente índios na mais
extrema miséria, sem termos sequer condições de alimenta-los.

Considerando que nossas escolas vivem sem condições mínimas de
ministrar os seus deveres, para com a grande população infantil.

Considerando que este SPI não conseguiu a aprovação da tabela
numérica para pagamento de assalariados.

Considerando que a constituição em seu artigo diz:

" É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que
habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos
recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes".

Proibindo o emprego da renda indígena, em outras finalidades.

Considerando que a Seção de Proteção e Assistência não dispõe
de recursos por mínimos que sejam para executar o que lhe compete.

Encareço sejam suspensos os assalariados nesta sede, enquanto
não tivermos condições de paga-los por outra fonte de renda, que não afe-
te a assistência aos nossos índios.

Lembro a V.Sa., que a prática de pagamento de assalariados com
a renda do índio foi instituída na administração passada, dando péssimo /
resultado.

Quando da gestão do General José Luiz Guedes, e dos que o ~~sua~~ ^{antec-}
deram, foi totalmente proibido tal pratica.

Creio que o momento é exato para a medida que saneará uma prá-
tica prejudicial aos nossos tutelados.

Atenciosamente

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
M. V. S. S.
Chefe da SASSI

Doc. no 4

5600 5598
398

OF 214

20, outubro de 1967

: Sr. Nilo Oliveira Vellozo

: Dr. Jader de Figueiredo Correia, DD. Presidente da Comissão de Inquérito do Ministério do Interior

: Esclarecimento presta

Sr. Presidente

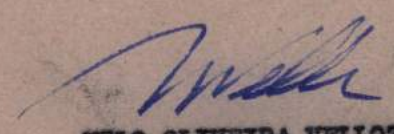
Tenho a honra de transmitir a Vossa Senhoria o esclarecimento devido quanto a existência de pagamentos nos Extratos de Contas do Banco do Brasil, em Porto Velho, T. Rondonia e Extrato de Contas do Banco do Brasil, em Cuiabá, Mato Grosso, serem lançados no mesmo dia, ou seja 22 de Dezembro de 1966.

Prende-se a coincidência ao fato de que o lançamento é processado em virtude da movimentação financeira, e não se prende a data da emissão do Cheque, e sim do seu resgate.

Obtive esta informação esclarecedora, no próprio Banco do Brasil, em Brasília, na Seção de Poderes Públicos, com o Dr. João Luiz;

Transmito ainda a Vossa Senhoria, às seguintes cópias: (2) M/M nºs 23 e 24, = 4(quatro) Tel. 213 de 1/9/67 = 137 de 7/8/67 = 200 de 29/8/67- e 24 DI = 23-6-67, os quais, creio, demonstram o quanto me preocupou e preocupa a responsabilidade que me fora conferida.

Aproveito o ensejo para apresentar protestos de alta consideração e apreço.


NILO OLIVEIRA VELLOZO

Doc. nº 5

5601 ~~5599~~
B96



MINISTÉRIO DO INTERIOR

OFÍCIO Nº - 2473

/DA Rio de Janeiro, GE 22 NOV 1967

J. B. Cavalcanti de Melo
JOÃO BATISTA CAVALCANTI DE MELO
Chefe da Secretaria do Gab - Brasília



Senhor Diretor-Geral

Encaminho a V. Sa. as matérias anexas para publicação na Seção I - Parte I do Diário Oficial da União, do interesse deste Ministério, constando dos textos integrais das Portarias nºs 363 e 364, ambas datadas de 21 de novembro de 1967, baixadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro.


Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Sa. meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Americo Santiago
Diretor-Geral do D. A.

Ilustríssimo Senhor
Doutor - ALBERTO DE BRITTO PEREIRA
MD. Diretor-Geral do Departamento de
Imprensa Nacional

SMM/imsb.

5602 ~~5600~~
396


JOÃO BATISTA CAVALCANTI DE MELO
Chefe da Secretaria do Gab - Brasília



PORTARIA Nº

6563

21 NOV 1967

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964 e o Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1964, combinados com os artigos 39 e 209 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e

Considerando os termos da Portaria nº 291, de 19 de outubro de 1967;

Considerando que as medidas determinadas na referida Portaria tinham como finalidade a salvaguarda de maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que os documentos (extratos de conta bancária e segundas vias e fotocópias autenticadas de documentos de despesas) apresentados pelo paciente e constantes do processo nº MI-9535/67 constituem suficiente prova, ainda que sujeita a julgamento posterior quanto à legalidade, da aplicação de parte do suprimimento recebido;

Considerando que, com relação às despesas para as quais o paciente não conseguiu obter comprovante, no montante de NCr\$ 162,93 (Cento e sessenta e dois cruzeiros novos e noventa e três centavos), foi apresentada caução, pelo cheque nº 850.031, contra o Banco do Brasil e

João
JOÃO BATISTA CAVALCANTI DE MELO
Chefe da Secretaria do Gab - Brasília



~~6001~~
5603
BJA

a favor do Tesouro Nacional e igualmente anexado ao já aludido processo nº MI - 9 535/67;

Considerando que, por tudo isso, cessou o motivo determinante da prisão administrativa decretada,

RESOLVE

Art. 1º - Ordenar o relaxamento da prisão administrativa de NILO DE OLIVEIRA VELLOZO, Cinetécnico nível 12, lotado na Administração Central do Serviço de Proteção aos Índios, em Brasília - DF, determinada pela Portaria nº 6391, de 10 de outubro de 1967.

Art. 2º - Ordenar a expedição do necessário expediente à autoridade policial sob cuja guarda se acha o paciente, determinando o cumprimento da presente medida, dando-se ciência da decisão à competente instância judiciária.

O original foi enviado pelo Senhor Ministro

Afonso Augusto de Albuquerque Lima

Doc. nº 6-A 5605/34
~~5603~~

Of. nº

- Chefe da Seção de Proteção e Assistência do S.P.I.
- Nilo Oliveira Vallozo - Cinetécnico nível 12-4.
- Exmo Sr. Presidente do Excmo Tribunal de Contas da União.
- Comprovação de suprimento recebido do Sr. Cel. Hamilton de Oliveira Castro, ex-Diretor do S.P.I. cuja comprovação negativa recebeu o nº 23.014/67 - 2ª. D.T.C.

Transmite a V. Exa. 40 (quarenta) documentos que constituem Prestação de Contas, de suprimento por mim recebido do Sr. Cel. Hamilton de Oliveira Castro, ex-Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros velhos), à conta Categoria Econômica - Sal. A. O - Encargos Diversos 10,00 - Assistência Econômica digo - Assistência Social, constante do Orçamento da União, Lei nº 4.900 de 10 de dezembro de 1966, conforme cheque nº 284657, depositado em posturas públicas em Brasília em 19/3/66.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. respeitosos cumprimentos.

NILO DE OLIVEIRA VALLOZO

- SEÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA (SASSI)

ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL

Foi realizado, em Brasília, no mês de fevereiro último, o Curso de Preparação de Professores do SPI, em que participaram funcionários deste Serviço, procedentes de várias regiões do país.

O Curso referido resultou de Acôrdos existentes entre este Serviço, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário e o Ministério da Educação e Cultura.

O objetivo principal do Curso, foi de preparar os professores do SPI, no sentido de ministrarem aos alunos indígenas ensinamentos rurais. Portanto, visou o Curso, também, através dos professores do SPI, modificar as escolas atuais, de simples alfabetizadoras em sua grande maioria, em escolas rurais, que poderão melhor ajudar as comunidades indígenas no seu desenvolvimento.

Lecionaram no Curso:

- Maria Torres: NUTRIÇÃO E PREPARO DE ALIMENTOS
- Vera Maria Romeiro: HIGIENE RURAL;
- Isis Marta do Amaral-ADMINISTRAÇÃO E ARRANJOS DO LAR;
- TEREZINHA DE JESUS PESSOA: TÉCNICAS DE AUDIO-VISUAIS E COMUNICAÇÕES;
- Antônio Serralvo Sobrinho: PRÁTICAS DE ENSINO
- Maria Helena Mont Serrat-PSCICOLOGIA DA CRIANÇA.
- Maria Luiza Braga: ORGANIZAÇÃO DE CLUBES AGRÍCOLAS.
- Dr. João Leão da Mota: PRIMEIROS SOCORROS
- Francisco Quirino de Moraes-PRÁTICAS AGRO-PECUÁRIAS;
- Zuzi Piedade Botelho: RECREAÇÃO ORIENTADA e
- Dr. Geraldo Rocha: COOPERATIVISMO ESCOLAR.

Além destas aulas, foram realizadas diversas palestras, proferidas por:

Professôras Maria Melo, Diretora do Ensino Primário de Brasília; Professor Rubem de Oliveira, Diretoria do Ensino/Comercial do MEC e professor Flávio Ferrari, do mesmo órgão; Dr. Flávio Carvalho Filho, do MEC; professor Paulo Barbosa, Diretor do Ensino Médio da Prefeitura do Distrito Federal; Dr. Exequias Alves, Engenheiro Agrônomo do Ministério da Agricultura.

ASSISTÊNCIA EDUCACIONALINICIADO O CURSO DE
PREPARAÇÃO DE PROFES
SÔRAS(AS) DO SPI.-

Iniciou-se, no dia 7 do mês corrente, nesta Capital, o Curso de Preparação de Professôres (as) do SPI, em cumprimento ao Acôrdo / existente, entre este órgão, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e o Departamento de Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Cultura.

Participam do Curso, 14 professôres (as), entre os quais encontram-se cinco índios Terena, do Estado de Mato Grosso.

A aula inaugural foi dada pelo prof. Leobons, representante do Diretor do Departamento de Ensino Industrial, prof. Armando Hildebrand.

Entre os vários ensinamentos que estão sendo ministrados na Escola de Economia Doméstica, em Brasília, pertencente a SEAV, destacou-se a palestra da prof. MARIA MELO, Diretora do Ensino Elementar/proferida ao corpo docente do SPI, sôbre o tema "Integração do Índio Brasileiro na Comunidade".

A coordenação do Curso está sendo feita pelo Sr. Nilo Vellozo Chefe da SASSI, e pelas professôras ODETE MACIEL e SILVIA, ambas da SEAV.

.....

Nilo Vellozo

5609 3
Bj 5608

Será realizado, neste mês, em Brasília, Distrito Federal, CURSO DE PREPARAÇÃO DOS PROFESSORES DO SPI, em cumprimento ao Acôrdo existente entre o Serviço de Proteção aos Índios e a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária, deste Ministério.

Participarão do CURSO programado, como seus frequentadores, em aprendizado intensivo, os seguintes professores(as) do Serviço de Proteção aos Índios:

WALDEMIR MACIEL DA SILVA -3a. Inspetoria Regional
RAIMUNDO PEREIRA SOBRINHO -3a. Inspetoria Regional
SUNILY BOND -3a. Inspetoria Regional
TAPONIRA RAMOS WANDERLEY -4a. Inspetoria Regional
JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS FILHO -4a. Inspetoria Regional
MARIA DE LOURDES BORGES DE ALBUQUERQUE -4a. Insp. Regional
VERÔNICA MARIA DOS SANTOS -4a. Inspetoria Regional
IVANIRA DA ROCHA MELO -4a. Inspetoria Regional
Terezinha WANDERLEY -4a. Inspetoria Regional
JOANA CORREIA GULBES -4a. Inspetoria Regional
CINCO ÍNDIOS TIRINA -5a. Inspetoria Regional
VILMA RIBEIRO TOCANTINS -6a. Inspetoria Regional
LUCY SOARES SILVA -6a. Inspetoria Regional
CELESTINA BRAGA -7a. Inspetoria Regional

No próximo número do Boletim Interno, daremos detalhes sobre o assunto.

[Handwritten signature]

5610
394
213602

4

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SEGUNDA PARTE : ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRAÇÃO

SASSI - SEÇÃO DE PROTEÇÃO e ASSISTÊNCIA

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA

-Estão sendo adquiridos medicamentos que serão enviados à todos os Postos Indígenas, de conformidade com os critérios adotados pela SASSI, através de seu Setor Médico.

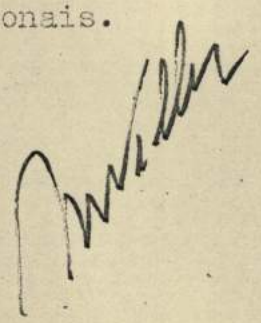
Assim sendo, os trabalhos da organização das FARMÁCIAS PADRÕES serão organizadas, partindo-se do princípio que todos os Postos Indígenas deverão ser aparelhados com remédios suficientes para o atendimento das populações indígenas. Por outro lado, serão levados em consideração, os índices demográficos das comunidades indígenas, e também, a incidência de determinadas moléstias nas diversas regiões onde se atua o SPI.

ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL

-A SASSI está preocupada com o tipo de escola existente na maioria dos Postos Indígenas que prestam aos índios assistência educacional. Estudos feitos, baseados, inclusive, em dados fornecidos pelas Inspetorias Regionais, indicam, que as Escolas Alfabetizadoras não satisfazem as necessidades educacionais dos silvícolas.

Visando transformar as atuais Escolas Alfabetizadoras em Rurais e Artizanais, serão organizados Cursos de Preparação de Professores do SPI, a serem realizados a partir de janeiro do próximo ano, contando esta repartição, com a colaboração da SEAV, deste Ministério.

Na realidade, chegou-se à conclusão de que pouco adianta o aparelhamento das Escolas, sem a adaptação de seus professores às novas diretrizes educacionais.



SEGUNDA PARTE: ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

- S A S S I - SEÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA

ASSISTÊNCIA MÉDICO. - SANITÁRIA

= LUTA CONTRA A TUBERCULOSE=

= NA 5ª ININD=

=Publicamos, na íntegra, o relatório apresentado ao Sr. Diretor do SPI, através do Sr. Chefe da SASSI, do Dr. JOÃO - LEÃO DA MOTA, responsável pelo Setor Médico, referente a recente / viagem que efetuou à Quinta Inspetoria Regional.

" OBJETIVOS DA IDA À DOURADOS, EM PRINCÍPIOS DE NOVEMBRO, DO MÉDICO DO SPI"

" Informar-se:

1- Qual o percentual de índios que atenderam à convocação para cadastro torácico?

Obter:

2- a) Resultado da Abreugrafia

b) Dos exames complementares

c) Como está se processando a distribuição de medicamentos contra a tuberculose do SUSAN e outros prometidos.

d) Verificar

Como está sendo feito o tratamento dos casos positivos

A) internados

B) Domiciliares

3- Como está se desenvolvendo o curso de enfermagem

a) Nome dos alunos

b) Postos de origem

c) Grau de capacidade e aproveitamento (estimativa)

4- Fazer

Conferência sobre o Serviço de Enfermagem na luta contra a tuberculose, nos Postos da 5ª. ININD, no curso de enfermagem.

5- Insistir sobre a posição

Dos encarregados dos Postos da 5ª. ININD na luta contra a tuberculose, e por aumento da produção dos bens de consumo, principalmente os alimentares, diretamente junto a esses encarregados e inspetores da 5ª ININD.

M. W. M.

6
5612 ~~5611~~
B/B

" Ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios LUIZ VINHAS NEVES Maj Av.

"
Comunico a V.Sa. , o término da viagem de / observação, realizada entre os dias 5 e 25 de novembro do ano em curso.

Nessa viagem, cujo programa consta da solicitação para deslocar-me àquela ININD, visitamos a sede da Inspetoria, os Postos Indígenas FRANCISCO HORTA, JOSÉ BONIFÁCIO, Benjamin/Constant, Taquaperi e Buriti.

Como rotina, visitamos a sede do Pôsto, as/missões aí operantes, e algumas roças de índios.

Surpreendeu-nos, pela assistência sanitária prestada aos índios, pela sua eficiência e desvêlo, o trabalho dos missionários nos Postos por nós visitados onde eles estavam presentes.

Ainda, digna de nossa admiração e respeito/ a preocupação do Chefe da 5ª. ININD em dinamizar a Inspetoria, incentivando a produção de bens de consumo, principalmente alimentação, e aumentando a assistência aos índios titelados dos Postos a ela subordinados.

Esse espírito dinâmico, que atinge a Inspetoria, já encontra eco em muitos servidores, entre eles Dona Joana enfermeira chefe, Dr. Monteiro, veterinário, Sr. Ismael, auxiliar ; e os Encarregados Dilermando e Alaor.

Acredito que muitos outros já foram contagiados por êsse dinamismo. Os ora citados foram os por nós observados/pessoalmente, mas infelizmente, nossa curta demora e nosso precário estado de saúde não permitiram mais acurada observação.

Ainda digna de nossa máxima admiração, a preocupação dos dirigentes da Missão Indígena com a situação sanitária , e alimentar dos índios. Entre muitas medidas já postas em execução e outras cogitadas, sobressai o plano de produzir mudas de espécies vegetais frutíferas.

Das visitas feitas em lavouras indígenas, estamos firmemente convictos que muitas mudas que serão distribuídas , virão frutificar.

Cumpre aos responsáveis orientarem o fornecimento de recursos no combate a formigas e outras pragas vegetais.

M. B. L.

Outras medidas são a distribuição de peixes e aves e reprodutoras de carne e ovos, que em alguns casos, poderão melhorar a situação alimentar dos índios assistidos.

Mais uma vez reafirmamos, como o fizemos em palestra informal com os alunos do curso e com os responsáveis pela execução dos programas do SPI os chefes da Inspetoria, dos Postos e outras pessoas interessadas, que a luta contra a tuberculose só obterá êxito se melhor situação alimentar for assegurada ao índio.

A melhoria alimentar não poderá ser feita por su / primento feito por doação do SPI, ou por doação pura e simples de pessoas de boa vontade. A força de trabalho do índio, inteligentemente / orientada, será o fator fundamental para a produção de alimentos utilizando a terra que o SPI lhe assegura a posse.

Assim, a luta contra as doenças, principalmente a tuberculose, doença que assume caráter alarmante entre os índios da 5ª ININD e outras, será e já está sendo, desencadeada em 5 frentes / principais:

1º - Os enfermeiros que lidam diretamente com os índios doentes, suficientemente instruídos a respeito dos objetivos e dos meios de conhecerem, tratarem e prevenirem a infecção tuberculose:

2º - Os encarregados dos Postos e Chefes de setores de produção, que orientarão os índios e os Postos na produção de bens / de consumo, principalmente os alimentares.

3º - Os responsáveis pela assistência médica sanitária da 5ª. ININD e da Diretoria, que terão contato com outros Serviços Oficiais e particulares que lutam contra a endemia. Cumpre a esses setores como tarefa de magno interesse na luta, a remessa de medicamentos específicos e auxiliares do tratamento aos Postos.

4º - O Hospital Indígena com seus técnicos especializados, seus serviços auxiliares especializados, principalmente os / de laboratório e raios X, e seus leitos de internamentos e isolamentos dos contagiantes, com seu devotamento a causa indígena.

5º - O SUSAN, com seus exames periódicos em massa, / que nos dirão se estamos obtendo êxitos nessa operação.

Cumpre informar que os suprimentos medicamentos / previstos no convênio com o SNT, bem como os dados referentes aos serviços executados, não se efetivaram. Esperamos que com a regularização dos recolhimentos das parcelas previstas sejam sanadas tais irregularidades.

M. Villan

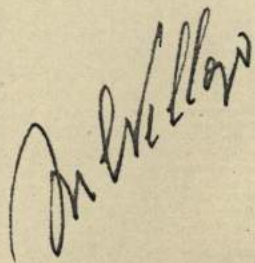
5614
5612
B96

Aguardamos os resultados da leitura e interpretação dos exames radiológicos, a ser feita no Rio GB, pelo Dr. Isaac Bieigel e a nós remetida pelo SNT.

O PROGRAMA

- | | |
|---|----------|
| 1- Noções gerais sobre Microbiologia, assepsia, antissepsia-aula | |
| 2- Curativos e pequenas intervenções, aplicação de injeções, picadas de serpentes, arraias, escorpião, piolhos. | 3 aulas |
| 3- Doenças transmissíveis e Zoonoses- | 1 aula |
| 4- Queimaduras- | 1 aula |
| 5- 5.01- GRANDE EPIDEMIAS | |
| a) Gripes | 1 aula |
| b) Sarampo | 1 aula |
| c) Coqueluche | 1 aula |
| d) Varíola | 1 aula |
| 5.02- AS GRANDES EPIDEMIAS | |
| a) Tuberculose- | 5 aulas |
| b) Malária- | 3 aulas |
| c) Verminose- | 3 aulas |
| d) Venéreas- | 3 aulas |
| e) Lepra- | 1 aula |
| f) Escabiose- | 1 aula |
| g) Disenterias- | 1 aula |
| 5.03- ENDEMIAS ZONAIS | |
| a) Esquistossomose- | 2 aulas |
| b) Tracoma- | 1 aula |
| c) Leishmaniose- | 1 aula |
| d) Febre Amarela- | 1 aula |
| e) Pênfigo Foliáceo- | 1 aula |
| 6- Doenças Degenerativas- Cancer, Arteriosclerose- | 1 aula |
| 7- Parto e assistência ao recém-nascido- | 15 aulas |
| 8- Dentes-curativos e extração dentária- | 5 aulas |
| 9- Fichário de doentes, medicamentos, manipulação da farmácia, e informes as autoridades sobre ocorrências- | 2 aulas |
| 10- Ética profissional dos enfermeiros e pessoal de enfermagem. | 1 aula |

TOTAL DE AULAS: 58-



MINISTÉRIO DO INTERIOR

5615 5614 /
396

Frequentam e terminaram o curso Intensivo de Atendente de Enfermagem, realizado de 18 de outubro a 18 de novembro de 1965, os seguintes alunos, todos índios jovens. O mais velho, Armando Gabriel, capitão de sua aldeia, tinha cerca de 40 anos.

ELOI PEREIRA-	POIND BANANAL
OSVALDO FONSECA-	POIND CACHOEIRINHA
ALEXANDRE PINTO AR-	
RUDA.....	POIND LIMÃO VERDE
NELSON FRANCISCO..	POIND BANANAL
ABADIO GABRIEL....	POIND BIRITI
ARMANDO GABRIEL...	POIND BURITI(córrego do meio)
JOAQUIM SILVA.....	POIND CACHOEIRINHA
ERNESTO CORREIA...	POIND LALIMA
MAXIMIANO CAMPOS..	
LEITE.....	POIND LALIMA
TOMÉ LOURENÇO.....	POIND BURITI

Esses alunos, exceção do último, destinam-se / as suas aldeias de origem. Para este último, que deverá ficar como auxiliar de enfermagem do Hospital da Missão Caiuá; está em estudo uma situação definitiva.

No decorrer do curso foram tomados apontamentos e executadas apostilas de várias aulas.

Colaboraram, na ministração do curso, com o máximo de eficiência e dedicação, lecionando e transmitindo conhecimentos práticos:

- Dna. LOIDE ANDRADE- Diretora dos Cursos ,
Diretora Administrativa e Diretora de Enfermagem do Hospital Indígena, Vice- Diretora da Missão Caiuá.

Rec. ORLANDO ANDRADE- Diretor da Missão Caiuá
Dr. JOAQUIM VILELA- Diretor Clínico do Hospital

Dr. ITARU IAMASAKI- Chefe do Serviço de Tuberculose do Hospital

Dr. Áureo Garcia- Oftalmologista.

Dr. JOEL PRASINI- Cirurgião Dentista

Dr. CLAYR VASQUES-, Auxiliar de Enfermagem do Hospital

Dna. JOANA SOARES- Enfermeira Chefe da 5ª ININD

Dna. EMÍLIA SANTOS DINIZ- Professora do POIND - FRANCISCO HORTA DO SPI.

Willow

5616
398

5615 -

ALTERAÇÕES

Dignos de atenção e com o máximo de encômios, foram introduzidas as seguintes:

a) O acréscimo no programa executado no curso dos seguintes itens:

- aula sobre Microbiologia;
- aula sobre queimaduras e
- aula sobre ética de pessoal de enfermagem.

b) confecção e provimento de um estôjo de madeira para atendimento domiciliar, com medicamentos de urgência, estôjo para seringas e agulhas hipodérmicas e material de curativo de urgência com as dimensões de 30X20X18, para cada aluno.

c) composição e execução de um hino do curso, que poderá ser de todo o SPI, com bela e vibrante melodia e muito expressiva letra.

d) Todos os alunos foram devidamente uniformizados como enfermeiros.

A segunda turma de enfermagem, por motivos administrativos do Hospital Indígena, só poderá ser formada em março..... de 1966.

Há certa dificuldade financeira e parece-nos justa uma remuneração mesma modesta para os professores e para alimentação e - pousada no hospital.

Deverão ser impressos e expedidos para Campo Grande, os primeiros 10 diplomas do término do curso.

Dia 10 de novembro de 1965-

Doentes internados-30; dos 30 internados, 23 eram de tuberculose pulmonar.

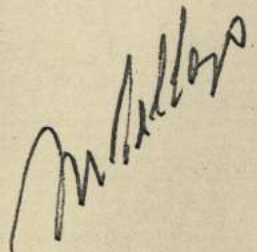
Durante o mês de outubro, foram ocupados mais ou menos / 900 leitos dias;

"Atenciosamente"

"ASS. JOÃO LEÃO DA MOTA "

" MÉDICO RESPONSÁVEL PELO"

"SETOR"



MINISTÉRIO DO INTERIOR

BOLETIM INTERNO DO SPI Nº 10- 16 DE DEZEMBRO DE 1 965-

5617 5616
390

"ANEXOS AO RELATÓRIO"

" SERVIÇOS PRESTADOS NA ÁREA INDÍGENA- 5ª. ININD-MT"
ATIVIDADES DO SUS-DADOS SUJEITOS A REVISÃO"-

Total de Abreugrafias:	4 852
Total de vacinas anti-ti- foidicas.....	4 105
Total de vacinas anti-va- riólicas.....	4 019
Testes tuberculínicos....	4 039
Extrações dentárias.....	935

"APURAÇÃO DO ÚLTIMO CADASTRO- DADOS DE TRATAMENTO SUJEITOS A REVISÃO
LEITURA DO FILME SIJEITO A REVISÃO"-

Índios em tratamento:

Total: (1).....	30
(2).....	7
(3).....	12

Internados:

Total:.....	8
-------------	---

A Esclarecer:

Total.....	49
------------	----

Observação:

Total.....	128
------------	-----

"APURAÇÃO DO ÚLTIMO CADASTRO-CASOS CONHECIDOS SUJEITOS A REVISÃO"

Casos novos:

Total.....	83
------------	----

CASOS CONHECIDOS:

- Não controladas.....	84
------------------------	----

Óbitos:

TOTAL.....	31
------------	----

"SASSI"

" SETOR MÉDICO"

M. H. S. N.

Conselho Nacional de Proteção aos Índios

Doc nº 9-A
5618
B9A
~~6617~~

- A T E S T A D O -

Atestamos que o assalariado Nilo Oliveira Velloso, cinematografista lotado no Serviço de Proteção aos Índios, serviu neste Conselho desde 1º de abril de 1942, data de sua admissão, até dezembro de 1945, quando passou a exercer suas atividades profissionais na Seção de Estudos do referido Serviço; que o mesmo serventuário - tem exercido as funções de sua especialidade, nesta Capital, em Cuiabá, no Sul do Estado de Mato Grosso e no sertão, viajando embarcado em canoas no vale do rio Xingu; que, durante o tempo em que prestou tal colaboração, tem procedido corretamente, como funcionário, dando demonstrações de disciplina, de capacidade nas providências que se prendem aos trabalhos penosos do sertão; apresentando grande resistência à fadigas dessas expedições pelas nossas ínvias e longínquas paragens. C.N.P.I. - Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1953.--.--.

ASS. Gen. Cândido Mariano da Silva Rondon
Presidente do C.N.P.I.

ASS. Cel. Amílcar Armando Botelho de Magalhães
Secrº do C.N.P.I.

Nilo Oliveira Velloso

5618
5619
BIB

Portaria n.º 918 de 23 de outubro de 1961

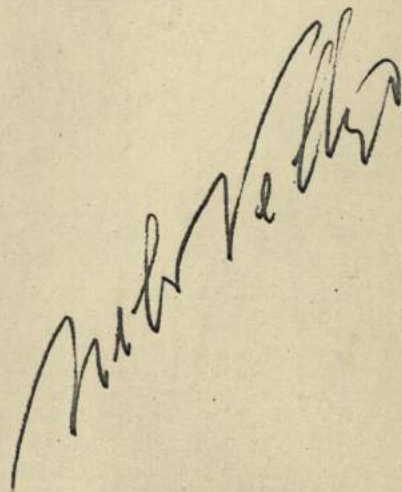
O Ministro de Estado DOS
NEGOCIOS DA AGRICULTURA,

R E S O L V E, designar, nos termos do art. 6º do Regulamento do Conselho Nacional de Geografia, do IBGE, baixado de acôrdo com o Decreto nº 1527 de 24 de março de 1937, NILO DE OLIVEIRA VELLOSO, Cinetécnico, Nível 12-A. Chefe da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios e JOÃO BEZERRA DE MELO, Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B, do mesmo Serviço, para respectivamente, na qualidade de delegado e na de suplente, comporem o Diretório Central do mencionado Conselho constituindo a representação do Ministério da Agricultura.

ass. Armando Monteiro Filho

SC. 45 842/61

Confere com a cópia
zcb./



Doc. n° 10

MA-101-0424-67 de 26-1-67

3620
398
5679

~~MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA~~

REPUBLICA PERUANA

Ministerio de Educacion Publica

Lima, 27 de diciembre de 1966

Señor Doctor
Nilo Vellozo,
Jefe de SASSI
Servicio de Protección de Indígenas,
Ministerio de Agricultura,
Brasília, D.F.
Of. n° 177

Acogiendo la feliz iniciativa del Dr. Guillermo C. Townsend, Director General del Instituto Lingüístico de Verano, con quien conversé recientemente, tengo el altísimo honor de dirigir-me a Ud. , en mi condición de funcionario del Ministerio de Educación Pública, a cargo de la Coordinación de Educación Bilingüe e la Selva, para invitarlo muy cordialmente nos honre con su visita al Perú y particularmente a Yarinacocha, base del Instituto Lingüístico de Verano y sede del Sistema de Educación Bilingüe de La Selva.

Consideramos que una visita suya sería de mucha utilidad ya que permitiría, además de un mayor acercamiento cultural de nuestros países, el intercambio de experiencias en torno a la integración del aborígen selvícola. En lo que respecta a nuestro Sistema, podrá Ud. apreciar todo cuanto se ha hecho en casi 14 años de labor conjunta del Ministerio de Educación Pública y el Instituto Lingüístico de Verano.

Nos parece que su visita podría arreglarse para la última semana de febrero o primera semana de marzo próximo, ya que en esa época se desarrolla el Curso de Capacitación para Maestros Bilingües de la Selva, en Yarinacocha, con la asistencia de la mayor parte de los docentes bilingües.

En cuanto se refiere a su viaje entre Río de Janeiro y Lima, podría arreglarse usando el vuelo cultural, y su programa de visita a la Selva (Yarinacocha) será arreglado por el Ministerio de Educación y el Instituto Lingüístico.

Aprovecho esta oportunidad para expresarle los sentimientos de mi especial consideración.

Dios guarde a Ud.

ass. Gamaniel Arroyo Ponce

Coordinador de Educación Bilingüe de La Selva

Cópia conforme o original - zcb./

THE GAIMUSHO

Tokio, 15 de agosto de 1958

Exmo. Sr.

Dr. Nilo Oliveira Velloso,
D.D. Presidente do Museu do Indio,
Rio de Janeiro.

Excelentíssimo Senhor,

Tenho o prazer de apresentar a V.Excia. os nossos sinceros e profundos agradecimentos, tanto em meu nome como no de todos os integrantes de Comitiva Oficial de Suas Altezas Imperiais os Príncipes Mikasa, pelas amáveis atenções e calorosa acolhida dispensadas durante nossa permanência no seu grande país.

Recordo-me saudosos dos momentos felizes da minha estada nessa encantadora terra, que sempre permanecerá viva na minha memória. Desejo reiterar o meu sincero sentimento de que nada mais grato será para mim poder ter o prazer de continuar nossa amizade e oferecer meu humilde serviço na terra japonesa, para tornar cada dia mais cordiais e estreitas as relações amistosas existentes entre os nossos dois países.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Excia. os protestos da minha mais alta estima e distinta consideração.

ass. Sinrokuro Hidaka
Embaixador do Japão

Cópia conforme o original

zcb./

EMBAIXADA DO JAPÃO
Brasil

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1958.

A Sua Exceleência
Sr. Nilo Velloso
Diretor do Museu do Índio
Rua Mata Machado,
N e s t a

Senhor Diretor,

Tenho a honra de apresentar a V.Excia., em nome de Sua Alteza Imperial, o Príncipe Imperial, o Príncipe Mikasa, as expressões - de seus mais profundos agradecimentos pelas demonstrações de amizade e cortesia, recebidas de V.Excia. durante a visita oficial ao Brasil.

Outrossim, incumbido pela Sua Alteza Imperial, tenho a satisfação de enviar-lhe, junto à presente, uma lembrança como recordação de sua visita a este grande país amigo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Excia. os protestos da minha mais elevada estima e distinta consideração.

ass. Yoshiro Ando
Embaixador do Japão

Cópia conforme o original
zcb./

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SPI -

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

SECRETARIA GERAL

DCI/g-8

Rio de Janeiro, DF.

Em 4 de janeiro de 1961

Exmo.Sr.

Nilo Oliveira Vellozo.

M.D. Chefe da Seção de Estudos do SPI.

Museu do Índio.

Rua Mata Machado (Maracanã).

Saudações.

Valho-me dêste para informar que através de telegrama ontem chegado a esta Divisão tomamos conhecimento de ter sido V.Sa. oficialmente convidado a participar da comitiva que assistirá a inauguração da Exposição " Aspectos do Brasil " em Assunção.

O respectivo convite, do Ministério da Defesa do Paraguai deverá chegar a esta Capital nos próximos dias.

Prevaleço-me do ensejo para apresentar a V.Sa. - os votos de um Feliz Ano Novo e os protestos da mais distinta consideração.

ASS. Agenor Barbosa de Almeida
Diretor da Divisão Cultural.

/cms.

5623
Doc. n.º 13

5622

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Senhor Diretor, do Serviço de Proteção aos Índios

Compareceram a esta Séde do S.P.I., os índios Guajajara AGENOR BONE DE SOUZA, (mestiço) FELIPE BONE, TARQUINIO AURORA, SEVERINO MATHIAS, da Aldeia da Lagôa Comprida, que é supervisionada pelo Sr. Miguelzinho Encarregado do Pôsto Brigadeiro Eduardo Gomes.

O referido Encarregado, segundo o índio Agenor Bone de Souza, apresenta-se sempre alcoolizado na Aldeia, e em companhia de outro trabalhador de nome Nonato, surra índios / quando vão reclamar no Pôsto Eduardo Gomes, o arrendamento das / terras da Lagôa Comprida, onde o S.P.I., não tem sequer um servidor permanente, mas recolhe os frutos do arrendamento, ilegalmente feito uma vez que não assiste ao índio ali residente, como / passamos a expôr:

Anexo, cópia do M/M nº 43 de 28/5/65, em que o então Encarregado da Ajudância de Barra do Corda, diz textualmente:

Ao Sr. Agenor Bone de Souza, do Agente Encarregado / da Ajudância do SPI, comunico-vos que deveis entregar o arroz - bastante que dê para cobrir o seu débito no SPI. Esclareço a V. Sa., que a dívida não me pertence, e sim ao SPI, cuja repartição aqui represento. O que aqui faço é de ordem do Sr. José Fernan / do da Cruz. Saudações a) Olímpio Martinez da Cruz- Enc. da Ajudância.

Ainda anexo a Guia de Remessa (cópia) S/N de 10 de Outubro de 1964, que fôra paga pelo índio Agenor Bone de Souza, com cereais, madeira, etc, ainda em anexo a Guia de Remessa nº 76, de 15 de Agosto de 1965, também paga pelo índio.

Em verificação de bilhetes, cartas etc., que encontram-se em poder do referido índio, deduzimos ser o mesmo o Encarregado da Aldeia e não o S.P.I., onde tudo o que lhe é fornecido é pago pelos índios, e ainda mais, o Coqueiral da Aldeia / foi também arrendado.

Em nossa passagem em Dezembro do ano passado / pelo Maranhão, soubemos e tornamos sem efeito a venda das Armas adquiridas com a Renda Indígena, aos índios Guajajaras do Pôsto / Arariboia, acrescentando-se que as armas adquiridas pôr menos de 20 mil cruzeiros velhos, eram vendidos a 40 mil cruzeiros velhos, pagos em cereais.

(cont)

Nota Oliveira Veloso

Doc. nº 145624
5623
5625

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Desta forma Sr. Diretor nem mesmo as Guias de Remessas nos merecem mais crédito, os índios são explorados sem /
dó nem piedade, por extranhos ao S.P.I. e pelos seus próprios ser-
vidores, é triste a realidade que defrontamos, para a qual peço /
providências.

M. L. S.

6/07/67

~~6024~~ 5625
~~5624~~ 5625
396

(CÓPIA)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
3ª ININD

MINISTÉRIO DO INTERIOR

.....1 VIA

6025-
5625
5626
Nº.....
Qb

GUIA DE REMESSA

A - Aldeia Lagoa Comprida - Município de Barra do Corda
é remetido, nesta data, o seguinte material : -

ADQUIRIDO DA FIRMA CASTRO GOMES & CIA LTDA

12 espingardas carregar p/ boca Cr\$ 78.000

ADQUIRIDO DA FIRMA CUNHA SANTOS & CIA LTDA.

15 machados 3 F Cr\$ 37.500
24 fações Cr\$ 26.000
12 Enxadas 3 F Cr\$ 15.600
12 Foices Cr\$ 15.600
11 Serroteão Cr\$ 12.500
2 Limatões Cr\$ 3.000
1 Serrote pequeno Cr\$ 3.800
1 Grampo para carpina Cr\$ 4.500
1 Arco pua com catrua Cr\$ 7.000
1 Jogo pua com 7 peças Cr\$ 2.800
1 Verruma nº 4 Cr\$ 250
1 Trado Cr\$ 6.500
2 latas vazias Cr\$ 22000

ADQUIRIDO DA FIRMA JOSÉ DINIZ

5 panelas de ferro c/ 21.800 K. Cr\$ 8.284
1 lata de querosene Cr\$ 2.500
2 sacos de sal Cr\$ 8.400
2 Kilos de pólvora Cr\$ 4.000
3 Kilos de chumbo Cr\$ 4.800
5 caixas de espoletas 750
Cr\$253,784

Importa a presente guia em duzentos e conquenta e três mil cruzeiros.
Inspetoria Regional do SPI São Luís 10 de outubro de 1964

RECEBI O MATERIAL CONSTANTE DESTA GUIA

EM, 10 de outubro de 1964

a) Agenor Bone de Souza

(CÓPIA)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

MINISTÉRIO DO INTERIOR 3º ININD

-----VIA

~~6026~~
5626 5627
296
Nº=76

GUIA DE REMESSA

A - Aldeia Lagoa Comprida - BARRA DO CORDA - Ma.

é remetido, nesta data, o seguinte material: -

FERRAMENTAS ADQUIRIDAS NA FIRMA
TRAMONTINA S/A - CARLOS BARBOSA
RIO GRANDE DO SUL .

M. Silva

2 Dúzias fações	Cr\$ 20.928
2 Dúzias Enxadas	Cr\$ 23.640
2 Dúzias Foices	<u>Cr\$ 18.552</u>
	Cr\$ 63.120

Importa a presente guia em , Sessenta e três mil cento e vinte cruzeiros

3ª Inspeção Regional do SPI São Luís, 10 de agosto de 1965

RECEBI O MATERIAL CONSTANTE DESTA GUIA

Em, 15 de agosto de 1965

a) Agenor Bone

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
3º - INSPETORIA REGIONAL

~~MINISTÉRIO DO INTERIOR~~

M/M nº 43

~~5627~~ - 5628
5627 / BJB

Em, 28/5/1965

MEMORANDUM

AO: Snr. Agenor Bone de Souza
DO: Agente Encº da Ajudância do SPI

M. de Souza
Comunico-vos que deveis entregar o arroz bastante que dê para cobrir o seu débito no SPI. Esclareço a V.Sa., que a dívida não me pertence, e sim ao SPI, cuja repartição aqui represento. O que aqui faço é de ordem do Sr José Fernando da Cruz.

Saudações

a) Olímpio Martinez da Cruz - Enc. da Ajudância

Dok. nº 15

Serviço de Proteção aos Índios

~~6028~~ 5629
5628 BJA

Senhor Diretores

Li atentamente o Relatório da 5ª IR. Tumultuada, servindo muitas vezes de fonte de renda para atender outros encargos, que não de seus índios.

Eu mesmo quando lá estive Presidindo uma Comissão de Inquérito, encontrei os Kadiweus em extrema miséria, com seu Pôsto abandonado, onde só restavam espigas de milho, para quem lá vivesse ou visitasse, remédios espalhados pelo chão etc. No entanto a Inspetoria era uma festa, sua mesa recebia diariamente dezenas de pessoas, e construía-se o Pôsto Buriti em homenagem a um Diretor, com casas germinadas, e nada planejado, tanto assim que suas construções não terminaram, e as antigas foram demolidas.

Quanto a preocupação do Sr. Chefe da IR 5, sobre os Terena que atingem praticamente sua maioridade, creio que um programa de alfabetização, registro civil, ensino de artesanato capazes de suprirem suas necessidades, sendo levado a efeito criteriosamente, durante 5 anos, dará aos Terena, a oportunidade de viverem independentes, e aproveitarem, realmente o que de direito aos mesmos pertence.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Chefe da SASSI

M. I. = S. P. I. 818/62

Dir 23/08/62

5630
B986029
5629

MINISTÉRIO DO INTERIOR
Serviço de Proteção aos Índios

Sr. Diretor

O rebanho do Posto Indígena Simões Lopes, vem sofrendo ano a ano um processo de extermínio, que atinge ao imaginável. / Quando o Sr. Pedro Vani assumiu o Posto lá existiam mais de 3.000 cabeças de gado vacum, hoje não chegam a 200, e creio/ que com a aftose que dizimou a produção do ano passado este/ numero diminuiu. Em diversos expedientes temos sugerido uma Sindicancia, para tomarmos posição definitiva em defesa do patrimonio do índio, que infelizmente nada aproveita do mesmo, e assiste o seu desaparecimento cada dia que passa, ora a cobra mata centenas em um ano, como ocorrera no tempo de Alfredo Silva, ora às pestes destroem os que nascem. Todas / às fazendas de gado, progridem, menos às do S.P.I., tendencia é o extermínio. Assim ocorrem com a fazenda dos Umutina/ (otimos vaqueiros), assim vem acontecendo com às dos Backe- ría, em Simões Lopes.

23/08/67

MI-S.P.I.-857/67

W. D. 20

Senhor Diretor

5631 / 6030
B96 5630

Nesta data compareceram nesta Séde os índios, Otacilio da Silva Cristino (Xumequa) aldeia do Rio do Sono, Paneiros, e Sandoval / (Clanatê) Maria dos Santos Brito (Acanhê), em péssimo estado, mãe e filho sujos, miseráveis precisando de tudo, e pedindo coberta, rêde, calçado roupa, ferramentas, armas para caçar.

Dizem que o Pôsto vae bem, legumes, canavial.

Falta material de lavoura, o Posto é rico em madeira, faltando industrializar para salvar os índios do extermínio.

A distribuição de ferramenta feita aos índios individualmente é um erro que vem se eternizando, a ferramenta deve ficar sobre a guarda do Posto e fornecida ao índio por empréstimo para o trabalho de roça, recolhendo, todos os dias, de acôrdo com a confiança merecida pelo índio, ou semanalmente, limpa e amolada.

Só assim será possível evitar a venda e a troca por cachaça, uso que é constatado quasi sempre nas tribos em contato permanente / com os civilizados. Os Xerentes estão na faixa da civilização mais perigosa, suas terras continuam ocupadas, a colheita do Babassú, riqueza da região, em mãos de estranhos, vivem marginalizados, os Postos de Tocantinia, e Rio do Sono, têm apenas um efeito moral, urge uma providência a curto prazo, organizando roças, exploração da madeira, fiscalização / contra a prostituição das meninas moças da tribo, que constantemente / são levadas para a cidade de Pedro Afonso, e muitas vêzes exploradas, quando não são prostituídas nas viagens em Caminhões entre Tocantinia e Goiânia.

A localização de uma Serraria no Rio do Sono, dará condições financeiras para o levantamento da tribo, que estingue lentamente / na miséria mais impressionante.

Brasília, 05 de Julho de 1 967

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Nilo Carlos Vellozo
Chefe da SASSI

6032
5632
1916

Senhor Diretor.

A dois anos este Serviço promoveu um Curso de Atendente de Entermagem, em Dourados, onde 10 índios Terêno, tomaram parte e foram Diplomados, no desejo de ver seus Postos dotados de pessoal especializado, afim de promover o combate, entre outras enfermidades de Tuberculose.

Lutando desesperadamente para que a saúde do índio tenha um mínimo indispensável de atendimento, na emergência dolorosa, de falta de verbas, que o S.P.I. a dezenas de anos vem so/frendo, não nos parece justo a consequência ora pleiteada pelo Ministerio do Senhor Ministro da Agricultura, e creio mesmo que Sua Excelencia não esta bem informada, quanto ao quadro de funcionários do S.P.I., de sua precariedade, e dos enormes compromissos que temos o dever de atender.

Esta é a exata posição da Seção de Proteção e Assistencia, uma vez que trata-se de elemento diretamente ligado a saúde e porque não, a vida do nosso índio.

Em 6/07/67.

Mall

5633 / 6032
3985632

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Senhor Diretor do Serviço de Proteção aos Índios.

Solicita o Senhor Joaquim Xavier da Silveira, Presidente da EMBRATUR, que prestemos informações ao Senhor / Morton F. Meltzer, da Internacional Galleries, Inc, sobre / despesas etc., com uma viagem de turismo que o mesmo pretende fazer.

Na sua carta o referido Senhor localiza os índios Sũãs, no Banani, e deseja ver a missão médica do Dr. Claudio Bôas, em uma demonstração inequívoca do desconhecimento total do que venha a ser nossos índios.

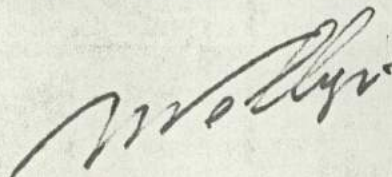
É mais um americano rico, que deseja fotografar e se distrair neste belo país tropical.

Não dispomos de preços de passagem, preparativos de viagem etc, para oferecermos ao referido senhor.

Podemos informar que o mesmo deve se munir de Licença do Conselho Nacional de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas, Legalização nas Relações Exteriores / dos seus papéis, roteiro de viagem a ser aprovado pelo S.P.I.

Quanto às demais informações ele as obterá com a EMBRATUR, empresa especializada em turismo.

24/5/67.



OBS. - Assinam a declaração: D. Maria Campelo, Assessora da Divisão do Pessoal do Ministério da Agricultura; Maria da Paz Oliveira, chefe da Secretaria do Gabinete do Ministro da Agricultura; Rosinah S. Brandão, chefe da Movimentação do Pessoal, do Ministério da Agricultura; e outros funcionários do Gabinete daquele Ministério.

DECLARAÇÃO

~~6033~~ 5634

5633

39

DECLARAMOS, para os fins pertinentes e a quem interessar possa, que conhecemos o SR. NILO OLIVEIRA VELLOSO, antigo funcionário do Quadro Permanente de Pessoal do Ministério da Agricultura, há vários anos, e que durante todo esse longo período de convivência, nunca soubemos de qualquer ato seu, que viesse desabonar sua conduta funcional ou particular, motivo porque sempre mereceu e continua merecendo respeitoso conceito, entre aqueles que desfrutam de sua apreciável amizade. Declaramos mais, que sua vida tem sido de dedicação honrosa e extremada ao problema indígena.

Brasília, DF. em 25 de abril de 1968.

Maria Petronila Ferreira de Oliveira
Orlando Campos de Queiroz

Maria Verônica Lessa.

Maria da Luz Campello

Enrique Pontes Pinheiro

Maria da Luz Campello

Rosinah Santos Brandão

RECONHECIMENTO
DO 2.º OFÍCIO
DE NOTAS
DE 16. Brasília
Em testemunho de
de 1968

da verdade
Wellington de Moura Brito

Cartório do 2.º Ofício
Brasília - DF.
Goiânia
Borges Teixeira
Serr. Vitellio
Alberto Pereira
do Valle
Subst. Inter.
Tribunal Borgos Teixeira

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO
DE NOTAS
BRASILIA - D. F.
Wellington de Moura Brito
Tribunal Substituto Interino

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para os fins pertinentes e a quem interessar possa, que conhecemos o SR. NILO OLIVEIRA, do cargo funcional de Quadro Permanente de Pessoal do Ministério da Agricultura, há vários anos, e que durante todo esse longo período de convivência, nunca conhecemos qualquer ato seu, que viesse desabonar sua conduta moral ou particular, motivo por que sempre mereceu o "contato" merecendo respeito e consideração, entre aqueles que desfrutam de sua apreciável amizade. Declaramos mais, que sua vida tem sido de dedicação honrosa e extremada ao problema indígena.

Brasília, DF, em 22 de abril de 1968.

Reconheço a firma Maria Petronila Ferreira
de Oliveira - madame

Cartório Maurício Lemos Maurício de Oliveira
Curitiba - Paraná

TABELIÃO
Maurício Gomes de Lemos

SUBSTITUTO
Djalma Baltar Duarte

Quadra SCL 101 - Bloco "A" - Lojas 20/26
BRASILIA - D. F.

Brasília, 26 de 10 de 1968
Em testemunho da verdade



5635 ~~6034~~
5634

N.º

Brasília, 25 de abril de 1968

DECLARAÇÃO

Declaramos que o sr. Nilo Oliveira Vellozo, vem a seis anos sendo reeleito Presidente do Círculo de Pais, Mestres e Alunos da Escola-Classe 409/10 - Sul em Brasília, que congrega pais, mestres e alunos, portando-se com dignidade e conduzindo os contatos com as famílias que formam o referido Círculo, com respeitoso atendimento, razão pela qual declaramos que sua conduta é exemplar, acrescida da circunstância de que no setor educacional vem prestando excepcional trabalho de divulgação dos princípios que norteiam a política indigenista brasileira, entre mestres e alunos. Deve-se acrescentar, ainda, que durante este período que vem dirigindo o Círculo de Pais, Mestres e Alunos, grupos de alunas, com autorização dos pais, têm participado de peças teatrais ensaiadas pelo Casal Vellozo em sua residência, sem qualquer anormalidade a registrar.

Por ser verdade
firmamos a presente declaração

Hildevando Silva
HILDEVANDO SILVA - DIRETOR

Deia Valentim T. T. Bernardo
Josefa Francisca Silva de Lima
Etelvina Bites Ribeiro.

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO
RECONHECIMENTO
Recenhor
Valentim T. T. Bernardo
Josefa Francisca Silva de Lima
Etelvina Bites Ribeiro

Dou 16. Bicalho
Em testemunho

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO
DE NOTAS
BRASILIA - D. F.
Wellington de Moura Brito
Taboada Substituto Interino



RECENHOR A PRIMA
Hildevando Silva
Josefa Francisca Silva de Lima
Etelvina Bites Ribeiro
Brasília, 25 de abril de 1968
de verdade

6035-
5636
BIA

Ilmos. Srs. Presidente e demais Membros da Comissão de Inquérito Administrativo Portaria Nº 78/68-MI.

D E F E S A

Que faz JOSE RAMOS DA MOTA CABRAL, Agente de Proteção aos Índios, P.I.802-5.A, com exercício na agência de São Paulo, da F.N.I., indiciado no Processo Administrativo, portaria Nº 78/68-MI, vem muito respeitosamente apresentar a VV.SS., a sua defesa, como se segue:

1) Deve esclarecer, data venia, a essa Douta Comissão que não recebi do Sr. Josias Ferreira de Macedo - Agente de Proteção aos Índios, a quantia de R\$ 20,00 no ano de 1962.

2) Quanto ao adiantamento referente ao Processo 420.169/62 de folhas 4.687 e 4.694, tenho a informar o seguinte:

a) Que o suprimento foi na importância de R\$ 200,00 sendo em duas parcelas de R\$ 100,00 conforme consta no Doc. Nº 4, anexo ao presente.

b) Que apesar do referido adiantamento ter saído em meu nome, não houve aplicação de minha parte, tendo em vista que fiz suprimento da citada importância ao Sr. Agente Josias Ferreira de Macedo, conforme Doc. Nº 3, anexo ao presente, por ordem expressa do Sr. Diretor do S.P.I., conforme ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 38 de 27 de Dezembro de 1962, cuja fotocópia (Doc. 2) junto ao presente.

c) Quanto a não prestação de contas, julgo não ser responsável pela comprovação da mesma, uma vez que conforme espúz acima, apenas recebi o adiantamento em questão e fiz entrega do mesmo ao Servidor JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, mediante recibo, cuja fotocópia (Doc. Nº 3) encontra-se anexa a presente.

d) Para melhor esclarecimento, faço junta a presente defesa ao ofício Nº 07426, de 23 de Junho de 1.965, do Ilmo. Sr. Diretor da 2ª Diretoria de Tomadas de Contas do EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, como comprovação da responsabilização do Servidor JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, da prestação de contas do suprimento na importância de R\$ 200,00.

3) Cumprindo a determinação contida na ORDEM DE SERVIÇO Nº 10 de 10 de Maio de 1965, do Sr. Chefe da 7ª Inspeção Regional (que faço junta a fotocópia Doc. Nº 5) fica devidamente demonstrado que não foi o indiciado que liberou a entrega do SASSAFRAZ e sim o Sr. Chefe da Inspeção, apenas cumpria a ordem emanada da Autoridade superior. Quem promoveu a Concorrência Administrativa não foi o indiciado, apenas fiz entrega da madeira.

4) Quanto a este item, tenho a informar a essa digna Comissão, que tendo em vista a minha remoção para a agência de São Paulo, me vi na contingência de tomar por empréstimo ao Sr. Sebastião Lucena da Silva, então na chefia da IR 7, a importância de R\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos), por empréstimo, esse feito em caráter estritamente /

[Handwritten signature]

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

~~6099~~

5638

[Handwritten initials]

ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 163B

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. JOSÉ RAMOS DA MOTA CABRAL, Agente de Proteção aos Índios, nível 6B, do Quadro do Pessoal - Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço, com exercício na 7ª Inspetoria Regional em Curitiba, Estado de Paraná, para seguir com destino ao Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a fim de receber o adiantamento requisitado em seu nome.

Dê-se ciência e cumpra-se

Brasília, DF. em 3 de dezembro de 1962

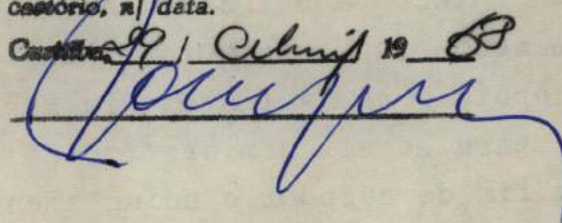
[Handwritten signature]
Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho
Diretor do S.P.I.

[Handwritten signature]

JOSÉ BENTO MARQUES
N.º TABELIAO

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
certidão, n.º/data.

Certidão

19 / Abril 19 88


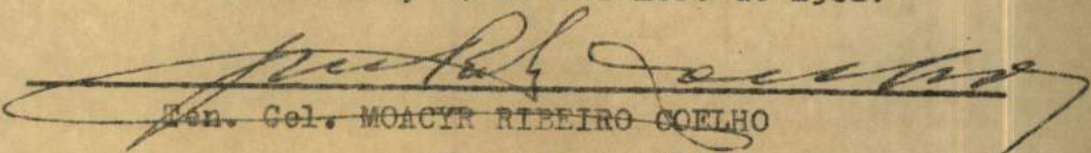
ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 38

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso da atribuição que lhe confere o art. 17 do Regimento do SPI, aprovado pelo Decreto nr. 10.652, de 16-10-42,

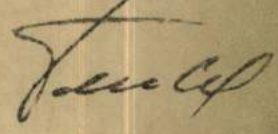
RESOLVE determinar que JOSÉ RAMOS DA MOTA CABRAL, Agente de Proteção aos Índios P-1.802 5A, deste Serviço, detentor de adiantamento de Cr\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL CRUZEIROS), à conta da Verba 1.0.00 - Custeio, Consignação 1.6.00 - Encargos Diversos - Subconsignação 1.6.14 - Expedições, congressos e conferências, Lei nr. 3.994, de 9 de dezembro de 1961, a entregar como suprimento a JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, Chefe da Seção de Estudos - 6-F, deste Serviço, o total do referido adiantamento para ser aplicada na supracitada Seção de Estudos de acordo com a classificação orçamentária supra, ficando o responsável pelo presente suprimento obrigado a prestar contas no prazo de que trata o Dec.Lei nº 2.583, de 14/9/40, bem como a passar recibo em cinco (5) vias, do mesmo suprimento.-

Dê-se ciência e cumpra-se

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1962.-


Ten. Cel. MOACYR RIBEIRO COELHO

Diretor do SPI.-



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Serviço de Proteção aos Índios

Doc. nº 3

5640

B9A

5639

5639

- CR\$ 200.000,00 -

RECEBI do Sr. JOSÉ RAMOS DA MOTA CABRAL, Agente de Proteção aos Índios, nível 5-A, do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, a importância de Cr\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL CRUZEIROS), à conta da Verba 1.0.00 - Custeio, Consignação 1.6.00 - Encargos Diversos, Subconsignação 1.6.14 - Expedições, congressos e conferências. Lei nr. 3.994, de 9 de dezembro de 1961, para ser aplicada na Seção de Estudos. O que por ser verdade passo o presente recibo em cinco (5) vias, para um só efeito.-----

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1962.-

Josias Ferreira de Macedo
JOSIAS FERREIRA DE MACEDO
Chefe da Seção de Estudos.-

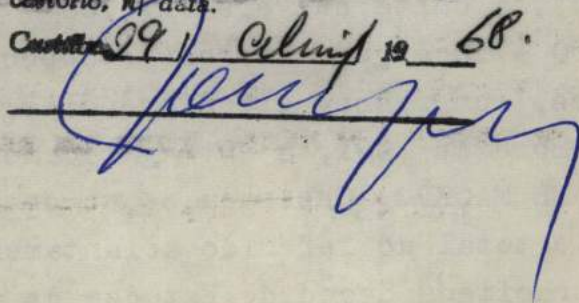


Cheque Nº 850.611 - Série PP-1 do Banco do Brasil S.A.
de 28-12-1.962 do Rio de Janeiro-GB
(a) José Ramos da Mota Cabral.

JOSÉ BENTO MARQUES
N.º TABELIAO

A presente fotocópia é reprodução
fidel do documento apresentado neste
cartório, n.º data.

Custas 29 / Alínea 19 68.



TC-58 960/63

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

CÓPIA

Carimbo
MA - 101
PROTOCOLADO SOB Nº 1640
EM 25 de 06 de 1965

Doc. nº 4

J. Balbino

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Of. nº 07426

23 JUN 1965

Diretor da 2ª Diretoria de Tomada de Contas

Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

: Reiteração de diligência em processo de tomada de contas

Senhor Diretor

Tendo em vista o Ofício nº 402/64, do D.A. a esse Serviço, em reiteração ao Ofício nº 12 161, de 30 de setembro de 1964, desta Diretoria ao D.A., solicito as providências de V.Sa., no sentido de ser procedido ao levantamento das contas de JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, Chefe da Seção de Estudos, 6-F, do Serviço de Proteção aos Índios, responsável secundário pelos adiantamentos de Cr\$... 100 000 (cem mil cruzeiros) cada, requisitados pelos ofícios nºs. 10. 661, e 10 662, de 11.10.62, da Divisão do Orçamento do D.A., e recebidos em 28.12.62, (Verba 1.6.24), em nome do Agente de Proteção aos Índios JOSÉ RAMOS DA MOTA CABRAL e transferidos àquela conforme Ordem - de Serviço Interna nº 38, de 27.12.62, dessa Diretoria.

Outrossim, encareço a V.Sa. de conformidade com o art. 95 da Lei 830/49, seja citado o sr. JOSIAS FERREIRA DE MACEDO para, no prazo de trinta (30) dias, contados da ciência deste Ofício, produzir as alegações de defesa, a bem de seus direitos, ou recolher aos cofres públicos a importância de Cr\$ 200 000 (duzentos - mil cruzeiros), ante o fato de não haver apresentado as respectivas - comprovações.

Findo o prazo da citação, pego seja devolvido o presente expediente, com o "CIENTE" do responsável, acompanhado das alegações de defesa que o responsável houver por bem apresentar ou do comprovante do recolhimento do numerário de que se trata.

Apresento a V.Sa. meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Hélio da Silva
Diretor

1ª-ims

CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 14 de 7 de 1965

Leandro Porto
Nº 505-717

Alcides

ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 10

O Chefe da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E, determinar ao Agente de Proteção aos Índios classe A-nível 5 - JOSÉ RAMOS DA MOTA CABRAL - Encarregado do Posto Indígena "Duque de Caxias", situado no município de Ibirama, Estado de Santa Catarina, a medir, fiscalizar e entregar à firma MAX WEISE, 5.000 (cinco mil) metros de madeira - sassafráz - da área do supracitado Posto, de conformidade com a Concorrência Administrativa, ganha pela referida firma.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Curitiba, 10 de maio de 1965.



Alcides de Carvalho
Alcides de Carvalho
Chefe da Inspeção

CIENTE:

[Signature]

10.º OFÍCIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
MARQUES
Tribuna Vinte e Quatro
José Francisco Rocha Marques
Rochel Esq. Div.
Linha São João da Oliveira
escritórios judiciais
Galeria Tijuca, 9
Curitiba - Paraná

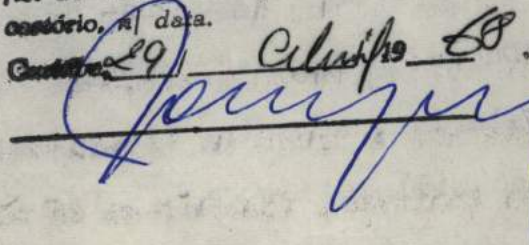
Reconheço verdadeira a - firma *[Signature]*

Alcides de Carvalho

[Signature]
do que eu fei
Curitiba, 29 de abril de 1968
em test. *[Signature]* da ver. de.

JOSÉ BENTO MARQUES
N.º TABELIAO

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, a data.

Cartório 29 Caluís 19 68.


EDITAL

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

~~5642~~ 5643
5642
B98
Dir. cre 61
J. B. G. e

Com base na determinação do Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, expressa na Ordem de Serviço nº100 de 24/8/54 pelo presente, torno público para conhecimento de quem interessar possa que, no decurso de 15(quinze) / dias, contados da data da publicação do presente Edital, fica, até às 17 / (dezessete) horas do último dia, aberta a concorrência Administrativa, quando serão recebidas propostas para alienação de: 5.000(cinco mil) metros de madeira - sassafraz- cortados tipo lenha. 2) - A madeira, objeto do presente Edital é pertencente ao Patrimônio Indígena, no Posto Indígena "DUQUE / DE CAXIAS", Município de Ibirama, Estado de Santa Catarina.

As propostas deverão ser entregues na Sede da 7ª. Inspetoria, sita à rua Emanoel Pereira, 259 em Curitiba, Estado do Paraná, em envelopes fechados e lacrados, em 3 (três) vias, sendo a original, devidamente selada e com firma reconhecida, indicando o preço em algarismos, por extenso, e por unidade metro na forma acima indicada, fixando-os em Cr\$.1.000 (um mil cruzeiros o preço básico-mínimo por metro.

3) - Os interessados ficam obrigados a:

- a) - Provar sua idoneidade financeira, com atestado passado por Banco da região onde está localizado o Posto, ou de Municípios circunvizinhos;
- b) - Fazer caução de Cr\$ 100.000 (cem mil cruzeiros) na Caixa Econômica Federal em Curitiba, antes do encerramento da concorrência, caução esta que só será levantada depois de aprovada a concorrência pela Chefia da I.R.7. e assinado o respectivo contrato;
- c) - Apresentar título de Eleitor e provar que votou nas últimas eleições;
- d) - Prova de quitação de todos os impostos, Federais, Estaduais e Municipais;
- e) - Prova de quitação de imposto de Renda;
- f) - Prova de quitação com o serviço militar.

4) - Sómente, serão consideradas as propostas que contiverem as seguintes condições mínimas de pagamento:

5644 / 5643
396 5643
Jb [signature]

- a) - 40% (quarenta por cento) do valor total da proposta, no ato da assinatura do contrato;
- b) - O restante do pagamento no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.
- 5) - O licitante ganhador obrigar-se-á a aceitar a legislação e normas de trabalho do S.P.I., das prioridades à mão de obra do índio e a efetuar o replantio, na base a 3x1, da mesma essência florestal ou de outra adaptada à região.
- 6) - As propostas serão abertas às 15 (quinze) horas do primeiro dia útil, seguintes aos 15 (quinze) da publicação deste Edital, na Sede da I.R.7, no endereço já citado, perante a Comissão para este fim designada, e na presença de todos os interessados, devidamente credenciados, devendo cada concorrente, na ata de abertura das propostas, a fazer / prova das exigências contidas no item 3 (três).
- 7) - O vencedor da concorrência obriga-se a retirar o material em licitação no prazo máximo de 2 (dois) anos, prorrogável por um ano, provada a absoluta impossibilidade de extinção no primeiro prazo, devendo correr por sua conta todas as despesas consequentes desta operação.

Curitiba, 18 de Fevereiro de 1955

Alisio de Carvalho
Alisio de Carvalho
Chefe da Inspetoria

5645
B96

[Handwritten signature]
6044
5644

Excelentíssimo Senhor Presidente da COMISSÃO DE INQUÉRITO

ITAMAR ZWICHER SIMÕES, chefe da Ajudância de São Paulo, agente de proteção aos índios 6-B do extinto Serviço de Proteção aos Índios, hoje Fundação Nacional do Índio, tendo sido citado para responder aos termos do Processo Administrativo, no qual é acusado de diversos crimes funcionais, vem pela presente contestar tais acusações por inteiramente inverídicas, conforme a seguir provará:

1 - É o Supte, acusado em primeiro lugar (fls. 675) da compra irregular de um caminhão da firma Martins & Machado, de Bauru, destinado ao Posto Indígena "Vanuire" no ano de 1962.

Todavia, essa aquisição foi regularmente autorizada pelo Sr. Diretor do S.P.I., Gal. Moacyr Ribeiro Coelho, autorização essa anexada a prestação de contas remetida na época à Diretoria, como de praxe.

2 - Compra irregular de outro caminhão à prestação na cidade de Tupã, agravado pelo emprêgo irregular da verba 1.0.0.0 - custeio 16.0 - encargos diversos - 1-6-23- Diversos (fls. 553).

Esta compra, contudo, foi feita à vista, da firma Autopan S/A com a verba acima citada e o veículo retirado pelo Supte. diretamente da fábrica da General Motors em São Caetano.

Esse caminhão era destinado à 8a. I.R. do SPI, com sede em Goiânia, e regularmente entregue conforme faz prova a

a declaração anexa (doc. 1).

3 - Venda irregular de um caminhão da Ajudância de São Paulo, sem as formalidades essenciais ao próprio SPI, no caso a IR-5, sendo conivente como comprador José Fernandes da Cruz (fls. 675).

Esta acusação também poderá ser facilmente refutada. O caminhão em aprêço pertencia ao Posto Indígena "Vanuire" e foi requisitado pelo Sr. José Fernandes da Cruz, na época chefe da IR-5, para prestar serviço à mesma Inspetoria.

Como o Sr. José Fernandes da Cruz dispuzesse de verba própria para a aquisição de um caminhão, e segundo êle, o serviço da Inspetoria necessitasse com urgência veículo e não pudesse esperar a adaptação de carroceria ao novo que viesse a adquirir, entrou em entendimentos com o Supte. para que êste cedesse o caminhão pertencente ao Posto Índia Vanuire e adquirisse outro para o que emitiu um cheque contra o Banco do Brasil do valor de Cr\$ 1.500.000,00 velhos.

De posse desse cheque fez o Supte. a aquisição do caminhão na Autopan S/A da cidade de Tupã, e encontra-se até hoje prestando serviços no Posto Índia Vanuire.

4 - Irresponsabilidade funcional. Deixou de atender ao serviço de sua obrigação - SPI - para atender aos serviços particulares do Gal. Moacyr Ribeiro Coelho (fls. 680).

Nenhuma irresponsabilidade houve, porquanto, recebendo ordens de seu superior e desconhecendo o caráter particular do serviço determinado, não lhe cabia outra alternativa senão cumprí-las sob pena de insubordinação.

O então Diretor do SPI, Gal. Moacyr Ribeiro Coe -

LHA
.3. ~~6046~~
5647
gjo

Coelho, sem fornecer qualquer detalhe, ordenou ao Supte. fôsse de São Paulo ao Rio de Janeiro a fim de trazer um motor necessitando de retífica. Somente ao chegar ao Rio soube o Supte. tratar - se de motor não pertencente ao SPI, mas sim propriedade particular do seu Diretor.

Culpa alguma lhe poderá ser imputada por isso.

5 - Responsável pelo desaparecimento de gado do Posto Vanuire, apesar de pertencer ao Posto Carvalho Pinto (fls. 1483).

Trata-se no caso de quatro novilhas pertencentes ao Posto Carvalho Pinto. Como, entretanto, este Posto não possui condições propícias a criação de gado, foram as rézes removidas para o Posto Vanuire.

Não podendo assim, o Posto Carvalho Pinto, contar com o gado a ele destinado, e necessitando por outro lado de uma máquina de escrever, procedeu-se a seguinte operação: mediante prévia autorização (doc. 2) foram vendidas as quatro novilhas e com o dinheiro apurado foi feita a aquisição da máquina de escrever (doc. 3) que foi encaminhada à Diretoria.

6 - Co-responsável pela exploração contra os índios, praticada por Santinho no Posto Capitão Iacri, Bauru, SP (fls.... 1565).

Com referência à presente acusação, caluniosamente assacada por Da. Juracy, casada com o funcionário José Batista Ferreira Filho, tem o Supte. a aduzir em sua defesa o seguinte:

Tão logo tomou conhecimento de que Santinho explorava os índios com financiamento de alimentação e despesas de colheita, mediante porcentagem de 10%, dirigiu-se ao Posto Capitão Iacri e ordenou ao tratorista do Posto, Teotônio Pio, que fizesse

5648
5647
4.
5647-
5647-

fizesse a apreensão de tãda a colheita ainda não desviada pelos próprios índios, e devolveu-a a quem de direito, causando com tal providência, prejuízo de cêrca de cinco milhões de cruzeiros velhos, a Santinho.

Tais fatos poderão ser atestados por quaisquer elementos do Posto, pois são do conhecimento geral.

Presume-se que a presente acusação tenha origem na animosidade alimentada por Da. Juracy, na falsa suposição de que o Supte., na qualidade de superior de seu marido, o tenha sob permanente perseguição, quando na verdade o Sr. José Batista Ferreira Filho é funcionário relapso e prevaricador, tendo inclusive apresentado recibos falsos em seus balancetes e abandonado o seu pôsto sem maiores satisfações conforme provam os documentos anexos (documentos 4, 5, 6 e 7).

7 - Vício de embriaguês (fls. 1574).

Ridícula a acusação em má hora formulada por Boanerges Fagundes de Oliveira. Este elemento sempre exerceu funções junto ao Gabinete do Diretor e desde longa data, esporadicamente, mantinha contacto com o Supte.

Se era de seu conhecimento que se tratava de funcionário alcoolatra, de há muito deveria levar ao conhecimento do Diretor, já que se trata de falta grave funcional, suscetível de demissão.

Põe por terra tão mesquinha acusação o testemunho de pessoas que com o Supte. convivem, que o tem em alta consideração, tendo sido inclusive nomeado pelo Secretário da Educação de São Paulo, membro fundador do "Museu Histórico e Pedagógico India Vauire" de Tupã (docs. 8, 9 e 10).

5649
B.A. 5. 5648

8 - Metade das terras do Posto Vanuire está arrendada ao seu próprio encarregado (Itamar) como se índio fosse (fls. 1566 e 4031).

Outra inverdade gerada pela mente doentia de Da. Juracy.

O Supte., desde 1964 não mais reside no Posto Vanuire e jamais explorou a terra em seu nome e benefício.

11 - Arrendamentos houve e ainda os há, porém, tudo na mais perfeita ordem, devidamente autorizados (doc. 11) e contratos formalizados conforme cópias existentes na atual Diretoria em Brasília.

9 - Venda ao índio tudo que recebe para o Posto Vanuire, e cobra deles até passagem nos carros do SPI (fls. 1682).

Mais uma leviandade caluniosa de Dna. Juracy.

Como deve ser do conhecimento de todos os funcionários do SPI, este Serviço jamais enviou quaisquer mercadorias aos seus Postos, principalmente aos de São Paulo.

10 - Escravizou por dois anos o índio Manoelzinho da tribo Guarani (fls. 1682).

O índio Manoelzinho chama-se Manoel Emidio da Silva. Jamais foi escravizado. Esteve no Posto Vanuire por mais de dois anos aguardando decisão da Justiça por acusação de homicídio, cujo processo tramitou pela 1ª. Vara de Bauru em decorrência de inquérito policial instaurado na Delegacia de Avaí.

Durante a sua estada no Posto Vanuire, sempre gozou de ampla liberdade, com as limitações inerentes a sua situação.

5632
896
P.L.
.8. 605
5657

Otavio Pinheiro, que o mesmo estava no armazem de Pedro Muro ...
(fls. 4031).

Realmente o Supte., ora acusado, em setembro de ..
1965, conseguiu da Estação Experimental de São Simão 100 sacas
de milho (sementes) e a sua destinação pode ser perfeitamente com
provada.

Após efetuada a distribuição das sementes por to-
dos os Postos, restou 15 sacas e 33 quilos de sementes, que foram
vendidas a Pedro Muro evitando-se assim que se perdessem, de vez
que já passado o período de plantio.

O dinheiro apurado na venda, que foi de Cr.\$
70.000,00 velhos foi empregado na compra de bananas pertencentes
ao índio Antonio Branco, capitão da aldeia de Itatins, Posto Car-
valho Pinto.

Estas operações foram devidamente escrituradas no
livro Caixa da Ajudância de São Paulo, à fls. 29 verso e poderá
a qualquer tempo ser verificado.

18 - Diz que não tem medo de Comissão de Inquérito do
SPI, porque suborna tôdas elas (fls. 4032).

Acusação falsa e vã, destituida de qualquer pro-
va.

19 - Declarou haver subornado o Sargento Rachid Si-
mão Helu com importância de Cr\$ 500.000,00 velhos, pois é fácil
comprar a consciência de quem leva padrão de vida superior às
suas posses, completando o deficit orçamentário com o recebimento
de propinas (fls. 4032).

A importância a que se refere o denunciante, foi

5653
B/A
9. 6052
5652

foi entregue ao referido Sargento à título de recolhimento, por ocasião de inspeção pelo mesmo feita em Setembro de 1965 e encontra-se escriturado no livro Caixa à fls 19.

O acusado comentou o fato, na ocasião, com o denunciante que proposital e maliciosamente agora deturpa o incidente, pois nem jamais houve menção a subornos ou propinas.

20 - Fazia pagamento secretamente. Foi constatado que uma conta de Cr\$ 2.000.000,00 velhos, pagou importância de Cr\$... 1.300.000,00 cuja importância se referia a uma serraria comprada em São Paulo e instalada em Mato Grosso (fls. 4031).

Esta acusação peca pelo seu próprio fundamento.

A única serraria pertencente ao SPI, de que o acusado tem notícia é a que estivera instalada no Posto Capitão Iacri e foi transferida para o Posto Francisco Horta, no Estado de Mato Grosso. Não houve qualquer operação de compra e venda.

O próprio irmão do denunciante, Genésio Canguçu, contratado do IR-5, auxiliou na transferência das instalações e trouxe numerário para fazer face às despesas.

Por outro lado, se o alegado pagamento era secreto, como pode o denunciante tomar conhecimento da operação em seus mínimos detalhes? E se houve compra com uma conta de Cr.\$ 2.000.000,00 da qual foi paga apenas Cr\$ 1.300.000,00 deveria ou não, aquela, constar nos registros do Tribunal de Contas?

Comprova ainda a estupidez da acusação, o preço absurdo da transação. Nenhuma serraria, por rudimentar que fôsse, custaria esse preço.

Tôdas as denúncias formuladas por Otávio Pinhei-

5654
326
10. 6053
5653

Pinheiro Canguçu (itens 15, 16, 17, 18, 19 e 20) de per si desti-
tuídas de qualquer fundamento conforme ficou provado, têm origem
no espírito doente e vingativo do denunciante.

Os seguintes fatos podem corroborar sem margem de
erro essa afirmativa.

Em 1963 o acusado fez parte da Comissão de Sindicân-
cia instaurada para apurar falta cometida por Otávio Pinheiro Can-
guçu.

Posteriormente, em 13/10/1965, o acusado entregou
ao denunciante o jeep Land Rover conforme comprova a guia de remes-
sa inclusa (doc. 12). Em julho de 1966, quando de uma viagem de
rotina, o acusado encontrou, recolhendo-o depois, o referido jeep
completamente abandonado em frente à residência do denunciante em
Pereira, Estado de São Paulo e só aí tomou conhecimento de que ês-
te se encontrava em tratamento psiquiátrico no Hospital Central do
Exército, aí permanecendo até fins de 1967.

Depois desses incidentes, guarda o denunciante, con-
tra o acusado, forte animosidade, só assim se justificando as ab-
surdas acusações formuladas.

21 - Responsável pela não prestação de contas de Cr\$...
5.000.000,00 velhos.

A presente acusação perde o seu fundamento pelo
simples exame dos documentos que exhibe (docs. 13, 14 e 15).

.....X.....

À vista de todo o exposto, em que refuta, uma por

5655

BPA

.11.

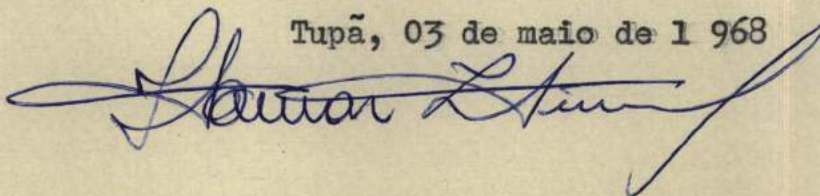
5054

5654

por uma, tôdas as acusações que lhe são feitas, tôdas elas sem qual quer fundamento, o que se provará se necessário por outras provas, notadamente por depoimentos de testemunhas, espera o Supte. que a Ilustre Comissão o absolva de todos os crimes que lhe são atribuídos, em reconhecimento à VERDADE e à

J U S T I Ç A.

Tupã, 03 de maio de 1968



Nota importante: O documento nº 10 - DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO de 20 de dezembro de 1967, por extravio, deixa de ser apresentado.

(Doc 1)

5656
B18
5655

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
34 I.R.do S. de Proteção aos Índios
N.º 3.7.1.1.

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins, que recebi, nesta data, ao recebimento de um Caminhão marca Chevrolet, ano de fabricação de 1962, Motor nº G-62-B-9.546-M, cor Branco e Preto Claro, Seis Cilindros, lotado até 6.000 Kilos- e que me foi entregue pelo servidor do S.P.I. - Sr. ITAMAR SIMÕES.

Declaro ainda, que o citado veículo é de propriedade do S.P.I. e se destina a serviços desta Seção.

Goiânia, 15 de Abril de 1963.

Itamar Simões

CHEFE DA SEÇÃO DE PROTEÇÃO REGIONAL
DO S. DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.



TABELIONATO DAMIAL

Conferida e concertada com o próprio original. Dou fé

Tupã, 3 de Maio de 1968

Em test. da verdade.

[Signature]
TABELIAO

ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 93

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das atribuições que lhe confere a Lei vigente,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, item 6, do Regimento do S.P.I., aprovado pelo Decreto nº 52.668, de 11 de outubro de 1963;

DESIGNA o Agente de Proteção aos Índios, P.1.802-6-B, ITA MAR ZWICKER SIMÕES, Chefe da Ajudância de São Paulo, com sede no Posto Indígena "VANUIRE", no município de Tupã, Estado de São Paulo, para, em comissão a ser designada pelo referido Chefe, proceder a venda do gado excedente e disponível dos Postos Indígenas subordinados à mesma Ajudância, inclusive assinar os respectivos contratos e demais expedientes necessários, obedecidas as normas e exigências do Código de Contabilidade da União.

Dê-se ciência e cumpra-se

Brasília, 24 de agosto de 1964.

Luis Vinhas Neves-Cap.Av.

Diretor do S.P.I.



CARTORIO 1º OFICIO
Autenticação

Certifico haver confrontado com o original, achando conforme esta fotocopia. Dou fé.

TUPA, 25 de Outubro de 1964

Em fé da verdade.

[Handwritten signature]

BP/jss.-

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
SEÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES
TELEGRAMA

~~6058~~
5658
5659
B/A

Doc 4

CARIMBO

Tupã, 09 de

MAIO

de 1967.-

PROCEDÊNCIA

TUPA

N.º

03

PLS

32

DATA 09

HORA 17,00

ENDER.

AGRINDIOS

CHEFE IR 5

CAMPO GRANDE MT

RECEBIDO

DE TUPA

ÀS 17,00

POR P. LIZ

TRASMITE

POR LACERDA

DIA 09/05/67

HORA 17,00

TEXTO

ASS.

Nº 21 DE 09/05/67 - COMUNICO-VOS SERVIDOR JOSEH BATISTA
FERREIRA FILHO VG ENCONTRA-SE AUSENTE A TRINTA DIAS PT

SDS

AGRINDIOS

AJUDÂNCIA SÃO PAULO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
SEÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES
TELEGRAMA

~~6059~~
5659
~~5700~~
~~096~~

Doc 5

CARIMBO

5660
096

Tupã, 09 de MAIO de 1967.-

PROCEDÊNCIA TUPÃ N.º 35 PLS 37 DATA 09 HORA 17,00

ENDER.

AGRINDIOS
CHEFE IR 6
CUIABÁ - MT

RECEBIDO

DE TUPÃ
ÀS 17,00
POR P. LUZ

Nº 22 DE 09/05/67 - RESPOSTA VCSO 501 DE 04/05/67 VG INFORMO
DESCONHECER PARADEIRO SERVIDOR JOSEH BATISTA FERREIRA FILHO PT

SDS

AGRINDIOS
AJUDÂNCIA SÃO PAULO

TRASMITE

TEXT

POR LACERDA
DIA 09/05/67
HORA 17,00

ASS.

~~6666~~ Doc 6
~~5660~~ 5661
~~296~~



MINISTÉRIO DO INTERIOR
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
QUINTA INSPECTORIA REGIONAL

Mm 255/67

Campo Grande, 18/03/67

Sr. Chefe da Ajudância de São Paulo

Para seu conhecimento, transcrevo o telegrama nº 56 de 11/3/67 que foi enviado a esta Chefia:

"Para vosso conhecimento comunico foi prorrogada licença tratamento saúde servidor José Batista Ferreira Filho Vg período vinte oito julho a vinte quatro setembro corrente ano Vg acordo antigo 88 lei 1711/52 pt referida licença foi dada pelo dr. Hamilton Paulino Condin Diretor Hospital São José Divisão Saúde Ponto Velho Vg Rondônia pt sds Agrônomo JMelo Repr SPL/CE".

Sem mais, cordiais saudações.

Helio Jorge Buckner
Helio Jorge Buckner
chefe IR/5

CLINICA	INDIOS
PRONTO-SOLU N° 130	
23 DE AGOSTO 1967	

ATO DAMIAO



TABELIONATO DAMIÃO

Conferida e concertada com o proprio original. Dou fé.

Tupã, 3 de Maio de 1908

Em test. da verdade.

TABELIÃO



TABELIÃO
3 MAIO

Dr. Edmundo Vieira Prado

Doc 8

C. R. M. - S. P. 4.476

Pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais

Clínica Cirúrgica - Doenças de Senhoras - Partos

Ex-interno residente 3 anos do Hospital S. Vicente da Faculdade
de U. M. G.

Ex-Monitor de Anatomia da U. M. G.

Cons. Res. Rua Caetés, 717 - Cx. Postal, 307 - Fone, 1229 - TUPA

~~6661~~

5662

BJA

Declaro, que sou viúvo
de esposa de da S. da,
e nunca vi, e nem soube
que o p. faleceu
faleceu, ficando a herança
e me esforcasse a da

5 - 2 - 3 - 4 - 68.

Edmundo Vieira Prado

2.º TABELIONATO DAMIXO

Reconheço _____ e _____ firma _____

de Dr. Edmundo Vieira
Prado _____ e dou fe.

Tupd. 3 de maio de 1968

Em testemunho _____ da verdade.



RECONHECER NO
TABELIONATO
E LUGAR NOTÁRIO, 210 - Lapa G-S. PAULO



MOVIMENTO DA RENDA INDÍGENA

S. P. I. - I. R.

Ajudância de SP

Ano: 1966

Mês: Julho

POSTO: Capitão Iakri

Doe 107

6063

5664

ESPECIFICAÇÃO		Receita	Despesa	Saldo
Total	Nº 14537		3.700	
"	" 52436		4.115	
"	" 6154		500	
"	" 68843		1.270	
"	" 19531		1.000	
"	" 118292		1.400	
"	" 3168		3.900	
"	" 760583		2.180	
"	" 86081		1.680	
"	" 5951		4.800	
"	" 15554		4.500	
"	" 17184		700	
"	" 21667		1.175	
"	" 191877		3.800	
"	" 21726		2.080	
"	" 71516		9.610	
"	" 4278		700	
"	" 1098		11.500	
"	" 6017		1.390	
Despesas de viagem a Avai/Bauru de			54920	
trem- alimentação e transporte/ service S/M.			17.500	
Pagamento Prof. era			40.000	
" Trabalhader			41.500	
" per services Prestado Sr. Taipan			50.000	
"/D. de sr. Puno / mês Julho/ service/ peste.			80.000	
Aux. de indies, viagem A Quartina,				
cenigo, não etc..			7.500	
Despesa de Poste/mecanico sem comprovante.			10.000	
Aux. de indie Xirones(passageiro)			1.000	
Gratificação, conserto canivete/viagem.			15.000	
			322.500	
Page a Irana G. Cruaia			50.000	
OBSERVAÇÕES : -				
		Total	372.500	

Ypoptista
M. de B.

OBSERVAÇÕES : -

Total

372.500

201-66

0231V

Agência de Registro de Imóveis

Carta de R. I.

5665/98 Doc 10B

~~664~~

AJUDANCIA DE SP

Mês: Agosto 5664

POSTO. Capitão Iakri.

221630

OBSERVAÇÕES : —

MOVIMENTO DA RENDA INDÍGENA

S. P. I. - I. R.

Ano: 1966

Ajudância de SP

Mês: Setembro

POSTO: Capitão Iakri

Doc 100

5665

5665

ESPECIFICAÇÃO		Receita	Despesa	Saldo
Netal nº	46710		1.200	
" "	770		2.800	
" "	8047		400	
" "	753		120	
" "	12471		2.950	
" "	5437		180	
" "	2793		3.100	
" "	25554		3.000	
" "	20347		2.200	
" "	15498		2.700	
" "	42781		24.685	
" "	26542		12.290	
" "	3266		6.000	
" "	109172		2.425	
" "	72820		11.600	
" "	15725		3.050	
" " (eleo) "ota perdida.		5.000	
" "	60680		924	
" "	3201(pagtº p/ abater).		300.000	
Aux. aos Índios, conf. anotação			22.000	
Despesa na comemoração do dia 7 de setem-				
bre/ ida a Bauru etc.			55.000	
Netal Nº	72890		570	
" "	2213		2.900	
" "	26599		3.000	
" "	12320		2.500	
Netas Ns. 1996855/468 (total)			6.850	
Netal nº	1311		1.600	
" "	7393		400	
			479.440	
Pagamento Professora			40.000	
" Trabalhader			45.000	

OBSERVAÇÕES : -

564.440

Assinado
Ass. do Posto

MOVIMENTO DA RENDA INDÍGENA

S. P. I. - I. R.

Ano: 1966

Ajudância de São Paulo

Mês: Novembro

POSTO: Capitão Iakri

Doc 100

5666

5667

876

ESPECIFICAÇÃO		Receita	Despesa	Saldo
Nota	nº 20879		1.700	/
"	" 193762		2.364	/
"	" 4958		1.600	/
"	" 4996		1.600	/
"	" 4746		1.850	/
"	" 256052		7.335	/
"	" 6612		1.600	/
"	" 14126		2.200	/
"	" 27364		2.090	/
"	" 16453		1.500	/
"	" 258283		1.200	/
"	" 27339		2.200	/
"	" 14903		12.480	199619
"	" 2224		1.140	/
"	" 8002		11.600	/
"	" 15589/16765		6.200	/
"	" 73031		3.180	/
"	" 9099		3.960	/
"	" 194394		2.560	/
"	" 27432/27602		1.310	/
"	" 91731/6845/92202		1.470	/
Despesa ida Avai, Duartina, registro de índios normalizar			17.300	
Auxílio aos índios, compras etc..			23.800	
Compra de um casal de perús			20.000	
Despesa de compra de sementes N/ext.			30.000	
			162.139	
Duas viagens a Garça/Duartina			70.000	
			232.139	
				232.139

OBSERVAÇÕES : -

Proprietário
M. de S. Paulo

5668/9A Doc 10E

6667

Mês: Dezembro 5668

Mes:

2302AV88250

Chapman
Inc. d. Ark.

Agente cu responsabilitate la Poarta

CHATS ST. H.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios

ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 109

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das atribuições que lhe confere a Lei vigente, e,

CONSIDERANDO o disposto no artº 1º, item 6 e artigo 9, item X, do Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, a provado pelo Decreto nº 52.668, de 11 de outubro de 1963,

R E S O L V E, autorizar e designar o Agente / de Proteção aos Índios, P. 1 802-6-B, ITAMAR ZWICHER SIMOES, Chefe da Ajudância de São Paulo, Estado de São Paulo, entrar em entendimento com os interessados no arrendamento de terras para culturas ou pastagens, estipulando prazos, condições e demais requisitos, tudo de acordo com CONTRATO-MODELO anexo, da Diretoria, inclusive assinar os respectivos contratos, nos Postos Indígenas subordinados àquela Ajudância.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Brasília-DF. 24 de agosto de 1964

Luiz Vinhas Neves

Luiz Vinhas Neves - Cap. Av.

Diretor - SPI.

CARTÓRIO DO OFÍCIO
Autenticação

Certifico haver confrontado com o original, achando conforme cópia fotocópia. Dou fé.

TUPA

21 de Agosto de 1964
Em Teste da verdade
[Assinatura]

BP/BO





TABELIONATO DAMIAO

Conferida e concertada com o proprio original. Dou fé.

Tupã, 3 de Maio de 1968
Em test. da verdade.

TABELIAO



Doc 13


~~6070~~

5671

896

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

DECLARO PARA O QUE INTERESSAR POSSA QUE
RECEBI DAS MÊS DO SR. ITAMAR ZWIECHER SIMÕES O OF. DE
Nº 10/67 - REF. A PRESTAÇÕES DE CONTAS -


JOSÉ MARIA BRANDÃO DE CARVALHO
R/ P/ EXP. D/ PROTOCOLO
EM 31/05/67



JMEC/--
31/05/67

TO DAMIÃO
com o pro



TABELIONATO DAMIAO

Conferida e concertada com o proprio
original. Dou té.

Fup^o 3 de Junho de 1962
Em tes. da verdade.
[Signature]
TABELIAO



~~6071~~

5672

B/b



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Of. nº 10/67.-

Em 26 de Maio de 1967

Do Chefe da Ajudância de São Paulo
 Ao Excmo. Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios
 Assunto: Prestação de contas - Suprimento (entranhada)

Senhor Diretor:-

Anexo ao presente, vos encaminho a documentação constante da Prestação de Contas do Suprimento no valor de Cr\$-5.000.000- (Cinco milhões de cruzados), à conta da Categoria Econômica 3.1.4.0 - Encargos Diversos - 1000 - Assistência Social, recebido em 02 de Agosto de 1966.-

Cordiais Saudações

ITAMAR ZWIGHER, SIMÕES
 CHEFE DA AJUDÂNCIA DE S. PAULO



TABELIONATO DAMIAO

Conferida e concertada com o próprio original. Dou fé.

Tupã, 3 de Maio de 1968
 Em test. da verdade.

[Assinatura]
 TABELIÃO



TABELIONATO DAMIAO

Conferida e concertada com o proprio original. Dou té

Tupã, 3 de maio de 1968

Em test. da verdade,

[Signature]
TABELIAO



Doc 15 5673
~~6072~~ 5672

[Handwritten signature]

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

TOTAL 1.100,00

Chefe de ...

DAMIA

Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo.-

557g

Doc. no 4

B96

L. Velloso

D E F E S A

Tendo em vista o Mandado de Citação, de 20/04/67, dessa respeitável Presidência, recebido por mim em 4/5/67, encaminho anexo ao presente, para efeito de defesa, a 4ª (quarta) via - de minha prestação de contas, fornecida pelo Setor de Contabilidade da Sele da Inspeção, referente ao suprimento que me foi feito em 06/12/65, pelo então Chefe da I.R.7., Sr. José Fernando da Cruz, ^{su}primento esse, na importância de NCr\$.100,00 (CEM CRUZEIROS NOVOS).

Esclareço na oportunidade, que apesar de constar no recibo do suprimento, que essa importância de NCr\$.100,00 (CEM CRUZEIROS NOVOS), destinava-se para atender necessidades de emergência no Poiná "Duque de Caxias", na verdade, faltou ser acrescentado no mesmo que, a referida importância, destinava-se também, para custeio de despesas na manutenção da viatura "FORD-F1", ano - 1.951, placa oficial nº 9-127SPF-Pr., em viagens de ida e volta, - desta Capital ao Poiná "Duque de Caxias", situado no município de Ibirama-SC., e deste ao Poiná "Paulino de Almeida", ex-Ligeiro, situado no município de Tapejara, Estado do Rio Grande do Sul, onde - anteriormente estava localizado, a fim de apanhar meus familiares e pertences, tendo em vista, minha designação para Encarregado do primeiro Posto Indígena, acima mencionado.

Na convicção de ter cumprido a determinação - contida no Mandado acima referido, apresento meus respeitosos cumprimentos e aguardo as decisões dessa Ilustre Comissão.-

Curitiba-Pr., em 16 de maio de 1.967.-

Lourinaldo Waldereys Rodrigues Velloso

Lourinaldo Waldereys Rodrigues Velloso

Enfermeiro Auxiliar, nível 8.-



João Alberto Guimarães
2.º Tabelião

A presente fotocópia e reprodução
fiel do documento apresentado neste
Cartório, nesta data.

Curitiba, 30 de maio de 1968

Heitor Stamato Filho

HEITOR STAMATO FILHO - OF. MAIOR
ELO MAINGUÊ - ESC. AUTORIZADO